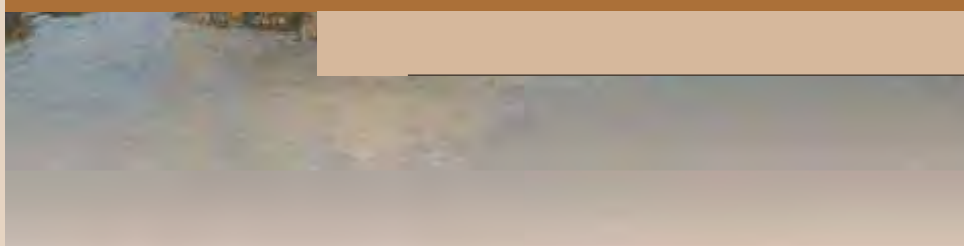




Estatísticas do Ambiente 2009



Edição 2010



Estatísticas
oficiais



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

75 Years
1935-2010

Estatísticas do Ambiente

2009

Edição 2010

FICHA TÉCNICA

Título

Estatísticas do Ambiente 2009

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente do Conselho Directivo

Alda de Caetano Carvalho

Design e Composição

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

ISSN 0872-5276

ISBN 978-989-25-0093-5

Periodicidade Anual

O Quadro 68 da página 74, foi actualizado em 04-01-2011

O Quadro 84 da página 89, foi actualizado em 03-02-2011



808 201 808

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt

© INE, I.P., Lisboa · Portugal, 2009 *

A reprodução de quaisquer páginas desta obra é autorizada, excepto para fins comerciais, desde que mencionando o INE, I.P., como autor, o título da obra, o ano de edição, e a referência Lisboa-Portugal.

NOTA INTRODUTÓRIA

Na presente publicação, o Instituto Nacional de Estatística (INE) apresenta os principais dados estatísticos relativos a 2009, na área do Ambiente.

Nesta edição, o INE apresenta pela primeira vez, em estreita colaboração com Agência Portuguesa do Ambiente (APA), uma análise sobre o sector dos resíduos em Portugal, no período de 2007 a 2009. Esta análise reflecte os progressos verificados em termos de disponibilização de informação sobre os resíduos, a qual melhorou significativamente no último ano, em termos de exaustividade, actualidade e rigor.

O INE volta a associar-se ao Instituto da Água (INAG) para, em parceria, disponibilizar a informação relativa à água para abastecimento e águas residuais, recolhida através do Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais (INSAAR), disponibilizando dados provisórios de 2009 e dados revistos de 2008.

A informação estatística divulgada nesta publicação corresponde a um resumo dos dados disponíveis. É possível facultar, não só o mesmo tipo de informação com maior desagregação geográfica, mas informação adicional que poderá ser fornecida em condições e suportes a acordar, com protecção da confidencialidade estatística, dentro do regime de prestação de serviços e sob pedido específico dirigido ao INE.

O INE expressa os seus agradecimentos a todas as entidades que permitiram a elaboração da presente publicação, em especial à Direcção-Geral do Orçamento, Direcção Regional do Orçamento e Tesouro (Açores), Direcção Regional do Orçamento e Contabilidade (Madeira), aos Municípios, às Associações e outras Entidades de Bombeiros, à Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), às Organizações Não Governamentais de Ambiente, ao Instituto da Água (INAG), à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e às empresas inquiridas, esperando que a mesma possa constituir um bom instrumento de trabalho para os utilizadores.

O INE informa que a partir desta edição a divulgação far-se-á exclusivamente em suporte magnético, disponível para download no Portal das estatísticas oficiais.

Agradecem-se antecipadamente todas as sugestões e críticas ao conteúdo desta publicação, com o objectivo de melhorar a qualidade da informação apresentada e fomentar o interesse de futuras edições.

Dezembro de 2010

RESUMO

Nesta publicação divulga-se informação relativa às estatísticas do Ambiente, organizada em 2 capítulos, sob a forma de texto e quadros estatísticos. Inclui-se também uma análise, em termos económico-financeiros e físicos, relativa aos principais resultados do ano de 2009.

Do capítulo que apresenta os principais dados de 2009, constam os relativos às despesas com a protecção do ambiente em três sectores institucionais (Administrações Públicas, Empresas e Instituições Sem Fins Lucrativos) e os dados físicos nas áreas do Abastecimento de Água, Drenagem e Tratamento de Águas Residuais e Resíduos.

Como principais resultados em 2009, salientam-se:

EM TERMOS ECONÓMICO-FINANCEIROS

- As despesas da Administração Central nas actividades de protecção do ambiente crescem 9% e atingem os 257 milhões de euros.
- Os aumentos decorrentes dos gastos de funcionamento da Agência Portuguesa do Ambiente e da entrada em funcionamento de cinco Administrações de Região Hidrográfica (ARH) fazem crescer a despesa nos domínios “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” e “Protecção e Recuperação dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais”, respectivamente.
- A Administração Regional reduz a despesa em 50%, ficando-se pelos 45 milhões de euros. Pela primeira vez nos últimos quinze anos (série estatística disponível), a Região Autónoma dos Açores detém a maior fatia desta despesa, cerca de 3/5 do total.
- Os Municípios, por administração directa, gastaram 631 milhões de euros em actividades relacionadas com a gestão e protecção do ambiente, mais 3% que em 2008. As despesas com pessoal foram a única despesa corrente a aumentar em termos relativos e absolutos, quase 20 milhões de euros face a 2008.
- O sector empresarial com actividades de monitorização, prevenção, redução ou eliminação da poluição, ou outros factores de degradação do ambiente inerentes aos processos produtivos apresentou um investimento de 175 milhões de euros e um resultado financeiro negativo da ordem dos 163 milhões de euros, decorrente de um montante de custos e perdas de 245 milhões de euros para um total de 82 milhões de euros de proveitos e ganhos
- As entidades do sector de bens e serviços de ambiente fecharam o ano de 2009 com um volume de negócios de 4 502 milhões de euros, valor que traduz um decréscimo de 6%, face aos 4 796 milhões de euros movimentados em 2008.
- A “Distribuição de água” foi a actividade económica que individualmente maior volume de negócios gerou, cerca de 17% do total.
- A “Prestação de Serviços” registou um volume de negócios de 3 711 milhões de euros, cerca de 82% do volume de negócios transaccionado na área ambiental.
- O investimento das entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e águas residuais totalizaram 471 milhões de euros.

EM TERMOS FÍSICOS

- O total de água captada no território continental para suprir as necessidades de abastecimento, atinge os 815 milhões de metros cúbicos, dos quais, cerca de 2/3 provenientes de massas de água superficiais.
- A água distribuída pelos sistemas públicos urbanos ascendeu a um volume de 534 milhões de metros cúbicos (uso doméstico), o que corresponde a um gasto médio diário aproximado de 173 litros por habitante.
- Os sistemas públicos urbanos rejeitam 579 milhões de metros cúbicos, dos quais, cerca de 12 milhões sem qualquer tipo de tratamento.
- A quantidade de resíduos urbanos gerados atinge 5 milhões de toneladas, i.e, uma produção média diária de 1,4 quilogramas por habitante.
- As actividades económicas geram cerca de 21 milhões de toneladas de resíduos sectoriais, dos quais 56% foram remetidos para operações de valorização.

ABSTRACT

This publication provides statistical information on Environment, organised into 2 chapters. The first chapter presents an analysis of the main findings on economical-financial and physical terms for 2009.

The main information for 2009 is presented in several tables and refers to environmental protection expenditure in three sectors (Public Administrations, Enterprise and Non Profit Institutions Serving Households) and physical data on Public Water Supply, Sewerage, Wastewater Treatment and Waste.

Some of the most important results for year 2009 show:

IN ECONOMICAL-FINANCIAL TERMS

- Central Administration expenditure on environmental protection activities increases 9% and reaches 257 million euro.
- Both the increase on Portuguese Environment Agency expenditure and the beginning of activity of five Regional River Basin Administrations contributed to rise the expenditure, respectively on "Other Environmental Protection Activities" and "Protection and Remediation of Soil, Groundwater and Surface Water".
- Regional Administration expenditure reduces 50%, reaching 45 million euro; for the first time in the last fifteen years (statistical series available), Autonomous Region of Azores holds the biggest share of the expenditure, around 3/5 of the total.
- Municipal expenditure, by direct administration, on environmental protection activities reached 631 million euro, 3% more than 2008. Personnel costs were the only current expenditure to increase in relative and absolute terms, almost 20 million euro vis-à-vis 2008.
- Business sector on monitoring, prevention, reduction and elimination activities or any other degradation of the environment resulting from the production process recorded an amount of 175 million euro on investment. Negative financial result of about 163 million euro occurred from 245 million euro on costs and losses and a total of 82 million euro on profits and gains.
- Turnover of environmental goods and services sector achieved 4 502 million euro, decreasing by 6% from the 4 796 million euro of the previous year.
- "Water distribution" economic activity was the most important with around 17% of the total.
- For "Services rendered", turnover amounted to 3 711 million euro representing about 82% of total volume of environmental business activities.

IN PHYSICAL TERMS

- Total water abstracted over the Portuguese mainland territory to meet the needs of supply reached 815 million cubic meters, of which about 2/3 from surface water bodies;
- The water supplied by urban public systems reach up 534 million cubic meters (household consumption), which corresponds to a daily average consumption of approximately 173 litres per capita;
- Public sewerage systems discharged 579 million cubic meters of waste water, including near 12 million without any kind of treatment;
- Municipal waste generated in Portugal reaches 5 million tons, i.e, an average daily production of 1.4 kilograms per capita;
- Economic activities generate about 21 million tons of waste, of which 56% were submitted to recovery operations.

SINAIS CONVENCIONAIS

...	Valor confidencial
ø	Valor inferior a metade do módulo da unidade utilizada
Po	Valor provisório
Rv	Valor revisto
⊥	Quebra de série/comparabilidade

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

SIGLAS E ABREVIATURAS

APA	Agência Portuguesa do Ambiente
ANPC	Autoridade Nacional de Protecção Civil
APEMETA	Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais
ARH	Administrações de Região Hidrográfica
CAE - Rev. 3	Classificação das Actividades Económicas - Revisão 3
CE	Comunidade Europeia
CEE	Comunidade Económica Europeia
CIRVER	Centros integrados de recuperação e valorização de resíduos
CGE	Conta Geral do Estado
CMVMC	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
EPS	Escalões do Pessoal ao Serviço
ERA	Embalagens e resíduos de embalagens
EUR	Euros
hab	Habitante
IES	Informação Empresarial Simplificada
INAG	Instituto da Água
INE	Instituto Nacional de Estatística
INSAAR	Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais
ISFL	Instituições Sem Fins Lucrativos
kg	Kilograma
l	Litro
m ³	Metro cúbico
MRRI	Mapas de Registo de Resíduos Industriais

nº	Número
NPS	Número de Pessoas ao Serviço
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
ONGA	Organizações Não Governamentais de Ambiente
PIB	Produto Interno Bruto
POC	Plano Oficial de Contabilidade
REEE	Resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos
SIRER	Sistema Integrado de Registo Electrónico de Resíduos
SERIEE	Sistema Europeu de Recolha de Informação Económica sobre o Ambiente
t	Tonelada
VVN	Volume de negócios

INFORMAÇÃO DISPONÍVEL E NÃO PUBLICADA

Em condições a acordar, dentro do regime de prestação de serviços, os dados relativos às variáveis inquiridas pelos questionários em anexo (desde que não se encontrem sujeitos a segredo estatístico) poderão ser fornecidos sob pedido específico dirigido ao INE.

NOTA INTRODUTÓRIA	5
RESUMO	6
ABSTRACT	7
SINAIS CONVENCIONAIS/SIGLAS E ABREVIATURAS	8

ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

1.1 Despesas com protecção do ambiente	15
1.1.1 Administrações Públicas	15
1.1.2 Entidades Produtoras de Bens e Serviços de Ambiente	23
1.1.3 Empresas com actividades de monitorização, prevenção, redução ou eliminação da poluição	27
1.1.4 Entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de águas residuais	32
1.1.5 Instituições Sem Fins Lucrativos	35
1.2 Sistemas urbanos de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais	41
1.3. Resíduos	42

QUADROS DE RESULTADOS

ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Quadro 1 - Despesa consolidada das Administrações Públicas por domínios de ambiente, segundo os sectores institucionais (Po)	51
Quadro 2 - Despesas por domínios de ambiente segundo a Administração Central e Regional	51
Quadro 3 - Despesas em protecção do ambiente por agregados económicos, segundo a Administração Central e Regional	51
Quadro 4 - Despesa consolidada da Administração Central por domínios de ambiente	52
Quadro 5 - Despesas por domínios de ambiente segundo os sectores Estado (CGE) e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central	52
Quadro 6 - Despesas em protecção do ambiente por agregados económicos, segundo os sectores Estado (CGE) e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central	52
Quadro 7 - Despesa consolidada da Administração Regional da Madeira por domínios de ambiente	52
Quadro 8 - Despesas por domínios de ambiente, segundo os sectores Governo Regional e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Regional da Madeira	53
Quadro 9 - Despesas em protecção do ambiente por agregados económicos, segundo os sectores Governo Regional e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Regional da Madeira	53
Quadro 10 - Despesa consolidada da Administração Regional dos Açores por domínios de ambiente	53
Quadro 11 - Despesas em protecção do ambiente da Administração Regional dos Açores, por agregados económicos ...	53
Quadro 12 - Receitas e despesas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo as NUTS II	54
Quadro 13 - Receitas e despesas dos Municípios em protecção do ambiente por agregados económicos, segundo as NUTS II	54
Quadro 14 - Receitas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo os agregados económicos	55
Quadro 15 - Despesas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo os agregados económicos	55
Quadro 16 - Receitas e despesas dos Municípios por domínios de ambiente	56
Quadro 17 - Receitas e despesas dos Municípios em gestão e protecção do ambiente, por agregados económicos	56
Quadro 18 - Receitas e despesas dos Municípios em gestão e protecção do ambiente, por NUTS II	56

ENTIDADES PRODUTORAS DE BENS E SERVIÇOS DE AMBIENTE=

Quadro 19 - Dados gerais das entidades produtoras de Bens e Serviços de Ambiente segundo as actividades económicas	57
Quadro 20 - Distribuição do Volume de Negócios das entidades produtoras de Bens e Serviços de Ambiente pelos principais mercados segundo as actividades económicas	57
Quadro 21 - Volume de Negócios segundo os domínios de ambiente - Gestão da poluição	58
Quadro 22 - Volume de Negócios segundo os domínios de ambiente - Gestão de recursos	58
Quadro 23 - Pessoas ao serviço nas entidades produtoras de Bens e Serviços de Ambiente por actividades económicas e o sexo, segundo a ocupação em funções na área do ambiente	58
Quadro 24 - Pessoas ao serviço nas entidades produtoras de Bens e Serviços de Ambiente por actividades económicas e o sexo, segundo os grupos profissionais	59

EMPRESAS COM ACTIVIDADES DE MONITORIZAÇÃO, PREVENÇÃO, REDUÇÃO OU ELIMINAÇÃO DA POLUIÇÃO

Quadro 25 - Investimentos das empresas por actividades económicas, segundo o tipo de tecnologia	60
Quadro 26 - Coeficientes de variação dos investimentos das empresas por actividades económicas, segundo o tipo de tecnologia	60
Quadro 27 - Investimentos das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente	60
Quadro 28 - Coeficientes de variação dos investimentos das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente	61
Quadro 29 - Investimentos das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão	61
Quadro 30 - Coeficientes de variação dos investimentos das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão	61
Quadro 31 - Investimentos das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão	62
Quadro 32 - Coeficientes de variação dos investimentos das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão	62
Quadro 33 - Custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo as principais rubricas contabilísticas	62
Quadro 34 - Coeficientes de variação dos custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo as principais rubricas contabilísticas	63
Quadro 35 - Custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente	63
Quadro 36 - Coeficientes de variação dos custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente	63
Quadro 37 - Custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão	64
Quadro 38 - Coeficientes de variação dos custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão	64
Quadro 39 - Custos e perdas das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão	64
Quadro 40 - Coeficientes de variação dos custos e perdas das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão	65
Quadro 41 - Proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo as principais rubricas contabilísticas	65
Quadro 42 - Coeficientes de variação dos proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo as principais rubricas contabilísticas	65
Quadro 43 - Proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente	66
Quadro 44 - Coeficientes de variação dos proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente	66
Quadro 45 - Proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão	66
Quadro 46 - Coeficientes de variação dos proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão	67
Quadro 47 - Proveitos e ganhos das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão	67
Quadro 48 - Coeficientes de variação dos proveitos e ganhos das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão	67

ENTIDADES GESTORAS DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ÁGUAS RESIDUAIS

Quadro 49 - Investimentos, custos e proveitos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água, por NUTS II (Rv)	68
Quadro 50 - Custos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água por NUTS II, segundo o tipo (Rv)	68
Quadro 51 - Proveitos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água por NUTS II, segundo o tipo (Rv)	68
Quadro 52 - Investimentos, custos e proveitos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais, por NUTS II (Rv)	68
Quadro 53 - Custos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II, segundo o tipo (Rv)	69
Quadro 54 - Proveitos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II, segundo o tipo (Rv)	69
Quadro 55 - Investimentos, custos e proveitos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água, por NUTS II (Po)	69
Quadro 56 - Custos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água por NUTS II, segundo o tipo (Po)	69
Quadro 57 - Proveitos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água por NUTS II, segundo o tipo (Po)	70
Quadro 58 - Investimentos, custos e proveitos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais, por NUTS II (Po)	70
Quadro 59 - Custos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II, segundo o tipo (Po)	70
Quadro 60 - Proveitos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II, segundo o tipo (Po)	70

INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

Quadro 61 - Receitas e despesas dos Corpos de Bombeiros por agregados económicos, segundo as NUTS II	71
Quadro 62 - Receitas e despesas dos Corpos de Bombeiros, por agregados económicos	71
Quadro 63 - Receitas e despesas dos Corpos de Bombeiros, por NUTS II	71
Quadro 64 - Rubricas contabilísticas das Organizações Não Governamentais de Ambiente, por regiões	72
Quadro 65 - Custos e perdas e proveitos e ganhos das Organizações Não Governamentais de Ambiente por rubricas contabilísticas, segundo as regiões	72
Quadro 66 - Custos e perdas e proveitos e ganhos das Organizações Não Governamentais de Ambiente, por rubricas contabilísticas	72

SISTEMAS URBANOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Quadro 67 - Água captada segundo o tipo de origem (Rv)	73
Quadro 68 - Água tratada segundo o tipo de instalação (Rv)	74
Quadro 69 - Água distribuída segundo o sector/actividade (Rv)	75
Quadro 70 - Águas residuais drenadas segundo o sector/actividade (Rv)	76
Quadro 71 - Águas residuais segundo o tipo de tratamento aplicado (Rv)	77
Quadro 72 - Águas residuais rejeitadas segundo o meio receptor (Rv)	78
Quadro 73 - Índices de atendimento (Rv), população servida por sistemas públicos de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais	79
Quadro 74 - Rácio de distribuição de água e de drenagem de águas residuais per capita dia (Rv)	80
Quadro 75 - Número de estações de tratamento de águas residuais (Rv)	81
Quadro 76 - Água captada segundo o tipo de origem (Po)	82
Quadro 77 - Água tratada segundo o tipo de instalação (Po)	82
Quadro 78 - Água distribuída segundo o sector/actividade (Po)	83
Quadro 79 - Águas residuais drenadas segundo o sector/actividade (Po)	84
Quadro 80 - Águas residuais segundo o tipo de tratamento aplicado (Po)	85
Quadro 81 - Águas residuais rejeitadas segundo o meio receptor (Po)	86
Quadro 82 - Índices de atendimento (Po), população servida por sistemas públicos de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais	87
Quadro 83 - Número de estações de tratamento de águas residuais (Po)	88

RESÍDUOS URBANOS

Quadro 84 - Resíduos produzidos e Capitação segundo NUTSIII	89
Quadro 85 - Resíduos urbanos recolhidos indiferenciada e selectivamente, segundo NUTS II	90
Quadro 86 - Resíduos urbanos por operação de gestão	90
Quadro 87 - Resíduos urbanos por materiais recolhidos selectivamente	90
Quadro 88 - Recolha selectiva de resíduos urbanos em Ecopontos e Porta-a-Porta e deposição em Ecocentros	90
Quadro 89 - Número de Ecopontos e de Habitantes por Ecoponto, por sistemas	91

RESÍDUOS SECTORIAIS

Quadro 90 - Resíduos gerados por actividades económicas	92
Quadro 91 - Produção de resíduos sectoriais por categoria segundo operações de gestão	92
Quadro 92 - Produção de resíduos sectoriais por categoria segundo operações de gestão	92
Quadro 93 - Produção de resíduos sectoriais por categoria segundo operações de gestão	93
Quadro 94 - Produção de resíduos sectoriais por categoria segundo operações de gestão	93
Quadro 96 - Contas Nacionais Trimestrais (base 2006) Despesa (PIB pm) - dados encadeados em volume (ano de referência 2006)	94
Quadro 95 - Produção de resíduos por categoria de resíduos (EWStat 3.0)	94

FLUXO ESPECÍFICO DE RESÍDUOS

Quadro 97 - Materiais geridos e recuperados no âmbito da acção das entidades gestoras de fluxos específicos	95
---	----

MOVIMENTO TRANSFRONTEIRIÇO DE RESÍDUOS

Quadro 98 - Resíduos registados no movimento transfronteiriço, segundo as operações de gestão e de perigosidade	96
Quadro 99 - Resíduos registados no movimento transfronteiriço, segundo os países de origem, destino e operação de gestão	96

METODOLOGIAS, CONCEITOS E NOMENCLATURAS

3.1. Metodologias	99
3.2. Conceitos	112
3.3. Nomenclaturas	118



Análise dos Principais Resultados

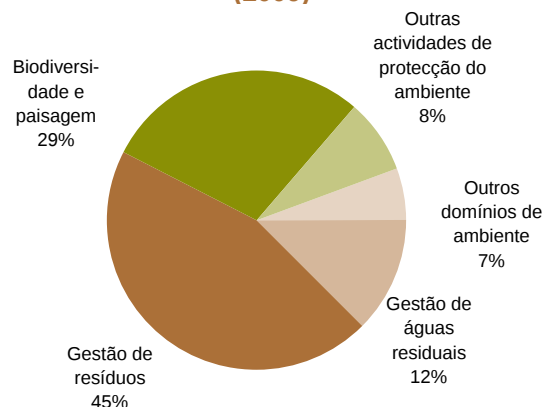
1.1 DESPESAS COM A PROTECÇÃO DO AMBIENTE

1.1.1 ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Em 2009, a despesa consolidada das Administrações Públicas em actividades de protecção ambiental registou um acréscimo de apenas 1% face ao ano anterior, fixando-se nos 1 060 milhões de euros, aproximadamente 0,6% do Produto Interno Bruto.

Quase metade da despesa (45%) foi absorvida pelo domínio “Gestão de Resíduos”, que atingiu, em 2009, os 478 milhões de euros. A “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” e “Gestão de Águas Residuais” ocuparam a segunda e a terceira posições, com 29% e 12%, respectivamente. Comparativamente ao ano anterior, o domínio “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” registou um aumento de 18%, em contraste com a “Gestão de Águas Residuais” e “Protecção da Qualidade do Ar e Clima” que apresentaram reduções de 11%, para o primeiro domínio, e 38%, para o segundo.

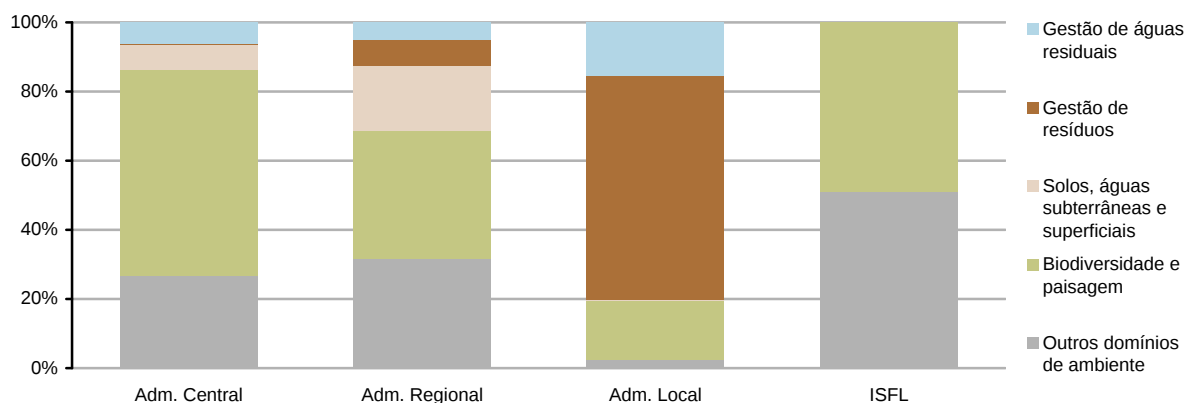
Gráfico 1 - Despesa consolidada das Administrações Públicas por domínios de ambiente (2009)



A Administração Local absorveu mais de 2/3 da despesa em ambiente das Administrações Públicas, enquanto a Administração Central representou 24% da despesa, tendo sido relativamente marginais as participações da Administração Regional e das Instituições Sem Fins Lucrativos.

Em termos de subsectores institucionais e domínios de ambiente, verifica-se que 2/3 dos gastos da Administração Local foram direccionados para o domínio “Gestão de Resíduos” e 17% para “Protecção da Biodiversidade e Paisagem”. Por outro lado, cerca de 3/5 da despesa da Administração Central e mais de 1/3 da Administração Regional foram aplicadas na “Protecção da Biodiversidade e Paisagem”. É de salientar os gastos efectuados pela Administração Central na “Protecção da Qualidade do Ar e Clima” que representam cerca de 2/5 da despesa realizada em “Outros Domínios de Ambiente”. No que se refere à repartição dos sub-sectores pelos vários domínios de ambiente, verifica-se que a quase totalidade dos gastos na “Gestão de Resíduos” foi efectuada pela Administração Local, enquanto na “Protecção da Biodiversidade e Paisagem”, a repartição foi mais homogénea. As Instituições Sem Fins Lucrativos privilegiaram os domínios “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” e “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” repartidos em partes iguais.

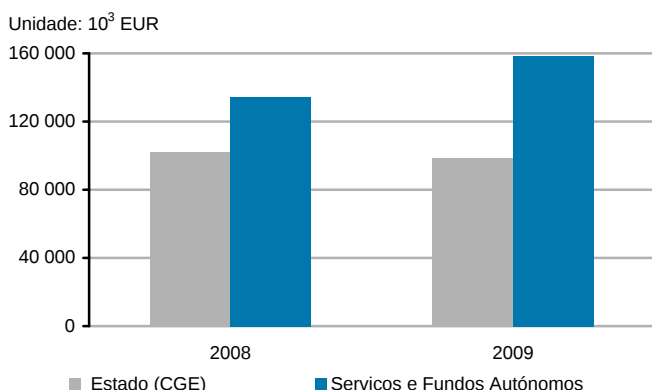
Gráfico 2 - Despesa consolidada das Administrações Públicas por sectores institucionais, segundo os domínios de ambiente (2009)



Administração Central

Os gastos da Administração Central em gestão e protecção do ambiente mantiveram o ritmo de crescimento em 2009, tendo atingido os 257 milhões de euros, mais 9% face ao ano anterior. A nível sectorial constata-se um aumento em 18 p.p. nas despesas dos Serviços e Fundos Autónomos que viu igualmente reforçada a sua posição na estrutura da despesa, representando agora 62% do total. De referir que a comparticipação do subsector Estado sofreu um decréscimo de 3% face a 2008.

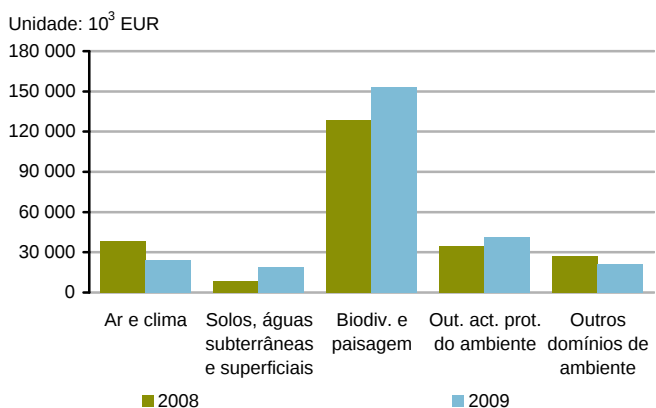
Gráfico 3 - Despesa consolidada da Administração Central em gestão e protecção do ambiente por sectores institucionais (2008 e 2009)



Cerca de 3/5 das despesas em ambiente foram aplicadas no domínio “Protecção da Biodiversidade e Paisagem”, sobretudo em acções da responsabilidade do Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade, relacionadas sobretudo com a conservação e valorização de espécies e *habitats*, gestão e conservação de áreas florestais em áreas protegidas e sensibilização ambiental em matéria de conservação da natureza e biodiversidade, e em actividades de combate a incêndios florestais asseguradas pelos municípios e pelas associações humanitárias de bombeiros voluntários no território continental geridas pela Autoridade Nacional de Protecção Civil.

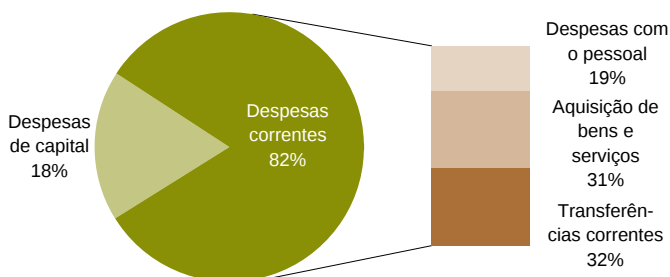
Os gastos no âmbito do domínio “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” constituem a segunda maior despesa, tendo crescido 19%, face a 2008, cerca de 41 milhões de euros, justificados pelo aumento nos gastos de funcionamento da Agência Portuguesa do Ambiente e pela implementação do Sistema de Mobilidade Especial (Lei nº 53/2006, de 7 de Dezembro) no Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Desta forma, a contribuição do domínio na estrutura da Administração Central fixou-se nos 16% do total despendido.

Gráfico 4 - Despesa consolidada da Administração Central por domínios de ambiente (2008 e 2009)



A despesa com o domínio “Protecção e Recuperação dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais” mais que duplicou, fixando-se nos 19 milhões de euros. Este facto deve-se à entrada em funcionamento de cinco Administrações de Região Hidrográfica (ARH) do Continente, organismos responsáveis pela gestão da água nas respectivas áreas de jurisdição, que integram uma ou várias bacias hidrográficas e aos ajustamentos decorrentes da área de competência atribuída às ARH. Assim, a participação deste domínio na estrutura da despesa aumentou em 4 p.p. em detrimento da “Gestão de Águas Residuais” que observou uma retracção na ordem dos 30% correspondendo a um recuo de 5 p.p. na estrutura da despesa.

Gráfico 5 - Despesa consolidada da Administração Central por agregados económicos (2009)



De referir nos “Outros Domínios de Ambiente” os gastos realizados com a “Investigação e Desenvolvimento” resultado do concurso de projectos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico em todos os domínios científicos, que atingiram os 4 milhões de euros.

As “Despesas Correntes” registaram um acréscimo de 22%, com realce para a rubrica “Aquisição de Bens e Serviços” que aumentou 42%, face a 2008, devido sobretudo ao pagamento dos meios aéreos utilizados no combate a incêndios florestais. Desta forma, as “Despesas Correntes” reforçaram o seu peso na estrutura da despesa global com mais de 4/5 das verbas, repartidas por “Transferências Correntes” com 32%, seguindo-se a “Aquisição de Bens e Serviços” (31%) e as “Despesas com o Pessoal” (19%).

As “Despesas de Capital” totalizaram apenas 18% da despesa total, divididas por “Transferências de Capital” (11%), das quais 3/4 foram direccionadas para o Fundo Português do Carbono, e “Investimentos” (7%).

A análise dos gastos em ambiente da Administração Central, ventilados por agregados contabilísticos e por domínio, permite identificar três situações distintas: o predomínio quase absoluto das “Despesas de Capital”, no domínio “Protecção da Qualidade do Ar e Clima” resultantes das “Transferências de Capital” para o Fundo Português de Carbono, por oposição à “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” e “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” cuja importância das “Despesas Correntes” ultrapassa os 90%. No primeiro domínio, os gastos foram destinados ao aluguer de meios aéreos para o combate a incêndios florestais e no segundo, despendidos essencialmente para o funcionamento corrente dos serviços da área do ambiente. No domínio “Protecção e Recuperação dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais”, apesar da repartição ser mais equilibrada, as “Despesas Correntes” ultrapassam as “de Capital”, situando-se nos 54% do total do domínio.

Administração Regional

Em 2009 a despesa em ambiente efectuada pela Administração Regional diminuiu para os 45 milhões de euros, cerca de metade da verba despendida no ano anterior. Esta tendência descendente foi comum às duas Regiões Autónomas embora tenha sido bastante mais acentuada na Região Autónoma da Madeira. Pela primeira vez nos últimos quinze anos (série estatística disponível), a Região Autónoma dos Açores detém a maior fatia da despesa efectuada pela Administração Regional, cerca de 3/5 do total. Também no que diz respeito ao perfil da despesa por domínio de ambiente se verifica uma maior convergência entre as duas regiões que maioritariamente canalizaram a sua despesa para os domínios “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” e “Protecção da Biodiversidade e Paisagem”.

Região Autónoma da Madeira

Na análise destes dados, é importante ter em conta que na Região Autónoma da Madeira foram criadas nos últimos anos empresas públicas para gestão dos sectores das águas, águas residuais e tratamento dos resíduos urbanos que passaram a realizar a maior parte das despesas nestes domínios.

Em 2009, os gastos em ambiente efectuados pela Região Autónoma da Madeira registaram um decréscimo de 61% face a 2008, totalizando 19 milhões de euros. Esta diminuição foi sentida em três domínios: no domínio da “Protecção e Recuperação dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais” (-78%), “Gestão de Resíduos” (-86%) e no domínio “Gestão de Águas Residuais” (-78%). Pelo contrário, a despesa em “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” aumentou 1,5 vezes passando a representar cerca de 17% da despesa desta região. O principal encargo da Região Autónoma da Madeira é no domínio “Protecção da Biodiversidade e Paisagem”, tendo sido aplicados cerca de 8 milhões de euros, 43% do total dos gastos com ambiente desta região.

Gráfico 6 - Despesa consolidada da Administração Central por domínios de ambiente, segundo os agregados económicos (2009)

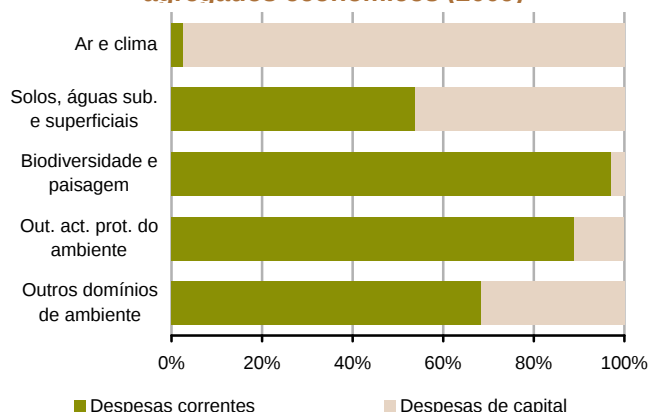
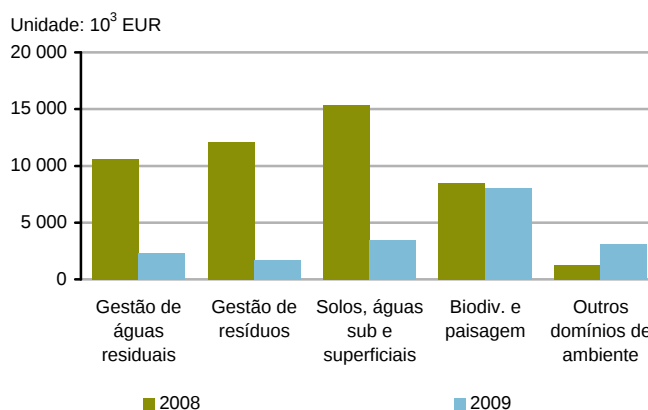


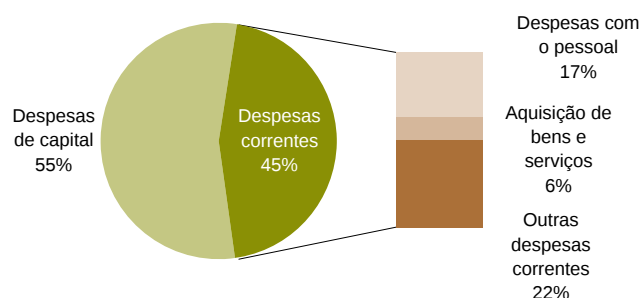
Gráfico 7 - Despesa consolidada da Administração Regional da Madeira por domínios de ambiente (2008 e 2009)



As “Despesas Correntes” diminuíram 53%, sendo que esta descida é em grande medida provocada pela diminuição na atribuição de subsídios a empresas da área da gestão de resíduos (-8,1 milhões de euros).

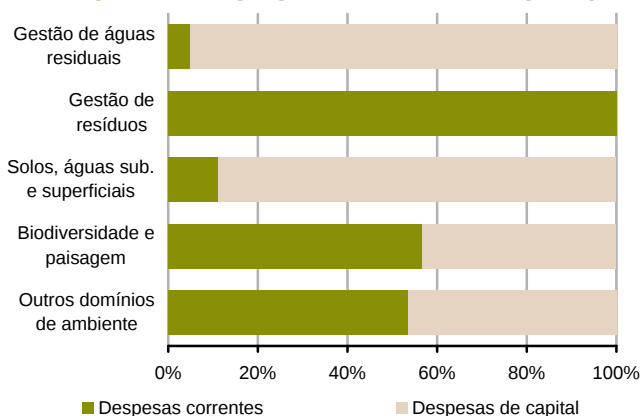
Não obstante mais de metade dos gastos da Região em ambiente continuarem a ser aplicados em “Despesas de Capital”, as “Despesas Correntes” aumentaram 7 p.p. na estrutura da despesa e já absorvem 45% do total despendido em ambiente. Para este aumento contribuíram, decisivamente os “Custos com o Pessoal” que na estrutura da despesa corrente aumentaram, face a 2008, cerca de 10 p.p. representando 17% das despesas correntes contra os 7% em 2008.

Gráfico 8 - Despesa consolidada da Administração Regional da Madeira por agregados económicos (2009)



De referir ainda que apesar dos investimentos constituírem a principal fatia das despesas de capital (42%), a sua contribuição diminuiu cerca de 13 p.p..

Gráfico 9 - Despesa consolidada da Administração Regional da Madeira por domínios de ambiente, segundo os agregados económicos (2009)



O perfil da despesa consolidada da Administração Regional da Madeira evidencia três realidades: os domínios relativos à “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” e “Outros Domínios de Ambiente” cujas despesas são sobretudo correntes, em oposição à “Gestão de Águas Residuais” e “Protecção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais”; por sua vez, no domínio “Gestão de Resíduos” a totalidade das despesas foi do tipo corrente, constituída por transferências e subsídios destinados a empresas da área da gestão de resíduos. De referir, ainda, que ao contrário de 2008, apesar da despesa com os “Outros Domínios de Ambiente” ser mais equilibrada, as “Despesas Correntes” ultrapassam as “de Capital”, fixando-se nos 54% do total do domínio.

Região Autónoma dos Açores

A Região Autónoma dos Açores aplicou 26 milhões de euros em actividades relacionadas com o ambiente, menos 15% do que no ano anterior. Apesar deste decréscimo, verificou-se um aumento de 26% nas despesas com o domínio “Outras Actividades de Protecção do Ambiente”, que passou a deter mais de 2/5 do total da despesa. Este aumento é justificado pela transferência da acção “Centros de Interpretação Ambiental” integrada no projecto “Conservação da Natureza” para o da “Promoção Ambiental”, que inclui, entre outras actividades, a participação, informação, divulgação, sensibilização, educação e formação dos cidadãos em matéria de ambiente. Para além desta alteração, a contribuição do domínio “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” caiu 24 p.p. face a 2008, devido sobretudo à quebra de 80% registada nas acções “Gestão de Parques Naturais de Ilha” e “Jardins Botânicos” e à reafecção de algumas acções relacionadas com a preservação e valorização do ambiente. De salientar ainda, os gastos realizados com o domínio “Gestão de Resíduos” que surge individualizado pela primeira vez no plano da região, absorvendo 6% do total despendido.

Os custos com pessoal, que representam 22% da despesa corrente, consolidaram a sua posição na estrutura da despesa, aumentando 3 p.p. face ao ano anterior. Aliás as “Despesas Correntes” constituem os principais gastos com o ambiente, relegando desta forma as “Despesas de Capital” para segundo plano (47% do total), que face ao ano anterior ainda perderam importância relativa.

Também o perfil da despesa da Região Autónoma dos Açores evidencia duas realidades distintas: o domínio “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” em que predominam as “Despesas Correntes”; em oposição à “Protecção da Biodiversidade e Paisagem”, “Gestão de Resíduos” e “Protecção e Recuperação dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais” em que os gastos foram mais direccionados para as “Despesas de Capital”.

Gráfico 10 - Despesa consolidada da Administração Regional dos Açores por domínios de ambiente (2008 e 2009)

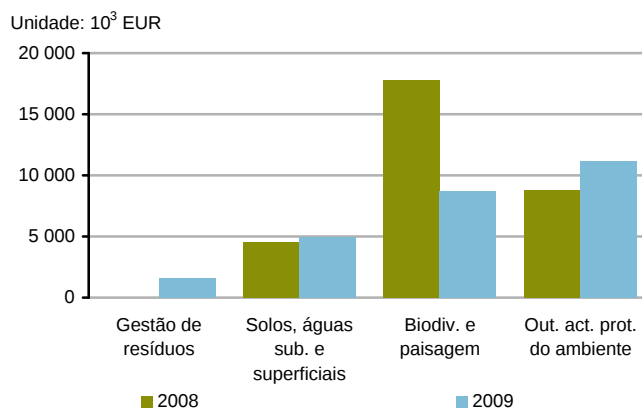


Gráfico 11 - Despesa consolidada da Administração Regional dos Açores por agregados económicos (2009)

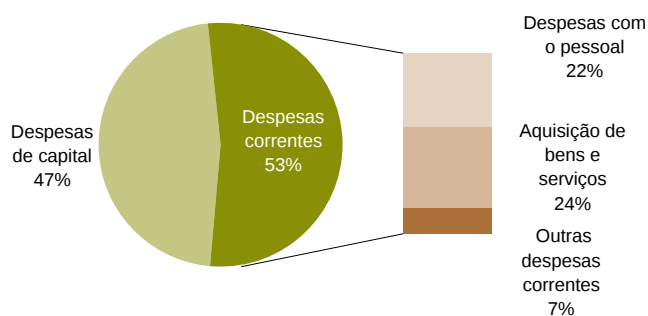
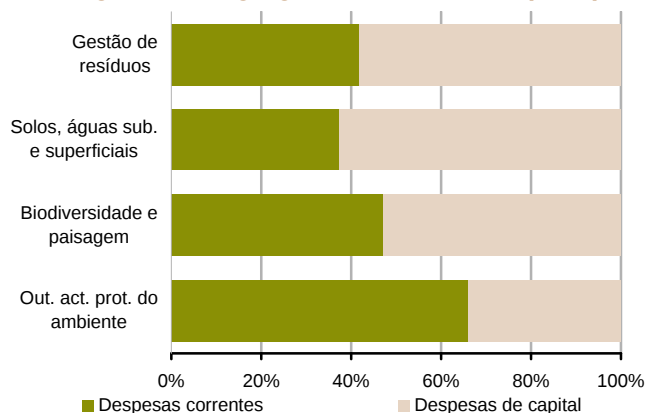
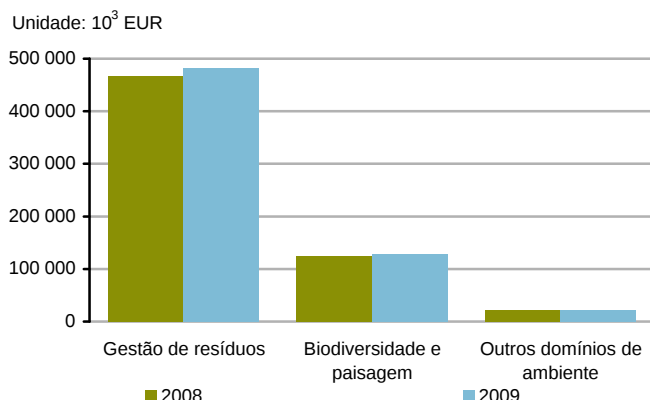


Gráfico 12 - Despesa consolidada da Administração Regional dos Açores por domínios de ambiente, segundo os agregados económicos (2009)

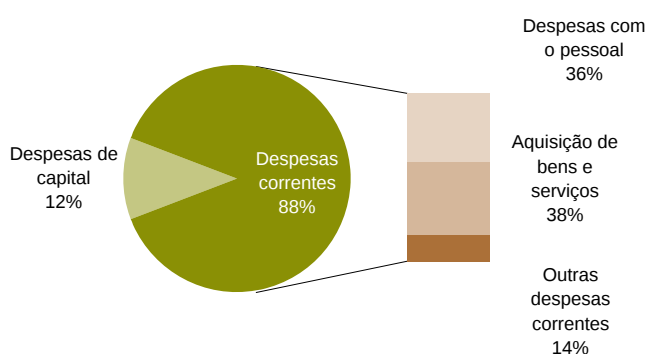


Administração Local

Municípios

Gráfico 13 - Despesas dos Municípios por domínios de ambiente (2008 e 2009)

Em 2009 os Municípios, por administração directa, gastaram 631 milhões de euros em actividades relacionadas com a gestão e protecção do ambiente, mais 3% que em 2008. Mais de 3/4 desta verba é gasta no domínio “Gestão de Resíduos” que ainda continua a reforçar a sua posição na estrutura da despesa dos municípios. Os gastos com o domínio. “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” representam cerca de 20% do total da despesa, perfazendo conjuntamente com as despesas no domínio “Gestão de Resíduos” a quase totalidade da despesa.

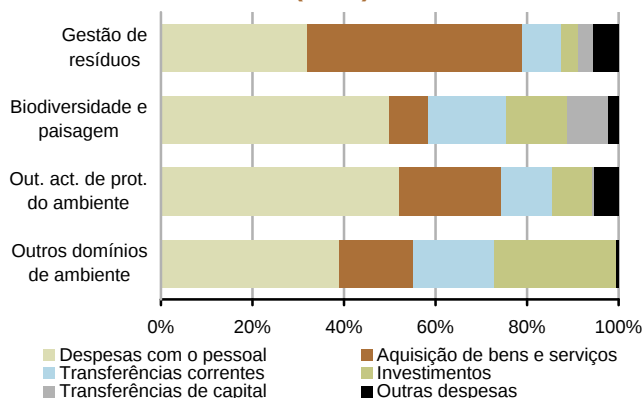
Gráfico 14 - Despesas dos Municípios por agregados económicos (2009)

Mais de meio milhão de euros são aplicados em despesas correntes, sobretudo na “Aquisição de Bens e Serviços” (38%) e em “Despesas com Pessoal” (36%). De referir que em 2009, a única despesa corrente que aumentou em termos relativos e absolutos foi precisamente a verba alocada às despesas com pessoal que aumentaram 2 p.p., quase 20 milhões de euros face a 2008.

As “Despesas de Capital” continuam a ter um peso consideravelmente mais baixo, cerca de 12% da despesa total, das quais 1/2 foi aplicada em investimentos.

Analisando os domínios de gestão e protecção do ambiente mais importantes em 2009, segundo os agregados económicos, salienta-se o predomínio das despesas correntes face às de capital. No domínio “Gestão de Resíduos” cerca de metade foram gastos na “Aquisição de Bens e Serviços” e cerca de 1/3 nas “Despesas com o Pessoal”, ascendendo a 380 milhões de euros, no seu conjunto, e representando mais de 79% do total da despesa. Estas despesas incluem, não apenas os serviços de recolha de resíduos urbanos indiferenciados e de recolha selectiva realizados directamente pelos municípios ou por terceiras entidades através de contratos de prestação de serviços com empresas especializadas

na área, mas também os pagamentos a entidades gestoras de serviços de gestão de resíduos urbanos em alta, responsáveis pelo tratamento de resíduos urbanos. Metade das despesas do domínio “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” foram aplicadas em “Despesas com o Pessoal”, onde estão incluídos os gastos com os bombeiros municipais, absorvendo as “Transferências Correntes e de Capital”, destinadas principalmente às Associações Humanitárias de Bombeiros, 26% do total da despesa. De referir que mais de 3/4 dos gastos com “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” foram direccionados para as “Despesas com o Pessoal” e “Aquisição de Bens e Serviços”, nomeadamente com os departamentos e gabinetes de planeamento e coordenação da área do ambiente, acções de educação e sensibilização ambiental e projectos para a concepção da Agenda 21 Local.

Gráfico 15 - Despesas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo os agregados económicos (2009)

Os Municípios das regiões Norte, Centro e Lisboa detêm a maior proporção dos encargos em acções de protecção ambiental, totalizando 4/5 da despesa total. A distribuição regional da despesa por domínios de ambiente coloca a “Gestão de Resíduos” como o domínio mais relevante. Em termos regionais, este domínio assume a menor importância na estrutura de encargos da Região dos Açores e a maior no Alentejo, com cerca de 79% do total da despesa. O domínio “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” reforçou, face a 2008, a sua importância na Região dos Açores em 9 p.p. Para este aumento contribuiu o projecto iniciado para a recuperação do Parque Ambiental do Paúl da iniciativa do Município da Praia da Vitória.

Gráfico 16 - Despesas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo as NUTS II (2009)

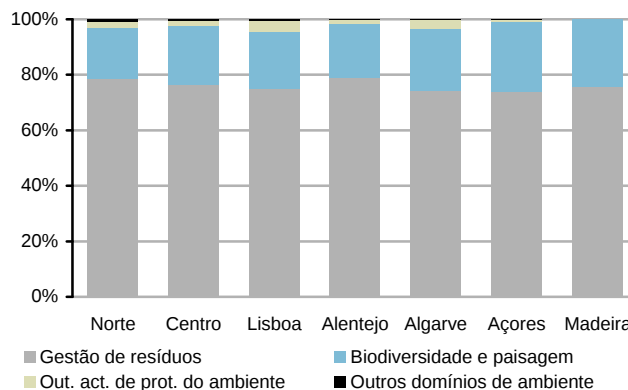
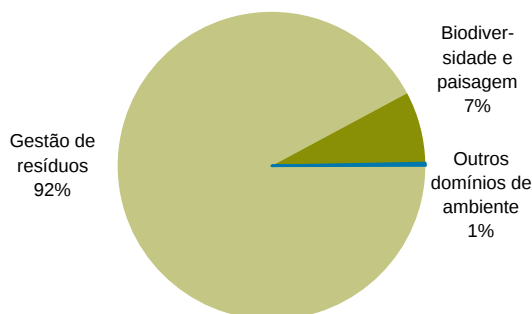


Gráfico 17 - Receitas dos Municípios por domínios de ambiente (2009)



As receitas dos municípios em ambiente (cerca de 1/3 da despesa) aumentaram 3%, fixando-se, em 2009, nos 195 milhões de euros, tendo o domínio “Gestão de Resíduos” contribuído com 92% do total, em resultado das verbas oriundas dos serviços de recolha de resíduos urbanos indiferenciados e de recolha selectiva.

As receitas geradas pelas actividades de protecção do ambiente estão concentradas nos municípios das Regiões do Norte (64 milhões de euros), Centro (37 milhões de euros) e Lisboa (35 milhões de euros), resultantes principalmente do domínio “Gestão de Resíduos”. Estes municípios representam, em conjunto, cerca de 70% das receitas totais.

Analisando as receitas pelos vários domínios de ambiente, verifica-se que em todas as regiões do País, os recursos provêm, essencialmente, do domínio “Gestão de Resíduos”. No Norte, Madeira e Açores a quase totalidade das receitas foram geradas por este domínio, enquanto no Centro e no Alentejo, a participação do domínio “Gestão de Resíduos” foi, respectivamente, de 89% e 83% e a parte remanescente foi proveniente, essencialmente, da “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” que contribuiu com 11% para a primeira região e 17% para a segunda.

Gráfico 18 - Receitas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo as NUTS II (2009)

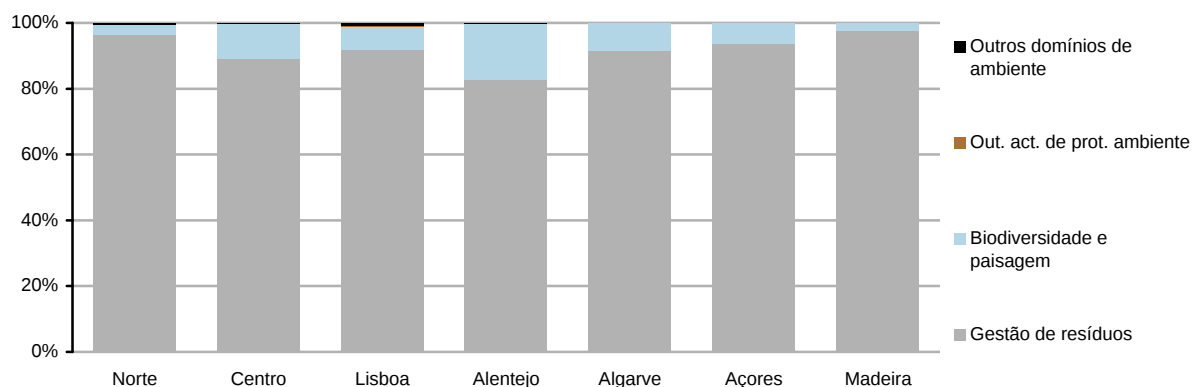
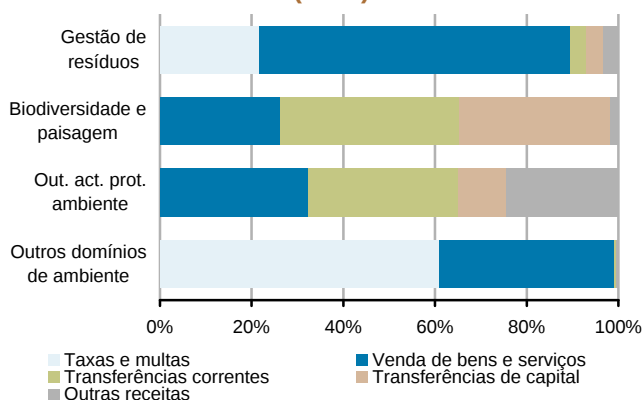


Gráfico 19 - Receitas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo os agregados económicos (2009)



Por domínios de ambiente e agregados económicos, verificam-se situações distintas. Enquanto no domínio “Gestão de Resíduos” mais de 4/5 das receitas dos municípios são provenientes da “Venda de Bens e Serviços” e “Taxas e Multas”, na “Protecção da Biodiversidade e Paisagem”, as “Transferências de Capital” e as “Transferências Correntes” assumem pesos significativos, 39% para a primeira rubrica, e 33% para a segunda, devido, essencialmente às transferências recebidas da Administração Central, compostas por receitas provenientes do Orçamento do Estado e da União Europeia destinadas à comparticipação nacional e comunitária nos projectos financiados. De salientar ainda, que nos “Outros Domínios de Ambiente” a quase totalidade dos recursos são oriundos do domínio “Protecção contra Ruídos e Vibrações”, nomeadamente das “Taxas e Multas” e “Venda de Bens e Serviços”.

1.1.2. ENTIDADES PRODUTORAS DE BENS E SERVIÇOS DE AMBIENTE

As entidades produtoras de bens e serviços de ambiente fecharam o ano de 2009 com um volume de negócios de 4 502 milhões de euros, valor que traduz um decréscimo de 6%, face aos 4 796 milhões de euros movimentados em 2008.

A “Distribuição de água” foi a actividade económica que individualmente maior volume de negócios gerou, cerca de 17% do total, reforçando a sua posição em 3 p.p. comparativamente ao exercício de 2008. Seguiram-se as “Outras actividades centrais de ambiente” e a “Valorização de resíduos metálicos”, respectivamente com 14% e 8%. O volume total de negócios em ambiente tal como em 2007 e 2008, resultou, em grande parte (34%), da actividade de um conjunto disperso de sectores não centrais de ambiente, classificados em “Outras actividades”.

A ventilação do volume de negócios pelos domínios dos dois grupos “Gestão de Poluição” e “Gestão de Recursos”, continua a privilegiar o primeiro ainda que, face a 2008, o volume de negócios gerado tenha caído quase 19%, distando em 2009 apenas mais 2 p.p. do que o volume de negócios gerado pela “Gestão de Recursos”. Analisando *per si* cada um dos grupos, constata-se que os negócios relacionados com o grupo “Gestão da Poluição” foram maioritariamente canalizados para a “Gestão de Resíduos” que movimentaram mais de 65% do valor total das vendas de bens e serviços. A posição seguinte é ocupada pela “Gestão de Águas Residuais” que representou 23% do total, mais 5 p.p. face a 2008. Em contrapartida, o domínio “Protecção da Qualidade do Ar e Clima” tem vindo a perder importância relativa, registando uma variação média anual negativa de 13% para o período 2007/2009, contribuindo no último ano com 160 milhões de euros para o volume de negócios deste grupo, cerca de 7% do total.

Pelo contrário, o volume de negócios do grupo “Gestão dos Recursos”, subiu 12% em 2009, totalizando 2 200 milhões de euros. A repartição em domínios revela uma alteração do perfil do valor total das vendas de bens e serviços deste grupo com o domínio “Gestão e Optimização de Energia” a gerar 32% do volume de negócios, um crescimento de 9 p.p. atribuído à perda de importância, sobretudo, do domínio “Materiais e Produtos Reciclados” que gerou em 2009 cerca de 579 milhões de euros, aproximadamente menos 10% do que em 2008.

Gráfico 20 - Volume de negócios em ambiente segundo as principais actividades económicas (2009)

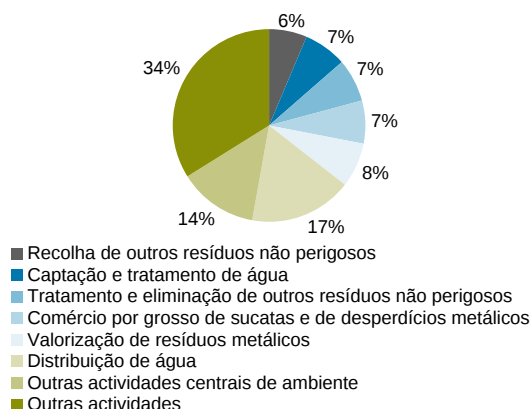


Gráfico 21 - Volume de negócios em ambiente por domínios do grupo “Gestão da poluição” (2009)

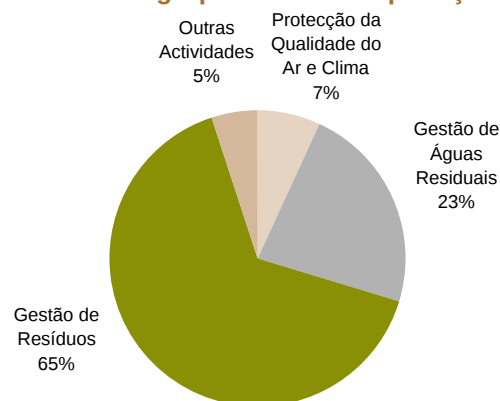
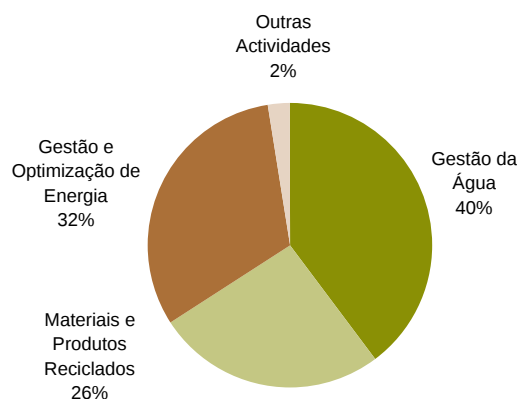
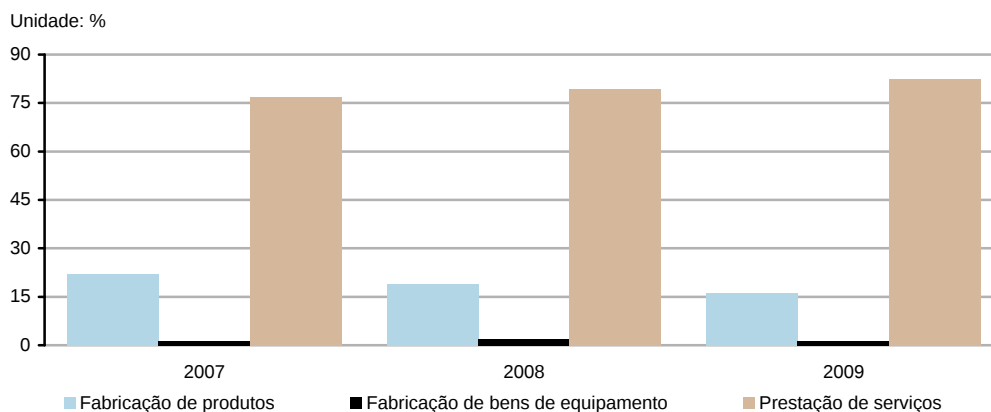


Gráfico 22 - Volume de negócios em ambiente por domínios do grupo “Gestão de recursos” (2009)



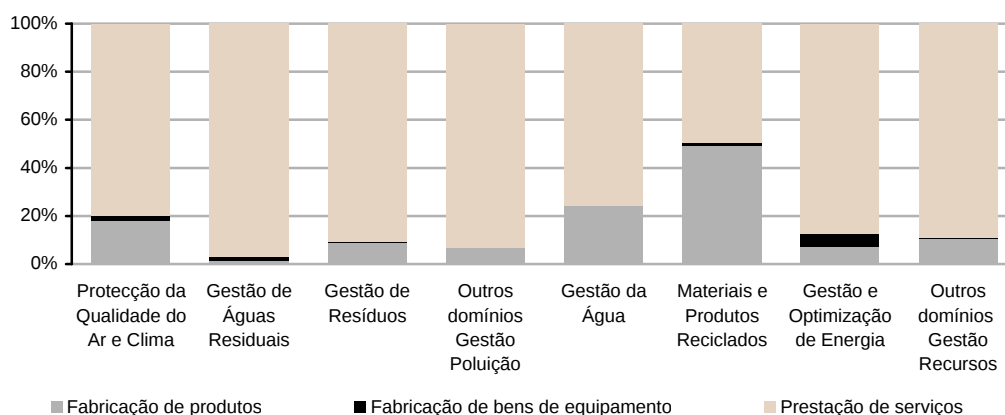
No período de 2007 a 2009, a “Prestação de Serviços” cresceu a uma taxa de variação média anual de 4%, assumindo-se como o principal tipo de actividade ambiental desenvolvida pelas entidades do sector, que em 2009 registou um volume de negócios de 3 711 milhões de euros, cerca de 82% do volume de negócios transaccionado na área ambiental. Em contrapartida a fabricação de bens de equipamento para além de meramente residual, viu a sua importância decrescer ao longo do período em análise como atesta a sua taxa de crescimento negativa neste período (-29%).

Gráfico 23 - Repartição do volume de negócios em ambiente, por tipo de actividade desenvolvida



A quantificação do volume de negócios por tipo de actividade desenvolvida segundo os domínios de ambiente, revela algumas assimetrias. No caso dos domínios “Gestão de Águas Residuais”, “Gestão de Resíduos” e “Outros Domínios Gestão da Poluição”, o volume de negócios gerado pela prestação de serviços ultrapassa os 90% do total do volume de negócios ambiental. Em contrapartida no domínio “Materiais e Produtos Reciclados”, o volume de negócios ambiental obtido resulta maioritariamente da prestação de serviços e da fabricação de produtos. De referir ainda que o domínio “Gestão e Optimização de Energia” foi aquele cuja fabricação de bens de equipamento movimentou em termos relativos e absolutos o maior volume de negócios ambiental nesta rubrica, ainda assim, este foi de apenas 5%.

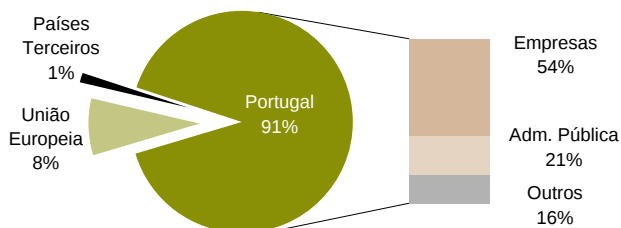
Gráfico 24- Volume de negócios em ambiente por tipo de actividade desenvolvida segundo os domínios de ambiente (2009)



À semelhança do ano anterior, as empresas e a Administração Pública constituem os principais clientes do sector dos bens e serviços do ambiente, tendo representado respectivamente 54% e 21% do total do volume de negócios gerado em 2009.

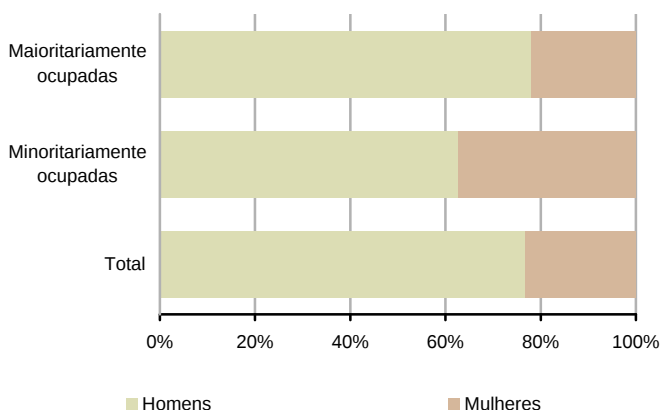
As vendas do sector para o mercado nacional decresceram cerca de 15%. Pelo contrário, as vendas para o mercado externo voltaram a crescer cerca de 12%, face a 2008, movimentando 455 milhões de euros, isto é, cerca de 9% do valor total transaccionado, essencialmente para países da União Europeia.

Gráfico 25 - Volume de negócios total segundo os mercados e sectores institucionais (2009)



O emprego cresceu 5% em 2009, nas entidades de bens e serviços de ambiente. Das 43 264 pessoas ao serviço, 31 842 desempenhavam funções específicas na área do ambiente (mais 8% do que em 2008) com 91% ocupando a maior parte do seu tempo de trabalho. O predomínio dos homens (77%) mantém-se desde 2007.

Gráfico 26- Pessoal ao serviço segundo o sexo e a ocupação em funções na área do ambiente (2009)



Analisando a tipologia das funções por grupo profissional, tal como nos anos 2007 e 2008, destacam-se mais uma vez os “Operários, Aprendizes e Praticantes” com 18 554 trabalhadores (58% do total). Nesta categoria os homens continuam a predominar (87%), assim como nos “Encarregados, Contramestres, Mestres e Chefes de Equipa” (86%) e nos “Dirigentes” (76%). Verifica-se uma distribuição mais equilibrada de funções nas categorias de “Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços” e “Quadros e Técnicos, Médios e Superiores”, cada uma com aproximadamente 48% para as mulheres.

Gráfico 27- Pessoal ao serviço segundo o sexo e os grupos profissionais na área do ambiente (2009)

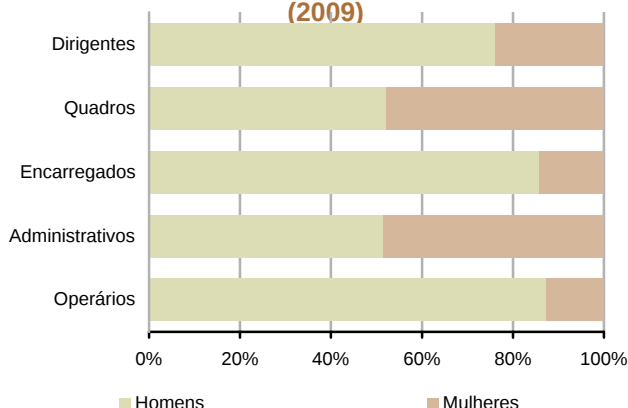
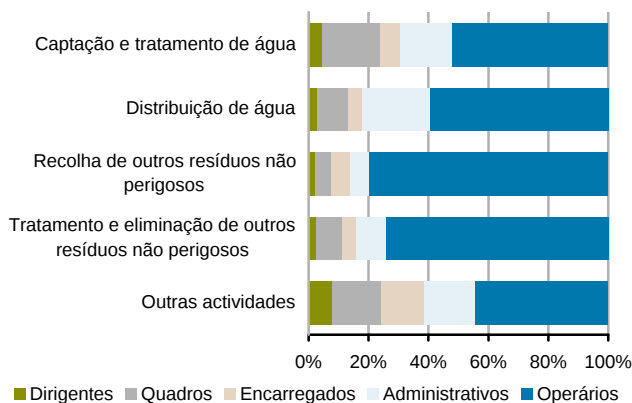


Gráfico 28- Pessoal ao serviço em ambiente segundo as principais actividades económicas (2009)



Os sectores de actividade com maior número de pessoas ao serviço foram "Outras actividades centrais de ambiente" com cerca de 28%, seguido da "Distribuição de água" e "Recolha de outros resíduos não perigosos", respectivamente com 21% e 19% do total.

Gráfico 29 - Pessoal ao serviço em funções de ambiente segundo o grupo profissional e o sector de actividade económica (2009)



A repartição dos grupos profissionais por sector de actividade económica, revela a predominância dos operários na generalidade dos sectores, especialmente na "Recolha de outros resíduos não perigosos" (80%), seguidos pelo pessoal administrativo.

1.1.3 EMPRESAS COM ACTIVIDADES DE MONITORIZAÇÃO, PREVENÇÃO, REDUÇÃO OU ELIMINAÇÃO DA POLUIÇÃO

Em 2009, as empresas que procederam a actividades de monitorização, prevenção, redução ou eliminação da poluição, ou outros factores de degradação do ambiente inerentes aos processos produtivos apresentaram um investimento de 175 milhões de euros e um resultado financeiro negativo da ordem dos 163 milhões de euros decorrente de um montante de custos e perdas de 245 milhões de euros, face a um valor total de 82 milhões de euros de proveitos e ganhos.

A análise por sector de actividade económica revela que, em 2009 e para a generalidade dos sectores, menos de metade das empresas realizaram investimentos ou despesas com medidas de protecção ambiental. Aliás este é um indicador que se mantém desde que há mais de 15 anos, o INE recolhe esta informação junto do parque empresarial. As “Indústrias químicas e farmacêuticas” e as “Indústrias da borracha e matérias plásticas” são as que registam um maior número relativo de unidades a adoptar medidas de protecção ambiental, respectivamente 73% e 68% do total de empresas em cada sector. Pelo contrário, como “menos amigas” do ambiente ou sem necessidade de realizarem acções de controlo e redução da poluição, estão as empresas dos sectores da “Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos” e das “Indústrias extractivas”, em que as medidas adoptadas de protecção do ambiente cobrem apenas cerca de 1/4 do total de empresas em cada um dos respectivos sectores. De referir ainda o sector das “Indústrias petrolíferas”, que apresenta um resultado de 100%, em virtude da única empresa classificada nesta actividade, dispor de medidas de protecção do ambiente no seu processo produtivo.

Gráfico 30 - Empresas com actividades na luta contra a poluição por sectores de actividade (2009)

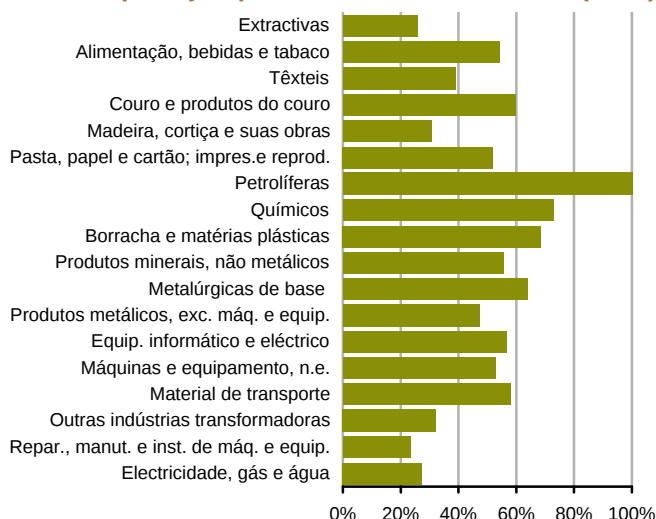
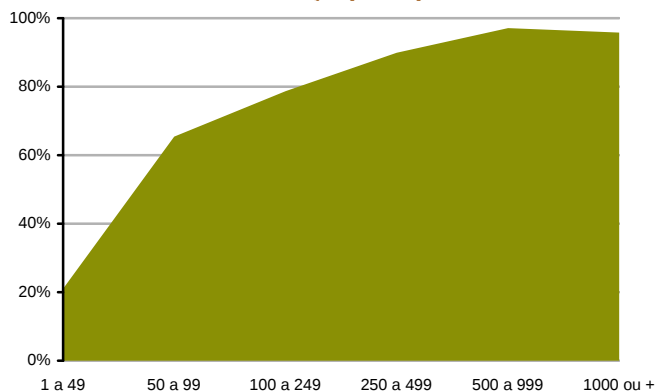
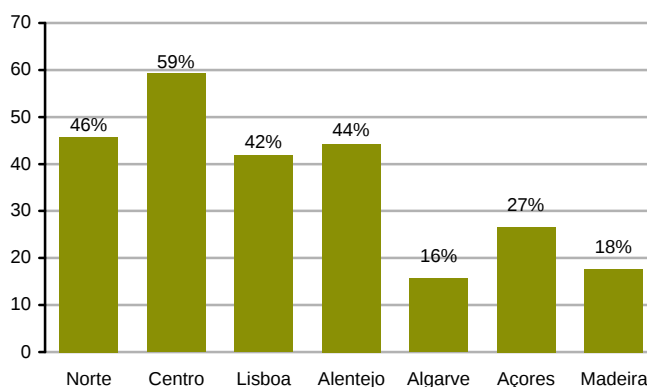


Gráfico 31 - Empresas com actividades na luta contra a poluição por escalões de pessoal ao serviço (2009)



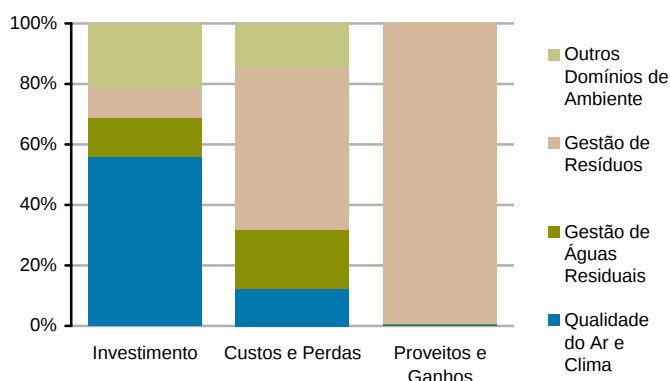
Para as empresas que efectuaram em 2009, acções de controlo e redução da poluição, observa-se que em termos relativos, nas empresas de maior dimensão (tendo por base o número de pessoas ao serviço), mais de metade das unidades revelam ter desenvolvido medidas de protecção ambiental. Destaque para as empresas posicionadas no escalão de 50 a 99 pessoas ao serviço, a partir do qual quase 2/3 das unidades industriais desenvolvem algum tipo de actividade de protecção do ambiente.

Gráfico 32 - Empresas com actividades na luta contra a poluição por NUTS II (2009)



**Em termos regionais, o Centro reforçou a sua liderança em 4 p.p. face a 2008 e em 2009 quase 60% do parque empresarial exercia actividades de controlo e redução da poluição. As regiões do Norte e Alentejo posicionam-se logo a seguir com, respectivamente, 46% e 44% do total das empresas sediadas nestas regiões. De referir que no Algarve apenas 16% das empresas adoptam medidas de protecção ambiental.

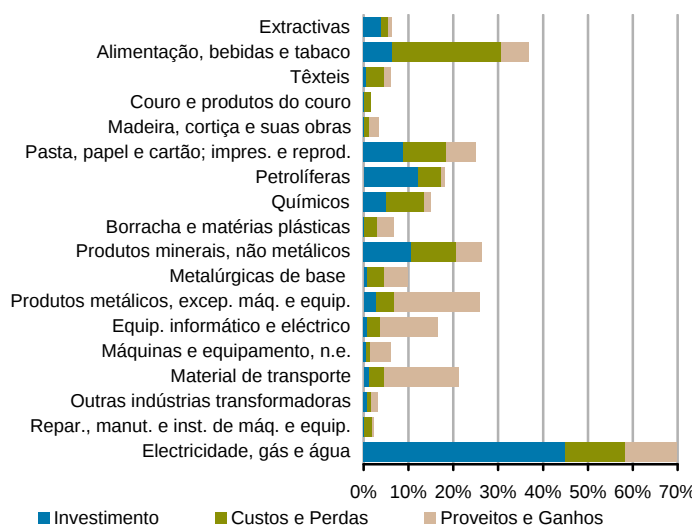
Gráfico 33 - Principais variáveis das empresas por domínios de ambiente (2009)



Em 2009, o “Investimento” das empresas, no âmbito da protecção do ambiente, foi aplicado maioritariamente (56%), no domínio da “Protecção da Qualidade do Ar e Clima” através sobretudo da construção de chaminés e aquisição de equipamento de filtragem e tratamento de emissões gasosas para a atmosfera. Os “Custos e Perdas”, por seu turno, incidiram sobretudo no domínio da “Gestão de Resíduos” decorrentes da actividade industrial, por via da sua eliminação ou minimização. A quase totalidade dos “Proveitos e Ganhos” das empresas em análise foram obtidos maioritariamente através da “Venda de Resíduos e/ou Materiais Reciclados” que ascenderam a 82 milhões de euros, o que reflecte uma quebra de 40%, relativamente ao exercício de 2008, justificada pelo facto das empresas, por questões de mercado, terem estrategicamente optado por armazenar estes produtos não os valorizando.

Quando se comparam as variáveis económicas recolhidas junto das empresas, por sector de actividade, verifica-se que mais de 2/5 dos investimentos realizados foram efectuados pelo sector “Electricidade, gás e água”. O sector das “Indústrias petrolíferas” voltou a ocupar a 2ª posição em termos de importância relativa

Gráfico 34 - Principais variáveis das empresas por sectores económicos (2009)



com 12%, devido aos seus fortes investimentos decorrentes da utilização de equipamentos mais complexos, pesados e dispendiosos. As “Indústrias de produtos minerais, não metálicos” ocupam a 3ª posição, contribuindo com 11% do investimento total.

A quantificação do montante de custos e perdas permite destacar o sector das “Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco” como aquele em que esta variável contabilística assume maior expressão, secundado pelo sector da “Electricidade, gás e água”.

Os proveitos e ganhos são gerados essencialmente nas actividades de “Indústrias de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos” e “Indústrias de material de transporte”, actividades potencialmente geradoras de resíduos comercializáveis, somando no seu conjunto quase 2/5 desta rubrica.

O tecido empresarial com sede na região de Lisboa gera mais de metade do investimento total nacional e 29 milhões de euros de receita. A região Centro é a que aplica o segundo maior montante de investimento, cerca de 29 milhões de euros, correspondente a uma comparticipação no investimento nacional de 17%. A região Norte apresentou um montante de custos e perdas na ordem dos 54 milhões de euros, cerca de 22% dos custos totais nacionais e 33% da total da receita gerada. Todas as regiões apresentaram um resultado financeiro negativo, mas em termos relativos a região dos Açores destaca-se por apresentar o menor diferencial (470 milhares de euros).

Em 2009, o investimento da indústria em tecnologias de redução e controlo de poluição alcançou os 175 milhões de euros. Representando 75% do total, o investimento efectuado em tecnologias fim-de-linha, foi superior em todos os sectores de actividade, com excepção da “Indústria petrolífera”. A análise por domínios de ambiente permite identificar o domínio “Protecção da Qualidade do Ar e Clima” como o mais beneficiado, com 65% do investimento em tecnologias fim-de-linha. As tecnologias integradas apresentam maior incidência em “Outros Domínios de Ambiente”, tendo parte do investimento sido canalizado para a instalação de sistemas para a protecção de espécies e habitats (6 milhões de euros) e para a construção de bacias de retenção de óleos (7 milhões de euros).

Relativamente à incidência do investimento efectuado, por domínios de ambiente, nos diversos sectores de actividade económica, constata-se que a maioria dos sectores de actividade aplica parte significativa do investimento no domínio “Protecção da Qualidade do Ar e Clima”. Sectorialmente destacam-se as “Outras indústrias transformadoras” e “Indústrias de material de transporte” em que o investimento neste domínio absorve mais de 80% do total. No domínio da “Gestão de Águas Residuais”, destacam-se as “Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco” e “Indústrias de pasta, papel e cartão; impressão e reprodução”, em que o investimento absorveu, em média cerca de 55% do total do investimento efectuado por estas indústrias. No domínio da “Gestão de Resíduos”, as “Indústrias extractivas” e as “Indústrias metalúrgicas de base” investem mais de metade do total realizado. De referir que nos “Outros Domínios de Ambiente” o investimento sectorial não está tão concentrado, destacando-se contudo as “Indústrias petrolíferas”, “Indústrias têxteis” e “Máquinas e equipamentos, n.e.”, respectivamente com 56%, 36% e 27% do total realizado.

Gráfico 35 - Principais variáveis das empresas, por NUTS II (2009)

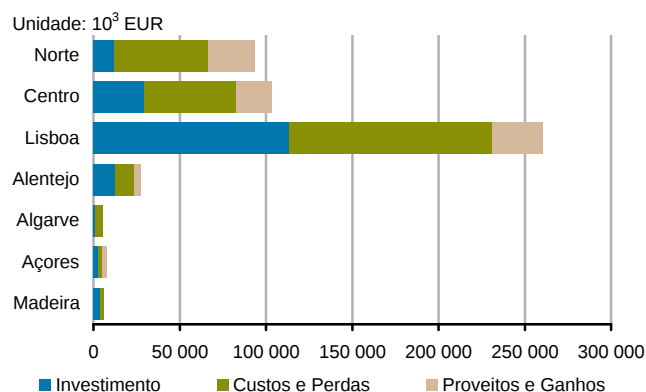


Gráfico 36 - Investimentos das empresas por tipo de tecnologia, segundo os domínios de ambiente (2009)

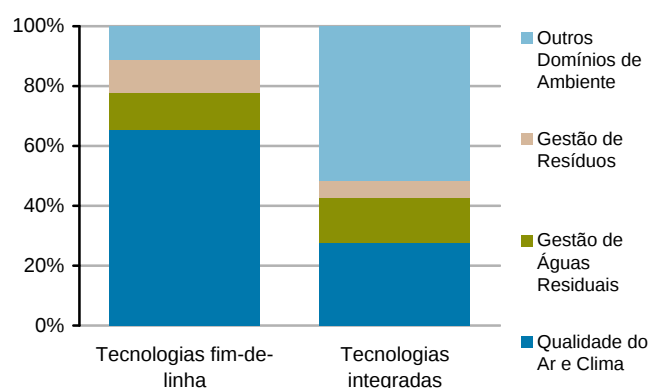


Gráfico 37 - Investimentos das empresas por sectores económicos, segundo os domínios do ambiente (2009)

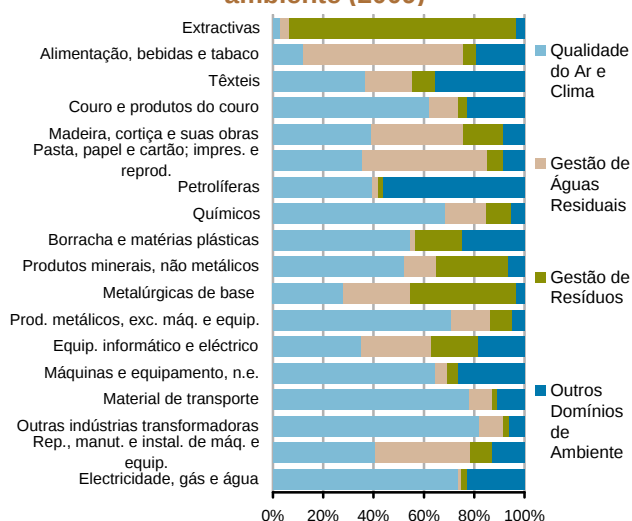
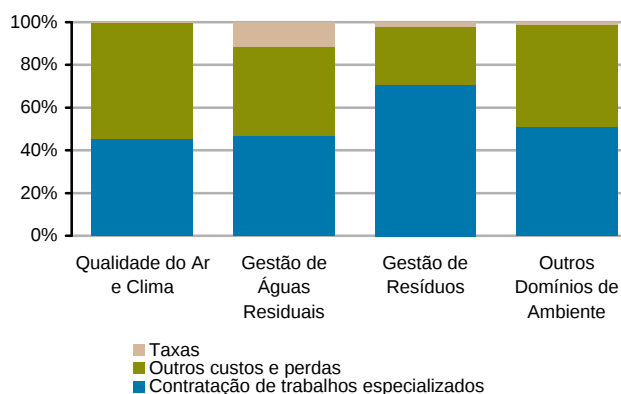
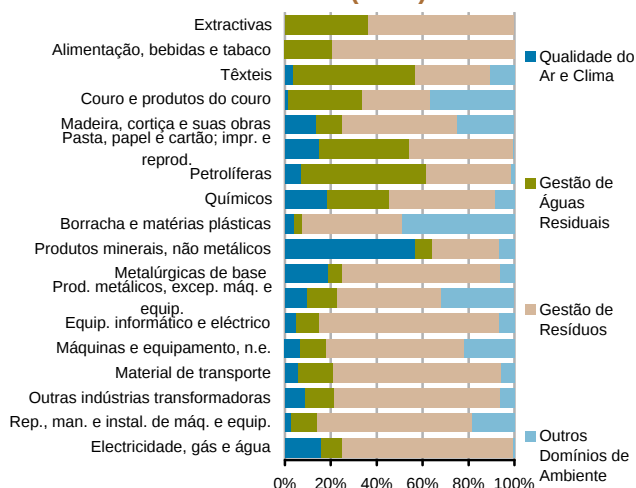


Gráfico 38 - Custos e perdas das empresas por domínios de ambiente (2009)



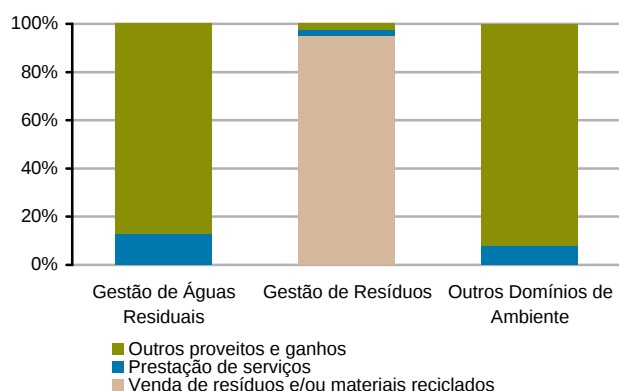
Analisando a variável “Custos e Perdas” desagregada por algumas rubricas contabilísticas, destaca-se a importância da verba despendida com a “Contratação de Trabalhos Especializados”, que atinge 60% do total nacional e que inclui as contrapartidas pagas às entidades gestoras, nomeadamente à Sociedade Ponto Verde, pela gestão dos resíduos de embalagem, e à Valorcar, pela valorização dos veículos automóveis em fim de vida, e dos seus componentes e materiais. No que se refere às despesas associadas com actividades de protecção ambiental desenvolvidas com meios próprios da empresa (rubrica “Outros custos e perdas”), verifica-se que estas absorveram 36% dos custos e perdas globais, apresentando o maior peso em “Gestão de Resíduos” com 40% do total. Finalmente as “Taxas” correspondentes ao pagamento a serviços municipais de recolha, tratamento de águas residuais e resíduos, representaram um valor residual, com expressão apenas no domínio “Gestão de Águas Residuais”.

Gráfico 39 - Custos e perdas das empresas por sectores económicos, segundo os domínios do ambiente (2009)



A “Gestão de Resíduos”, na generalidade dos sectores de actividade, revela-se como o domínio que maiores custos envolve, seguindo-se o domínio “Gestão de Águas Residuais”, representando respectivamente, 54% e 19% do total de custos e perdas. De referir que o domínio “Gestão de Águas Residuais” assume maior importância nas “Indústrias têxteis” e nas “Indústrias petrolíferas”, enquanto o domínio “Protecção da Qualidade do Ar e Clima” tem expressão na “Indústrias de produtos minerais não metálicos” e nas “Indústrias químicas e farmacêuticas”.

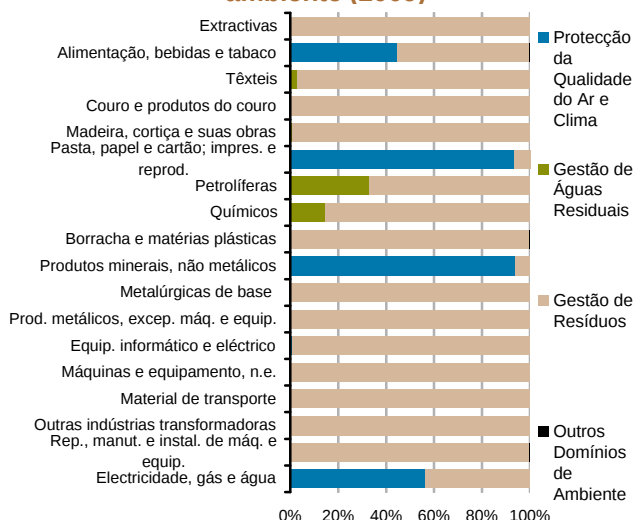
Gráfico 40 - Proveitos e ganhos das empresas por domínios de ambiente (2009)



No domínio “Gestão de Resíduos”, a quase totalidade das receitas das empresas associadas a medidas de protecção ambiental provêm, fundamentalmente, da “Venda de Resíduos e/ou Materiais Reciclados”.

Gráfico 41 - Proveitos e ganhos das empresas por sectores económicos, segundo os domínios do ambiente (2009)

É claramente predominante a capacidade que as empresas de qualquer dos sectores de actividade possuem para gerar receitas no domínio “Gestão de Resíduos”, com excepção das “Indústrias de produtos minerais não metálicos” com 94%, bem como, dos proveitos gerados no domínio da “Protecção da Qualidade do Ar e Clima”, das “Indústrias de pasta, papel e cartão; impressão e reprodução” com 93% e da “Electricidade, gás e água” com 56%.



Para o conjunto dos sectores industriais, os “Custos com pessoal ligados às actividades de protecção ambiental” ascenderam a 56 milhões de euros. A análise do tempo de trabalho do pessoal ocupado com actividades de protecção ambiental revela que apenas 12% dos indivíduos ocupa mais de metade do tempo de trabalho em actividades relacionadas com o ambiente. Em termos de pessoas “equivalentes a tempo completo”, verifica-se que as “Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco” e “Indústrias de pasta, de papel e de cartão” se revelam como os sectores mais intensivos na utilização de recursos humanos para o desenvolvimento de acções de protecção ambiental, representando cada uma, 13% do total.

Quadro 1 - Pessoas ao serviço nas empresas que desenvolvem actividades de protecção ambiental, por actividades económicas, segundo o regime de afectação e respectivos custos

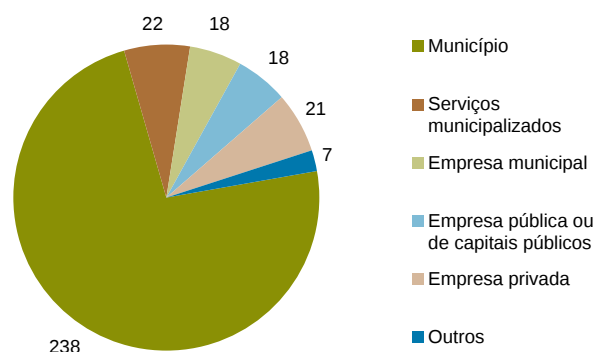
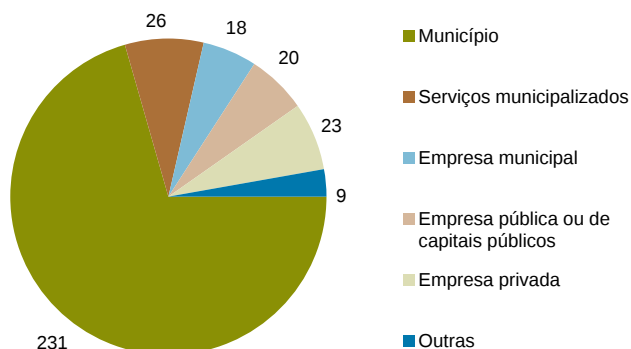
2009

Regime de afectação dos recursos humanos e custos associados	Número médio de pessoas que ocupam		Emprego "equivalente a tempo completo" em actividades de ambiente	Custos com o pessoal, afectos às actividades de protecção ambiental
	Mais de metade do tempo de trabalho em actividades de ambiente	Menos de metade do tempo de trabalho em actividades de ambiente		
Actividades económicas (CAE - Rev.3)	N.º			10 ³ EUR
Total	2 715	20 250	4 484	55 526
05-09 Extractivas	107	411	129	1 242
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	340	2 699	578	12 386
13-14 Têxteis	251	1 558	403	2 186
15 Couro e produtos do couro	69	442	168	233
16 Madeira, cortiça e suas obras	58	642	148	850
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	238	2 690	559	5 061
19 Petrolíferas	59	0	59	4 650
20-21 Químicos	189	1 512	243	5 003
22 Borracha e matérias plásticas	228	1 082	262	2 208
23 Produtos minerais, não metálicos	311	2 356	479	4 613
24 Metalúrgicas de base	46	572	101	1 012
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.	262	2 203	436	3 306
26-27 Equip. informático e eléctrico	93	1 112	177	2 117
28 Máquinas e equipamento, n.e.	68	575	120	1 120
29-30 Material de transporte	169	1 060	232	2 207
31-32 Outras indústrias transformadoras	103	446	160	729
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	38	409	88	1 605
35-36 Electricidade, gás e água	89	482	141	4 997

1.1.4 ENTIDADES GESTORAS DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ÁGUAS RESIDUAIS

Neste capítulo a informação está organizada de acordo com a natureza do serviço prestado pelas entidades gestoras – abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais – e a localização geográfica das mesmas. Estas entidades possuem diversas naturezas jurídicas, sendo constituídas por associações de municípios ou de utilizadores, empresas municipais ou intermunicipais, entidades empresariais municipais, empresas privadas, empresas públicas ou de capitais públicos, municípios e serviços municipalizados.

Gráfico 42 - Entidades gestoras do serviço de abastecimento de água, por tipo de entidade (2009) **Gráfico 43 - Entidades gestoras do serviço de drenagem e tratamento de águas residuais, por tipo de entidade (2009)**



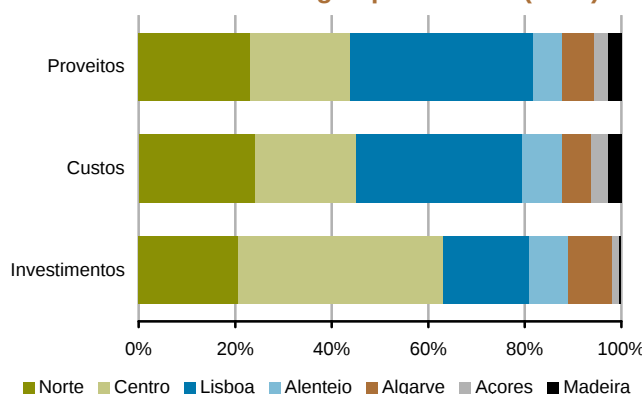
Cerca de 3/4 das entidades gestoras de serviços urbanos de abastecimento de água e/ou drenagem e tratamento de águas residuais continuam a ser os municípios. Comparativamente a 2008 verifica-se, contudo, um acréscimo no número de empresas privadas que prestam serviços quer no abastecimento de água quer na drenagem e tratamento de águas residuais, passando, respectivamente, de 17 para 23 empresas e de 13 para 21 empresas.

Esta tendência crescente de concessão dos serviços de abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais a entidades privadas, permite aos municípios assegurarem a realização de investimentos no sector, mitigando os riscos associados e garantirem a melhoria da eficiência dos sistemas.

Considerando que à data de divulgação desta publicação não se encontravam disponíveis dados de diversas entidades gestoras (ver Capítulo 3.1 Metodologias), qualquer análise deverá ser efectuada em conformidade com esta limitação, não sendo possível proceder a uma análise comparativa com os dados relativos a anos precedentes.

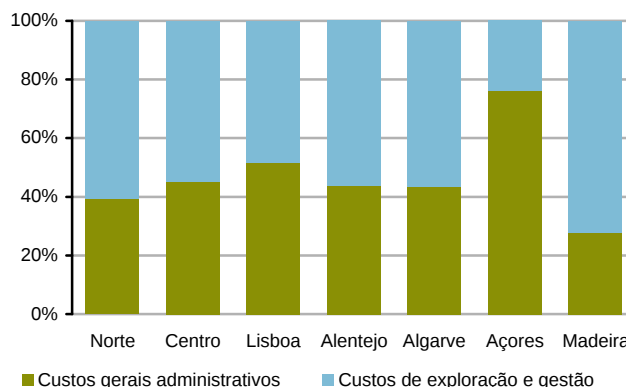
Abastecimento de água

Gráfico 44 - Principais variáveis do serviço de abastecimento de água por NUTS II (2009)



Os “Investimentos” em infra-estruturas associadas aos serviços de abastecimento de água totalizaram, em 2009, 480 milhões de euros, dos quais 2/5 foram realizados pelas entidades gestoras da região Centro. Na rubrica “Custos” (onde se incluem os “Custos gerais administrativos” e os “Custos de exploração e gestão”), mais de 1/3 foram despendidos pelas entidades gestoras localizadas em Lisboa. De referir que mais de 4/5 dos “Proveitos” das entidades gestoras se concentraram nas regiões de Lisboa, Norte e Centro.

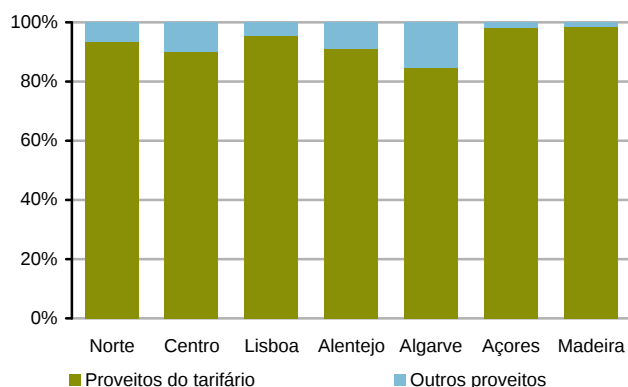
Gráfico 45 - Custos com o serviço de abastecimento de água por NUTS II (2009)



Os “Custos de exploração e gestão” constituídos por gastos com a operação e manutenção das infra-estruturas associadas aos serviços de abastecimento de água predominam na maioria das regiões, com excepção da Região Autónoma dos Açores em que esta variável detém apenas 24% do total dos custos. De facto, o volume de água captado para consumo neste arquipélago é em grande parte de origem subterrânea, pelo que o tratamento a efectuar é menos complexo e exigente, não sendo por isso tão oneroso como no caso de águas de superfície. Em contrapartida, os “Custos de exploração e gestão” das entidades gestoras sediadas na Madeira, representaram mais de 70% do total da Região.

Mais de 90% dos “Proveitos” das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água tiveram origem nos “Proveitos do tarifário”, resultantes da sua aplicação aos consumidores. Esta situação verifica-se de forma generalizada em todas regiões e advém do facto dos proveitos de tarifário serem cobrados com uma periodicidade definida, em função do volume consumido e, na maioria dos casos, incluem igualmente uma componente fixa que é cobrada mensalmente. De referir que na Região do Algarve, os outros proveitos relacionados com a prestação de serviço, nomeadamente colocação de contadores e execução de ramais de ligação, entre outros, representaram cerca de 1/5 do total das verbas recebidas, em consequência da abertura de novos contratos na região, que face a 2008 registou um aumento em média de 3% do número de contadores instalados.

Gráfico 46 - Proveitos do serviço de abastecimento de água por NUTS II (2009)



Drenagem e tratamento de águas residuais

Em 2009, os “Investimentos” das entidades gestoras em infra-estruturas de drenagem e tratamento de águas residuais ascenderam a 471 milhões de euros. À semelhança do serviço de abastecimento de água, destacam-se as entidades sediadas na Região Centro com mais de 2/5 das verbas investidas, seguidas pelas de Lisboa com 1/4 do investimento total. No que se refere aos “Custos” e aos “Proveitos”, mais de 4/5 das verbas foram realizadas pelas entidades gestoras do Norte, Centro e Lisboa.

Gráfico 47 - Principais variáveis do serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II (2009)

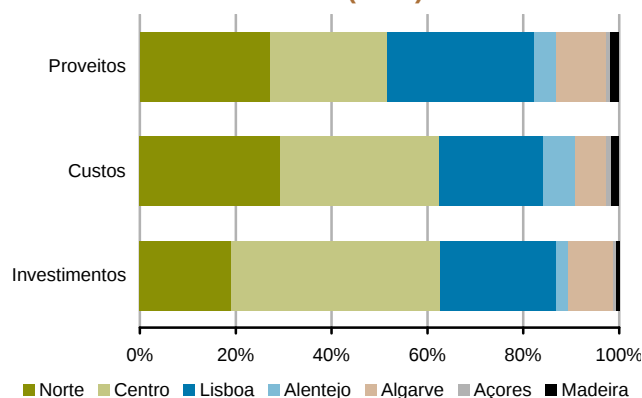
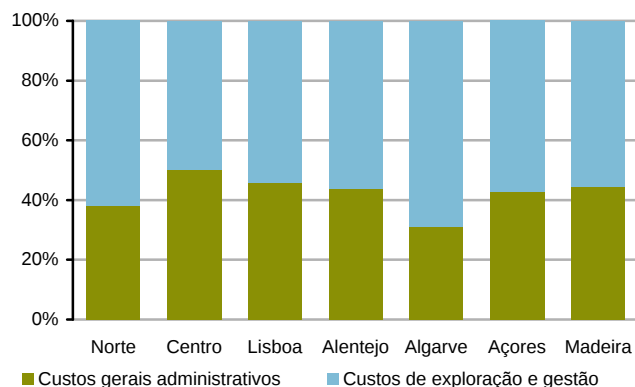
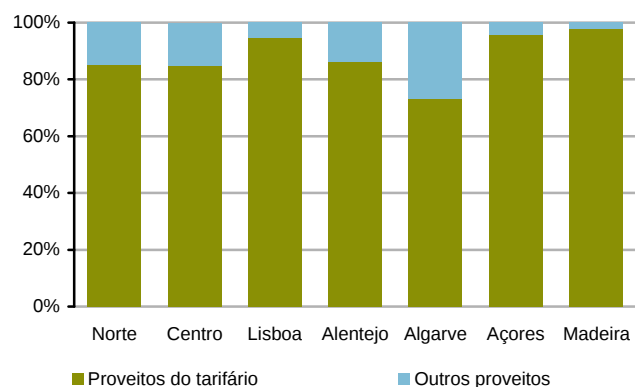


Gráfico 48 - Custos com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II (2009)



Em 2009, os “Custos” com a operação e manutenção das infra-estruturas associadas aos serviços de drenagem e tratamento de águas residuais totalizaram 400 milhões de euros. Em termos regionais, os “Custos de exploração e gestão” constituem a parcela mais significativa em todas as regiões do País, com realce para o Algarve em que este tipo de despesa representa mais de 2/3 do total despendido na região.

Gráfico 49 - Proveitos do serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II (2009)



Os “Proveitos do tarifário” do serviço de drenagem e tratamento de águas residuais sobrepõem-se aos “Outros proveitos”, constituídos essencialmente por proveitos resultantes da prestação de serviços, como por exemplo vistorias, desobstrução da rede de esgotos, execução de ramais de ligação, limpeza de fossas sépticas individuais, entre outros. Os “Proveitos” fixaram-se nos 268 milhões de euros, dos quais mais de 4/5 dizem respeito aos “Proveitos do tarifário”.

Em todas as regiões do País cerca de 3/4 das verbas provêm dos “Proveitos do tarifário”, resultante da aplicação do tarifário aos consumidores de água ligados ou não à rede de drenagem de águas residuais, com excepção do Algarve em que 1/4 dos proveitos tiveram origem nos “Outros proveitos”.

1.1.5 INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

Associações e Outras Entidades de Bombeiros

Em 2009, a principal actividade desenvolvida pelos Corpos de Bombeiros foi no âmbito do “Serviço de Saúde”, com cerca de 1 milhão de serviços prestados, o que corresponde a uma média de 2 120 serviços por cada Corpo de Bombeiros. Esta situação é transversal a todas as regiões, com as participações em serviços de saúde a rondar os 70% do total dos serviços prestados, com excepção do Algarve, região na qual a execução deste serviço se fixou apenas em 57% do total de serviços prestados.

Os “Outros Serviços” representaram cerca de 1/4 dos serviços prestados pelos bombeiros, correspondendo a 348 mil acções associadas a actividades como a assistência a acidentes nos diversos meios de transporte, serviços de prevenção e protecção à população e resolução de conflitos, entre outras. O Algarve foi a região em que estas actividades tiveram maior importância com mais de 1/3 do total, em contraste com as Regiões da Madeira e do Alentejo que representaram, respectivamente, 17% e 20% do total das acções realizadas.

Gráfico 50 - Participação dos Corpos de Bombeiros por NUTS II, segundo o tipo de serviço (2009)

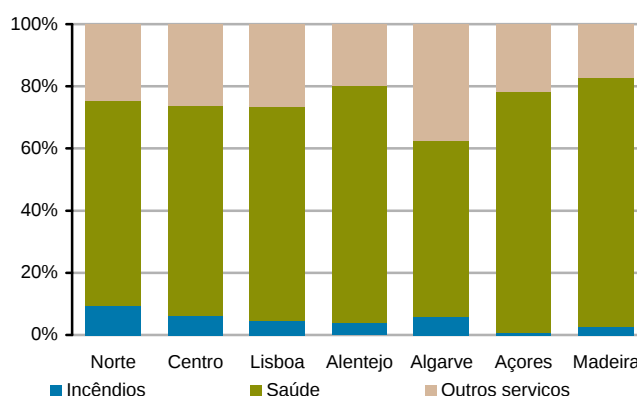
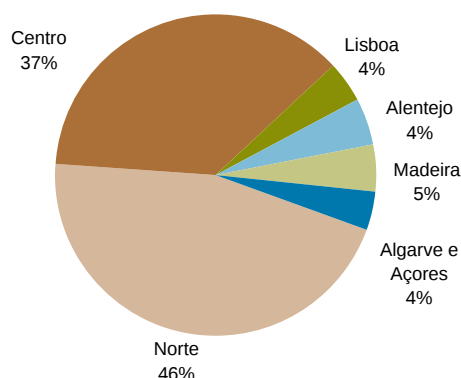
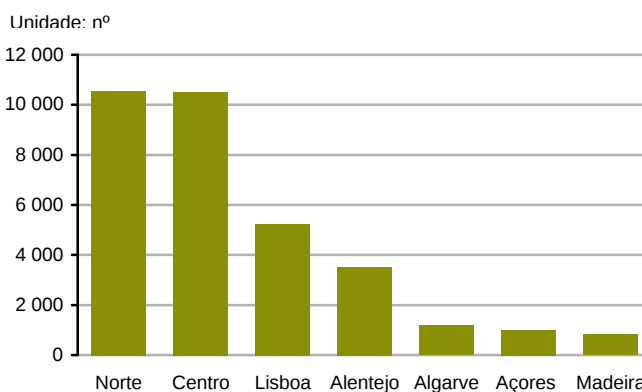


Gráfico 51 - Participação dos Corpos de Bombeiros no combate a incêndios, por regiões (2009)



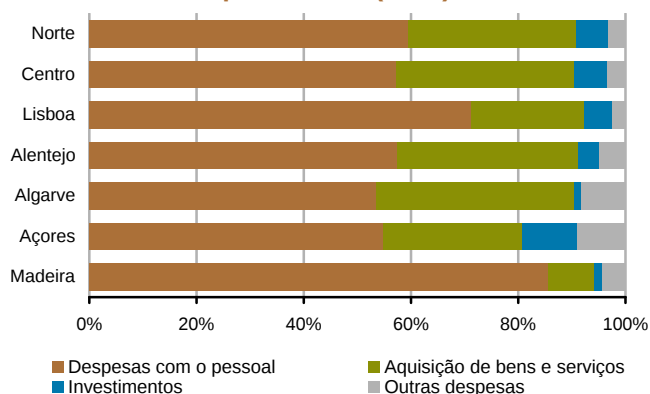
No ano de 2009, os Corpos de Bombeiros ocorreram a 84 mil incêndios no País, mais 31% face ao ano anterior, e dos quais 18% tiveram origem em povoamentos florestais. A participação dos Corpos de Bombeiros da Região do Norte no combate a incêndios florestais foi a mais significativa, com cerca de metade das ocorrências, seguida pelas corporações do Centro com 37%. De salientar que a participação dos bombeiros da região Norte nos incêndios em povoamentos florestais foi 1,5 superior do que em 2008.

Gráfico 52 - Elementos dos Corpos de Bombeiros do quadro de comando e do quadro activo, por NUTS II (2009)



Cada Corporação de Bombeiros contou com uma média de 73 elementos em 2009, totalizando 32 811 indivíduos que desenvolveram actividades no âmbito do quadro de comando e quadro activo dos Corpos de Bombeiros. A Região do Alentejo registou em média 53 bombeiros por corporação, em contraste com a de Lisboa que atingiu 82 elementos por Corpo de Bombeiros. As Regiões Norte e Centro englobaram em conjunto, cerca de 2/3 do efectivo do País, por oposição às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira cuja contribuição não ultrapassou os 3%, para a primeira Região e os 2%, para a segunda.

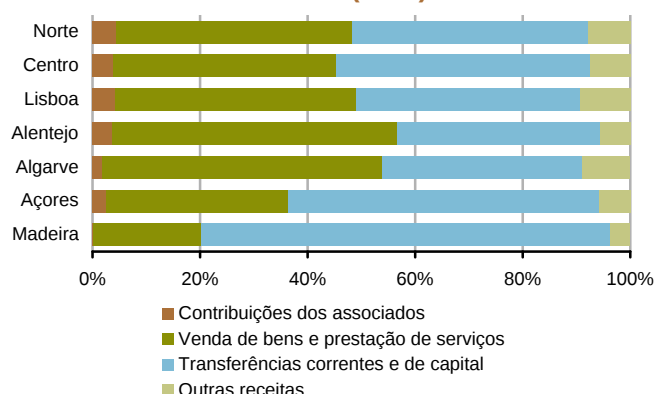
Gráfico 53 - Despesas dos Corpos de Bombeiros, por NUTS II (2009)



Os gastos dos Corpos de Bombeiros ascenderam a 323 milhões de euros, menos 3% do que no ano anterior. Em termos de estrutura, a rubrica “Despesas com o Pessoal” continua a ser a mais representativa com mais de 3/5 do total dos gastos e a “Aquisição de Bens e Serviços” manteve a segunda posição, fixando-se nos 29%. De referir que os “Investimentos” registaram um decréscimo de 26% face a 2008, devido, em parte, às lacunas na prestação de informação por parte das Associações Humanitárias de Bombeiros do Continente à Autoridade Nacional de Protecção Civil. A despesa média nacional situou-se nos 714 milhares de euros por Corpo de Bombeiros, com destaque para “Despesas com o Pessoal” que absorveram em média 446 milhares de euros por Corpo de Bombeiros.

A nível regional, os gastos dos Corpos de Bombeiros concentraram-se, sobretudo nas Regiões de Lisboa, Norte e Centro, totalizando 74% da despesa total. Mais de metade dos gastos das regiões foram aplicados em “Despesas com o Pessoal”, com destaque para as Regiões da Madeira e de Lisboa com respectivamente, 86% e 71%. A “Aquisição de Bens e Serviços” surge como a segunda rubrica mais significativa, oscilando entre os 9% da Região da Madeira e os 37% da Região do Algarve. De salientar os “Investimentos” aplicados pelos Corpos de Bombeiros da Região dos Açores que representaram 1/10 dos gastos da região.

Gráfico 54 - Receitas dos Corpos de Bombeiros, por NUTS II (2009)



As receitas destas instituições registaram um ligeiro decréscimo de 1%, atingindo em 2009, 275 milhões de euros. Cerca de metade da verba foi obtida através de “Transferências Correntes e de Capital”, nomeadamente da Administração Central e da Administração Regional e Local, com 29% para o primeiro sub-sector, e 13% para o segundo. Para além desta rubrica, destaca-se a “Venda de Bens e Serviços” como a segunda fonte de receitas, com 45% do total.

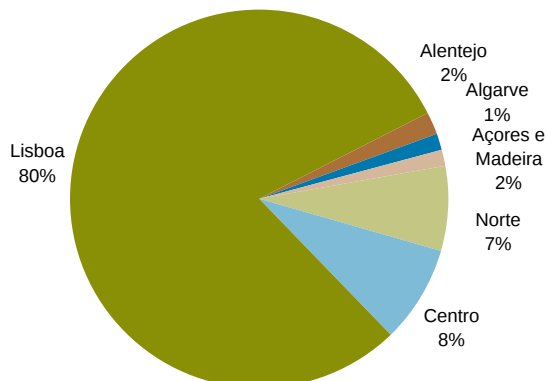
Analisando as várias fontes de receitas a nível regional, verificam-se comportamentos distintos: nas corporações das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, as “Transferências Correntes e de Capital” contribuíram, respectivamente com 58% e 76% das receitas, em oposição às do Alentejo e do Algarve que obtiveram apenas 38% para a primeira região e 37% para a segunda. Nas Regiões do Norte e de Lisboa a repartição entre “Transferências Correntes e de Capital” e “Venda de Bens e Prestação de Serviços” foi mais equilibrada, situando-se na ordem dos 43% para cada rubrica. Por sua vez, a “Venda de Bens e Prestação de Serviços” foi responsável por mais de metade dos proveitos nas corporações localizadas no Alentejo e no Algarve, em contraste com os 20% das situadas na Região Autónoma da Madeira.

Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA)

O número de inscritos nas ONGA do país atingiu os 190 mil associados em 2009, perfazendo uma média de 1 633 membros por instituição, um acréscimo de 2% face a 2008, com realce para os “Particulares” que continuam a constituir quase a totalidade dos associados, com mais de 98% do total. Embora a sua importância seja ainda reduzida, o número de empresas associadas das ONGA quase que duplicou, apresentando em 2009 uma média de 21 empresas por ONGA, mais 10 empresas do que no ano anterior.

As associações sediadas na Região de Lisboa reforçaram a sua posição na estrutura dos associados com 4/5 do total de membros, seguindo-se a grande distância as do Centro e Norte com, respectivamente, 8% e 7%. A média de associados por instituição na Região de Lisboa situou-se nos 3 604 membros, bem acima da média nacional.

Gráfico 55 - Associados das Organizações Não Governamentais de Ambiente, por regiões (2009)



Mais de metade das actividades realizadas pelas ONGA foram direccionadas para a “Educação Ambiental” junto da comunidade escolar e do público em geral, ascendendo a 7 149 acções e uma média de 62 acções por organização. Os “Passeios de Natureza”, as “Publicações, Estudos e Pareceres Técnicos” e as “Acções Junto dos Media” contribuíram com, respectivamente, 10%, 7% e 7%, do total de actividades.

Mais de 3/4 das actividades do domínio “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” e aproximadamente 2/5 das de “Protecção da Qualidade do Ar e Clima” e de “Gestão de Águas Residuais” foram desenvolvidas em “Educação Ambiental”. No domínio “Gestão de Resíduos”, cerca de metade das actividades foram dirigidas a “Publicações, Estudos e Pareceres Técnicos” e “Educação Ambiental” repartidas em partes iguais e 1/10 foram para as “Acções junto dos Media”.

Gráfico 56 - Actividades desenvolvidas pelas Organizações Não Governamentais de Ambiente, por domínios de ambiente (2009)

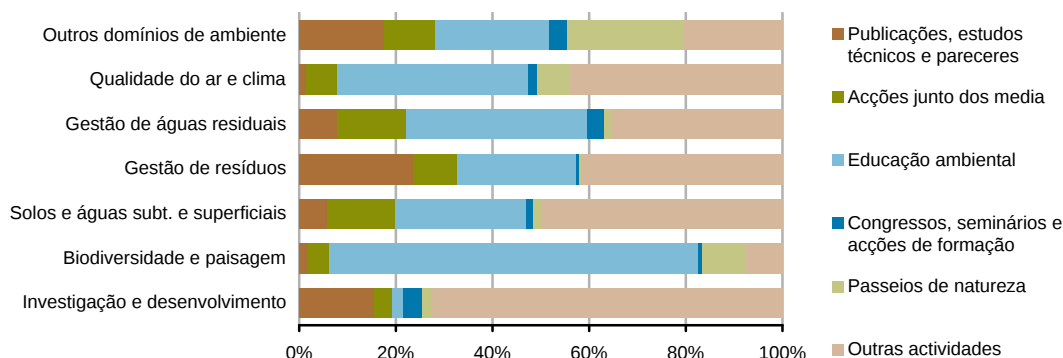
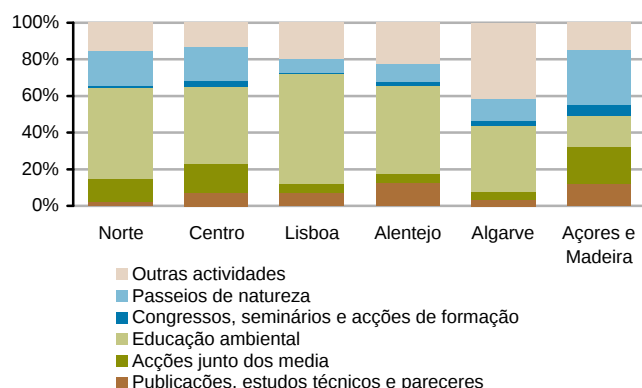
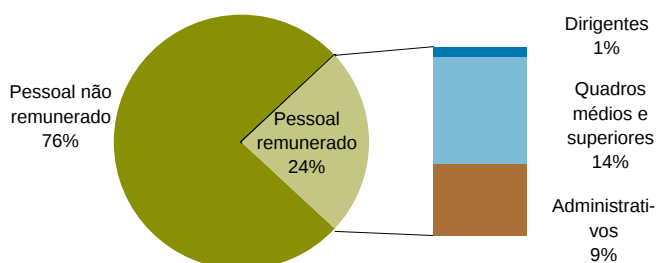


Gráfico 57 - Actividades desenvolvidas pelas Organizações Não Governamentais de Ambiente, por regiões (2009)



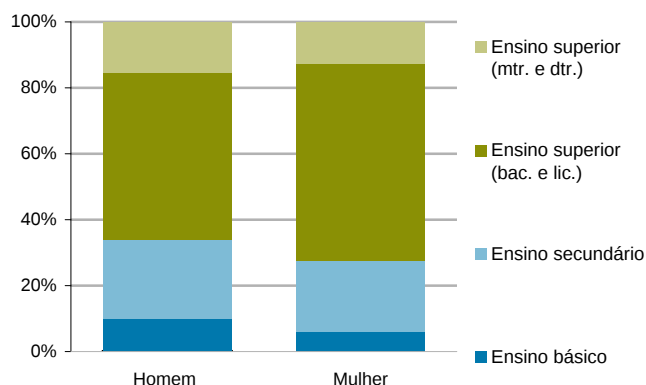
Mais de 3/5 das ocorrências desenvolvidas pelas ONGA da Região de Lisboa e cerca de metade das do Norte e Alentejo foram direccionadas para “Educação Ambiental”, ao contrário das restantes regiões em que a repartição pelas acções foi mais equilibrada. As associações do Centro privilegiaram a “Educação Ambiental”, os “Passeios de Natureza” e as “Acções Junto dos Media”, que representaram, 42% para a primeira actividade e 18% e 15% para as duas restantes, do total das acções da região; já nas Regiões Autónomas, salientam-se os “Passeios de Natureza” e “Acções Junto dos Media” que congregaram mais de metade das actividades desenvolvidas localmente.

Gráfico 58 - Pessoal ao serviço das Organizações Não Governamentais de Ambiente (2009)



A participação com carácter voluntário continuou a ser uma das características de funcionamento destas organizações, com um aumento de 10% relativamente a 2008, e abrangeu mais de 3/4 do total de indivíduos. Do pessoal remunerado, 23% são quadros e técnicos médios e superiores e administrativos, enquanto os dirigentes não ultrapassam os 1%.

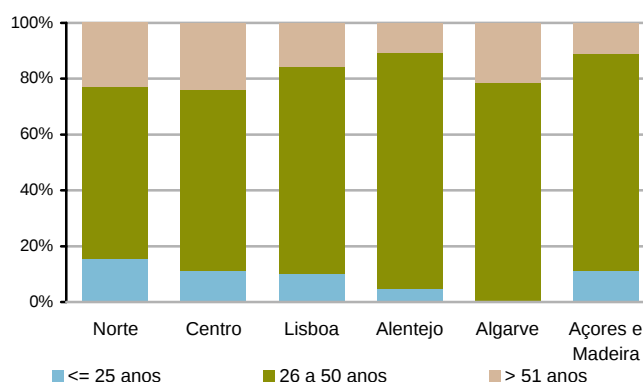
Gráfico 59 - Pessoal das Organizações Não Governamentais de Ambiente por sexo, segundo o nível de escolaridade (2009)



Mais de metade dos indivíduos são do sexo masculino, com predomínio no pessoal não remunerado (60%), enquanto no pessoal remunerado, a participação feminina foi maioritária com 3/5 do total. Em termos de nível de escolaridade, mais de 2/3 dos indivíduos concluíram o ensino superior desde o bacharelato ao doutoramento, e a participação masculina foi maioritária em todos os níveis, com excepção do nível sem instrução.

O escalão etário predominante nas ONG de Ambiente é o dos 26 a 50 anos seguindo-se a classe de idade superior a 51 anos (18%) e por fim os indivíduos com menos de 25 anos. A nível regional, cerca de metade do pessoal participa nas actividades desenvolvidas pelas organizações sediadas na Região de Lisboa, enquanto as contribuições das Regiões do Centro e do Norte se fixaram nos 24%, para a primeira região, e 15% para a segunda. Analisando o pessoal a nível regional e por escalão etário, verifica-se que em todas as regiões do País, o escalão etário dos 26 a 50 anos é o mais representativo, mas com ligeiras diferenças. No Alentejo mais de 4/5 dos indivíduos pertencem ao escalão etário dos 26 a 50 anos, enquanto nas Regiões do Norte e do Centro a repartição pelos três escalões etários foi mais equilibrada. De referir que na Região do Algarve não houve colaboração de indivíduos no escalão etário inferior ou igual a 25 anos.

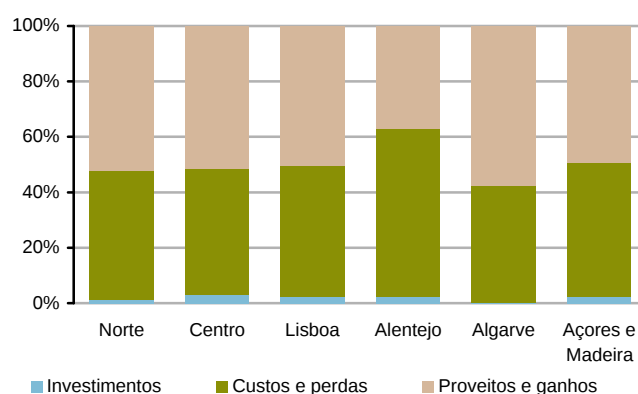
Gráfico 60 - Pessoal das Organizações Não Governamentais de Ambiente por escalão etário segundo as regiões (2009)



Os “Investimentos” das ONGA atingiram, em 2009, 900 milhares de euros, com realce para a Região de Lisboa que absorveu mais de metade do total.

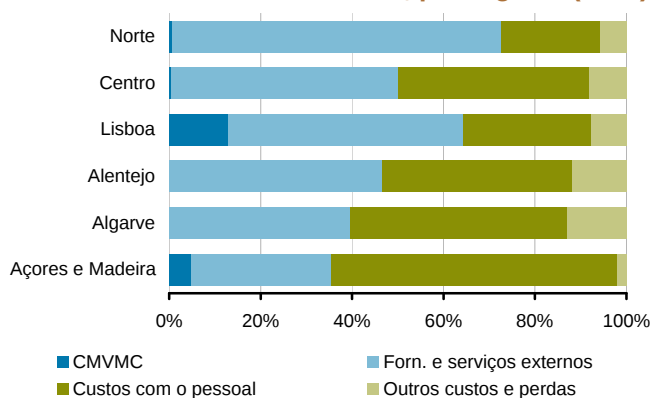
Os “Custos e Perdas” destas organizações registaram um acréscimo de 15%, totalizando 21 milhões de euros. Mais de metade dos gastos foram aplicados em “Fornecimentos e Serviços Externos” e mais de 1/3 nos “Custos com o Pessoal”, correspondendo a 11 milhões de euros, para a primeira rubrica, e 7 milhões de euros, para a segunda.

Gráfico 61 - Principais variáveis económicas das Organizações Não Governamentais de Ambiente, por regiões (2009)



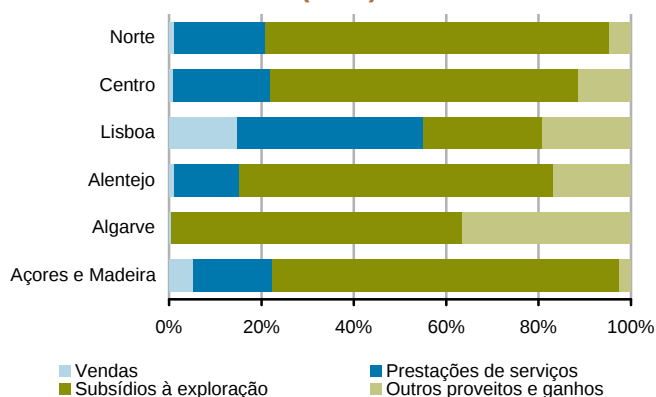
Cerca de 3/4 das verbas da Região do Norte foram aplicadas nos “Fornecimentos e Serviços Externos” e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira o destaque foi para “Custos com o Pessoal” com mais de 3/5 do total despendido. Nas restantes regiões do País, a repartição foi mais equilibrada mas em rubricas distintas. Na Região de Lisboa mais de metade dos gastos foram aplicados nos “Fornecimentos e Serviços Externos”, seguindo-se os “Custos com o Pessoal” e os “Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas” com, respectivamente 28% e 13%. No Algarve, as rubricas mais significativas foram “Custos com o Pessoal” e “Fornecimentos e Serviços Externos”, com 47%, para a primeira, e 40% para a segunda. Nos gastos com o pessoal remunerado, a Região do Alentejo destaca-se das restantes, com 27 967 euros per capita, acima do valor médio nacional de 15 643 euros para o conjunto das ONGA, em contraste com a Região Centro que se fixou nos 9 081 euros por pessoa.

Gráfico 62 - Custos e perdas das Organizações Não Governamentais de Ambiente, por regiões (2009)



Os “Proveitos e Ganhos” destas instituições totalizaram 20 milhões de euros, dos quais cerca de metade foram obtidos através de “Subsídios de Exploração”, nos quais se destacam os provenientes do “Estado e Outros Entes Públicos” com 38% do total. A rubrica “Prestações de Serviços” surge como a segunda rubrica mais significativa em termos de importância, com 31% do total dos recursos. A Região do Alentejo e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira receberam, respectivamente 193 660 euros e 153 564 euros de subsídios por organização, bem acima do valor médio de 76 835 euros para o conjunto das ONGA, por oposição à Região Norte que se situou nos 49 295 euros por instituição.

Gráfico 63 - Proveitos e ganhos das Organizações Não Governamentais de Ambiente, por regiões (2009)



Os “Subsídios de Exploração” constituíram, a nível regional, a rubrica mais significativa para todas as regiões do País com percentagens acima dos 63%, com excepção da Região de Lisboa, onde o seu peso não ultrapassou os 26%. Para além dos subsídios, as ONGA de Lisboa obtiveram 2/5 de recursos provenientes de “Prestações de Serviços”, 1/5 de “Outros Proveitos e Ganhos” e 15% das “Vendas”. De salientar que os proveitos das organizações da Região do Algarve apenas tiveram origem nos “Subsídios de Exploração” e nos “Outros Proveitos e Ganhos”.

1.2 SISTEMAS URBANOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

A informação referente aos sistemas urbanos de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais tem carácter provisório, uma vez que à data desta publicação, ainda não foi concluído o processo de validação dos dados recolhidos.

Chama-se a atenção para o facto de os dados agregados por NUTS III não serem exaustivos e de não ser possível disponibilizar dados para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

O volume de água captada em 2009 pelas entidades gestoras dos sistemas públicos de abastecimento no Continente, é de cerca de 816 milhões de m³, dos quais 66% é captado em massas de águas superficiais.

A água distribuída pelos sistemas públicos urbanos no Continente, ascendeu a 534 milhões de m³ (uso doméstico), correspondente a um consumo médio diário aproximado de 173 litros de água por habitante.

Em termos regionais, dada a concentração populacional, surge em primeiro lugar a região de Lisboa com o valor mais elevado de água distribuída, que atingiu 210 milhões de m³ representando cerca de 1/3 do total do Continente.

No âmbito da gestão de águas residuais, o volume de águas residuais tratadas ascendeu a 550 milhões de m³, correspondente a 95% do total de 580 milhões de m³ de águas residuais rejeitadas.

No que diz respeito às águas residuais tratadas por nível de tratamento, constata-se que cerca de 83% são submetidas ao nível de tratamento secundário e terciário, assumindo maior expressão o nível secundário que representa 57% do total de 550 milhões de m³ de águas residuais tratadas.

No que se refere à rejeição de águas residuais não tratadas, verifica-se que a maior parte ocorre na região de Lisboa e ascende a 5 milhões de m³, cerca de 42% do total de 12 milhões de m³ registados no Continente.

Gráfico 64 - Água captada segundo a origem (2009)

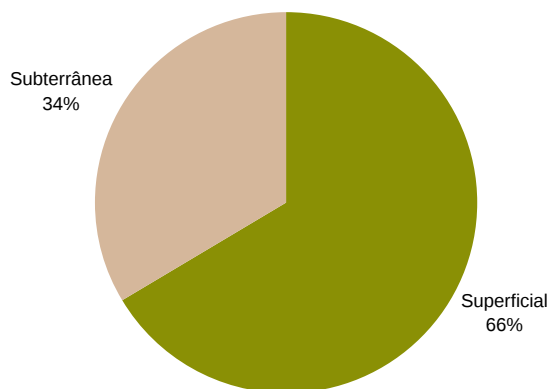


Gráfico 65 - Consumo de água por regiões (2009)

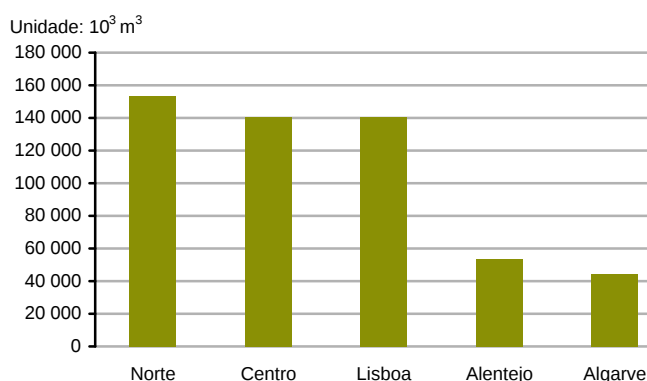
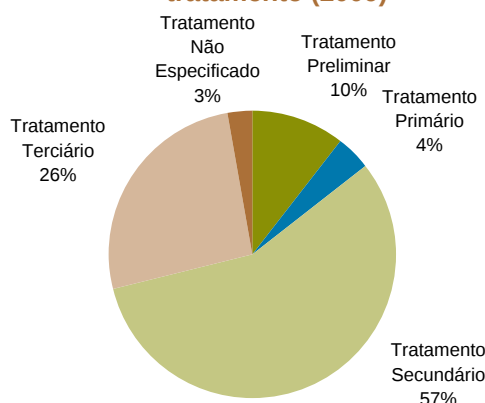


Gráfico 66 - Águas residuais tratadas por nível de tratamento (2009)



1.3. RESÍDUOS

O modelo organizacional do sector de gestão de resíduos em Portugal está historicamente associado ao municipalismo, pela sua proximidade e associação às condições de salubridade e de salvaguarda da saúde pública. Contudo, as exigências comunitárias e a necessidade de avultados investimentos em infra-estruturas de razoável dimensão tais como aterros, estações de valorização orgânica e/ou centrais de valorização energética, impuseram o desenvolvimento de um modelo organizacional que ultrapassou as fronteiras dos municípios. Surgiram assim os sistemas multimunicipais, constituídos por dois ou mais municípios e geridos por empresas concessionárias de capitais maioritariamente públicos.

No final dos anos 90, todo o País estava coberto por este tipo de sistemas multimunicipais os quais imprimiram uma nova dinâmica regional de responsabilidades partilhadas no controlo e gestão adequada dos resíduos urbanos.

Actualmente, assiste-se a uma nova tendência que passa pela integração e fusão de alguns desses sistemas, que ganhando dimensão, adquirem novas economias de escala, procurando rentabilizar meios e equipamentos disponíveis, bem como garantir sustentabilidade para o futuro e melhor posicionamento para garantir apoios financeiros comunitários. A exemplo disso está a recente criação da RESINORTE, a qual integrou os antigos sistemas, tais como REBAT, RESAT e RESIDOURO (Decreto-Lei n.º 235/2009, de 15 de Setembro) e a VALORSUL que integrou recentemente a RESIOESTE (Decreto-Lei nº 68/2010, de 15 de Junho), alargando significativamente a área de intervenção e fronteiras de ambos os sistemas.

Em 2009, no território continental, existiam 25 sistemas plurimunicipais responsáveis pela gestão de resíduos urbanos, dos quais 13 multimunicipais e 12 sistemas intermunicipais.

Nos últimos anos, a gestão e operação de resíduos sectoriais revelaram-se um assunto sensível e de crescente preocupação.

A co-incineração de resíduos nas cimenteiras, a par da existência de dois CIRVER (Centros Integrados de Recuperação e Valorização de Resíduos), concorre para a solução da gestão dos resíduos sectoriais.

Actualmente, existem diversas entidades responsáveis pela gestão e organização de sistemas orientados para a recuperação selectiva e reciclagem de diversos fluxos específicos, tais como embalagens, óleos lubrificantes usados, pneus, veículos em fim de vida, pilhas e equipamentos eléctricos e electrónicos.

O desafio que se coloca presentemente ao sector dos resíduos passa pela redução da quantidade de resíduos colocada em aterro e pelo aumento da valorização dos resíduos produzidos, devendo o esforço incidir cada vez mais no prolongamento da vida útil dos produtos e na diminuição da perigosidade dos materiais colocados no mercado, visando a consequente redução da quantidade e perigosidade dos resíduos produzidos.

RESÍDUOS URBANOS

O ritmo de crescimento da produção dos resíduos urbanos constitui um dos desafios das sociedades actuais, em matéria de protecção do ambiente.

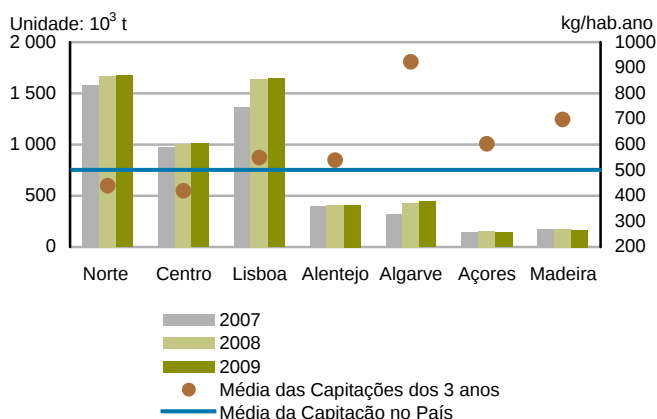
Em Portugal, no período de 2007 a 2009, verifica-se que a produção de resíduos urbanos, embora fortemente correlacionada (92%) com o aumento da população, tem crescido mais rapidamente do que a taxa de crescimento da população, o que sugere que o aumento da produção de resíduos resulta não somente do aumento populacional mas também de novos hábitos de consumo e de comportamentos geradores de mais resíduos.

Em Portugal, a quantidade de resíduos urbanos produzidos no período em análise, cresceu a uma taxa média anual de 5%, registando-se, em 2009, uma produção de 5 milhões de toneladas.

No que se refere à quantidade de resíduos urbanos produzidos por habitante, verifica-se que a capitação média nacional foi de 500 kg/hab.ano, o que corresponde a uma média diária de cerca de 1,4 kg por habitante.

Observando a média das captações nos 3 anos em análise, verifica-se que a região do Algarve e as regiões autónomas de Açores e da Madeira estão fortemente influenciadas pelo fenómeno turístico, tendo em conta o desvio observado entre as quantidades de resíduos gerados e a respectiva captação. Nas restantes regiões, embora o volume de resíduos gerados pelo efeito turismo possa ser igualmente significativo, em especial na região de Lisboa que tem vindo a afirmar-se como destino turístico no plano internacional, a actividade acaba por se diluir pelo grande efectivo populacional em cada uma das regiões (Norte, Centro e Lisboa), que atingem valores de resíduos gerados por habitante, próximos da média nacional.

Gráfico 67 - Resíduos urbanos recolhidos e captação, por NUTS II



Em 2009, no que diz respeito aos resíduos urbanos recolhidos indiferenciada e selectivamente, constata-se que a região do Norte apresenta a maior produção de resíduos de recolha indiferenciada (1 489 mil toneladas), e a região de Lisboa o maior volume de resíduos de recolha selectiva (196 mil toneladas).

No que respeita à recolha de resíduos urbanos de forma selectiva, esta representou cerca de 12% do total de resíduos.

Gráfico 68 - Resíduos Recolhidos Indiferenciada e Selectivamente, por NUTS II (2009)

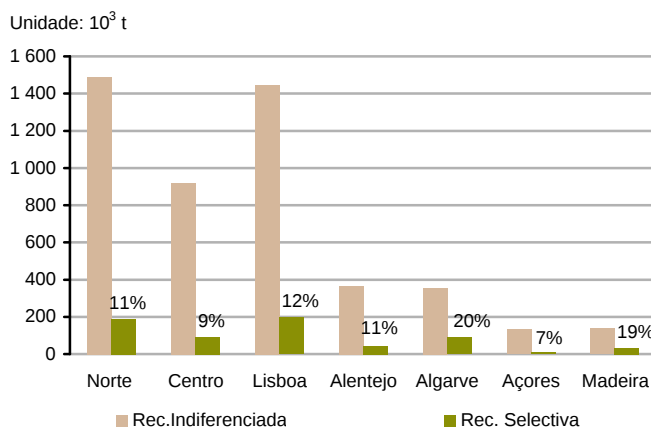
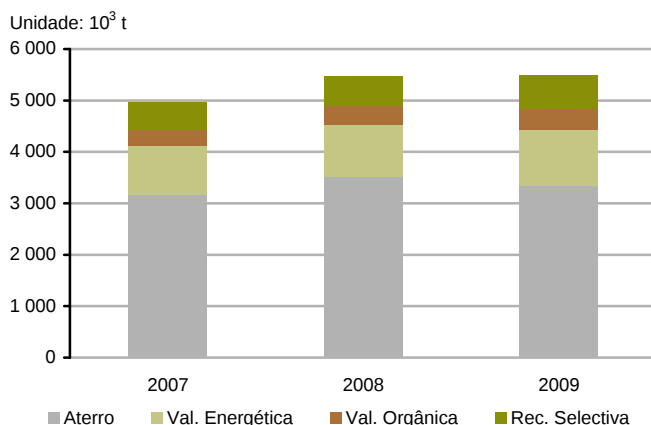


Gráfico 69 - Resíduos urbanos por operação de gestão



Em Portugal, a quantidade de resíduos recolhidos selectivamente, em 2009, fixou-se em 649 mil toneladas, correspondentes a cerca de 61 kg de resíduos urbanos recuperados por habitante.

Nos três anos em análise, salienta-se que em termos de operações de destino, a maior parte dos resíduos produzidos tem por destino a deposição em aterro. No ano de 2009, cerca de 61% dos resíduos foram encaminhados para aterro, seguindo-se a valorização energética (20%) e a recolha selectiva (12%), sendo apenas encaminhado para valorização orgânica, cerca de 8% dos resíduos.

Embora o Governo tenha adiado as metas de desvio dos resíduos urbanos biodegradáveis de aterro, a valorização orgânica registou a maior taxa média de crescimento (15%), nos três anos em análise, a par da recolha selectiva (11 %).

Gráfico 70 - Resíduos urbanos recolhidos selectivamente, por fluxo de materiais

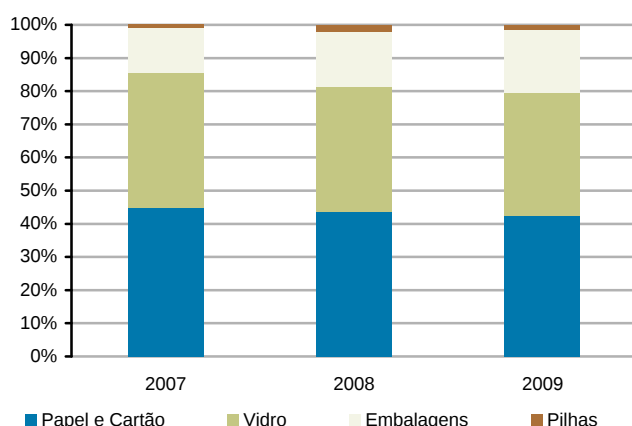
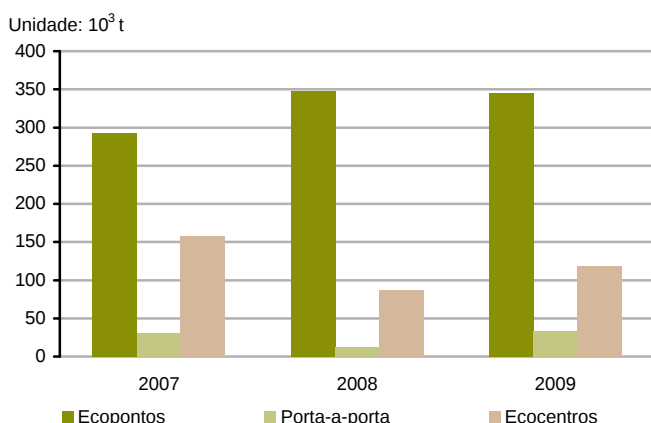


Gráfico 71 - Resíduos urbanos recolhidos através de ecopontos, porta-a-porta e deposição em ecocentros



Analisando os resíduos recolhidos selectivamente, constata-se que houve um acréscimo na quantidade de resíduos urbanos recolhidos de forma selectiva.

Em termos do total de resíduos separados na origem, o papel e cartão foram os materiais recolhidos em maior quantidade ao longo dos três anos em análise.

No período em análise, o “Papel e Cartão” destacou-se como a fileira com maior peso relativo, cerca de 44%.

Os resíduos de embalagens destacam-se como a fileira que tem registado a mais elevada taxa média de crescimento anual, cerca de 37%. No que se refere ao Papel e Cartão e às Pilhas, estes registaram um crescimento médio de 11%, seguindo-se a fileira “Vidro” com um acréscimo de cerca de 9%.

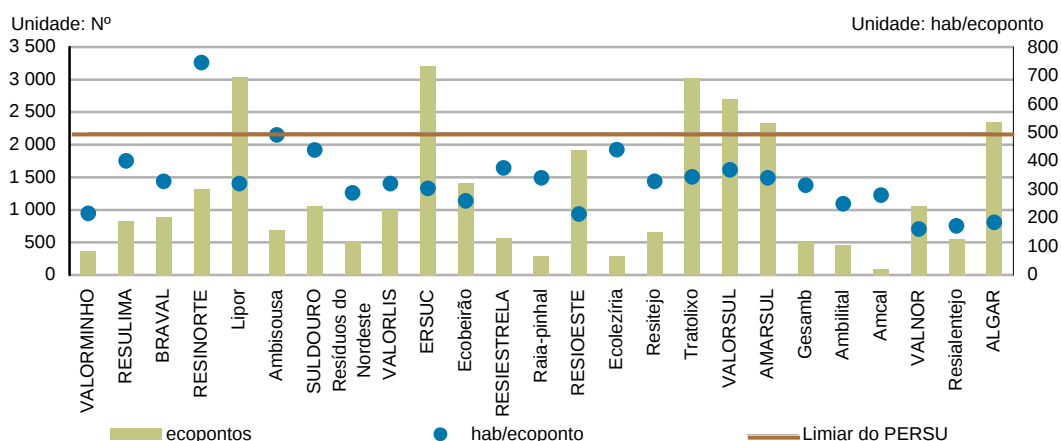
Quando se comparam os quantitativos de resíduos urbanos provenientes da recolha selectiva em ecopontos, porta-a-porta e recepcionados em ecocentros, constata-se que os ecopontos constituem o principal meio de recolha selectiva de resíduos.

Ao longo dos três anos, o método de recolha porta-a-porta surge como o sistema com menos material recolhido, e tal pode ser justificado pelos custos que este tipo de recolha selectiva acarreta.

No Continente, em 2009, salienta-se o facto de cerca de 70% dos resíduos recolhidos selectivamente para reciclagem terem sido depositados em ecopontos.

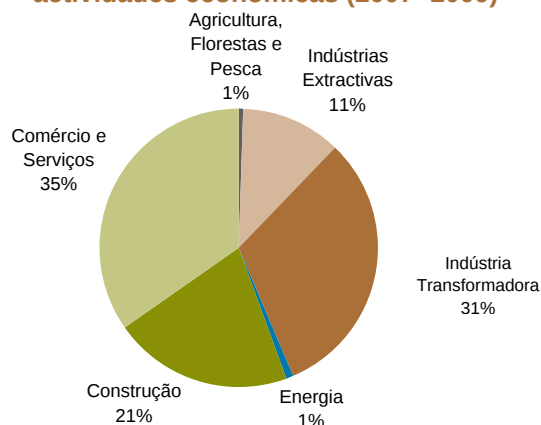
Em termos da distribuição de ecopontos no País, verifica-se que apenas o sistema RESINORTE com uma média de 745 habitantes servidos por ecoponto, ainda não atingiu um grau de cobertura inferior a 500 habitantes por ecoponto, conforme preconizado no Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU). Não obstante, de acordo com os dados disponíveis para o Continente, o limiar do PERSU em 2009 foi ultrapassado, com uma média de 329 habitantes servidos por ecoponto.

Gráfico 72 - Número de ecopontos e de habitantes por ecoponto, por sistemas (2009)



Da análise da estrutura dos resíduos gerados por actividade económica assinalam-se o “Comércio e Serviços” e a “Indústria Transformadora” como as actividades com uma maior produção de resíduos (cerca de 35% e 31%, respectivamente), por oposição à “Agricultura, Floresta e Pesca” que foi apenas responsável pela produção de menos de 1% dos resíduos.

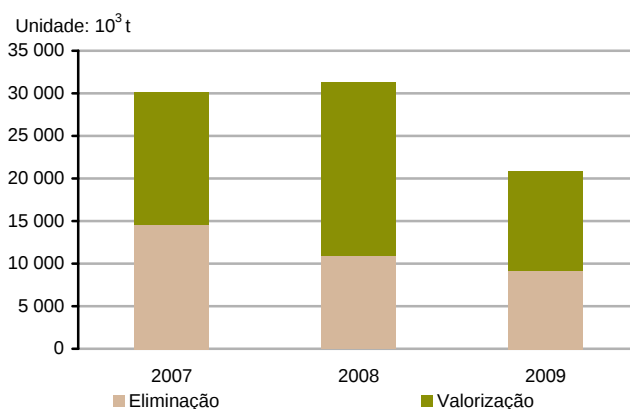
Gráfico 73 - Estrutura de resíduos gerados por actividades económicas (2007- 2009)



Entre 2007 e 2009, Portugal gerou cerca de 82 milhões de toneladas de resíduos sectoriais. Em 2009, a produção decresceu perto de 1/3 do valor verificado no ano de 2008, como consequência do abrandamento generalizado da actividade económica.

Em termos absolutos verifica-se uma tendência constante de redução dos resíduos encaminhados para eliminação. Consta-se ainda que ao longo dos 3 anos em análise, mais de 50% dos resíduos sectoriais gerados foram remetidos para operações de valorização.

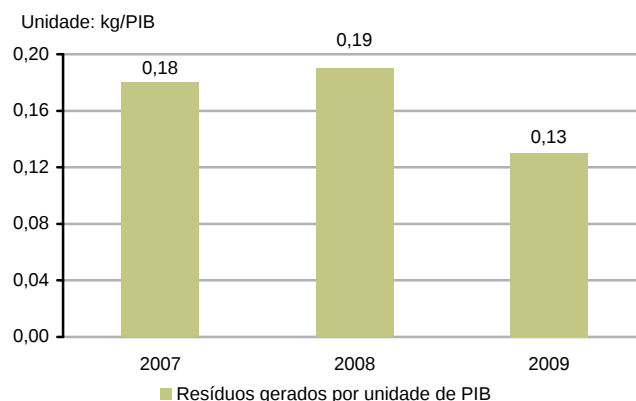
Gráfico 74 - Resíduos recolhidos por operação de gestão



O rácio obtido a partir das quantidades de resíduos gerados por unidade de PIB traduz o grau de eficiência da economia em geral, constituindo um indicador do grau de desenvolvimento de um país. Desta forma, um país será tanto mais eficiente quanto menor for a produção de resíduos gerados por unidade de PIB.

O ano de 2009 foi aquele que registou o menor rácio entre os resíduos gerados por unidade de PIB, o que traduz um maior grau de eficiência em termos de resíduos sectoriais gerados. Salvaguarda-se, no entanto, que este valor pode estar influenciado pela queda da produção do sector da construção, face a 2008, que foi da ordem dos 60%, o que corresponde a cerca de menos 5 milhões de toneladas de resíduos.

Gráfico 75 - Resíduos gerados por Unidade de PIB dados encadeados em volume (ano de referência 2006)

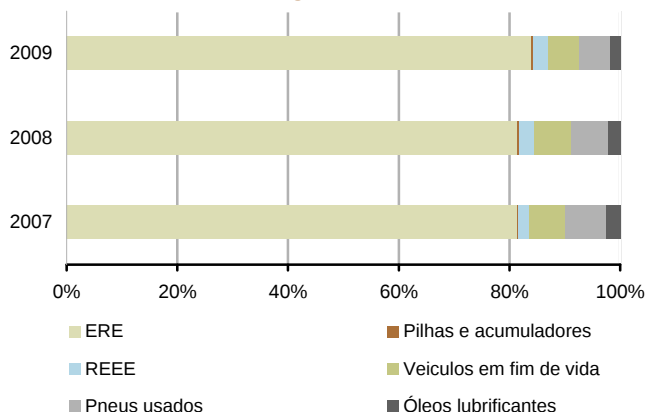


A esta quebra não será alheia a implementação do Decreto-Lei nº 46/2008 que prevê a possibilidade de reutilização de solos e rochas não contendo substâncias perigosas, derivadas da actividade da construção, noutras obras, para além da de origem bem como na recuperação ambiental, potenciando desta forma a prevenção da produção de resíduos e simultaneamente preservando os recursos naturais utilizados para fins idênticos.

FLUXO ESPECÍFICO DE RESÍDUOS

Em Portugal, a quantidade de resíduos enviados para fluxo específico tem crescido no período 2007 a 2009 a uma taxa média anual de 14%, registando-se, em 2009, uma recolha de 1,6 milhões de toneladas de resíduos.

Gráfico 76 - Resíduos exportados por operação de gestão



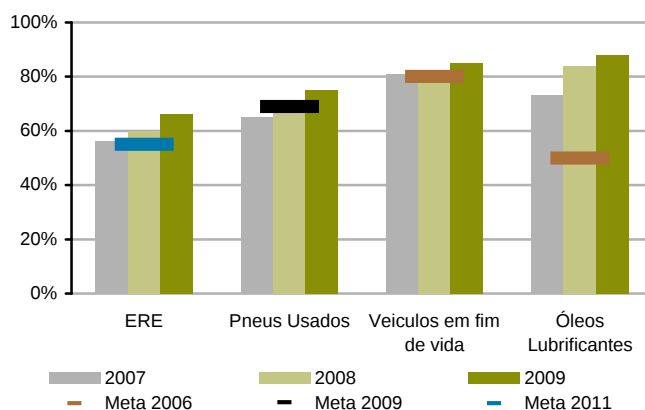
No período em análise, salienta-se que as embalagens e resíduos de embalagens (ERE) surgem como o material recolhido em maior quantidade.

Em 2009, para o conjunto dos fluxos específicos, cerca de 84% dos resíduos recolhidos dizem respeito ao fluxo de ERE, tendo-se registado uma taxa média de crescimento, no período 2007 a 2009, de cerca de 16%.

No que se refere aos resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE), foram recolhidos 45 179 toneladas, o que equivale a 4,2 kg por habitante. Desta forma, foi cumprida a meta prevista no Decreto-Lei 230/2004, de 10 de Dezembro, que estipulava uma recolha de REEE de 4 kg por habitante. Este fluxo registou a maior taxa média de crescimento, na ordem dos 32%.

Em termos de recolha de resíduos de veículos em fim de vida, o ano 2008 foi o que apresentou uma maior recolha (95 691 toneladas), tendo-se verificado, em 2009, uma quebra na recolha deste tipo de resíduos, na ordem dos 5%, face ao ano anterior. Esta quebra poderá justificar-se pela diminuição da venda de veículos novos.

Gráfico 77 - Taxa de reciclagem por fluxo de materiais



No que concerne à taxa de reciclagem, apenas foi feita a análise deste indicador para os fluxos com informação disponibilizada e para os quais este indicador se aplica.

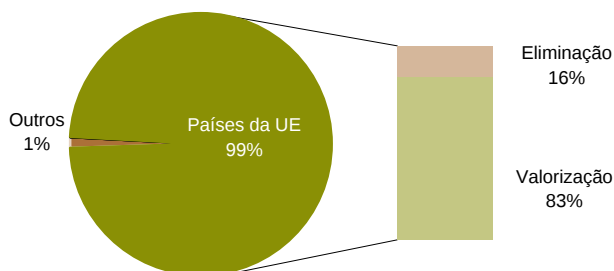
Analisando a taxa de reciclagem por fluxo específico, denota-se um crescimento consistente e continuado ao longo dos três anos.

A taxa de reciclagem das ERE, em 2009, já excedeu a meta nacional estabelecida para o ano de 2011.

Quanto aos restantes fluxos, verifica-se que as taxas de reciclagem continuam a registar o cumprimento das metas definidas. Nos óleos lubrificantes, a meta estabelecida em 2006 foi claramente ultrapassada no período em análise.

MOVIMENTO TRANSFRONTEIRIÇO DE RESÍDUOS

Gráfico 78 - Resíduos exportados por principais destinos e por nível de operação de gestão



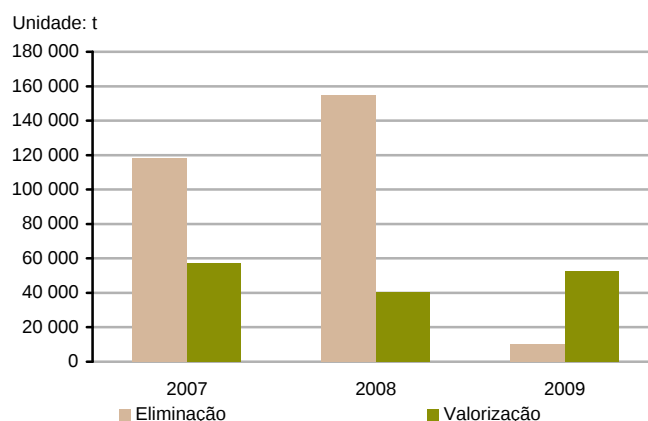
Em 2009, o quantitativo total de resíduos exportados destinados a operações de valorização e eliminação foi de 62 503 toneladas, tendo havido um decréscimo de 68% face à quantidade registada no ano anterior (194 821 toneladas).

Os Estados-membros da União Europeia (UE) constituem o principal destino dos resíduos transferidos (99% do total).

Relativamente à exportação de resíduos, 98% dos resíduos transferidos em 2009, corresponderam a resíduos perigosos. Salienta-se ainda o facto dos resíduos exportados terem sido sujeitos, maioritariamente a operações de valorização, ao contrário do que sucedeu em anos anteriores.

Por outro lado denota-se em 2009 e face ao ano anterior, um decréscimo dos resíduos encaminhados para eliminação, na ordem dos 94%, e um acréscimo dos resíduos enviados para valorização de cerca de 31%.

Gráfico 79 - Resíduos exportados por operação de gestão





Quadros de Resultados

Quadro 1 - Despesa consolidada das Administrações Públicas por domínios de ambiente, segundo os sectores institucionais (Po)

2009

Unidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Total	Administrações Públicas			ISFL
		Central	Regional	Local	
Total	1 059 785	257 131	44 931	731 982	25 740
Qualidade do ar & clima	23 855	23 602	32	221	0
Gestão de águas residuais	131 847	15 817	2 344	113 687	0
Gestão de resíduos	478 138	730	3 307	474 101	0
Solos, águas subterrâneas & superficiais	28 601	18 655	8 354	1 592	0
Ruído & vibrações	1 312	0	0	1 312	0
Biodiversidade & paisagem	305 969	152 901	16 720	123 699	12 649
Protecção contra radiações	0	0	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	4 538	4 269	3	266	0
Outras actividades de protecção do ambiente	85 524	41 157	14 171	17 105	13 091

Quadro 2 - Despesas por domínios de ambiente segundo a Administração Central e Regional

2009

Unidade: 10³ EUR

Domínios de ambiente	Administração Central		Administração Regional		
	Conta Geral do Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Madeira		Açores
			Governo Regional	Serviços e Fundos Autónomos	Governo Regional
Total	192 316	158 337	15 411	3 323	26 301
Qualidade do ar & clima	23 602	0	32	0	0
Gestão de águas residuais	15 817	0	2 344	0	0
Gestão de resíduos	730	0	1 730	0	1 578
Solos & águas subterrâneas e superficiais	18 655	0	3 417	0	4 937
Ruído & vibrações	0	0	0	0	0
Biodiversidade & paisagem	92 707	152 901	4 825	3 323	8 676
Protecção contra radiações	0	0	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	0	4 269	3	0	0
Outras actividades de protecção do ambiente	40 803	1 168	3 060	0	11 111

Quadro 3 - Despesas em protecção do ambiente por agregados económicos, segundo a Administração Central e Regional

2009

Unidade: 10³ EUR

Agregados Económicos	Administração Central		Administração Regional		
	Conta Geral do Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Madeira		Açores
			Governo Regional	Serviços e Fundos Autónomos	Governo Regional
Total	192 316	158 337	15 411	3 323	26 301
Despesas Correntes	145 991	153 681	6 253	2 289	13 948
Despesas com o Pessoal	26 936	21 169	1 627	1 497	5 696
Aquisição de Bens e Serviços	18 112	62 769	730	359	6 292
Transferências Correntes	100 917	69 617	2 165	433	1 944
Outras Despesas Correntes	27	125	1 730	0	16
Despesas de Capital	46 324	4 657	9 158	1 035	12 353
Investimentos	14 554	3 392	7 723	42	5 135
Transferências de Capital	31 770	1 265	10	993	5 571
Outras Despesas de Capital	0	0	1 425	0	1 647

Quadro 4 - Despesa consolidada da Administração Central por domínios de ambienteUnidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Anos		
	2007	2008	2009
Total	174 897	236 452	257 131
Qualidade do ar & clima	149	38 260	23 602
Gestão de águas residuais	30 361	25 190	15 817
Gestão de resíduos	1 779	563	730
Solos & águas subterrâneas e superficiais	388	8 005	18 655
Ruído & vibrações	0	0	0
Biodiversidade & paisagem	109 140	128 720	152 901
Protecção contra radiações	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	1 247	1 247	4 269
Outras actividades de protecção do ambiente	31 833	34 467	41 157

Quadro 5 - Despesas por domínios de ambiente segundo os sectores Estado (CGE) e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração CentralUnidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Conta Geral do Estado			Serviços e Fundos Autónomos		
	Anos			Anos		
	2007	2008 (a)	2009	2007	2008 (a)	2009
Total	182 835	187 165	192 316	30 023	134 572	158 337
Qualidade do ar & clima	77	38 205	23 602	73	55	0
Gestão de águas residuais	28 739	25 154	15 817	3 007	1 178	0
Gestão de resíduos	1 709	508	730	70	55	0
Solos & águas subterrâneas e superficiais	77	6 813	18 655	311	1 841	0
Ruído & vibrações	0	0	0	0	0	0
Biodiversidade & paisagem	121 704	82 191	92 707	22 613	128 720	152 901
Protecção contra radiações	0	0	0	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	0	0	0	1 247	1 247	4 269
Outras actividades de protecção do ambiente	30 529	34 294	40 803	2 703	1 476	1 168

(a) Foi constituída a Autoridade Nacional de Protecção Civil como Serviço e Fundo Autónomo que veio substituir o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, organismo que anteriormente fazia parte da Conta Geral do Estado.

Quadro 6 - Despesas em protecção do ambiente por agregados económicos, segundo os sectores Estado (CGE) e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração CentralUnidade: 10³ EUR

Agregados económicos	Conta Geral do Estado			Serviços e Fundos Autónomos		
	Anos			Anos		
	2007	2008 (a)	2009	2007	2008 (a)	2009
Total	182 835	187 165	192 316	30 023	134 572	158 337
Despesas Correntes	142 483	125 654	145 991	25 345	127 502	153 681
Despesas com o Pessoal	23 267	22 289	26 936	13 322	21 563	21 169
Aquisição de Bens e Serviços	33 012	20 563	18 112	9 847	36 500	62 769
Transferências Correntes	84 199	82 802	100 917	2 057	68 079	69 617
Outras Despesas Correntes	2 005	1	27	118	1 360	125
Despesas de Capital	40 352	61 511	46 324	4 679	7 070	4 657
Investimentos	20 285	19 183	14 554	4 650	6 924	3 392
Transferências de Capital	20 067	5 858	31 770	29	146	1 265
Outras Despesas de Capital	0	36 470	0	0	0	0

(a) Foi constituída a Autoridade Nacional de Protecção Civil como Serviço e Fundo Autónomo que veio substituir o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, organismo que anteriormente fazia parte da Conta Geral do Estado.

Quadro 7 - Despesa consolidada da Administração Regional da Madeira por domínios de ambienteUnidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Anos		
	2007	2008	2009
Total	38 616	47 723	18 630
Qualidade do ar & clima	41	12	32
Gestão de águas residuais	16 248	10 590	2 344
Gestão de resíduos	8 276	12 090	1 730
Solos & águas subterrâneas e superficiais	4 826	15 340	3 417
Ruído & vibrações	0	0	0
Biodiversidade & paisagem	8 045	8 476	8 044
Protecção contra radiações	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	4	4	3
Outras actividades de protecção do ambiente	1 176	1 211	3 060

Quadro 8 - Despesas por domínios de ambiente, segundo os sectores Governo Regional e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Regional da Madeira

Unidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Governo Regional			Serviços e Fundos Autónomos		
	Anos			Anos		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Total	36 360	45 255	15 411	2 438	2 731	3 323
Qualidade do ar & clima	41	12	32	0	0	0
Gestão de águas residuais	16 248	10 590	2 344	0	0	0
Gestão de resíduos	8 276	12 090	1 730	0	0	0
Solos & águas subterrâneas e superficiais	4 826	15 340	3 417	0	0	0
Ruído & vibrações	0	0	0	0	0	0
Biodiversidade & paisagem	5 789	6 008	4 825	2 438	2 731	3 323
Protecção contra radiações	0	0	0	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	4	4	3	0	0	0
Outras actividades de protecção do ambiente	1 176	1 211	3 060	0	0	0

Quadro 9 - Despesas em protecção do ambiente por agregados económicos, segundo os sectores Governo Regional e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Regional da Madeira

Unidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Governo Regional			Serviços e Fundos Autónomos		
	Anos			Anos		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Total	36 360	45 255	15 411	2 438	2 731	3 323
Despesas Correntes	13 862	16 211	6 253	2 052	2 101	2 289
Despesas com o Pessoal	1 787	1 757	1 627	1 401	1 464	1 497
Aquisição de Bens e Serviços	1 665	2 380	730	410	468	359
Transferências Correntes	10 410	2 242	2 165	241	170	433
Outras Despesas Correntes	0	9 832	1 730	0	0	0
Despesas de Capital	22 498	29 044	9 158	386	630	1 035
Investimentos	21 710	26 186	7 723	139	43	42
Transferências de Capital	788	2 858	10	247	586	993
Outras Despesas de Capital	0	0	1 425	0	0	0

Quadro 10 - Despesa consolidada da Administração Regional dos Açores por domínios de ambiente

Unidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Anos		
	2007	2008 (Rv)	2009
Total	26 244	31 073	26 301
Qualidade do ar & clima	0	0	0
Gestão de águas residuais	0	0	0
Gestão de resíduos	0	0	1 578
Solos & águas subterrâneas e superficiais	3 610	4 482	4 937
Ruído & vibrações	0	0	0
Biodiversidade & paisagem	16 080	17 801	8 676
Protecção contra radiações	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	0	0	0
Outras actividades de protecção do ambiente	6 555	8 790	11 111

Quadro 11 - Despesas em protecção do ambiente da Administração Regional dos Açores, por agregados económicos

Unidade: 10³ EUR

Agregados económicos	Anos		
	2007	2008 (Rv)	2009
Total das Despesas	26 244	31 073	26 301
Despesas correntes	15 074	16 496	13 948
Despesas com o pessoal	4 781	5 443	5 696
Aquisição de bens e serviços	8 866	8 942	6 292
Transferências correntes	1 427	2 108	1 944
Outras despesas correntes	0	4	16
Despesas de capital	11 170	14 577	12 353
Investimentos	6 700	10 060	5 135
Transferências de capital	3 029	2 750	5 571
Outras despesas de capital	1 440	1 766	1 647

Quadro 12 - Receitas e despesas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo as NUTS II

2009

Unidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	NUTS II							
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Total das Receitas	195 031	63 789	37 435	35 440	18 951	14 027	14 625	10 765
Qualidade do ar & clima	5	3	0	0	2	0	0	0
Gestão de águas residuais (a)	⊥	⊥	⊥	⊥	⊥	⊥	⊥	⊥
Gestão de resíduos	180 039	61 359	33 337	32 578	15 688	12 840	13 729	10 508
Solos & águas subterrâneas & superficiais	5	0	3	0	2	0	0	0
Ruído & vibrações	653	298	16	324	10	1	5	0
Biodiversidade & paisagem	14 213	2 106	4 057	2 485	3 230	1 187	891	257
Protecção contra radiações	0	0	0	0	0	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras actividades de protecção do ambiente	117	23	22	53	18	0	0	0
Total das Despesas	631 054	168 156	112 042	220 867	46 477	40 209	15 057	28 245
Qualidade do ar & clima	221	20	111	89	0	0	0	0
Gestão de águas residuais (a)	⊥	⊥	⊥	⊥	⊥	⊥	⊥	⊥
Gestão de resíduos	481 834	132 205	85 387	165 182	36 753	29 858	11 118	21 332
Solos & águas subterrâneas & superficiais	1 592	932	556	48	55	0	1	0
Ruído & vibrações	1 312	317	52	869	20	46	8	0
Biodiversidade & paisagem	128 724	30 506	24 240	45 243	9 083	8 926	3 813	6 911
Protecção contra radiações	0	0	0	0	0	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	266	19	102	101	24	1	19	0
Outras actividades de protecção do ambiente	17 105	4 157	1 594	9 334	542	1 378	98	2

(a) A fonte passou a ser a base de dados administrativa "INSAAR \ Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais" administrada pelo Instituto da Água, I.P. e dirigido às entidades gestoras dos sistemas urbanos de abastecimento de água e de águas residuais. (ver Capítulo 1.1.4)

Quadro 13 - Receitas e despesas dos Municípios em protecção do ambiente por agregados económicos, segundo as NUTS II

2009

Unidade: 10³ EUR

Agregados económicos	NUTS II							
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Total das Receitas	195 031	63 789	37 435	35 440	18 951	14 027	14 625	10 765
Receitas correntes	181 410	62 739	35 310	35 195	16 830	13 338	7 233	10 765
Taxas	39 302	17 353	8 601	8 125	3 325	1 144	494	261
Multas	204	4	25	39	124	0	2	10
Transferências correntes	11 875	1 417	1 683	112	4 763	392	3 508	0
Vendas de bens e serviços	126 123	42 834	24 764	24 632	8 374	11 802	3 229	10 488
Outras receitas correntes	3 907	1 131	237	2 288	245	1	0	6
Receitas de capital	13 621	1 050	2 125	245	2 120	689	7 392	0
Transferências de capital	11 362	933	2 121	0	2 070	604	5 634	0
Outras receitas de capital	2 259	117	3	245	50	85	1 758	0
Total das Despesas	631 054	168 156	112 042	220 867	46 477	40 209	15 057	28 245
Despesas correntes	558 112	142 994	99 812	203 827	38 979	36 936	8 316	27 249
Despesas com o pessoal	228 160	42 793	28 729	105 140	18 382	14 390	3 461	15 265
Aquisição de bens e serviços	241 998	76 268	58 223	58 459	17 335	18 987	2 551	10 174
Transferências correntes	65 479	14 751	10 713	33 323	2 674	2 458	981	579
Subsídios	16 585	7 776	305	5 854	29	888	1 012	720
Outras despesas correntes	5 891	1 406	1 842	1 051	558	213	312	510
Despesas de capital	72 942	25 163	12 230	17 041	7 498	3 273	6 742	997
Investimentos	37 602	8 699	6 940	9 353	5 183	2 877	3 944	607
Transferências de capital	27 068	14 832	3 772	5 313	1 387	185	1 579	0
Outras despesas de capital	8 271	1 631	1 518	2 375	928	210	1 219	389

Quadro 14 - Receitas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo os agregados económicos

2009

Unidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Agregados económicos						
	Total geral	Total das receitas correntes	Taxas	Multas	Transferências correntes	Venda de bens e serviços	Outras receitas correntes
Total	195 031	181 411	39 302	204	11 875	126 123	3 907
Qualidade do ar & clima	5	5	0	2	3	0	0
Gestão de águas residuais (a)	1	1	1	1	1	1	1
Gestão de resíduos	180 039	171 272	38 891	187	6 269	122 146	3 778
Solos & águas subterrâneas & superficiais	5	5	0	0	0	5	0
Ruído & vibrações	653	653	399	3	0	247	4
Biodiversidade & paisagem	14 213	9 372	12	11	5 565	3 688	97
Protecção contra radiações	0	0	0	0	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0
Outras actividades de protecção do ambiente	117	105	0	0	38	38	29

Domínios de Ambiente	Agregados económicos		
	Total das receitas de capital	Transferências de capital	Outras receitas de capital
Total	13 621	11 362	2 259
Qualidade do ar & clima	0	0	0
Gestão de águas residuais (a)	1	1	1
Gestão de resíduos	8 768	6 669	2 098
Solos & águas subterrâneas & superficiais	0	0	0
Ruído & vibrações	0	0	0
Biodiversidade & paisagem	4 841	4 681	160
Protecção contra radiações	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	0	0	0
Outras actividades de protecção do ambiente	12	12	0

(a) A fonte passou a ser a base de dados administrativa "INSAAR \ Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais" administrada pelo Instituto da Água, I.P. e dirigido às entidades gestoras dos sistemas urbanos de abastecimento de água e de águas residuais (ver Capítulo 1.1.4)

Quadro 15 - Despesas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo os agregados económicos

2009

Unidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Agregados económicos						
	Total geral	Total das despesas correntes	Despesas com o pessoal	Aquisição de bens e serviços	Transferências correntes	Subsídios	Outras despesas correntes
Total	631 054	558 112	228 160	241 998	65 479	16 585	5 891
Qualidade do ar & clima	221	143	91	47	6	0	0
Gestão de águas residuais (a)	1	1	1	1	1	1	1
Gestão de resíduos	481 834	440 866	153 527	226 857	41 130	14 818	4 534
Solos & águas subterrâneas & superficiais	1 592	962	159	204	587	0	12
Ruído & vibrações	1 312	1 207	1 013	177	12	0	5
Biodiversidade & paisagem	128 724	99 498	64 386	10 786	21 857	1 767	702
Protecção contra radiações	0	0	0	0	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	266	175	55	120	0	0	0
Outras actividades de protecção do ambiente	17 105	15 261	8 929	3 806	1 887	0	638

Domínios de Ambiente	Agregados económicos			
	Total das despesas de capital	Investimentos	Transferências de capital	Outras despesas de capital
Total	72 942	37 602	27 068	8 271
Qualidade do ar & clima	78	78	0	0
Gestão de águas residuais (a)	1	1	1	1
Gestão de resíduos	40 968	17 925	15 541	7 502
Solos & águas subterrâneas & superficiais	629	629	0	0
Ruído & vibrações	105	105	0	0
Biodiversidade & paisagem	29 226	17 269	11 486	471
Protecção contra radiações	0	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	91	91	0	0
Outras actividades de protecção do ambiente	1 845	1 505	42	298

(a) A fonte passou a ser a base de dados administrativa "INSAAR \ Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais" administrada pelo Instituto da Água, I.P. e dirigido às entidades gestoras dos sistemas urbanos de abastecimento de água e de águas residuais (ver Capítulo 1.1.4).

Quadro 16 - Receitas e despesas dos Municípios por domínios de ambiente

Unidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Anos		
	2007	2008 (RV)	2009
Total das Receitas	169 275	189 529	195 031
Qualidade do ar & clima	0	0	5
Gestão de águas residuais	┘	┘	┘
Gestão de resíduos	154 521	173 032	180 039
Solos & águas subterrâneas & superficiais	1 966	1 595	5
Ruído & vibrações	446	630	653
Biodiversidade & paisagem	11 160	14 050	14 213
Protecção contra radiações	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	0	0	0
Outras actividades de protecção do ambiente	1 184	222	117
Total das Despesas	580 596	613 159	631 054
Qualidade do ar & clima	49	186	221
Gestão de águas residuais	┘	┘	┘
Gestão de resíduos	438 949	466 692	481 834
Solos & águas subterrâneas & superficiais	4 923	3 816	1 592
Ruído & vibrações	1 323	956	1 312
Biodiversidade & paisagem	119 929	124 783	128 724
Protecção contra radiações	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	527	348	266
Outras actividades de protecção do ambiente	14 896	16 378	17 105

Quadro 17 - Receitas e despesas dos Municípios em gestão e protecção do ambiente, por agregados económicos

Unidade: 10³ EUR

Agregados económicos	Anos		
	2007	2008 (Rv)	2009
Total das Receitas	169 275	189 529	195 031
Receitas correntes	149 288	177 036	181 411
Taxas	29 835	28 578	39 302
Multas	102	165	204
Transferências correntes	13 774	13 534	11 875
Vendas de bens e serviços	103 204	130 922	126 123
Outras receitas correntes	2 373	3 837	3 907
Receitas de capital	19 987	12 492	13 621
Transferências de capital	16 875	10 590	11 362
Outras receitas de capital	3 113	1 903	2 259
Total das Despesas	580 596	613 159	631 054
Despesas correntes	508 740	540 739	558 112
Despesas com o pessoal	200 857	208 853	228 160
Aquisição de bens e serviços	202 573	243 980	241 998
Transferências correntes	78 508	66 268	65 479
Subsídios	6 534	14 628	16 585
Outras despesas correntes	20 268	7 009	5 891
Despesas de capital	71 856	72 421	72 942
Investimentos	39 332	40 954	37 602
Transferências de capital	26 116	25 876	27 068
Outras despesas de capital	6 407	5 591	8 271

Quadro 18 - Receitas e despesas dos Municípios em gestão e protecção do ambiente, por NUTS II

Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Anos		
	2007	2008 (Rv)	2009
Total das Receitas	169 275	189 529	195 031
Norte	50 145	62 193	63 789
Centro	45 411	40 202	37 435
Lisboa	21 950	33 978	35 440
Alentejo	15 265	18 057	18 951
Algarve	9 886	11 725	14 027
Açores	10 094	12 555	14 625
Madeira	16 523	10 818	10 765
Total das Despesas	580 596	613 159	631 054
Norte	150 348	156 051	168 156
Centro	114 757	121 771	112 042
Lisboa	187 529	206 677	220 867
Alentejo	44 391	45 755	46 477
Algarve	36 531	40 750	40 209
Açores	13 495	13 615	15 057
Madeira	33 545	28 540	28 245

ENTIDADES PRODUTORAS DE BENS E SERVIÇOS DE AMBIENTE

Quadro 19 - Dados gerais das entidades produtoras de Bens e Serviços de Ambiente segundo as actividades económicas

2009

Actividades Económicas (CAE-Rev.3)	Empresas (nº)		VVN (10 ³ EUR)				NPS (nº)		
	Total (a)	VVN ambiental ≥50%	Total (a)	Ambiental			Total (a)	Maioritariamente em funções ambientais	
				Total	Poluição	Recursos		H	M
Total	2 094	2 002	4 743 569	4 502 670	2 302 370	2 200 300	43 264	22 721	6 350
Actividades Centrais de Ambiente									
22112 - Reconstrução de pneus	27	18	57 889	30 627	3 962	26 665	683	342	31
36001 - Captação e tratamento de água	65	63	327 354	320 134	93 871	226 263	3 621	1 855	446
36002 - Distribuição de água	61	60	787 631	768 861	193 762	575 099	9 600	4 674	1 401
37001 - Recolha e drenagem de águas residuais	15	14	21 023	20 868	20 499	369	162	97	38
37002 - Tratamento de águas residuais	31	31	147 228	142 357	134 674	7 683	1 382	816	256
38111 - Recolha de resíduos inertes	20	19	13 041	10 664	7 656	3 008	259	115	45
38112 - Recolha de outros resíduos não perigosos	156	151	291 565	289 922	252 110	37 812	6 189	4 922	793
38120 - Recolha de resíduos perigosos	7	7	16 716	16 704	16 630	74	130	78	18
38211 - Tratamento e eliminação de resíduos inertes	8	8	1 630	1 552	1 442	109	26	12	6
38212 - Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	54	54	335 307	333 519	273 898	59 620	3 932	2 934	772
38220 - Tratamento e eliminação de resíduos	15	14	83 732	79 690	76 866	2 823	842	434	147
38311 - Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida	33	31	7 598	7 178	5 552	1 625	174	125	27
38312 - Desmantelamento de equipamentos eléctricos e electrónicos, em fim de vida	...	...	...	...	...	...	...	...	...
38313 - Desmantelamento de outros equipamentos e bens, em fim de vida	...	...	...	...	...	...	...	...	...
38321 - Valorização de resíduos metálicos	93	91	349 923	346 841	302 129	44 711	1 107	749	178
38322 - Valorização de resíduos não metálicos	190	179	187 648	175 976	73 850	102 126	1 923	967	383
39000 - Descontaminação e actividades similares	16	15	7 750	7 578	7 481	97	113	51	21
46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos	624	614	319 207	313 902	295 671	18 231	1 712	1 127	218
46772 - Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos	140	138	47 878	47 778	36 016	11 761	634	335	179
46773 - Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e.	100	99	24 937	24 548	16 816	7 732	249	172	43
81292 - Limpeza e esvaziamento de sarjetas	122	108	32 885	28 922	27 814	1 108	1 758	631	281
Outras actividades	309	281	1 672 548	1 525 029	452 092	1 072 937	8 668	2 240	1 024

(a) com resposta e com actividade ambiental.

Quadro 20 - Distribuição do Volume de Negócios das entidades produtoras de Bens e Serviços de Ambiente pelos principais mercados segundo as actividades económicas

2009

Actividades Económicas (CAE-Rev.3)	Economia Nacional						Resto do Mundo			
	Empresas		Adm. Pública		Outros		União Europeia		Países terceiros	
	10 ³ EUR	%	10 ³ EUR	%	10 ³ EUR	%	10 ³ EUR	%	10 ³ EUR	%
Total	2 553 529	53,8	991 997	20,9	742 914	15,7	394 457	8,3	60 672	1,3
Actividades Centrais de Ambiente										
22112 - Reconstrução de pneus	47 515	82,1	300	0,5	3 831	6,6	5 991	10,3	252	0,4
36001 - Captação e tratamento de água	118 448	36,2	140 765	43,0	66 687	20,4	94	0,0	1 360	0,4
36002 - Distribuição de água	131 635	16,7	188 964	24,0	467 032	59,3	0	0,0	0	0,0
37001 - Recolha e drenagem de águas residuais	1 462	7,0	18 924	90,0	143	0,7	494	2,3	0	0,0
37002 - Tratamento de águas residuais	58 366	39,6	88 632	60,2	7	0,0	0	0,0	223	0,2
38111 - Recolha de resíduos inertes	9 359	71,8	3 376	25,9	192	1,5	114	0,9	0	0,0
38112 - Recolha de outros resíduos não perigosos	138 934	47,7	127 129	43,6	19 556	6,7	5 286	1,8	660	0,2
38120 - Recolha de resíduos perigosos	15 489	92,7	1 094	6,5	0	0,0	133	0,8	0	0,0
38211 - Tratamento e eliminação de resíduos inertes	1 409	86,5	191	11,7	29	1,8	0	0,0	0	0,0
38212 - Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	140 904	42,0	183 374	54,7	10 615	3,2	327	0,1	87	0,0
38220 - Tratamento e eliminação de resíduos perigosos	72 379	86,4	8 727	10,4	1 566	1,9	658	0,8	402	0,5
38311 - Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida	5 355	70,5	232	3,0	717	9,4	1 295	17,0	0	0,0
38312 - Desmantelamento de equipamentos eléctricos e electrónicos, em fim de vida	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
38313 - Desmantelamento de outros equipamentos e bens, em fim de vida	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
38321 - Valorização de resíduos metálicos	261 699	74,8	1 115	0,3	4 764	1,4	81 756	23,4	587	0,2
38322 - Valorização de resíduos não metálicos	138 983	74,1	8 488	4,5	2 532	1,3	33 547	17,9	4 098	2,2
39000 - Descontaminação e actividades similares	6 559	84,6	1 113	14,4	78	1,0	0	0,0	0	0,0
46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos	246 580	77,2	1 176	0,4	17 914	5,6	42 792	13,4	10 747	3,4
46772 - Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos	36 562	76,4	494	1,0	356	0,7	8 664	18,1	1 803	3,8
46773 - Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e.	19 594	78,6	126	0,5	970	3,9	2 738	11,0	1 509	6,0
81292 - Limpeza e esvaziamento de sarjetas	20 731	63,0	7 570	23,0	4 560	13,9	23	0,1	1	0,0
Outras actividades	1 073 410	64,2	209 282	12,5	141 343	8,5	209 568	12,5	38 945	2,3

Quadro 21 - Volume de Negócios segundo os domínios de ambiente - Gestão da poluição

2009

Domínios de Ambiente	Nº de empresas (a)	VVN ambiental				
		%	Total	Fabricação de produtos	Fabricação de bens de equipamento	Prestação de serviços
Gestão da Poluição	2 022	100,0	2 302 370	175 906	18 163	2 108 302
Protecção da Qualidade do Ar e Clima	90	7,0	160 071	29 037	3 403	127 631
Gestão de Águas Residuais	246	23	525 688	7 333	8 214	510 142
Gestão de Resíduos	1 319	65,2	1 502 070	131 797	6 344	1 363 928
Protecção dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais	74	1	23 080	5 539	87	17 453
Redução de Ruído e Vibrações	52	0,6	14 323	1 889	1	12 432
Protecção da Biodiversidade e Paisagem	58	1	13 594	2	1	13 590
Investigação e Desenvolvimento	32	0,4	9 186	82	102	9 002
Protecção Contra as Radiações	9	0	803	3	1	799
Outras Actividades de Gestão da Poluição	142	2,3	53 556	223	10	53 323

(a) as empresas são contadas tantas vezes quantos os domínios em que actuam.

Quadro 22 - Volume de Negócios segundo os domínios de ambiente - Gestão de recursos

2009

Domínios de Ambiente	Nº de empresas (a)	VVN ambiental				
		%	Total	Fabricação de produtos	Fabricação de bens de equipamento	Prestação de serviços
Gestão de Recursos	797	100,0	2 200 300	552 767	44 596	1 602 937
Gestão da Água	208	39,6	871 740	210 732	564	660 444
Materiais e Produtos Reciclados	375	26,3	579 008	285 644	6 550	286 814
Gestão e Optimização de Energia	79	31,6	695 367	50 642	37 411	607 314
Gestão dos Recursos Florestais	33	0,5	11 777	4 775	1	7 001
Outras Actividades de Gestão de Recursos	102	1,9	42 408	974	70	41 364

(a) as empresas são contadas tantas vezes quantos os domínios em que actuam.

Quadro 23 - Pessoas ao serviço nas entidades produtoras de Bens e Serviços de Ambiente por actividades económicas e o sexo, segundo a ocupação em funções na área do ambiente

2009

Unidade: nº

Actividades Económicas (CAE-Rev.3)	Total (a)	com funções na área do ambiente					
		Total	Maioritariamente ocupadas		Minoritariamente ou ocasionalmente ocupadas		
			Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Total	43 264	31 842	22 721	6 350	1 741	1 030	
Actividades Centrais de Ambiente							
22112 - Reconstrução de pneus	683	437	342	31	52	12	
36001 - Captação e tratamento de água	3 621	2 723	1 855	446	222	200	
36002 - Distribuição de água	9 600	6 704	4 674	1 401	427	202	
37001 - Recolha e drenagem de águas residuais	162	144	97	38	5	4	
37002 - Tratamento de águas residuais	1 382	1 282	816	256	114	96	
38111 - Recolha de resíduos inertes	259	163	115	45	1	2	
38112 - Recolha de outros resíduos não perigosos	6 189	5 893	4 922	793	135	43	
38120 - Recolha de resíduos perigosos	130	106	78	18	0	10	
38211 - Tratamento e eliminação de resíduos inertes	26	26	12	6	6	2	
38212 - Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	3 932	3 792	2 934	772	56	30	
38220 - Tratamento e eliminação de resíduos perigosos	842	583	434	147	2	0	
38311 - Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida	174	161	125	27	6	3	
38312 - Desmantelamento de equipamentos eléctricos e electrónicos, em fim de vida	...	...	...	...	...	...	
38313 - Desmantelamento de outros equipamentos e bens, em fim de vida	...	...	...	...	...	...	
38321 - Valorização de resíduos metálicos	1 107	1 019	749	178	72	20	
38322 - Valorização de resíduos não metálicos	1 923	1 531	967	383	150	31	
39000 - Descontaminação e actividades similares	113	89	51	21	8	9	
46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos	1 712	1 454	1 127	218	85	24	
46772 - Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos	634	574	335	179	29	31	
46773 - Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e.	249	227	172	43	9	3	
81292 - Limpeza e esvaziamento de sarjetas	1 758	1 199	631	281	92	195	
Outras actividades	8 668	3 642	2 240	1 024	266	112	

(a) com resposta e com actividade ambiental.

Quadro 24 - Pessoas ao serviço nas entidades produtoras de Bens e Serviços de Ambiente por actividades económicas e o sexo, segundo os grupos profissionais

2009

Unidade: nº

com funções na área do ambiente												
Total (a)	Total	Dirigentes		Quadros		Encarregados		Administrativos		Operários		
		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
43 264	31 842	1 167	366	2 049	1 886	2 488	408	2 539	2 385	16 219	2 335	
Total												
Actividades Centrais de Ambiente												
22112 - Reconstrução de pneus	683	437	19	6	10	6	36	0	96	13	233	18
36001 - Captação e tratamento de água	3 621	2 723	89	29	291	246	150	25	240	240	1 307	106
36002 - Distribuição de água	9 600	6 704	131	62	328	357	276	44	739	778	3 627	362
37001 - Recolha e drenagem de águas residuais	162	144	8	4	15	17	19	1	19	20	41	0
37002 - Tratamento de águas residuais	1 382	1 282	44	11	148	184	45	35	82	77	611	45
38111 - Recolha de resíduos inertes	259	163	7	5	3	4	16	2	23	12	67	24
38112 - Recolha de outros resíduos não perigosos	6 189	5 893	91	26	187	141	339	24	186	204	4 254	441
38120 - Recolha de resíduos perigosos	130	106	5	1	2	4	10	1	40	20	21	2
38211 - Tratamento e eliminação de resíduos inertes	26	26	2	1	1	4	8	1	2	2	5	0
38212 - Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	3 932	3 792	72	21	160	176	151	28	204	167	2 403	410
38220 - Tratamento e eliminação de resíduos perigosos	842	583	18	5	29	33	20	4	69	73	300	32
38311 - Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida	174	161	17	2	9	5	24	2	16	16	65	5
38312 - Desmantelamento de equipamentos eléctricos e electrónicos, em fim de vida	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
38313 - Desmantelamento de outros equipamentos e bens, em fim de vida	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
38321 - Valorização de resíduos metálicos	1 107	1 019	63	19	36	39	93	7	119	90	510	43
38322 - Valorização de resíduos não metálicos	1 923	1 531	103	23	73	47	160	34	193	122	588	188
39000 - Descontaminação e actividades similares	113	89	9	3	9	6	14	4	6	9	21	8
46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos	1 712	1 454	118	36	24	15	470	66	122	92	478	33
46772 - Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos	634	574	40	17	9	10	89	22	47	46	179	115
46773 - Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e.	249	227	19	6	3	3	76	7	24	21	59	9
81292 - Limpeza e esvaziamento de sarjetas	1 758	1 199	44	15	27	20	119	37	37	49	496	355
Outras actividades	8 668	3 642	264	74	682	560	370	64	272	317	918	121

(a) com resposta e com actividade ambiental.

EMPRESAS COM ACTIVIDADES DE MONITORIZAÇÃO, PREVENÇÃO, REDUÇÃO OU ELIMINAÇÃO DA POLUIÇÃO

Quadro 25 - Investimentos das empresas por actividades económicas, segundo o tipo de tecnologia

2009

Unidade: 10³ EUR

Actividades económicas (CAE - Rev. 3)	Tipo de tecnologia	Investimento em tecnologias de protecção do ambiente		
		Total	Fim-de-linha	Integradas
Total		174 689	131 596	43 093
05-09 Extractivas		6 680	6 514	166
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco		11 016	9 025	1 991
13-14 Têxteis		922	662	260
15 Couro e produtos do couro		374	348	26
16 Madeira, cortiça e suas obras		331	266	65
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução		15 395	10 543	4 852
19 Petrolíferas		21 159	9 349	11 810
20-21 Químicos		8 932	4 814	4 118
22 Borracha e matérias plásticas		422	321	101
23 Produtos minerais, não metálicos		18 417	14 238	4 179
24 Metalúrgicas de base		1 407	1 215	192
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.		4 871	3 775	1 096
26-27 Equip. informático e eléctrico		1 469	1 204	265
28 Máquinas e equipamento, n.e.		860	849	10
29-30 Material de transporte		2 143	2 007	137
31-32 Outras indústrias transformadoras		1 241	1 226	15
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.		372	245	127
35-36 Electricidade, gás e água		78 679	64 994	13 685

Quadro 26 - Coeficientes de variação dos investimentos das empresas por actividades económicas, segundo o tipo de tecnologia

2009

Unidade: %

Actividades económicas (CAE - Rev. 3)	Tipo de tecnologia	Investimento em tecnologias de protecção do ambiente		
		Total	Fim-de-linha	Integradas
Total		0,3	0,3	2,9
05-09 Extractivas		1,9	3,5	0,3
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco		0,6	0,6	0,7
13-14 Têxteis		1,0	0,8	0,0
15 Couro e produtos do couro		0,7	0,7	0,0
16 Madeira, cortiça e suas obras		1,8	1,6	0,0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução		2,5	2,1	0,0
19 Petrolíferas		0,0	0,0	0,0
20-21 Químicos		11,3	8,4	45,2
22 Borracha e matérias plásticas		0,0	0,0	0,0
23 Produtos minerais, não metálicos		0,1	0,1	0,0
24 Metalúrgicas de base		0,0	0,0	0,0
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.		5,1	4,5	0,0
26-27 Equip. informático e eléctrico		1,1	1,1	1,7
28 Máquinas e equipamento, n.e.		0,1	0,1	0,9
29-30 Material de transporte		3,8	3,7	0,0
31-32 Outras indústrias transformadoras		0,2	0,2	0,0
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.		7,1	5,8	123,2
35-36 Electricidade, gás e água		0,0	0,0	0,0

Quadro 27 - Investimentos das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente

2009

Unidade: 10³ EUR

Actividades económicas (CAE - Rev. 3)	Domínios de ambiente	Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente
Total		174 689	97 717	22 625	17 466	36 881
05-09 Extractivas		6 680	196	241	6 033	212
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco		11 016	1 325	6 997	595	2 098
13-14 Têxteis		922	338	171	83	330
15 Couro e produtos do couro		374	232	43	14	85
16 Madeira, cortiça e suas obras		331	129	122	52	29
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução		15 395	5 474	7 626	998	1 297
19 Petrolíferas		21 159	8 399	524	337	11 899
20-21 Químicos		8 932	6 119	1 439	909	465
22 Borracha e matérias plásticas		422	231	8	78	105
23 Produtos minerais, não metálicos		18 417	9 575	2 324	5 344	1 174
24 Metalúrgicas de base		1 407	395	372	595	45
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.		4 871	3 451	753	421	246
26-27 Equip. informático e eléctrico		1 469	516	409	274	269
28 Máquinas e equipamento, n.e.		860	556	40	36	228
29-30 Material de transporte		2 143	1 677	192	41	234
31-32 Outras indústrias transformadoras		1 241	1 019	114	34	74
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.		372	151	140	33	48
35-36 Electricidade, gás e água		78 679	57 935	1 111	1 589	18 044

Quadro 28 - Coeficientes de variação dos investimentos das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente

2009	Domínios de ambiente	Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente
	Actividades económicas (CAE - Rev. 3)					
	Total	0,3	0,6	0,1	1,7	1,9
05-09	Extractivas	1,9	0,8	1,1	176,7	0,4
10-12	Alimentação, bebidas e tabaco	0,6	0,8	0,5	0,3	0,0
13-14	Têxteis	1,0	0,0	0,0	0,3	0,0
15	Couro e produtos do couro	0,7	1,5	0,0	3,6	0,4
16	Madeira, cortiça e suas obras	1,8	4,4	0,0	0,8	1,1
17-18	Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	2,5	0,0	0,0	522,1	0,7
19	Petrolíferas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
20-21	Químicos	11,3	0,0	6,3	5,2	0,0
22	Borracha e matérias plásticas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
23	Produtos minerais, não metálicos	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0
24	Metalúrgicas de base	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
25	Produtos metálicos, excep. máq. e equip.	5,1	0,0	528,3	1,5	0,0
26-27	Equip. informático e eléctrico	1,1	1,4	0,7	0,0	0,0
28	Máquinas e equipamento, n.e.	0,1	0,1	0,0	2,9	0,2
29-30	Material de transporte	3,8	3,4	0,0	0,0	0,0
31-32	Outras indústrias transformadoras	0,2	0,1	0,0	518,1	0,3
33	Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	7,1	4,9	0,0	55,9	6,9
35-36	Electricidade, gás e água	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Quadro 29 - Investimentos das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão

2009	Escalões de dimensão das empresas	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
	Actividades económicas (CAE - Rev. 3)							
	Total	174 689	19 925	8 335	17 840	16 703	20 495	91 390
05-09	Extractivas	6 680	386	146	...	...	6 080	0
10-12	Alimentação, bebidas e tabaco	11 016	1 327	2 259	2 283	410	3 024	1 714
13-14	Têxteis	922	71	174	575	...	73	0
15	Couro e produtos do couro	374	141	166	...	...	0	0
16	Madeira, cortiça e suas obras	331	49	123	...	90	...	...
17-18	Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	15 395	6 857	348	7 079	813	298	0
19	Petrolíferas	21 159	0	0	0	0	0	21 159
20-21	Químicos	8 932	59	1 047	1 635	5 917	274	0
22	Borracha e matérias plásticas	422	0	...	354	...	...	...
23	Produtos minerais, não metálicos	18 417	2 171	1 959	539	7 517	6 231	0
24	Metalúrgicas de base	1 407	0	217	689	500	0	0
25	Produtos metálicos, excep. máq. e equip.	4 871	14	1 310	2 804	573	169	0
26-27	Equip. informático e eléctrico	1 469	144	63	126	100	432	603
28	Máquinas e equipamento, n.e.	860	682	104	60	...	...	0
29-30	Material de transporte	2 143	32	35	340	48	38	1 650
31-32	Outras indústrias transformadoras	1 241	568	164	157	351	0	0
33	Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	372	...	...	0	112	0	223
35-36	Electricidade, gás e água	78 679	7 390	181	1 051	217	3 856	65 984

Quadro 30 - Coeficientes de variação dos investimentos das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão

2009	Escalões de dimensão das empresas	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
	Actividades económicas (CAE - Rev. 3)							
	Total	0,3	19,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
05-09	Extractivas	1,9	35,5	0,0	...	...	0,0	0,0
10-12	Alimentação, bebidas e tabaco	0,6	41,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13-14	Têxteis	1,0	137,6	0,0	0,0	...	0,0	0,0
15	Couro e produtos do couro	0,7	58,6	0,0	...	...	0,0	0,0
16	Madeira, cortiça e suas obras	1,8	64,7	0,0	...	0,0	...	...
17-18	Pasta, papel e cartão; impressão e repro	2,5	2,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
19	Petrolíferas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
20-21	Químicos	11,3	45,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
22	Borracha e matérias plásticas	0,0	0,0	...	0,0	...	...	...
23	Produtos minerais, não metálicos	0,1	169,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
24	Metalúrgicas de base	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
25	Produtos metálicos, excep. máq. e equip	5,1	299,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
26-27	Equip. informático e eléctrico	1,1	73,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
28	Máquinas e equipamento, n.e.	0,1	116,7	0,0	0,0	...	...	0,0
29-30	Material de transporte	3,8	118,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
31-32	Outras indústrias transformadoras	0,2	126,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
33	Repar., manut. e instalação de máq. e eq	7,1	...	...	0,0	0,0	0,0	0,0
35-36	Electricidade, gás e água	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Quadro 31 - Investimentos das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão

2009

Unidade: 10³ EUR

Escalões de dimensão das empresas		Pessoas ao serviço das empresas					
NUTS II	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
Portugal	174 689	19 925	8 335	17 840	16 703	20 495	91 390
Norte	12 044	1 755	3 094	3 061	...	1 309	...
Centro	29 096	7 996	3 870	8 959	5 517	1 139	1 615
Lisboa	113 276	7 659	477	3 720	5 533	7 809	88 078
Alentejo	12 769	339	601	...	4 371	6 122	...
Algarve	993	112	0	881	0	0	0
Açores	2 585	55	...	...	0	2 262	0
Madeira	3 927	2 008	...	0	...	1 854	0

Quadro 32 - Coeficientes de variação dos investimentos das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão

2009

Unidade: 10³ EUR

Escalões de dimensão das empresas		Pessoas ao serviço das empresas					
NUTS II	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
Portugal	0,3	19,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Norte	6,3	43,3	0,0	0,0	...	0,0	...
Centro	12,9	47,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lisboa	0,4	6,4	0,0	...	0,0	0,0	...
Alentejo	1,7	63,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Algarve	1,1	9,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Açores	0,0	0,2	...	...	0,0	0,0	0,0
Madeira	1,1	2,1	...	0,0	...	0,0	0,0

Quadro 33 - Custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo as principais rubricas contabilísticas

2009

Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	Total	Contratação de trabalhos e serviços de ambiente	Taxas	Outros custos e perdas
Actividades económicas (CAE - Rev. 3)				
Total	245 275	147 340	8 920	89 015
05-09 Extractivas	4 050	1 011	53	2 986
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	59 725	38 198	4 179	17 348
13-14 Têxteis	10 253	6 473	850	2 930
15 Couro e produtos do couro	3 605	2 932	102	571
16 Madeira, cortiça e suas obras	2 291	1 336	48	907
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	23 687	11 375	606	11 706
19 Petrolíferas	12 777	8 091	35	4 650
20-21 Químicos	20 880	9 676	1 063	10 140
22 Borracha e matérias plásticas	6 576	4 135	93	2 348
23 Produtos minerais, não metálicos	24 736	9 906	559	14 270
24 Metalúrgicas de base	9 619	8 143	65	1 411
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.	10 092	5 871	195	4 025
26-27 Equip. informático e eléctrico	6 964	4 459	203	2 302
28 Máquinas e equipamento, n.e.	2 395	1 067	72	1 257
29-30 Material de transporte	8 617	4 600	196	3 822
31-32 Outras indústrias transformadoras	2 471	1 634	66	771
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	3 994	2 332	44	1 618
35-36 Electricidade, gás e água	32 544	26 100	490	5 953

Quadro 34 - Coeficientes de variação dos custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo as principais rubricas contabilísticas

2009					Unidade: %
Rubricas contabilísticas	Total	Contratação de trabalhos e serviços de ambiente	Taxas	Outros custos e perdas	
Actividades económicas (CAE - Rev. 3)					
Total	0,7	0,6	0,6	1,5	
05-09 Extractivas	1,4	0,9	7,2	1,9	
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	0,4	0,4	0,4	3,3	
13-14 Têxteis	1,2	1,2	4,8	1,3	
15 Couro e produtos do couro	0,5	0,7	0,8	0,3	
16 Madeira, cortiça e suas obras	0,8	0,7	2,4	1,8	
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	1,9	1,5	14,0	2,8	
19 Petrolíferas	0,0	0,0	0,0	0,0	
20-21 Químicos	2,5	1,9	3,9	3,7	
22 Borracha e matérias plásticas	0,9	1,0	51,1	0,8	
23 Produtos minerais, não metálicos	0,8	0,6	1,3	1,2	
24 Metalúrgicas de base	7,7	7,7	61,5	7,9	
25 Produtos metálicos, excecp. máq. e equip.	0,4	0,3	1,2	1,1	
26-27 Equip. informático e eléctrico	1,8	1,6	23,3	2,3	
28 Máquinas e equipamento, n.e.	1,6	1,3	0,0	2,2	
29-30 Material de transporte	4,4	4,1	11,2	4,6	
31-32 Outras indústrias transformadoras	1,1	1,1	2,8	1,0	
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	0,4	0,3	0,8	0,6	
35-36 Electricidade, gás e água	0,0	0,0	0,0	0,0	

Quadro 35 - Custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente

2009						Unidade: 10³ EUR
Domínios de ambiente	Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente	
Actividades económicas (CAE - Rev. 3)						
Total	245 275	30 015	47 826	131 579	35 855	
05-09 Extractivas	4 050	223	976	1 705	1 145	
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	59 725	913	11 625	45 138	2 049	
13-14 Têxteis	10 253	384	5 683	3 463	723	
15 Couro e produtos do couro	3 605	81	1 799	1 639	87	
16 Madeira, cortiça e suas obras	2 291	394	327	1 469	102	
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	23 687	3 284	8 592	10 034	1 777	
19 Petrolíferas	12 777	523	3 917	2 640	5 697	
20-21 Químicos	20 880	3 913	5 716	9 758	1 493	
22 Borracha e matérias plásticas	6 576	486	427	5 036	627	
23 Produtos minerais, não metálicos	24 736	12 432	1 541	6 355	4 408	
24 Metalúrgicas de base	9 619	1 843	606	6 695	475	
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.	10 092	1 333	1 846	6 278	635	
26-27 Equip. informático e eléctrico	6 964	341	695	5 448	480	
28 Máquinas e equipamento, n.e.	2 395	196	330	1 715	154	
29-30 Material de transporte	8 617	484	1 269	6 147	718	
31-32 Outras indústrias transformadoras	2 471	224	314	1 824	109	
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	3 994	110	430	2 624	829	
35-36 Electricidade, gás e água	32 544	2 850	1 734	13 612	14 348	

Quadro 36 - Coeficientes de variação dos custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente

2009						Unidade: %
Domínios de ambiente		Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente
Actividades económicas (CAE - Rev. 3)						
Total		0,7	0,9	1,1	0,6	1,6
05-09 Extractivas		1,4	1,2	2,6	2,1	0,9
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco		0,4	0,4	0,7	0,4	4,1
13-14 Têxteis		1,2	0,0	101,6	0,7	0,0
15 Couro e produtos do couro		0,5	2,3	0,4	0,8	0,7
16 Madeira, cortiça e suas obras		0,8	1,2	12,5	0,7	0,0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução		1,9	9,4	10,7	1,3	47,6
19 Petrolíferas		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
20-21 Químicos		2,5	0,0	2,0	2,3	0,0
22 Borracha e matérias plásticas		0,9	0,0	10,8	0,8	0,0
23 Produtos minerais, não metálicos		0,8	1,0	1,2	0,8	0,6
24 Metalúrgicas de base		7,7	0,0	0,0	6,4	0,0
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.		0,4	0,3	0,9	0,3	18,1
26-27 Equip. informático e eléctrico		1,8	4,2	1,3	1,8	6,4
28 Máquinas e equipamento, n.e.		1,6	0,9	0,0	1,6	7,3
29-30 Material de transporte		4,4	15,9	0,0	3,7	0,0
31-32 Outras indústrias transformadoras		1,1	1,4	2,3	1,0	2,5
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.		0,4	3,1	0,0	0,3	14,9
35-36 Electricidade, gás e água		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Quadro 37 - Custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão

2009	Unidade: 10 ³ EUR						
Escalões de dimensão das empresas	Total	Pessoas ao serviço das empresas					
Actividades económicas (CAE - Rev. 3)		1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
Total	245 275	22 541	21 888	51 375	50 001	57 852	41 618
05-09 Extractivas	4 050	633	...	319	...	2 624	0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	59 725	6 793	6 838	11 175	6 350	17 889	10 681
13-14 Têxteis	10 253	...	1 471	3 853	1 471	2 367	...
15 Couro e produtos do couro	3 605	1 261	802	1 271	...	...	35
16 Madeira, cortiça e suas obras	2 291	241	415	201	886	...	...
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	23 687	1 716	1 498	5 890	818	13 765	0
19 Petrolíferas	12 777	0	0	0	0	0	12 777
20-21 Químicos	20 880	1 209	1 980	9 394	7 929	368	0
22 Borracha e matérias plásticas	6 576	573	781	3 076	526	...	...
23 Produtos minerais, não metálicos	24 736	1 898	...	2 299	5 966	13 433	...
24 Metalúrgicas de base	9 619	93	458	1 135	7 932	0	0
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.	10 092	2 045	2 815	2 843	1 555	834	0
26-27 Equip. informático e eléctrico	6 964	263	759	1 509	2 207	1 003	1 223
28 Máquinas e equipamento, n.e.	2 395	...	428	792	350	...	0
29-30 Material de transporte	8 617	309	520	1 371	1 402	1 995	3 021
31-32 Outras indústrias transformadoras	2 471	566	...	629	643	...	0
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	3 994	1 185	179	150	1 952	0	528
35-36 Electricidade, gás e água	32 544	2 753	1 315	5 468	9 690	2 069	11 249

Quadro 38 - Coeficientes de variação dos custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão

2009	Unidade: %						
Escalões de dimensão das empresas	Total	Pessoas ao serviço das empresas					
Actividades económicas (CAE - Rev. 3)		1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
Total	0,7	9,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
05-09 Extractivas	1,4	23,2	...	0,0	...	0,0	0,0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	0,4	25,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13-14 Têxteis	1,2	...	0,0	0,0	0,0	0,0	...
15 Couro e produtos do couro	0,5	28,6	0,0	0,0	...	...	0,0
16 Madeira, cortiça e suas obras	0,8	74,1	0,0	0,0	0,0	...	...
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	1,9	14,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
19 Petrolíferas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
20-21 Químicos	2,5	15,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
22 Borracha e matérias plásticas	0,9	50,8	0,0	0,0	0,0	...	...
23 Produtos minerais, não metálicos	0,8	31,1	...	0,0	0,0	0,0	...
24 Metalúrgicas de base	7,7	43,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.	0,4	41,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
26-27 Equip. informático e eléctrico	1,8	55,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
28 Máquinas e equipamento, n.e.	1,6	...	0,0	0,0	0,0	...	0,0
29-30 Material de transporte	4,4	21,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
31-32 Outras indústrias transformadoras	1,1	26,3	...	0,0	0,0	...	0,0
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	0,4	42,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
35-36 Electricidade, gás e água	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Quadro 39 - Custos e perdas das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão

2009		Unidade: 10 ³ EUR						
Escalões de dimensão das		Total	Pessoas ao serviço das empresas					
NUTS II			1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
Portugal		245 275	22 541	21 888	51 375	50 001	57 852	41 618
Norte		54 390	6 403	8 170	12 696	8 010	7 535	11 577
Centro		53 333	...	6 806	18 131	7 517	9 809	...
Lisboa		117 709	5 222	3 753	13 418	32 206	35 047	28 063
Alentejo		11 062	...	2 042	2 652	1 981	3 315	...
Algarve		4 109	345	76	3 688	0	0	0
Açores		2 701	254	617	788	11	1 031	0
Madeira		1 971	154	424	2	276	1 115	0

Quadro 40 - Coeficientes de variação dos custos e perdas das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão

2009		Unidade: 10 ³ EUR						
Escalões de dimensão das empresas		Total	Pessoas ao serviço das empresas					
NUTS II			1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
Portugal		0,7	9,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Norte		6,3	14,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Centro		12,9	...	0,0	0,0	0,0	0,0	...
Lisboa		0,4	14,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alentejo		1,7	...	0,0	0,0	0,0	0,0	...
Algarve		1,1	31,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Açores		0,0	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Madeira		1,1	10,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Quadro 41 - Proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo as principais rubricas contabilísticas

2009	Unidade: 10 ³ EUR			
Rubricas contabilísticas	Total	Vendas de resíduos e/ou materiais reciclados	Prestação de serviços	Outros proveitos e ganhos
Actividades económicas (CAE - Rev. 3)				
Total	82 492	77 830	2 074	2 588
05-09 Extractivas	711	706	...	...
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	5 004	4 437	507	60
13-14 Têxteis	1 110	1 062	38	10
15 Couro e produtos do couro	34	33	0	2
16 Madeira, cortiça e suas obras	1 867	1 843	19	5
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	5 449	5 302	10	138
19 Petrolíferas	581	306	12	263
20-21 Químicos	1 177	784	25	369
22 Borracha e matérias plásticas	3 145	2 802	...	...
23 Produtos minerais, não metálicos	4 676	2 066	1 175	1 435
24 Metalúrgicas de base	4 197	4 197	0	0
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.	15 645	15 605	27	13
26-27 Equip. informático e eléctrico	10 618	10 618	...	...
28 Máquinas e equipamento, n.e.	3 804	3 730	0	74
29-30 Material de transporte	13 611	13 552	...	...
31-32 Outras indústrias transformadoras	1 113	1 065	8	41
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	348	347	1	0
35-36 Electricidade, gás e água	9 401	9 376	8	17

Quadro 42 - Coeficientes de variação dos proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo as principais rubricas contabilísticas

2009					Unidade: %
Rubricas contabilísticas	Total	Vendas de resíduos e/ou materiais reciclados	Prestação de serviços	Outros proveitos e ganhos	
Actividades económicas (CAE - Rev. 3)					
Total	0,6	0,6	4,9	1,5	
05-09 Extractivas	2,9	3,0	...	...	
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	1,2	1,1	4,8	2,6	
13-14 Têxteis	1,8	1,8	0,0	9,4	
15 Couro e produtos do couro	31,8	31,1	0,0	0,0	
16 Madeira, cortiça e suas obras	0,1	0,1	0,0	0,9	
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	1,3	1,3	0,0	1,1	
19 Petrolíferas	0,0	0,0	0,0	0,0	
20-21 Químicos	1,4	1,2	0,6	0,0	
22 Borracha e matérias plásticas	0,2	0,2	...	...	
23 Produtos minerais, não metálicos	1,0	0,7	0,0	0,0	
24 Metalúrgicas de base	4,5	4,5	0,0	0,0	
25 Produtos metálicos, excepc. máq. e equip.	0,4	0,4	0,0	1,3	
26-27 Equip. informático e eléctrico	28,4	28,4	...	...	
28 Máquinas e equipamento, n.e.	1,0	1,1	0,0	0,3	
29-30 Material de transporte	10,4	11,4	...	...	
31-32 Outras indústrias transformadoras	0,7	0,7	2,3	0,4	
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	1,5	1,5	1,2	0,0	
35-36 Electricidade, gás e água	0,0	0,0	0,0	0,0	

Quadro 43 - Proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente

2009

Unidade: 10³ EUR

Domínios de ambiente	Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente
Actividades económicas (CAE - Rev. 3)					
Total	82 492	164	420	81 862	46
05-09 Extractivas	711	0	0	711	0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	5 004	...	...	4 987	...
13-14 Têxteis	1 110	0	...	1 074	...
15 Couro e produtos do couro	34	0	0	34	0
16 Madeira, cortiça e suas obras	1 867	0	19	1 848	0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	5 449	...	0	5 345	...
19 Petrolíferas	581	0	191	390	0
20-21 Químicos	1 177	0	171	1 006	0
22 Borracha e matérias plásticas	3 145	0	...	3 143	...
23 Produtos minerais, não metálicos	4 676	73	0	4 604	0
24 Metalúrgicas de base	4 197	0	0	4 197	0
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.	15 645	0	0	15 645	0
26-27 Equip. informático e eléctrico	10 618	...	0	10 618	...
28 Máquinas e equipamento, n.e.	3 804	0	...	3 802	...
29-30 Material de transporte	13 611	0	0	13 611	0
31-32 Outras indústrias transformadoras	1 113	0	...	1 111	...
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	348	0	0	347	1
35-36 Electricidade, gás e água	9 401	12	0	9 389	0

Quadro 44 - Coeficientes de variação dos proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente

2009

Unidade: %

Domínios de ambiente	Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente
Actividades económicas (CAE - Rev. 3)					
Total	0,6	0,0	0,0	0,6	6,9
05-09 Extractivas	2,9	0,0	0,0	2,9	0,0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	1,2	...	...	1,1	...
13-14 Têxteis	1,8	0,0	...	1,8	...
15 Couro e produtos do couro	31,8	0,0	0,0	31,8	0,0
16 Madeira, cortiça e suas obras	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	1,3	...	0,0	1,3	...
19 Petrolíferas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
20-21 Químicos	1,4	0,0	0,0	1,3	0,0
22 Borracha e matérias plásticas	0,2	0,0	...	0,2	...
23 Produtos minerais, não metálicos	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0
24 Metalúrgicas de base	4,5	0,0	0,0	4,5	0,0
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.	0,4	0,0	0,0	0,4	0,0
26-27 Equip. informático e eléctrico	28,4	...	0,0	28,4	...
28 Máquinas e equipamento, n.e.	1,0	0,0	...	1,0	...
29-30 Material de transporte	10,4	0,0	0,0	10,4	0,0
31-32 Outras indústrias transformadoras	0,7	0,0	...	0,7	...
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	1,5	0,0	0,0	1,5	1,2
35-36 Electricidade, gás e água	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Quadro 45 - Proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão

2009

Unidade: 10³ EUR

Escalões de dimensão das empresas	Total	Pessoas ao serviço das empresas					
Actividades económicas (CAE - Rev. 3)		1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
Total	82 492	6 633	13 115	18 741	17 993	8 227	17 783
05-09 Extractivas	711	63	20	129	0	499	0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	5 004	725	486	1 300	484	1 198	810
13-14 Têxteis	1 110	...	116	544	180	192	...
15 Couro e produtos do couro	34	...	26	1	5	...	1
16 Madeira, cortiça e suas obras	1 867	900	...	505	148	...	135
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	5 449	532	789	2 113	1 670	345	0
19 Petrolíferas	581	0	0	0	0	0	581
20-21 Químicos	1 177	176	156	478	367	0	0
22 Borracha e matérias plásticas	3 145	591	657	1 694	...	...	...
23 Produtos minerais, não metálicos	4 676	233	...	274	1 950	1 913	...
24 Metalúrgicas de base	4 197	111	637	1 296	2 153	0	0
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.	15 645	2 104	8 008	2 674	1 691	1 168	0
26-27 Equip. informático e eléctrico	10 618	171	613	3 934	2 358	1 414	2 128
28 Máquinas e equipamento, n.e.	3 804	418	588	1 605	...	...	0
29-30 Material de transporte	13 611	78	417	1 884	5 792	282	5 158
31-32 Outras indústrias transformadoras	1 113	272	289	282	...	...	0
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	348	149	41	13	137	0	9
35-36 Electricidade, gás e água	9 401	44	8	15	457	127	8 751

Quadro 46 - Coeficientes de variação dos proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão

2009 Unidade: %

Escalões de dimensão das empresas	Total	Pessoas ao serviço das empresas					
Actividades económicas (CAE - Rev. 3)		1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
Total	0,6	23,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
05-09 Extractivas	2,9	46,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	1,2	26,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13-14 Têxteis	1,8	...	0,0	0,0	0,0	0,0	...
15 Couro e produtos do couro	31,8	...	0,0	0,0	0,0	...	0,0
16 Madeira, cortiça e suas obras	0,1	103,9	...	0,0	0,0	...	0,0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	1,3	33,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
19 Petrolíferas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
20-21 Químicos	1,4	43,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
22 Borracha e matérias plásticas	0,2	130,7	0,0	0,0	...	...	...
23 Produtos minerais, não metálicos	1,0	90,7	...	0,0	0,0	0,0	...
24 Metalúrgicas de base	4,5	40,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.	0,4	43,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
26-27 Equip. informático e eléctrico	28,4	6,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
28 Máquinas e equipamento, n.e.	1,0	47,7	0,0	0,0	...	...	0,0
29-30 Material de transporte	10,4	45,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
31-32 Outras indústrias transformadoras	0,7	54,7	0,0	0,0	...	...	0,0
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	1,5	25,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
35-36 Electricidade, gás e água	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Quadro 47 - Proveitos e ganhos das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão

2009 Unidade: 10³ EUR

Escalões de dimensão das empresas	Total	Pessoas ao serviço das empresas					
NUTS II		1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
Portugal	82 492	6 633	13 115	18 741	17 993	8 227	17 783
Norte	26 938	...	4 548	7 301	9 243	1 785	...
Centro	20 689	2 582	3 333	7 579	3 648	1 838	1 708
Lisboa	29 087	766	2 988	2 713	4 328	3 797	14 495
Alentejo	3 456	...	152	1 144	744	698	...
Algarve	49	30	19	0	0	0	0
Açores	2 231	28	2 075	3	17	108	0
Madeira	42	30	0	0	12	0	0

Quadro 48 - Coeficientes de variação dos proveitos e ganhos das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão

2009 Unidade: 10³ EUR

Escalões de dimensão das empresas	Total	Pessoas ao serviço das empresas					
NUTS II		1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
Portugal	0,6	23,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Norte	4,4	...	0,0	0,0	0,0	0,0	...
Centro	11,5	37,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lisboa	4,7	48,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alentejo	1,3	...	0,0	0,0	0,0	0,0	...
Algarve	3,7	18,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Açores	0,9	70,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Madeira	32,1	45,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

ENTIDADES GESTORAS DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ÁGUAS RESIDUAIS

Quadro 49 - Investimentos, custos e proveitos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água, por NUTS II (Rv)

2008 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Investimentos	Custos	Proveitos
Portugal	428 077	646 258	732 681
Norte	123 336	130 925	188 705
Centro	187 691	134 140	145 927
Lisboa	46 106	248 760	270 557
Alentejo	16 694	42 345	37 747
Algarve	44 471	42 257	46 655
Açores	5 076	25 054	20 209
Madeira	4 704	22 777	22 880

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 50 - Custos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água por NUTS II, segundo o tipo (Rv)

2008 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Total	Custos gerais	Custos de exploração e gestão
Portugal	646 258	302 121	344 137
Norte	130 925	50 153	80 772
Centro	134 140	54 469	79 671
Lisboa	248 760	133 583	115 177
Alentejo	42 345	18 015	24 331
Algarve	42 257	17 013	25 244
Açores	25 054	19 343	5 711
Madeira	22 777	9 545	13 233

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 51 - Proveitos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água por NUTS II, segundo o tipo (Rv)

2008 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Total	Proveitos do tarifário	Outros proveitos
Portugal	732 681	688 151	44 530
Norte	188 705	173 677	15 028
Centro	145 927	136 235	9 692
Lisboa	270 557	259 265	11 292
Alentejo	37 747	35 402	2 345
Algarve	46 655	42 721	3 934
Açores	20 209	19 655	554
Madeira	22 880	21 196	1 685

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 52 - Investimentos, custos e proveitos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais, por NUTS II (Rv)

2008 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Investimentos	Custos	Proveitos
Portugal	455 923	375 169	265 505
Norte	112 463	102 583	79 598
Centro	199 979	99 085	56 346
Lisboa	79 660	107 579	83 833
Alentejo	14 720	21 013	11 318
Algarve	35 201	34 272	27 332
Açores	8 417	3 362	2 050
Madeira	5 483	7 275	5 027

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 53 - Custos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II, segundo o tipo (Rv)

2008 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Total	Custos gerais	Custos de exploração e gestão
Portugal	375 169	154 922	220 247
Norte	102 583	38 644	63 939
Centro	99 085	35 600	63 485
Lisboa	107 579	59 574	48 005
Alentejo	21 013	8 212	12 802
Algarve	34 272	9 164	25 108
Açores	3 362	1 895	1 467
Madeira	7 275	1 834	5 441

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 54 - Proveitos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II, segundo o tipo (Rv)

2008 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Total	Proveitos do tarifário	Outros proveitos
Portugal	265 505	216 397	49 108
Norte	79 598	60 252	19 346
Centro	56 346	47 703	8 643
Lisboa	83 833	71 281	12 552
Alentejo	11 318	10 256	1 062
Algarve	27 332	20 236	7 096
Açores	2 050	1 905	145
Madeira	5 027	4 764	264

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 55 - Investimentos, custos e proveitos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água, por NUTS II (Po)

2009 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Investimentos	Custos	Proveitos
Portugal	479 724	664 165	721 146
Norte	99 392	160 129	167 209
Centro	203 679	138 967	148 339
Lisboa	84 666	229 379	272 968
Alentejo	39 146	54 425	42 983
Algarve	43 663	39 544	49 606
Açores	7 274	23 822	19 731
Madeira	1 905	17 897	20 310

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 56 - Custos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água por NUTS II, segundo o tipo (Po)

2009 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Total	Custos gerais	Custos de exploração e gestão
Portugal	664 165	308 829	355 336
Norte	160 129	63 102	97 027
Centro	138 967	63 023	75 944
Lisboa	229 379	118 642	110 737
Alentejo	54 425	23 781	30 644
Algarve	39 544	17 203	22 341
Açores	23 822	18 117	5 705
Madeira	17 897	4 959	12 938

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 57 - Proveitos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água por NUTS II, segundo o tipo (Po)

2009 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Total	Proveitos do tarifário	Outros proveitos
Portugal	721 146	670 980	50 166
Norte	167 209	156 093	11 116
Centro	148 339	133 473	14 865
Lisboa	272 968	260 924	12 044
Alentejo	42 983	39 188	3 796
Algarve	49 606	41 939	7 667
Açores	19 731	19 365	367
Madeira	20 310	19 999	311

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 58 - Investimentos, custos e proveitos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais, por NUTS II (Po)

2009 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Investimentos	Custos	Proveitos
Portugal	471 191	400 200	267 890
Norte	89 226	117 667	72 932
Centro	205 557	131 813	65 156
Lisboa	114 782	87 512	82 458
Alentejo	11 649	26 819	12 054
Algarve	43 971	25 565	28 126
Açores	2 948	4 084	2 206
Madeira	3 058	6 741	4 958

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 59 - Custos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II, segundo o tipo (Po)

2009 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Total	Custos gerais	Custos de exploração e gestão
Portugal	400 200	175 385	224 815
Norte	117 667	44 753	72 914
Centro	131 813	66 079	65 735
Lisboa	87 512	40 034	47 478
Alentejo	26 819	11 794	15 025
Algarve	25 565	7 984	17 581
Açores	4 084	1 743	2 341
Madeira	6 741	2 999	3 742

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 60 - Proveitos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II, segundo o tipo (Po)

2009 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Total	Proveitos do tarifário	Outros proveitos
Portugal	267 890	233 432	34 458
Norte	72 932	62 053	10 879
Centro	65 156	55 339	9 818
Lisboa	82 458	78 130	4 327
Alentejo	12 054	10 370	1 684
Algarve	28 126	20 579	7 547
Açores	2 206	2 110	97
Madeira	4 958	4 851	107

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

Quadro 61 - Receitas e despesas dos Corpos de Bombeiros por agregados económicos, segundo as NUTS II (Po)

2009

Unidade: 10³ EUR

Agregados económicos	NUTS II							
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Total das Receitas	274 866	70 912	71 930	61 511	40 111	16 791	9 037	4 574
Receitas correntes	264 003	68 079	68 260	59 432	38 958	16 472	8 251	4 551
Contribuições directas dos associados	10 645	3 220	2 772	2 614	1 487	307	237	9
Venda de bens e serviços	122 358	31 001	29 834	27 616	21 210	8 724	3 058	916
Transferências correntes	117 056	30 195	32 464	25 243	14 967	6 271	4 445	3 471
Outras receitas correntes	13 944	3 664	3 189	3 960	1 294	1 170	511	155
Receitas de capital	10 864	2 833	3 671	2 079	1 153	319	785	23
Transferências de capital	3 635	917	1 457	296	184	0	771	9
Outras receitas de capital	7 229	1 916	2 214	1 784	969	319	14	14
Total das Despesas	322 855	80 054	73 679	85 457	39 243	20 994	9 426	14 003
Despesas correntes	304 394	74 366	68 797	80 859	37 505	20 718	8 422	13 727
Despesas com o pessoal	201 565	47 653	42 198	60 817	22 503	11 238	5 178	11 977
Aquisição de bens e serviços	92 192	24 949	24 399	18 113	13 328	7 773	2 428	1 203
Transferências correntes	2 659	106	523	0	609	1 414	8	0
Outras despesas correntes	7 978	1 658	1 677	1 929	1 066	293	808	547
Despesas de capital	18 461	5 688	4 882	4 598	1 738	276	1 003	276
Investimentos	16 757	4 941	4 584	4 337	1 482	237	962	213
Transferências de capital	558	345	28	63	123	0	0	0
Outras despesas de capital	1 145	402	271	198	132	38	41	63

Quadro 62 - Receitas e despesas dos Corpos de Bombeiros, por agregados económicos

Unidade: 10³ EUR

Agregados económicos	Anos		
	2007	2008 (Rv)	2009 (Po)
Total das Receitas	262 926	278 780	274 866
Receitas correntes	248 229	266 649	264 003
Contribuições directas dos associados	12 206	10 736	10 645
Venda de bens e serviços	102 636	115 462	122 358
Transferências correntes	115 942	121 151	117 056
Outras receitas correntes	17 445	19 300	13 944
Receitas de capital	14 697	12 131	10 864
Transferências de capital	9 285	5 810	3 635
Outras receitas de capital	5 412	6 322	7 229
Total das Despesas	321 716	332 966	322 855
Despesas correntes	292 833	306 521	304 394
Despesas com o pessoal	193 220	197 115	201 565
Aquisição de bens e serviços	88 215	97 198	92 192
Transferências correntes	2 713	3 200	2 659
Outras despesas correntes	8 685	9 007	7 978
Despesas de capital	28 883	26 445	18 461
Investimentos	25 721	22 713	16 757
Transferências de capital	785	668	558
Outras despesas de capital	2 377	3 064	1 145

Quadro 63 - Receitas e despesas dos Corpos de Bombeiros, por NUTS II

Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Anos		
	2007	2008 (Rv)	2009 (Po)
Total das Receitas	262 926	278 780	274 866
Norte	67 448	71 547	70 912
Centro	68 319	71 676	71 930
Lisboa	57 808	61 123	61 511
Alentejo	38 760	41 465	40 111
Algarve	16 421	17 717	16 791
Açores	9 031	9 998	9 037
Madeira	5 139	5 254	4 574
Total das Despesas	321 716	332 966	322 855
Norte	77 103	80 747	80 054
Centro	70 020	74 177	73 679
Lisboa	88 045	87 493	85 457
Alentejo	40 555	42 567	39 243
Algarve	22 511	22 344	20 994
Açores	8 738	10 496	9 426
Madeira	14 745	15 142	14 003

Quadro 64 - Rubricas contabilísticas das Organizações Não Governamentais de Ambiente, por regiões

Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	Investimentos			Custos e perdas			Proveitos e ganhos		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Portugal	1 018	683	899	22 002	18 152	20 856	23 131	19 083	20 218
Norte	68	85	36	3 904	2 175	1 663	3 980	2 429	1 849
Centro	146	260	131	2 310	2 940	2 043	2 473	2 920	2 302
Lisboa	801	184	509	11 908	8 312	11 135	12 536	8 785	11 790
Alentejo	0	142	176	2 928	3 237	4 715	3 173	3 600	2 850
Algarve	3	7	1	336	486	297	357	449	405
Açores e Madeira	0	6	47	616	1 003	1 002	612	901	1 021

Quadro 65 - Custos e perdas e proveitos e ganhos das Organizações Não Governamentais de Ambiente por rubricas contabilísticas, segundo as regiões

2009

Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	Regiões						
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores e Madeira
Custos e perdas	20 856	1 663	2 043	11 135	4 715	297	1 002
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	1 506	12	10	1 435	1	ø	48
Fornecimentos e serviços externos	10 546	1 197	1 012	5 723	2 188	118	308
Impostos	47	12	7	15	13	1	ø
Custos com o pessoal	7 039	357	854	3 105	1 958	141	625
Outros custos e perdas	1 156	72	111	642	295	19	17
Outros custos e perdas financeiras	300	7	28	106	153	4	2
Custos e perdas extraordinários	261	7	21	110	107	15	2
Proveitos e ganhos	20 217	1 849	2 302	11 790	2 850	405	1 021
Vendas	1 857	22	17	1 736	27	2	53
Prestações de serviços	6 198	362	489	4 764	408	0	175
Proveitos suplementares	672	16	84	481	75	ø	16
Subsídios à exploração	8 913	1 380	1 533	3 040	1 937	255	768
Trabalhos para a própria empresa	0	0	0	0	0	0	0
Outros proveitos e ganhos operacionais	1 222	12	57	1 064	42	46	0
Proveitos e ganhos financeiros	80	2	7	59	11	ø	ø
Proveitos e ganhos extraordinários	1 276	54	116	645	350	101	9

Quadro 66 - Custos e perdas e proveitos e ganhos das Organizações Não Governamentais de Ambiente, por rubricas contabilísticas

Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	Anos		
	2007	2008	2009
Custos e perdas	22 002	18 152	20 856
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	1 297	1 917	1 506
Fornecimentos e serviços externos	12 591	9 717	10 546
Impostos	43	34	47
Custos com o pessoal	5 386	4 877	7 039
Outros custos e perdas	1 219	886	1 156
Outros custos e perdas financeiras	336	160	300
Custos e perdas extraordinários	1 132	561	261
Proveitos e ganhos	23 131	19 083	20 217
Vendas	2 253	1 914	1 857
Prestações de serviços	5 099	5 547	6 198
Proveitos suplementares	791	668	672
Subsídios à exploração	12 060	8 103	8 913
Trabalhos para a própria empresa	39	0	0
Outros proveitos e ganhos operacionais	717	1 262	1 222
Proveitos e ganhos financeiros	62	92	80
Proveitos e ganhos extraordinários	2 109	1 498	1 276

Quadro 67 - Água captada segundo o tipo de origem (Rv)

2008	Unidade: 10³ m³		
NUTS III	Água captada segundo a origem		
	Total	Superficial	Subterrânea
Portugal	x	x	x
1 Continente	729 990	502 624	227 366
11 Norte	162 861	142 289	20 572
111 Minho-Lima (a)	9 772	2 844	6 928
112 Cávado	46 618	45 939	678
113 Ave	3 600	2 363	1 237
114 Grande Porto (b)	61 417	61 417	0
115 Tâmega (c)	16 009	13 621	2 389
116 Entre Douro e Vouga	2 180	439	1 741
117 Douro (d)	11 770	8 985	2 785
118 Alto Trás-os-Montes (e)	11 495	6 680	4 815
16 Centro	325 403	234 583	90 820
161 Baixo Vouga (f)	13 267	0	13 267
162 Baixo Mondego (g)	49 332	36 358	12 974
163 Pinhal Litoral (h)	15 824	1 697	14 127
164 Pinhal Interior Norte (i)	8 953	6 345	2 608
165 Dão-Lafões (j)	8 939	6 522	2 416
166 Pinhal Interior Sul (k)	1 541	1 198	343
167 Serra da Estrela	3 378	1 281	2 097
168 Beira Interior Norte (l)	4 884	3 002	1 882
169 Beira Interior Sul	6 615	6 392	223
16A Cova da Beira (m)	5 295	3 332	1 964
16B Oeste (n)	30 028	2 371	27 657
16C Médio Tejo	177 348	166 084	11 263
17 Lisboa	71 611	378	71 233
171 Grande Lisboa (o)	9 173	378	8 796
172 Península de Setúbal	62 438	0	62 438
18 Alentejo	122 351	79 970	42 380
181 Alentejo Litoral (p)	6 340	2 096	4 244
182 Alto Alentejo	12 447	6 253	6 194
183 Alentejo Central (q)	14 191	6 241	7 950
184 Baixo Alentejo	16 578	10 659	5 919
185 Lezíria do Tejo (r)	72 794	54 721	18 073
15 Algarve (s)	47 764	45 404	2 360
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

- (a) Não inclui dados do município de Vila Nova de Cerveira.
 (b) Não inclui dados do município de Vila do Conde.
 (c) Não inclui dados dos municípios de Baião e Cinfães.
 (d) Não inclui dados dos municípios de Sernancelhe e Peso da Régua.
 (e) Não inclui dados dos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Murça, Vimioso e Vinhais.
 (f) Não inclui dados dos municípios de Águeda e Albergaria-a-Velha.
 (g) Não inclui dados do município de Mira.
 (h) Não inclui dados do município de Marinha Grande.
 (i) Não inclui dados dos municípios de Miranda do Corvo e Figueiró dos Vinhos.
 (j) Não inclui dados do município de Vila Nova de Paiva.
 (k) Não inclui dados do município de Mação.
 (l) Não inclui dados do município de Almeida.
 (m) Não inclui dados do município de Belmonte.
 (n) Não inclui dados dos municípios de Alenquer, Bombarral e Lourinhã.
 (o) Não inclui dados do município de Mafra.
 (p) Não inclui dados do município de Santiago do Cacém.
 (q) Não inclui dados dos municípios de Arraiolos e de Sousel.
 (r) Não inclui dados dos municípios de Almeirim e Golegã.
 (s) Não inclui dados dos municípios de Alcoutim, Aljezur, Olhão, Silves e Vila Real de Santo António.

Quadro 68 - Água tratada segundo o tipo de instalação (Rv)

2008

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Água tratada segundo o tipo de equipamento		
	Total	ETA	PC
Portugal	x	x	x
1 Continente	698 008*	483 462	174 051
11 Norte	125 624	111 434	14 189
111 Minho-Lima (a)	11 819	3 509	8 311
112 Cávado	15 973	15 468	505
113 Ave	3 024	2 138	886
114 Grande Porto (b)	60 839	59 939	900
115 Tâmega (c)	14 061	12 508	1 553
116 Entre Douro e Vouga	1 773	1 593	180
117 Douro (d)	8 182	6 951	1 231
118 Alto Trás-os-Montes (e)	9 952	9 328	623
16 Centro	308 281	245 060	63 221
161 Baixo Vouga (f)	14 546	1 124	13 422
162 Baixo Mondego (g)	48 941	38 518	10 423
163 Pinhal Litoral (h)	15 812	1 756	14 056
164 Pinhal Interior Norte (i)	8 535	6 296	2 239
165 Dão-Lafões (j)	8 688	7 449	1 239
166 Pinhal Interior Sul (k)	1 750	1 259	491
167 Serra da Estrela	2 074	1 128	946
168 Beira Interior Norte (l)	3 144	2 205	939
169 Beira Interior Sul	6 133	6 045	87
16A Cova da Beira (m)	7 248	3 937	3 311
16B Oeste (n)	14 392	7 064	7 328
16C Médio Tejo	177 019	168 279	8 740
17 Lisboa	58 261	4 243	54 018
171 Grande Lisboa (o)	9 131	390	8 741
172 Península de Setúbal	49 129	3 853	45 277
18 Alentejo	117 566*	80 389	41 139
181 Alentejo Litoral (p)	8 444	2 191	6 253
182 Alto Alentejo	11 950	7 003	4 947
183 Alentejo Central (q)	12 543	7 379	5 165
184 Baixo Alentejo	11 811*	7 990	7 783
185 Lezíria do Tejo (r)	72 817	55 826	16 991
15 Algarve (s)	43 821	42 336	1 484
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

(a) Não inclui dados do município de Vila Nova de Cerveira.

(b) Não inclui dados do município de Vila do Conde.

(c) Não inclui dados dos municípios de Baião e Cinfães.

(d) Não inclui dados dos municípios de Sernancelhe e Peso da Régua.

(e) Não inclui dados dos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Murça, Vimioso e Vinhais.

(f) Não inclui dados dos municípios de Águeda e Albergaria-a-Velha.

(g) Não inclui dados do município de Mira.

(h) Não inclui dados do município de Marinha Grande.

(i) Não inclui dados dos municípios de Miranda do Corvo e Figueiró dos Vinhos.

(j) Não inclui dados do município de Vila Nova de Paiva.

(k) Não inclui dados do município de Mação.

(l) Não inclui dados do município de Almeida.

(m) Não inclui dados do município de Belmonte.

(n) Não inclui dados dos municípios de Alenquer, Bombarral e Lourinhã.

(o) Não inclui dados do município de Mafra.

(p) Não inclui dados do município de Santiago do Cacém.

(q) Não inclui dados dos municípios de Arraiolos e de Sousel.

(r) Não inclui dados dos municípios de Almeirim e Golegã.

(s) Não inclui dados dos municípios de Alcoutim, Aljezur, Olhão, Silves e Vila Real de Santo António.

* Dado actualizado em 04-01-2011

Quadro 69 - Água distribuída segundo o sector/actividade (Rv)

2008

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Água distribuída segundo o sector/actividade					
	Total	Doméstico	Industrial	Comercial e Serviços	Agrícola e Pecuária	Outros
Portugal	x	x	x	x	x	x
1 Continente	561 892	494 082	5 919	9 458	66	52 367
11 Norte	150 210	135 214	259	3 639	11	11 087
111 Minho-Lima (a)	10 940	10 379	0	354	0	207
112 Cávado	14 863	14 341	65	386	0	72
113 Ave	9 096	8 308	9	57	0	723
114 Grande Porto (b)	76 839	65 700	0	2 418	0	8 722
115 Tâmega (c)	14 309	14 232	0	0	0	76
116 Entre Douro e Vouga	7 676	5 926	144	354	0	1 252
117 Douro (d)	8 033	7 977	20	22	0	13
118 Alto Trás-os-Montes (e)	8 453	8 350	21	48	11	23
16 Centro	127 389	121 987	459	2 274	23	2 646
161 Baixo Vouga (f)	21 480	21 295	141	28	0	17
162 Baixo Mondego (g)	29 130	28 917	0	2	0	212
163 Pinhal Litoral (h)	13 783	13 581	32	104	10	56
164 Pinhal Interior Norte (i)	4 876	4 535	102	57	0	183
165 Dão-Lafões (j)	9 569	9 567	2	0	0	0
166 Pinhal Interior Sul (k)	1 497	1 496	0	0	0	0
167 Serra da Estrela	1 749	1 749	0	0	0	0
168 Beira Interior Norte (l)	6 093	6 020	8	54	5	5
169 Beira Interior Sul	5 169	5 116	42	0	0	11
16A Cova da Beira (m)	3 592	3 348	13	211	8	12
16B Oeste (n)	14 873	12 913	118	1 009	0	832
16C Médio Tejo	15 578	13 452	0	808	0	1 318
17 Lisboa	187 954	149 758	3 386	157	1	34 653
171 Grande Lisboa (o)	134 430	97 795	3 365	0	0	33 269
172 Península de Setúbal	53 524	51 963	20	157	1	1 384
18 Alentejo	43 726	42 243	153	682	0	649
181 Alentejo Litoral (p)	4 227	4 227	0	0	0	0
182 Alto Alentejo	7 551	7 404	35	88	0	25
183 Alentejo Central (q)	11 189	11 184	0	5	0	0
184 Baixo Alentejo	8 143	7 255	3	287	0	597
185 Lezíria do Tejo (r)	12 617	12 173	115	302	0	27
15 Algarve (s)	52 613	44 880	1 663	2 707	30	3 333
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

(a) Não inclui dados do município de Vila Nova de Cerveira.

(b) Não inclui dados do município de Vila do Conde.

(c) Não inclui dados dos municípios de Baião e Cinfães.

(d) Não inclui dados dos municípios de Sernancelhe e Peso da Régua.

(e) Não inclui dados dos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Murça, Vimioso e Vinhais.

(f) Não inclui dados dos municípios de Águeda e Albergaria-a-Velha.

(g) Não inclui dados do município de Mira.

(h) Não inclui dados do município de Marinha Grande.

(i) Não inclui dados dos municípios de Miranda do Corvo e Figueiró dos Vinhos.

(j) Não inclui dados do município de Vila Nova de Paiva.

(k) Não inclui dados do município de Mação.

(l) Não inclui dados do município de Almeida.

(m) Não inclui dados do município de Belmonte.

(n) Não inclui dados dos municípios de Alenquer, Bombarral e Lourinhã.

(o) Não inclui dados do município de Mafra.

(p) Não inclui dados do município de Santiago do Cacém.

(q) Não inclui dados dos municípios de Arraiolos e de Sousel.

(r) Não inclui dados dos municípios de Almeirim e Golegã.

(s) Não inclui dados dos municípios de Alcoutim, Aljezur, Olhão, Silves e Vila Real de Santo António.

Quadro 70 - Águas residuais drenadas segundo o sector/actividade (Rv)

2008

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Águas residuais drenadas segundo o sector/actividade					
	Total	Doméstico	Industrial	Comercial e Serviços	Pecuária	Outros
Portugal	x	x	x	x	x	x
1 Continente	444 171	431 418	5 318	1 425	17	5 993
11 Norte	123 832	121 644	118	248	0	1 822
111 Minho-Lima (a)	6 551	6 551	0	0	0	0
112 Cávado	14 500	14 500	0	0	0	0
113 Ave	6 812	6 663	65	43	0	41
114 Grande Porto (b)	71 017	69 404	0	0	0	1 612
115 Tâmega (c)	8 184	7 990	15	95	0	84
116 Entre Douro e Vouga	6 861	6 677	38	71	0	76
117 Douro (d)	4 152	4 132	0	20	0	0
118 Alto Trás-os-Montes (e)	5 756	5 727	0	20	0	9
16 Centro	116 318	113 370	2 332	457	14	145
161 Baixo Vouga (f)	22 744	21 071	1 661	11	0	0
162 Baixo Mondego (g)	23 039	23 039	0	0	0	0
163 Pinhal Litoral (h)	7 083	6 435	648	0	0	0
164 Pinhal Interior Norte (i)	3 734	3 734	0	0	0	0
165 Dão-Lafões (j)	24 488	24 486	1	0	0	1
166 Pinhal Interior Sul (k)	601	601	0	0	0	0
167 Serra da Estrela	1 429	1 429	0	0	0	0
168 Beira Interior Norte (l)	5 283	5 225	6	43	4	5
169 Beira Interior Sul	4 718	4 718	0	0	0	0
16A Cova da Beira (m)	4 400	4 083	17	274	10	16
16B Oeste (n)	9 787	9 787	0	0	0	0
16C Médio Tejo	9 012	8 761	0	128	0	123
17 Lisboa	139 679	134 209	2 739	0	0	2 731
171 Grande Lisboa (o)	104 105	98 635	2 739	0	0	2 731
172 Península de Setúbal	35 574	35 574	0	0	0	0
18 Alentejo	28 606	28 325	0	260	0	22
181 Alentejo Litoral (p)	1 928	1 928	0	0	0	0
182 Alto Alentejo	6 761	6 685	0	56	0	20
183 Alentejo Central (q)	7 541	7 541	0	0	0	0
184 Baixo Alentejo	5 753	5 753	0	0	0	0
185 Lezíria do Tejo (r)	6 624	6 418	0	204	0	2
15 Algarve (s)	35 735	33 870	129	459	3	1 273
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

(a) Não inclui dados do município de Vila Nova de Cerveira.

(b) Não inclui dados do município de Vila do Conde.

(c) Não inclui dados dos municípios de Baião e Cinfães.

(d) Não inclui dados dos municípios de Sernancelhe e Peso da Régua.

(e) Não inclui dados dos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Murça, Vimioso e Vinhais.

(f) Não inclui dados dos municípios de Águeda e Albergaria-a-Velha.

(g) Não inclui dados do município de Mira.

(h) Não inclui dados do município de Marinha Grande.

(i) Não inclui dados dos municípios de Miranda do Corvo e Figueiró dos Vinhos.

(j) Não inclui dados do município de Vila Nova de Paiva.

(k) Não inclui dados do município de Mação.

(l) Não inclui dados do município de Almeida.

(m) Não inclui dados do município de Belmonte.

(n) Não inclui dados dos municípios de Alenquer, Bombarral e Lourinhã.

(o) Não inclui dados do município de Mafra.

(p) Não inclui dados do município de Santiago do Cacém.

(q) Não inclui dados dos municípios de Arraiolos e de Sousel.

(r) Não inclui dados dos municípios de Almeirim e Golegã.

(s) Não inclui dados dos municípios de Alcoutim, Aljezur, Olhão, Silves e Vila Real de Santo António.

Quadro 71 - Águas residuais segundo o tipo de tratamento aplicado (Rv)

2008

NUTS III	Águas residuais tratadas por tipo de tratamento						Unidade: 10 ³ m ³
	Total tratado	Preliminar	Primário	Secundário	Terciário	Não especificado	Águas residuais não tratadas
Portugal	x	x	x	x	x	x	x
1 Continente	496 243	62 166	275 103	94 334	8 786	55 854	19 952
11 Norte	146 997	14 824	90 934	40 134	522	583	3 682
111 Minho-Lima (a)	6 627	24	6 530	0	73	0	342
112 Cávado	12 758	100	2 645	10 013	0	0	0
113 Ave	30 024	0	30 024	0	0	0	0
114 Grande Porto (b)	67 896	12 460	26 172	29 264	0	0	2 622
115 Tâmega (c)	7 986	361	7 597	20	9	0	0
116 Entre Douro e Vouga	7 098	13	7 085	0	0	0	402
117 Douro (d)	8 303	1 153	6 053	837	260	0	88
118 Alto Trás-os-Montes (e)	6 305	713	4 828	0	180	583	227
16 Centro	114 095	12 566	82 461	11 329	7 740	0	1 146
161 Baixo Vouga (f)	17 693	63	17 630	0	0	0	0
162 Baixo Mondego (g)	22 466	158	17 900	3 922	487	0	0
163 Pinhal Litoral (h)	8 625	105	2 885	192	5 442	0	0
164 Pinhal Interior Norte (i)	3 270	695	1 367	1 157	51	0	48
165 Dão-Lafões (j)	19 062	5 542	12 981	60	479	0	14
166 Pinhal Interior Sul (k)	882	144	738	0	0	0	0
167 Serra da Estrela	1 004	785	219	0	0	0	24
168 Beira Interior Norte (l)	4 521	2 262	1 228	0	1 031	0	45
169 Beira Interior Sul	6 142	353	5 764	0	25	0	22
16A Cova da Beira (m)	2 389	266	1 938	0	185	0	0
16B Oeste (n)	17 331	2 112	14 318	898	3	0	857
16C Médio Tejo	10 710	82	5 493	5 100	36	0	135
17 Lisboa	169 859	32 891	49 493	32 647	43	54 785	12 590
171 Grande Lisboa (o)	144 120	32 340	28 120	29 027	0	54 632	2 287
172 Península de Setúbal	25 739	551	21 373	3 620	43	152	10 303
18 Alentejo	28 042	1 880	18 565	7 322	219	57	2 533
181 Alentejo Litoral (p)	2 462	250	2 143	69	0	0	300
182 Alto Alentejo	8 065	481	4 251	3 199	78	57	262
183 Alentejo Central (q)	6 363	197	2 192	3 931	44	0	929
184 Baixo Alentejo	5 125	370	4 672	83	0	0	678
185 Lezíria do Tejo (r)	6 028	583	5 308	40	97	0	365
15 Algarve (s)	37 250	6	33 650	2 902	262	429	0
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

(a) Não inclui dados do município de Vila Nova de Cerveira.

(b) Não inclui dados do município de Vila do Conde.

(c) Não inclui dados dos municípios de Baião e Cinfães.

(d) Não inclui dados dos municípios de Sernancelhe e Peso da Régua.

(e) Não inclui dados dos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Murça, Vimioso e Vinhais.

(f) Não inclui dados dos municípios de Águeda e Albergaria-a-Velha.

(g) Não inclui dados dos municípios de Coimbra e de Mira.

(h) Não inclui dados do município de Marinha Grande.

(i) Não inclui dados dos municípios de Miranda do Corvo e Figueiró dos Vinhos.

(j) Não inclui dados do município de Vila Nova de Paiva.

(k) Não inclui dados do município de Mação.

(l) Não inclui dados do município de Almeida.

(m) Não inclui dados do município de Belmonte.

(n) Não inclui dados dos municípios de Alenquer, Bombarral e Lourinhã.

(o) Não inclui dados do município de Mafra.

(p) Não inclui dados do município de Santiago do Cacém.

(q) Não inclui dados dos municípios de Arraiolos e de Sousel.

(r) Não inclui dados dos municípios de Almeirim e Golegã.

(s) Não inclui dados dos municípios de Alcoutim, Aljezur, Olhão, Silves e Vila Real de Santo António.

Quadro 72 - Águas residuais rejeitadas segundo o meio receptor (Rv)

2008

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Águas residuais rejeitadas segundo o meio receptor					
	Total	Águas costeiras e de transição	Lagos, lagoas e albufeiras	Rios, canais artificiais e outras linhas de água	Solo	Não especificado
Portugal	x	x	x	x	x	x
1 Continente	522 396	218 734	1 017	243 427	6 295	52 924
11 Norte	150 007	46 975	715	95 867	1 455	4 995
111 Minho-Lima (a)	6 954	1 830	0	4 385	6	733
112 Cávado	12 753	0	99	12 525	129	0
113 Ave	30 030	0	36	29 899	9	85
114 Grande Porto (b)	70 518	45 145	0	25 282	90	1
115 Tâmega (c)	8 167	0	575	7 021	261	310
116 Entre Douro e Vouga	7 620	0	0	7 508	112	0
117 Douro (d)	8 167	0	0	6 371	90	1 706
118 Alto Trás-os-Montes (e)	5 800	0	5	2 877	759	2 159
16 Centro	119 534	37 448	135	63 081	4 793	14 077
161 Baixo Vouga (f)	30 937	28 017	0	1 854	8	1 057
162 Baixo Mondego (g)	22 361	3 719	0	18 246	44	351
163 Pinhal Litoral (h)	8 635	0	0	2 835	182	5 619
164 Pinhal Interior Norte (i)	3 343	0	7	2 664	528	143
165 Dão-Lafões (j)	10 949	0	0	4 258	2 178	4 513
166 Pinhal Interior Sul (k)	867	0	3	704	5	154
167 Serra da Estrela	1 395	0	0	1 128	103	164
168 Beira Interior Norte (l)	4 534	0	14	2 060	1 567	894
169 Beira Interior Sul	6 158	0	0	5 818	83	257
16A Cova da Beira (m)	2 392	0	0	2 168	49	175
16B Oeste (n)	17 232	5 712	94	11 402	21	4
16C Médio Tejo	10 732	0	18	9 943	26	746
17 Lisboa	181 348	126 691	0	29 833	0	24 823
171 Grande Lisboa (o)	145 551	119 184	0	19 699	0	6 669
172 Península de Setúbal	35 796	7 508	0	10 135	0	18 154
18 Alentejo	34 071	520	166	29 772	32	3 581
181 Alentejo Litoral (p)	2 749	520	0	1 179	0	1 050
182 Alto Alentejo	8 295	0	105	5 747	19	2 424
183 Alentejo Central (q)	10 791	0	45	10 724	3	19
184 Baixo Alentejo	5 484	0	16	5 408	6	53
185 Lezíria do Tejo (r)	6 752	0	0	6 713	4	35
15 Algarve (s)	37 437	7 100	0	24 875	14	5 448
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

(a) Não inclui dados do município de Vila Nova de Cerveira.

(b) Não inclui dados do município de Vila do Conde.

(c) Não inclui dados dos municípios de Baião e Cinfães.

(d) Não inclui dados dos municípios de Sernancelhe e Peso da Régua.

(e) Não inclui dados dos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Murça, Vimioso e Vinhais.

(f) Não inclui dados dos municípios de Águeda e Albergaria-a-Velha.

(g) Não inclui dados dos municípios de Coimbra e de Mira.

(h) Não inclui dados do município de Marinha Grande.

(i) Não inclui dados dos municípios de Miranda do Corvo e Figueiró dos Vinhos.

(j) Não inclui dados do município de Vila Nova de Paiva.

(k) Não inclui dados do município de Mação.

(l) Não inclui dados do município de Almeida.

(m) Não inclui dados do município de Belmonte.

(n) Não inclui dados dos municípios de Alenquer, Bombarral e Lourinhã.

(o) Não inclui dados do município de Mafra.

(p) Não inclui dados do município de Santiago do Cacém.

(q) Não inclui dados dos municípios de Arraiolos e de Sousel.

(r) Não inclui dados dos municípios de Almeirim e Golegã.

(s) Não inclui dados dos municípios de Alcoutim, Aljezur, Olhão, Silves e Vila Real de Santo António.

Quadro 73 - Índices de atendimento (Rv), população servida por sistemas públicos de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais

2008		Unidade: %		
NUTS III		Proporção de população servida por sistemas públicos de:		
		Abastecimento de água	Drenagem de águas residuais	Tratamento de águas residuais
Portugal		x	x	x
1 Continente		94,3	80,7	73,8
11 Norte		90,1	71,7	64,7
111 Minho-Lima (a)		86,8	52,8	47,5
112 Cávado		98,7	79,4	68,9
113 Ave		77,2	50,4	35,5
114 Grande Porto (b)		98,5	94,6	89,9
115 Tâmega (c)		73,7	47,8	37,2
116 Entre Douro e Vouga		87,5	29,0	24,5
117 Douro (d)		98,2	87,9	89,3
118 Alto Trás-os-Montes (e)		90,8	83,9	81,2
16 Centro		95,9	75,8	72,4
161 Baixo Vouga (f)		98,0	74,7	73,7
162 Baixo Mondego (g)		99,2	79,2	75,3
163 Pinhal Litoral (h)		93,3	55,5	52,1
164 Pinhal Interior Norte (i)		91,4	61,0	60,7
165 Dão-Lafões (j)		89,9	77,7	74,7
166 Pinhal Interior Sul (k)		93,4	60,4	59,1
167 Serra da Estrela		100,0	65,7	65,1
168 Beira Interior Norte (l)		93,8	89,4	82,1
169 Beira Interior Sul		100,0	94,9	94,9
16A Cova da Beira (m)		93,9	89,2	83,9
16B Oeste (n)		98,1	90,0	82,7
16C Médio Tejo		97,3	68,4	65,5
17 Lisboa		98,8	95,3	83,7
171 Grande Lisboa (o)		99,0	96,8	89,8
172 Península de Setúbal		98,4	92,1	66,8
18 Alentejo		92,0	85,5	76,3
181 Alentejo Litoral (p)		82,3	76,0	64,7
182 Alto Alentejo		96,9	96,9	92,3
183 Alentejo Central (q)		94,1	92,4	73,2
184 Baixo Alentejo		98,2	94,7	87,0
185 Lezíria do Tejo (r)		86,6	71,5	66,7
15 Algarve (s)		96,0	84,8	84,2
2 Região Autónoma dos Açores		x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira		x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

- (a) Não inclui dados do município de Vila Nova de Cerveira.
 (b) Não inclui dados do município de Vila do Conde.
 (c) Não inclui dados dos municípios de Baião e Cinfães.
 (d) Não inclui dados dos municípios de Sernancelhe e Peso da Régua.
 (e) Não inclui dados dos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Murça, Vimioso e Vinhais.
 (f) Não inclui dados dos municípios de Águeda e Albergaria-a-Velha.
 (g) Não inclui dados do município de Mira.
 (h) Não inclui dados do município de Marinha Grande.
 (i) Não inclui dados dos municípios de Miranda do Corvo e Figueiró dos Vinhos.
 (j) Não inclui dados do município de Vila Nova de Paiva.
 (k) Não inclui dados do município de Mação.
 (l) Não inclui dados do município de Almeida.
 (m) Não inclui dados do município de Belmonte.
 (n) Não inclui dados dos municípios de Alenquer, Bombarral e Lourinhã.
 (o) Não inclui dados do município de Mafra.
 (p) Não inclui dados do município de Santiago do Cacém.
 (q) Não inclui dados dos municípios de Arraiolos e de Sousel.
 (r) Não inclui dados dos municípios de Almeirim e Golegã.
 (s) Não inclui dados dos municípios de Alcoutim, Aljezur, Olhão, Silves e Vila Real de Santo António.

Quadro 74 - Rácio de distribuição de água e de drenagem de águas residuais per capita dia (Rv)

2008

Unidade: l

NUTS III	Rácio de água distribuída e de águas residuais drenadas por habitante	
	Abastecimento de água	Águas residuais drenadas
Portugal	x	x
1 Continente	167,3	171,8
11 Norte	129,5	149,4
111 Minho-Lima (a)	143,4	148,8
112 Cávado	138,5	173,9
113 Ave	87,4	127,8
114 Grande Porto (b)	151,6	166,7
115 Tâmega (c)	105,8	91,7
116 Entre Douro e Vouga	64,4	219,1
117 Douro (d)	123,6	74,4
118 Alto Trás-os-Montes (e)	170,6	126,7
16 Centro	166,2	195,5
161 Baixo Vouga (f)	183,8	238,6
162 Baixo Mondego (g)	251,0	250,5
163 Pinhal Litoral (h)	174,0	138,7
164 Pinhal Interior Norte (i)	116,2	143,5
165 Dão-Lafões (j)	112,4	332,6
166 Pinhal Interior Sul (k)	130,7	81,2
167 Serra da Estrela	100,5	125,0
168 Beira Interior Norte (l)	171,6	156,2
169 Beira Interior Sul	190,6	185,3
16A Cova da Beira (m)	117,3	150,5
16B Oeste (n)	130,0	107,4
16C Médio Tejo	163,9	151,9
17 Lisboa	179,1	166,4
171 Grande Lisboa (o)	168,1	173,5
172 Península de Setúbal	204,3	149,5
18 Alentejo	186,3	134,4
181 Alentejo Litoral (p)	264,7	130,7
182 Alto Alentejo	178,4	161,0
183 Alentejo Central (q)	207,5	142,5
184 Baixo Alentejo	159,5	131,1
185 Lezíria do Tejo (r)	174,2	111,3
15 Algarve (s)	398,6	340,6
2 Região Autónoma dos Açores	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

(a) Não inclui dados do município de Vila Nova de Cerveira.

(b) Não inclui dados do município de Vila do Conde.

(c) Não inclui dados dos municípios de Baião e Cinfães.

(d) Não inclui dados dos municípios de Sernancelhe e Peso da Régua.

(e) Não inclui dados dos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Murça, Vimioso e Vinhais.

(f) Não inclui dados dos municípios de Águeda e Albergaria-a-Velha.

(g) Não inclui dados do município de Mira.

(h) Não inclui dados do município de Marinha Grande.

(i) Não inclui dados dos municípios de Miranda do Corvo e Figueiró dos Vinhos.

(j) Não inclui dados do município de Vila Nova de Paiva e São Pedro do Sul.

(k) Não inclui dados do município de Mação.

(l) Não inclui dados do município de Almeida.

(m) Não inclui dados do município de Belmonte.

(n) Não inclui dados dos municípios de Alenquer, Bombarral e Lourinhã.

(o) Não inclui dados do município de Mafra.

(p) Não inclui dados do município de Santiago do Cacém.

(q) Não inclui dados dos municípios de Arraiolos e de Sousel.

(r) Não inclui dados dos municípios de Almeirim e Golegã.

(s) Não inclui dados dos municípios de Alcoutim, Aljezur, Olhão, Silves e Vila Real de Santo António.

Quadro 75 - Número de estações de tratamento de águas residuais (Rv)

2008

Unidade: nº

NUTS III	Nível de tratamento das estações de tratamento de águas residuais				
	Preliminar	Primário	Secundário	Terciário	Não especificado
Portugal	x	x	x	x	x
1 Continente	110	1 736	1 394	117	219
11 Norte	82	530	517	55	52
111 Minho-Lima (a)	0	7	26	2	3
112 Cávado	0	38	52	14	0
113 Ave	0	6	33	0	1
114 Grande Porto (b)	0	32	22	6	0
115 Tâmega (c)	0	56	63	3	5
116 Entre Douro e Vouga	0	7	9	0	0
117 Douro (d)	0	274	115	30	35
118 Alto Trás-os-Montes (e)	82	110	197	0	8
16 Centro	0	966	469	40	113
161 Baixo Vouga (f)	0	7	15	0	1
162 Baixo Mondego (g)	0	16	44	8	14
163 Pinhal Litoral (h)	0	9	7	2	1
164 Pinhal Interior Norte (i)	0	128	48	10	12
165 Dão-Lafões (j)	0	263	139	6	36
166 Pinhal Interior Sul (k)	0	43	14	0	0
167 Serra da Estrela	0	70	9	0	0
168 Beira Interior Norte (l)	0	246	29	0	32
169 Beira Interior Sul	0	83	34	0	5
16A Cova da Beira (m)	0	18	27	0	8
16B Oeste (n)	0	73	57	4	1
16C Médio Tejo	0	10	46	10	3
17 Lisboa	7	20	51	5	9
171 Grande Lisboa (o)	6	16	20	4	1
172 Península de Setúbal	1	4	31	1	8
18 Alentejo	20	217	313	13	29
181 Alentejo Litoral (p)	0	12	52	1	0
182 Alto Alentejo	20	73	59	3	8
183 Alentejo Central (q)	0	36	43	5	17
184 Baixo Alentejo	0	75	118	3	1
185 Lezíria do Tejo (r)	0	21	41	1	3
15 Algarve (s)	1	3	44	4	16
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

- (a) Não inclui dados do município de Vila Nova de Cerveira.
 (b) Não inclui dados do município de Vila do Conde.
 (c) Não inclui dados dos municípios de Baião e Cinfães.
 (d) Não inclui dados dos municípios de Sernancelhe e Peso da Régua.
 (e) Não inclui dados dos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Murça, Vimioso e Vinhais.
 (f) Não inclui dados dos municípios de Águeda e Albergaria-a-Velha.
 (g) Não inclui dados do município de Mira.
 (h) Não inclui dados do município de Marinha Grande.
 (i) Não inclui dados dos municípios de Miranda do Corvo e Figueiró dos Vinhos.
 (j) Não inclui dados do município de Vila Nova de Paiva.
 (k) Não inclui dados do município de Mação.
 (l) Não inclui dados do município de Almeida.
 (m) Não inclui dados do município de Belmonte.
 (n) Não inclui dados dos municípios de Alenquer, Bombarral e Lourinhã.
 (o) Não inclui dados do município de Mafra.
 (p) Não inclui dados do município de Santiago do Cacém.
 (q) Não inclui dados dos municípios de Arraiolos e de Sousel.
 (r) Não inclui dados dos municípios de Almeirim e Golegã.
 (s) Não inclui dados dos municípios de Alcoutim, Aljezur, Olhão, Silves e Vila Real de Santo António.

Quadro 76 - Água captada segundo o tipo de origem (Po)

2009	Unidade: 10 ³ m ³		
NUTS III	Água captada segundo a origem		
	Total	Superficial	Subterrânea
Portugal	x	x	x
1 Continente	815 979	541 868	273 711
11 Norte	182 404	159 810	22 594
111 Minho-Lima	13 237	3 107	10 130
112 Cávado	47 799	47 080	719
113 Ave	13 753	11 621	2 132
114 Grande Porto	63 765	63 763	2
115 Tâmega	15 527	13 411	2 116
116 Entre Douro e Vouga	1 757	461	1 296
117 Douro	11 357	8 966	2 391
118 Alto Trás-os-Montes	15 208	11 400	3 808
16 Centro	345 827	237 456	107 971
161 Baixo Vouga	32 541	2 898	29 643
162 Baixo Mondego	35 178	20 337	14 841
163 Pinhal Litoral	17 618	2 069	15 548
164 Pinhal Interior Norte	10 491	7 806	2 685
165 Dão-Lafões	9 357	6 790	2 567
166 Pinhal Interior Sul	2 826	1 515	1 312
167 Serra da Estrela	3 385	2 193	1 192
168 Beira Interior Norte	11 458	9 934	1 124
169 Beira Interior Sul	7 893	7 734	160
16A Cova da Beira	7 590	4 670	2 920
16B Oeste	28 537	2 102	26 435
16C Médio Tejo	178 953	169 408	9 544
17 Lisboa	82 803	131	82 672
171 Grande Lisboa	9 285	131	9 154
172 Península de Setúbal	73 518	0	73 518
18 Alentejo	131 337	83 062	48 275
181 Alentejo Litoral	10 811	2 230	8 581
182 Alto Alentejo	12 376	6 360	6 016
183 Alentejo Central	12 822	5 992	6 830
184 Baixo Alentejo	16 971	10 906	6 065
185 Lezíria do Tejo	78 356	57 574	20 783
15 Algarve	73 609	61 410	12 200
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

Quadro 77 - Água tratada segundo o tipo de instalação (Po)

2009	Unidade: 10 ³ m ³		
NUTS III	Água tratada segundo o tipo de equipamento		
	Total	ETA	PC
Portugal	x	x	x
1 Continente	754 605	554 203	200 403
11 Norte	166 274	153 568	12 706
111 Minho-Lima	11 784	4 203	7 581
112 Cávado	46 337	46 223	113
113 Ave	12 084	11 261	823
114 Grande Porto	58 679	57 626	1 054
115 Tâmega	14 871	13 562	1 309
116 Entre Douro e Vouga	1 501	1 258	242
117 Douro	10 463	9 474	988
118 Alto Trás-os-Montes	10 556	9 961	595
16 Centro	313 688	237 819	75 869
161 Baixo Vouga	23 939	9 993	13 946
162 Baixo Mondego	18 190	5 666	12 525
163 Pinhal Litoral	17 687	2 323	15 364
164 Pinhal Interior Norte	10 263	7 794	2 469
165 Dão-Lafões	9 286	7 890	1 396
166 Pinhal Interior Sul	1 452	1 351	102
167 Serra da Estrela	3 079	2 003	1 076
168 Beira Interior Norte	10 909	9 990	919
169 Beira Interior Sul	8 254	8 117	137
16A Cova da Beira	5 994	5 356	638
16B Oeste	25 795	5 864	19 931
16C Médio Tejo	178 839	171 472	7 367
17 Lisboa	76 377	4 238	72 139
171 Grande Lisboa	9 285	165	9 120
172 Península de Setúbal	67 092	4 073	63 019
18 Alentejo	125 122	86 789	38 334
181 Alentejo Litoral	10 065	2 478	7 588
182 Alto Alentejo	12 307	7 010	5 297
183 Alentejo Central	12 325	8 457	3 867
184 Baixo Alentejo	12 092	8 612	3 481
185 Lezíria do Tejo	78 333	60 232	18 101
15 Algarve	73 144	71 789	1 355
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

Quadro 78 - Água distribuída segundo o sector/actividade (Po)

2009

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Água distribuída segundo o sector/actividade					
	Total	Doméstico	Industrial	Comercial e Serviços	Agrícola e Pecuária	Outros
Portugal	x	x	x	x	x	x
1 Continente	600 957	534 403	8 497	7 135	71	50 850
11 Norte	153 441	142 739	414	2 159	11	8 119
111 Minho-Lima	10 064	9 614	5	137	0	307
112 Cávado	15 507	14 995	71	383	0	58
113 Ave	9 466	7 514	166	988	0	798
114 Grande Porto	77 131	71 014	0	0	0	6 117
115 Tâmega	13 900	13 325	26	33	0	516
116 Entre Douro e Vouga	8 547	7 707	0	569	0	272
117 Douro	10 277	10 121	124	3	0	29
118 Alto Trás-os-Montes	8 549	8 448	21	46	11	23
16 Centro	140 157	134 259	420	1 517	18	3 943
161 Baixo Vouga	22 166	21 970	138	37	0	22
162 Baixo Mondego	29 881	29 083	0	0	0	797
163 Pinhal Litoral	19 194	18 817	34	120	7	216
164 Pinhal Interior Norte	5 479	5 207	43	59	0	170
165 Dão-Lafões	10 616	10 616	0	0	0	0
166 Pinhal Interior Sul	1 546	1 546	0	0	0	0
167 Serra da Estrela	1 408	1 332	25	19	0	33
168 Beira Interior Norte	6 577	6 511	24	38	4	1
169 Beira Interior Sul	4 414	4 414	0	0	0	0
16A Cova da Beira	3 765	3 523	12	206	8	15
16B Oeste	18 797	17 015	3	304	0	1 474
16C Médio Tejo	16 314	14 226	140	734	0	1 214
17 Lisboa	210 151	169 527	5 719	0	0	34 904
171 Grande Lisboa	138 744	98 435	5 491	0	0	34 817
172 Península de Setúbal	71 407	71 092	228	0	0	87
18 Alentejo	53 208	49 918	273	480	12	2 525
181 Alentejo Litoral	8 303	8 303	0	0	0	0
182 Alto Alentejo	7 253	6 832	78	194	0	149
183 Alentejo Central	12 494	10 819	0	28	0	1 646
184 Baixo Alentejo	8 738	7 859	3	258	0	618
185 Lezíria do Tejo	16 420	16 104	192	0	12	112
15 Algarve	43 999	37 960	1 672	2 979	30	1 359
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

Quadro 79 - Águas residuais drenadas segundo o sector/actividade (Po)

2009

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Águas residuais drenadas segundo o sector/actividade					
	Total	Doméstico	Industrial	Comercial e Serviços	Pecuária	Outros
Portugal	x	x	x	x	x	x
1 Continente	494 299	462 041	8 487	1 378	0	22 393
11 Norte	153 108	135 860	192	500	0	16 556
111 Minho-Lima	8 502	8 502	0	0	0	0
112 Cávado	17 264	17 264	0	0	0	0
113 Ave	8 321	8 200	0	22	0	99
114 Grande Porto	90 109	73 710	169	0	0	16 230
115 Tâmega	9 606	9 403	14	141	0	48
116 Entre Douro e Vouga	5 578	5 093	0	316	0	169
117 Douro	7 306	7 304	0	1	0	0
118 Alto Trás-os-Montes	6 422	6 385	9	20	0	9
16 Centro	115 739	110 752	3 032	470	0	1 485
161 Baixo Vouga	23 319	21 579	1 722	19	0	0
162 Baixo Mondego	24 598	24 076	522	0	0	0
163 Pinhal Litoral	7 967	7 437	530	0	0	0
164 Pinhal Interior Norte	3 504	3 504	0	0	0	0
165 Dão-Lafões	19 071	18 841	85	144	0	1
166 Pinhal Interior Sul	827	827	0	0	0	0
167 Serra da Estrela	1 903	1 903	0	0	0	0
168 Beira Interior Norte	5 529	5 529	0	0	0	0
169 Beira Interior Sul	3 948	3 948	0	0	0	0
16A Cova da Beira	3 638	3 338	31	251	0	18
16B Oeste	12 614	11 006	142	0	0	1 466
16C Médio Tejo	8 822	8 765	0	57	0	0
17 Lisboa	156 695	151 225	2 739	0	0	2 731
171 Grande Lisboa	111 927	106 457	2 739	0	0	2 731
172 Península de Setúbal	44 768	44 768	0	0	0	0
18 Alentejo	33 071	32 195	6	325	0	546
181 Alentejo Litoral	4 158	4 158	0	0	0	0
182 Alto Alentejo	6 769	6 524	0	93	0	153
183 Alentejo Central	7 693	7 687	6	0	0	0
184 Baixo Alentejo	6 530	5 905	0	232	0	393
185 Lezíria do Tejo	7 920	7 920	0	0	0	0
15 Algarve	35 686	32 010	2 518	84	0	1 075
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

Quadro 80 - Águas residuais segundo o tipo de tratamento aplicado (Po)

2009

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Águas residuais tratadas por tipo de tratamento						Águas residuais não tratadas
	Total tratado	Preliminar	Primário	Secundário	Terciário	Não especificado	
Portugal	x	x	x	x	x	x	x
1 Continente	550 315	57 484	22 741	311 780	142 491	15 818	12 279
11 Norte	162 126	591	14 786	71 823	72 868	2 058	4 664
111 Minho-Lima	9 761	0	0	9 737	0	24	38
112 Cávado	19 470	0	0	8 726	10 001	743	0
113 Ave	26 804	0	0	71	26 733	0	0
114 Grande Porto	71 522	4	13 090	27 872	30 556	0	3 005
115 Tâmega	9 983	0	178	7 290	2 205	310	5
116 Entre Douro e Vouga	8 447	0	1	8 385	0	60	1
117 Douro	8 158	0	1 003	3 571	3 081	502	88
118 Alto Trás-os-Montes	7 982	587	514	6 171	291	419	1 527
16 Centro	118 976	90	6 301	80 150	22 458	9 978	1 011
161 Baixo Vouga	20 845	0	0	20 837	0	8	0
162 Baixo Mondego	23 975	0	455	17 196	1 188	5 136	57
163 Pinhal Litoral	11 523	0	79	4 390	7 054	0	0
164 Pinhal Interior Norte	3 269	0	137	1 864	166	1 101	48
165 Dão-Lafões	11 492	0	2 074	8 022	84	1 312	56
166 Pinhal Interior Sul	998	0	83	834	2	79	0
167 Serra da Estrela	1 572	0	0	162	1 040	370	0
168 Beira Interior Norte	6 514	0	620	3 728	1 893	273	7
169 Beira Interior Sul	5 495	0	123	5 215	43	113	22
16A Cova da Beira	3 754	90	31	3 598	35	0	16
16B Oeste	19 843	0	2 698	12 412	4 710	23	696
16C Médio Tejo	9 697	0	0	1 892	6 243	1 562	108
17 Lisboa	187 233	55 814	594	92 077	38 704	43	5 033
171 Grande Lisboa	157 425	55 776	53	66 557	35 040	0	284
172 Península de Setúbal	29 807	39	542	25 520	3 663	43	4 749
18 Alentejo	37 665	293	1 054	27 889	5 422	3 007	1 555
181 Alentejo Litoral	8 487	0	282	7 928	91	187	23
182 Alto Alentejo	6 931	67	212	2 613	3 789	250	225
183 Alentejo Central	8 255	4	215	6 975	907	155	704
184 Baixo Alentejo	5 422	0	345	4 370	635	72	294
185 Lezíria do Tejo	8 570	223	0	6 004	0	2 343	309
15 Algarve	44 315	697	6	39 841	3 039	733	17
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

Quadro 81 - Águas residuais rejeitadas segundo o meio receptor (Po)

2009

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Águas residuais rejeitadas segundo o meio receptor					
	Total	Águas costeiras e de transição	Lagos, lagoas e albufeiras	Rios, canais artificiais e outras linhas de água	Solo	Não especificado
Portugal	x	x	x	x	x	x
1 Continente	579 533	244 038	1 038	287 119	6 505	40 834
11 Norte	173 779	44 216	720	122 431	1 554	4 858
111 Minho-Lima	9 799	1 932	0	7 765	6	96
112 Cávado	21 780	0	99	21 404	118	159
113 Ave	33 403	0	41	33 308	0	55
114 Grande Porto	74 202	42 284	0	31 866	52	0
115 Tâmega	10 498	0	575	9 481	282	160
116 Entre Douro e Vouga	8 544	0	0	8 432	112	0
117 Douro	8 139	0	0	5 656	242	2 241
118 Alto Trás-os-Montes	7 413	0	5	4 519	743	2 146
16 Centro	139 526	38 597	134	85 065	4 912	10 818
161 Baixo Vouga	33 148	28 515	0	3 566	8	1 059
162 Baixo Mondego	24 098	3 649	0	19 506	44	898
163 Pinhal Litoral	11 521	0	0	10 399	911	210
164 Pinhal Interior Norte	3 378	0	9	2 674	500	194
165 Dão-Lafões	11 769	0	4	4 325	2 742	4 699
166 Pinhal Interior Sul	1 019	0	3	806	5	204
167 Serra da Estrela	2 106	0	0	1 229	106	771
168 Beira Interior Norte	6 623	0	6	4 223	396	1 999
169 Beira Interior Sul	7 828	0	0	7 523	31	273
16A Cova da Beira	3 757	0	0	3 226	115	416
16B Oeste	21 862	6 433	87	15 290	27	25
16C Médio Tejo	12 416	0	25	12 297	26	69
17 Lisboa	178 608	144 735	0	16 645	0	17 228
171 Grande Lisboa	144 019	121 346	0	14 070	0	8 603
172 Península de Setúbal	34 589	23 389	0	2 574	0	8 625
18 Alentejo	42 712	6 047	184	33 986	25	2 471
181 Alentejo Litoral	8 442	6 047	0	2 325	2	69
182 Alto Alentejo	7 253	0	122	5 112	11	2 007
183 Alentejo Central	12 753	0	50	12 411	2	290
184 Baixo Alentejo	5 291	0	12	5 222	5	51
185 Lezíria do Tejo	8 973	0	0	8 916	4	53
15 Algarve	44 909	10 442	0	28 992	14	5 461
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

Quadro 82 - Índices de atendimento (Po), população servida por sistemas públicos de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais

2009

Unidade: %

NUTS III	Proporção de população servida por sistemas públicos de:		
	Abastecimento de água	Drenagem de águas residuais	Tratamento de águas residuais
Portugal	x	x	x
1 Continente	94,7	82,8	75,3
11 Norte	92,0	75,9	70,3
111 Minho-Lima	94,9	55,4	53,4
112 Cávado	98,5	81,2	67,8
113 Ave	80,5	58,6	71,3
114 Grande Porto	98,9	97,4	89,7
115 Tâmega	77,4	57,9	40,4
116 Entre Douro e Vouga	90,5	22,6	34,0
117 Douro	98,7	96,2	89,4
118 Alto Trás-os-Montes	87,2	83,3	83,0
16 Centro	94,4	75,4	70,2
161 Baixo Vouga	97,9	70,8	64,8
162 Baixo Mondego	92,2	77,7	79,1
163 Pinhal Litoral	94,4	62,1	48,1
164 Pinhal Interior Norte	87,8	59,5	44,3
165 Dão-Lafões	92,5	78,1	74,3
166 Pinhal Interior Sul	93,8	66,6	57,8
167 Serra da Estrela	96,0	83,0	80,0
168 Beira Interior Norte	91,1	90,3	80,2
169 Beira Interior Sul	100,0	95,2	89,2
16A Cova da Beira	95,9	92,6	72,8
16B Oeste	94,1	81,8	83,7
16C Médio Tejo	98,0	67,2	66,3
17 Lisboa	99,0	96,8	84,1
171 Grande Lisboa	99,1	97,9	91,5
172 Península de Setúbal	98,9	94,6	63,8
18 Alentejo	93,1	85,5	75,7
181 Alentejo Litoral	89,9	82,1	76,4
182 Alto Alentejo	98,1	96,3	86,6
183 Alentejo Central	93,9	91,3	77,0
184 Baixo Alentejo	98,6	95,5	87,6
185 Lezíria do Tejo	88,7	72,8	63,2
15 Algarve	95,4	85,9	84,7
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

Quadro 83 - Número de estações de tratamento de águas residuais (Po)

2009

Unidade: nº

NUTS III	Nível de tratamento das estações de tratamento de águas residuais				
	Preliminar	Primário	Secundário	Terciário	Não especificado
Portugal	x	x	x	x	x
1 Continente	158	1 114	1 560	113	907
11 Norte	85	399	569	27	274
111 Minho-Lima	0	2	35	1	7
112 Cávado	0	8	43	1	42
113 Ave	0	2	20	4	2
114 Grande Porto	2	25	23	6	16
115 Tâmega	1	51	57	9	40
116 Entre Douro e Vouga	0	1	7	0	9
117 Douro	0	198	163	5	97
118 Alto Trás-os-Montes	82	112	221	1	61
16 Centro	29	546	538	53	478
161 Baixo Vouga	0	4	17	0	2
162 Baixo Mondego	0	4	40	5	31
163 Pinhal Litoral	0	7	10	3	0
164 Pinhal Interior Norte	0	39	19	8	142
165 Dão-Lafões	0	177	194	8	120
166 Pinhal Interior Sul	0	25	11	1	47
167 Serra da Estrela	0	26	11	2	33
168 Beira Interior Norte	0	182	64	1	29
169 Beira Interior Sul	0	22	32	1	52
16A Cova da Beira	23	5	42	1	1
16B Oeste	6	53	54	12	9
16C Médio Tejo	0	2	44	11	12
17 Lisboa	7	13	78	8	20
171 Grande Lisboa	6	9	47	7	11
172 Península de Setúbal	1	4	31	1	9
18 Alentejo	36	153	315	19	119
181 Alentejo Litoral	0	15	62	2	41
182 Alto Alentejo	14	49	57	9	26
183 Alentejo Central	3	22	34	5	35
184 Baixo Alentejo	0	67	119	3	8
185 Lezíria do Tejo	19	0	43	0	9
15 Algarve	1	3	60	6	16
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

RESÍDUOS URBANOS

Quadro 84 - Resíduos produzidos e Capitação segundo NUTSIII

Ano	Resíduos Produzidos			Capitação (a)			Capitação (b) *		
	2009	2008	2007	2009	2008	2007	2009	2008	2007
	t			kg/hab.ano			kg/hab.ano		
Portugal	5 496 267	5 479 749	4 819 605 *	436	436	468	517	516	468
1 Continente	5 185 031	5 152 787	4 646 171	427	426	459	511	509	459
11 Norte	1 676 001	1 670 872	1 581 954	447	446	422	447	446	422
111 Minho-Lima	110 328	108 296	95 363	441	432	379	440	431	379
112 Cávado	185 107	193 606	171 792	447	469	418	448	470	418
113 Ave	205 971	200 893	197 289	392	383	376	392	383	377
114 Grande Porto	676 364	685 492	654 477	526	534	511	527	535	511
115 Tâmega	217 891	201 534	197 053	389	359	351	389	359	351
116 Entre Douro e Vouga	104 222	103 539	94 603	360	359	329	361	359	329
117 Douro	86 783	85 434	85 403	417	407	403	415	405	401
118 Alto de Trás-os-Montes	89 334	92 078	85 974	420	429	398	418	428	396
16 Centro	1 010 733	1 006 951	978 189	424	423	410	424	422	410
161 Baixo Vouga	178 302	177 780	165 595	445	444	414	445	444	415
162 Baixo Mondego	159 226	155 980	148 676	484	472	447	483	471	446
163 Pinhã Litoral	110 214	109 949	105 401	410	410	394	410	411	396
164 Pinhal Interior Norte	48 071	47 380	45 148	351	345	328	350	345	328
165 Dão-Lafões	108 014	108 650	105 886	371	373	363	371	373	363
166 Pinhal Interior Sul	12 805	12 497	13 700	322	309	334	319	307	331
167 Serra da Estrela	17 025	17 356	17 023	362	366	355	361	364	354
168 Beira Interior Norte	41 380	41 726	41 038	383	383	373	381	381	371
169 Beira Interior Sul	32 377	32 791	36 144	447	448	489	445	446	486
16A Cova de Beira	32 957	33 213	32 970	366	366	361	365	365	360
16B Oeste	173 428	174 279	176 414	474	479	488	475	480	489
16C Médio Tejo	96 934	95 352	90 195	420	413	390	420	412	390
17 Lisboa	1 642 825	1 637 421	1 365 057	580	581	486	582	582	487
171 Grande Lisboa	1 161 195	1 146 515	1 009 933	571	565	499	572	565	499
172 Península de Setúbal	481 630	490 906	355 124	604	621	454	607	624	456
18 Alentejo	411 067	410 787	400 985	546	543	527	544	541	526
181 Alentejo Litoral	57 544	57 595	57 566	606	603	599	604	601	597
182 Alto Alentejo	63 092	64 338	58 237	547	551	493	544	548	490
183 Alentejo Central	94 395	94 265	95 937	561	558	565	560	556	564
184 Baixo Alentejo	69 911	69 266	70 484	559	549	552	556	546	550
185 Lezíria do Tejo	126 126	125 323	118 761	505	502	476	505	502	477
15 Algarve	444 405	426 755	319 986	1024	992	750	1029	997	755
2 Região Autónoma dos Açores	142 058	152 183	147 668 *	579	622	605	580	623	606
3 Região Autónoma da Madeira	169 178	174 780	173 434	684	682	703	684	708	704

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

Direcção Regional de Estatísticas da Madeira

Serviço Regional de Estatísticas dos Açores

(a) Cálculo efectuado com estimativa da população residente.

(b) Cálculo efectuado com estimativa da população média anual residente.

* Dado actualizado em 03-02-2011

Quadro 85 - Resíduos urbanos recolhidos indiferenciada e selectivamente, segundo NUTS II

2009

Unidade: t

NUTS II	Total	Produção	
		Recolha Indiferenciada	Recolha Selectiva
Portugal	5 496 267	4 847 485	648 782
Norte	1 676 001	1 489 281	186 721
Centro	1 010 733	918 939	91 794
Lisboa	1 642 825	1 447 152	195 673
Alentejo	411 067	367 147	43 921
Algarve	444 405	355 445	88 960
Açores	142 058	132 770	9 288
Madeira	169 178	136 752	32 426

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente
 Direcção Regional de Estatísticas da Madeira
 Serviço Regional de Estatísticas dos Açores

Quadro 86 - Resíduos urbanos por operação de gestão

Unidade: t

Ano	Total	Operação de Gestão			
		Aterro	Valorização Energética	Valorização Orgânica	Recolha Selectiva
2009	5 496 267	3 341 707	1 082 831	422 947	648 785
2008	5 479 749	3 530 220	992 953	381 494	575 083
2007	4 967 274	3 170 431	947 902	320 348	528 593

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente
 Direcção Regional de Estatísticas da Madeira
 Serviço Regional de Estatísticas dos Açores

Quadro 87 - Resíduos urbanos por materiais recolhidos selectivamente

Unidade: t

Ano	Total	Vidro	Papel/Cartão	Embalagens	Pilhas
2009	482 126	182 121	207 135	92 652	218
2008	446 512	172 259	197 689	75 573	990
2007	369 643	151 963	167 913	49 590	178

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente
 Direcção Regional de Estatísticas da Madeira
 Serviço Regional de Estatísticas dos Açores

Quadro 88 - Recolha selectiva de resíduos urbanos em ecopontos e porta-a-porta e deposição em ecocentros

Unidade: t

Ano	Total	Ecopontos	Porta-a-porta	Ecocentros
2009	495 265	344 294	33 252	117 719
2008	446 410	348 211	11 670	86 529
2007	478 840	292 174	29 602	157 064

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente
 Nota: Os valores apresentados, não têm em conta os resíduos recolhidos selectivamente por sistema, para as Regiões Aautónomas dos Açores e da Madeira

Quadro 89 - Número de ecopontos e de habitantes por ecoponto, por sistemas

2009

Sistema	Número de habitantes	Número de ecopontos	Habitantes por ecoponto
VALORMINHO	77 629	359	216
RESULIMA	333 242	832	401
BRAVAL	291 565	889	328
RESINORTE	982 976	1 320	745
Lipor	970 337	3 032	320
Ambisousa	339 073	691	491
SULDOURO	461 990	1 055	438
Resíduos do nordeste	147 850	515	287
VALORLIS	319 646	998	320
ERSUC	974 560	3 208	304
Ecobeirão	366 897	1 414	259
RESIESTRELA	209 698	559	375
Raia-pinhal	97 285	286	340
RESIOESTE	408 684	1 917	213
Ecolezíria	126 074	287	439
Resitejo	216 290	660	328
Tratolixo	1 037 940	3 019	344
VALORSUL	993 668	2 694	369
AMARSUL	793 543	2 334	340
Gesamb	155 669	495	314
Ambilital	112 692	451	250
Amcal	26 048	93	280
VALNOR	169 804	1 060	160
Resialentejo	94 919	551	172
ALGAR	432 054	2 349	184

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

Nota: Não existe informação do número de ecopontos para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira

Os dados de população referem-se aos dados do INE respeitantes aos dados da população média residente.

RESÍDUOS SECTORIAIS

Quadro 90 - Resíduos gerados por actividades económicas

Actividade Económica: (NACE 2.0)	Unidade: t		
	2009	2008	2007
Agricultura e Florestas	232 510	153 966	130 157
Pesca e Aquicultura	4 395	5 542	3 406
Indústrias Extractivas	3 612 809	1 887 456	3 942 302
Alimentares, Bebidas e Tabaco	699 449	615 018	846 363
Têxteis e Peles	268 928	1 233 684	1 237 560
Madeira e Cortiça	458 808	657 566	803 708
Pasta, Papel, Cartão e Impressão	1 463 876	859 486	821 185
Petrolíferas	13 203	17 751	41 323
Químicas, Borracha e Plásticos	265 962	309 910	398 428
Minerais Não Metálicos	1 075 691	1 313 091	4 747 785
Metalúrgicas de Base e Outros Produtos Metálicos	874 967	1 719 570	868 860
Equipamento Eléctrico, Electrónico e de Transporte	515 919	897 987	854 509
Mobiliário e Outras Indústrias, Instalação e Manutenção de Equipamentos	410 536	1 113 976	396 012
Energia	450 852	255 034	108 592
Distribuição de Água e Saneamento	570 170	473 165	604 672
Gestão de Resíduos	871 790	1 352 701	1 021 152
Construção	3 256 350	8 148 248	5 674 248
Comércio e Serviços	4 919 676	9 723 335	6 213 503
Comércio por Grosso de Desperdícios e Sucatas	826 404	527 984	1 344 688
Total	20 792 298	31 265 469	30 058 452

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

Quadro 91 - Produção de resíduos sectoriais por categoria segundo operações de gestão

Categoria	Unidade: t					
	Valorização Energética [R1]			Eliminação por Incineração em Terra [D10]		
	2009	2008	2007	2009	2008	2007
Resíduos químicos (NP)	52 161	52 906	35 442	1 446	1 241	653
Resíduos químicos (P)	7 942	2 732	13 929	1 020	14 844	13 231
Óleos usados (P)	10 214	12 738	4 079	0	438	69
Resíduos de prestação de cuidados de saúde e biológicos (NP)	0	0	0	1 952	7 159	7 116
Resíduos de prestação de cuidados de saúde e biológicos (P)	0	0	0	5 628	1 849	2 707
Resíduos contendo PCB (P)	0	0	0	0	2	0
Resíduos domésticos e similares (NP)	14 856	21 823	18 156	261 345	314 454	201 922
Mistos e não diferenciados (NP)	3 611	4 527	1 501	414	2 545	3 053
Mistos e não diferenciados (P)	0	0	0	1	0	0
Resíduos de triagem (NP)	31 544	3 615	6 968	15 310	16 433	1 188
Resíduos de triagem (P)	1	0	0	0	0	0
Lamas comuns (NP)	10 754	729	463	65	0	58
Outros resíduos (NP)	1 086 296	441 783	443 484	24 233	41 764	40 789
Outros resíduos (P)	36 022	19	6	41	6	342
Total, não perigosos (NP)	1 199 222	525 383	506 014	304 766	383 597	254 779
Total, perigosos (P)	54 179	15 489	18 014	6 690	17 139	16 350
Total	1 253 402	540 872	524 028	311 456	400 736	271 129

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

R1 - Utilização principal como combustível ou outro meio de produção de energia

D10 - Incineração em terra.

Quadro 92 - Produção de resíduos sectoriais por categoria segundo operações de gestão

Portugal Total nacional	Unidade: t		
	Valorização (excluindo valorização energética)		
	2009	2008	2007
Óleos usados (P)	203 464	823 121	366 392
Resíduos metálicos (NP)	1 053 560	1 913 215	2 355 768
Resíduos metálicos (P)	1	0	158
Resíduos de vidro (NP)	182 117	762 751	105 799
Resíduos de vidro (P)	0	0	0
Resíduos de papel e cartão (NP)	231 547	331 743	916 873
Resíduos de borracha (NP)	35 381	105 025	120 836
Resíduos de plásticos (NP)	61 269	114 391	164 262
Resíduos de madeira (NP)	305 483	982 038	594 385
Resíduos têxteis (NP)	15 760	76 633	217 603
Resíduos de origem animal e de origem vegetal (NP)	365 989	424 708	502 611
Resíduos de origem animal de preparados e produtos alimentares (NP)	51 658	46 406	60 341
Fezes, urina e estrume de animais (NP)	184 312	90 992	62 118
Resíduos minerais (NP)	1 275 027	930 020	456 022
Resíduos minerais (P)	25 402	15 272	1 847
Outros resíduos (NP)	1 005 803	920 305	1 348 950
Outros resíduos (P)	446 770	670 880	658 741
Total, não perigosos (NP)	4 767 905	6 698 226	6 905 568
Total, perigosos (P)	675 637	1 509 273	1 027 138
Total	5 443 542	8 207 500	7 932 706

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

Quadro 93 - Produção de resíduos sectoriais por categoria segundo operações de gestão

Unidade: t

Categoria	Operação de tratamento 5: Deposição no solo [D1+D3+D4+D5+D12]			Operação de tratamento 6: Eliminação em terra ou descarga em aquíferos [D2+D6+D7]		
	2009	2008	2007	2009	2008	2007
Resíduos químicos (NP)	126 594	324 684	610 363	1 081	655	507
Resíduos químicos (P)	4 994	9 430	6 005	25	22	60
Óleos usados (P)	50	137	153	0	0	66
Resíduos de origem animal e de origem vegetal (NP)	131 808	162 834	102 741	2 011	4 389	3 790
Resíduos de origem animal de preparados e produtos alimentares (NP)	20 037	5 728	7 461	0	0	0
Fezes, urina e estrume de animais (NP)	20	0	0	132	242	167
Resíduos domésticos e similares (NP)	1 595 591	2 054 401	1 101 547	219	334	227
Mistos e não diferenciados (NP)	63 980	109 855	90 963	966	283	1 122
Mistos e não diferenciados (P)	31	51	15	0	0	0
Resíduos de triagem (NP)	66 985	81 063	123 565	0	0	0
Resíduos de triagem (P)	0	0	0	0	0	0
Lamas comuns (NP)	135 304	89 603	164 757	1 011	2 659	6 762
Resíduos minerais (NP)	4 929 195	4 088 973	8 572 181	39	178	8 485
Resíduos minerais (P)	130 591	107 396	774 375	0	0	253
Outros resíduos (NP)	227 796	965 348	267 785	430	1 241	57
Outros resíduos (P)	890	1 081	1 680	0	22	1
Total, não perigosos (NP)	7 297 310	7 882 490	11 041 363	5 889	9 980	21 116
Total, perigosos (P)	136 557	118 095	782 227	25	44	380
Total	7 433 867	8 000 584	11 823 590	5 914	10 025	21 497

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

D1 - Depósito no solo, em profundidade ou à superfície

D3 - Injecção em profundidade

D4 - Lagunagem

D5 - Depósitos subterrâneos especialmente concebidos

D12 - Armazenamento permanente

D2 - Tratamento no solo

D6 - Descarga para massas de água, com excepção dos mares e dos oceanos

D7 - Descarga para os mares e/ou oceanos, incluindo inserção nos fundos marinhos

Quadro 94 - Produção de resíduos sectoriais por categoria segundo operações de gestão

Unidade: t

Categoria	Outras operações de Valorização [R12 + R13]			Outras operações de Eliminação [D8+D9+D11+D13+D14+D15]		
	2009	2008	2007	2009	2008	2007
Resíduos químicos (NP)	37 562	28 085	59 847	209 181	155 799	197 275
Resíduos químicos (P)	46 288	227 503	235 268	233 534	692 020	222 838
Óleos usados (P)	90 206	213 192	255 052	8 210	38 567	22 912
Resíduos de origem animal e de origem vegetal (NP)	191 802	56 972	36 966	36 783	176 785	98 093
Resíduos de origem animal de preparados e produtos alimentares (NP)	3 835	12 510	7 343	13 601	16 002	23 500
Fezes, urina e estrume de animais (NP)	1 615	109	54	0	0	0
Resíduos domésticos e similares (NP)	128 699	40 825	35 871	288 186	203 449	70 044
Mistos e não diferenciados (NP)	110 666	3 815 760	176 582	63 942	170 047	41 781
Mistos e não diferenciados (P)	173	175	83	3 195	1 165	1 656
Resíduos de triagem (NP)	34 674	414 345	319 006	19 730	3 185	781
Resíduos de triagem (P)	101	0	0	1 230	225	154
Lamas comuns (NP)	118 443	101 064	67 655	70 130	60 650	89 725
Resíduos minerais (NP)	1 537 319	1 158 291	2 029 696	202 769	299 169	1 421 700
Resíduos minerais (P)	9 384	4 085	2 081	49 166	424 381	43 385
Outros resíduos (NP)	2 568 556	5 339 999	3 757 203	107 633	172 752	84 867
Outros resíduos (P)	96 899	221 012	72 086	60 606	57 633	111 998
Total, não perigosos (NP)	4 733 172	10 967 959	6 490 223	1 011 954	1 257 837	2 027 766
Total, perigosos (P)	243 051	665 966	564 569	355 940	1 213 990	402 944
Total	4 976 223	11 633 926	7 054 792	1 367 894	2 471 827	2 430 710

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

R12 - Troca de resíduos com vista a submetê-los a uma das operações enumeradas de R1 a R11

R13 - Armazenamento de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de R1 a R12

D8 - Tratamento biológico não especificado em qualquer outra operação, que produza compostos ou misturas finais rejeitados por meio de qualquer uma das operações enumeradas de D1 a D12

D9 - Tratamento físico-químico, não especificado em qualquer outra operação, que produza compostos ou misturas finais rejeitados por meio de qualquer uma das operações enumeradas de D1 a D12

D11 - Incineração no mar

D13 - Mistura anterior à execução de uma das operações enumeradas de D1 a D12

D14 - Reembalagem anterior a uma das operações enumeradas de D1 a D13

D15 - Armazenamento antes de uma das operações enumeradas de D1 a D14

Quadro 95 - Produção de resíduos por categoria de resíduos (EWStat 3.0)

Categoria de resíduos: (EWStat 3.0)	Unidade: t		
	2009	2008	2007
Solvents usados (P)	22 866	458 210	424 038
Resíduos ácidos, alcalinos ou salinos (NP)	24 172	34 791	8 349
Resíduos ácidos, alcalinos ou salinos (P)	14 953	41 479	13 127
Óleos usados (P)	312 144	1 088 193	648 723
Catalisadores químicos usados (NP)	92	720	785
Catalisadores químicos usados (P)	25	299	290
Resíduos de reacções químicas (NP)	118 899	318 239	537 053
Resíduos de reacções químicas (P)	52 473	147 506	188 367
Depósitos e resíduos químicos (NP)	81 147	84 663	71 937
Depósitos e resíduos químicos (P)	137 746	715 623	338 913
Lamas de efluentes industriais (NP)	315 130	309 250	517 179
Lamas de efluentes industriais (P)	115 182	132 195	62 787
Resíduos de prestação de cuidados de saúde e biológicos (NP)	11 784	43 021	8 237
Resíduos de prestação de cuidados de saúde e biológicos (P)	49 950	45 184	108 512
Resíduos metálicos (NP)	1 896 002	3 844 017	3 543 385
Resíduos metálicos (P)	667	149	541
Resíduos de vidro (NP)	305 281	921 695	265 465
Resíduos de vidro (P)	48	16	130
Resíduos de papel e cartão (NP)	1 190 599	2 075 336	2 679 038
Resíduos de borracha (NP)	127 322	798 716	268 288
Resíduos de plásticos (NP)	280 790	610 381	422 268
Resíduos de madeira (NP)	1 529 144	1 974 314	1 069 106
Resíduos de madeira (P)	349 420	77 647	72 531
Resíduos têxteis (NP)	217 656	793 116	661 492
Resíduos contendo PCB (P)	8 634	11 604	449
Equipamento fora de uso (NP)	178 423	107 015	97 408
Equipamento fora de uso (P)	24 085	36 050	31 818
Veículos fora de uso (NP)	26 711	8 869	16 491
Veículos fora de uso (P)	74 836	47 600	17 557
Resíduos de pilhas e acumuladores (NP)	2 119	1 584	1 486
Resíduos de pilhas e acumuladores (P)	89 599	185 489	78 530
Resíduos de origem animal e de origem vegetal (NP)	826 357	878 597	834 906
Resíduos de origem animal de preparados e produtos alimentares (NP)	149 270	91 912	110 512
Fezes, urina e estrume de animais (NP)	186 080	100 962	62 340
Resíduos domésticos e similares (NP)	2 582 200	2 745 254	1 461 373
Mistos e não diferenciados (NP)	256 970	4 182 680	355 215
Mistos e não diferenciados (P)	3 414	1 391	1 755
Resíduos de triagem (NP)	179 493	529 919	460 982
Resíduos de triagem (P)	1 333	225	154
Lamas comuns (NP)	887 194	774 825	1 292 368
Lamas de dragagem (NP)	214	0	0
Resíduos minerais (NP)	7 346 188	6 100 750	12 277 497
Resíduos minerais (P)	118 482	115 266	766 798
Resíduos de combustão (NP)	599 687	393 866	222 916
Resíduos de combustão (P)	53 049	76 383	35 494
Solos contaminados e lamas de dragagem poluídas (P)	43 011	359 485	19 866
Resíduos solidificados, estabilizados ou vitrificados (NP)	1 297	981	753
Resíduos solidificados, estabilizados ou vitrificados (P)	165	2	1 243
Total, não perigosos (NP)	19 320 219	27 725 473	27 246 828
Total, perigosos (P)	1 472 079	3 539 996	2 811 623
Total	20 792 298	31 265 469	30 058 452

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

Quadro 96 - Contas Nacionais Trimestrais (base 2006)
Despesa (PIB pm) - dados encadeados em volume (ano de referência 2006)

		Unidade: 10 ⁶ euros	
Anos	Trimestre	PIB (a)	
2009	I	39 754	
	II	40 004	
	III	40 106	
	IV	40 047	
2008	I	41 342	
	II	41 305	
	III	41 031	
	IV	40 462	
2007	I	40 950	
	II	40 945	
	III	40 908	
	IV	41 295	

Nota: Os dados encontram-se corrigidos de sazonalidade. □

(a) Inclui discrepâncias de não aditividade.

FLUXO ESPECÍFICO DE RESÍDUOS

Quadro 97 - Materiais geridos e recuperados no âmbito da acção das entidades gestoras de fluxos específicos

Unidade: t

Fluxo Especifico	Material Recolhido		
	2009	2008	2007
Embalagens e resíduos de embalagens	1 357 219	1 178 626	1 012 759
Pilhas e acumuladores	497	479	478
Eq. Eléctricos e Electrónicos	45 179	41 231	25 851
Pneus Usados	89 575	96 210	92 322
Veículos em fim de vida	90 810	95 691	78 860
Óleos Lubrificantes	29 578	31 695	32 091

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

MOVIMENTO TRANSFRONTEIRIÇO DE RESÍDUOS

Quadro 98 - Resíduos registados no movimento transfronteiriço, segundo as operações de gestão e de perigosidade

Unidade: t

Movimentos, Operações e nível de perigosidade	2009	2008	2007
Exportações	62 504	225 517	175 057
Eliminação	10 019	154 709	117 821
Não perigoso	282	554	631
Perigoso	9 737	154 155	117 190
Valorização	52 485	39 773	57 236
Não perigoso	811	31035 (a)	1 535
Perigoso	51 674	39 773	55 701

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

(a) Em 2008, relativamente aos resíduos não perigosos encaminhados para valorização o valor tem em conta os resíduos não sujeitos a notificação, que corresponde a 30 695 toneladas.

Quadro 99 - Resíduos registados no movimento transfronteiriço, segundo os países de origem, destino e operação de gestão

Unidade: t

País de Destino	2009		2008		2007	
	Eliminação	Valorização	Eliminação	Valorização	Eliminação	Valorização
Exportações	10 019	52 485	154 708	70 809	117 821	57 237
Alemanha	591	436	646	160	619	75
Áustria	-	25	-	466	-	379
Bélgica	721	0	880	191	691	888
China	0	0	0	13 917	0	0
Dinamarca	0	0	0	3	0	0
Espanha	8 572	51 165	152 985	50 800	115 165	33 465
França	135	48	197	8	1 346	13
Finlândia	0	0	0	0	0	0
Holanda	-	0	-	260	-	22 417
Hong Kong	-	0	-	2 947	-	0
Índia	-	811	-	239	-	0
Indonésia	-	0	-	856	-	0
Inglaterra	0	0	0	11	0	0
Itália	-	0	-	5	-	0
Noruega	-	0	-	2	-	0
Paquistão	-	0	-	828	-	0
Singapura	-	0	-	97	-	0
Suécia	-	0	-	8	-	0
Tailândia	-	0	-	11	-	0

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente



Metodologias, Conceitos e Nomenclaturas

METODOLOGIAS, CONCEITOS E NOMENCLATURAS

3.1. METODOLOGIAS

3.1.1. Despesas com a protecção do ambiente

3.1.1.1. Administrações Públicas

Os sectores institucionais adoptados pelo Sistema de Contas Nacionais, como unidades estatísticas fundamentais, caracterizam-se pelo seu comportamento e autonomia de decisão. Às Administrações Públicas compete a produção de serviços não mercantis destinados à colectividade, bem como, a realização de operações de redistribuição, do rendimento e das riquezas nacionais. O sistema de Contabilidade Nacional em vigor na União Europeia considera o sector institucional “Administrações Públicas” dividido em subsectores, dos quais se destacam a Administração Central, a Administração Regional, a Administração Local e a Segurança Social.

Segundo o “Sistema Europeu de Recolha de Informação Económica sobre o Ambiente” (SERIEE), as unidades consideradas no sector institucional Administrações Públicas, cuja função principal é a gestão e protecção do ambiente, podem dividir-se em duas categorias: produtores característicos especializados e não especializados. Identificam-se na primeira categoria as unidades que produzem serviços não mercantis directamente ligados à gestão e protecção do ambiente. Na segunda categoria, ou seja, nos produtores característicos não especializados, consideram-se as unidades que prestam serviços de gestão e protecção do ambiente, como actividade auxiliar de uma actividade principal, secundária ou única não característica, e nas quais se incluem as unidades correspondentes às Administrações Públicas (Central, Regional e Local e respectivas Instituições Sem Fins Lucrativos).

A recolha de dados relativos à despesa das Administrações Públicas em gestão e protecção do ambiente provém de várias fontes, nomeadamente da Conta Geral do Estado, Contas das Regiões Autónomas e Contas de Gerência de alguns Serviços e Fundos Autónomos, bem como de inquéritos realizados junto de unidades estatísticas dos sectores em observação.

São utilizadas as nomenclaturas inerentes ao Sistema de Contabilidade Nacional, à Classificação Económica das Receitas e das Despesas da Contabilidade Pública e à Classificação de Actividades e Despesas de Protecção do Ambiente para a classificação dos domínios de gestão e protecção do ambiente.

Administração Central

Em Portugal, a Administração Central é um dos principais sectores institucionais responsáveis por significativos fluxos financeiros na área de gestão e protecção do ambiente. Englobando o Estado e demais organismos centrais, a sua competência exerce-se a nível nacional, incluindo igualmente alguns organismos autónomos que, embora exercendo a actividade a nível local, constituem meios de acção da Administração Central e são por esta financiados, a título principal.

Para a recolha de dados financeiros considera-se as unidades pertencentes aos subsectores institucionais: Estado e Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central. Deste modo, são analisadas a Conta Geral do Estado e as Contas de Gerência de algumas instituições deste nível de administração.

Administração Regional

A Administração Regional reúne os Órgãos dos Governos Regionais (Açores e Madeira) e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Regional. A informação é recolhida com base nas Contas das Regiões e nas Contas de Gerência dos Serviços e Fundos Autónomos seleccionados.

Administração Local

A Administração Local reúne diversos órgãos dos quais se destacam – os Municípios, os Serviços Autónomos da Administração Local e as Instituições Sem Fins Lucrativos (ISFL) da Administração Local. Estas últimas, de acordo com o sistema de informação definido pelo Serviço de Estatística das Comunidades Europeias (EUROSTAT) para o ambiente, têm um tratamento individualizado, agrupando as ISFL da Administração Central e Local.

A informação de natureza económica é recolhida através do “Inquérito aos Municípios – Protecção do Ambiente” (IMPA), efectuada por via postal e via Web, com periodicidade anual, de âmbito nacional e exhaustiva (totalidade dos municípios). A informação recolhida refere-se às receitas e despesas efectuadas por administração directa dos Municípios nos domínios “Protecção da Qualidade do Ar e Clima”, “Gestão de Resíduos”, “Protecção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais”, “Protecção contra Ruídos e Vibrações”, “Protecção da Biodiversidade e Paisagem”, “Investigação e Desenvolvimento” e “Outras Actividades de Protecção do Ambiente”.

O “Inquérito aos Municípios – Protecção do Ambiente” obteve uma taxa de resposta de 100%, correspondente aos 308 Municípios do País.

3.1.1.2. Entidades Produtoras de Bens e Serviços de Ambiente

O Inquérito ao Sector dos Bens e Serviços do Ambiente é um inquérito anual, efectuado por via postal e via Web, que visa a obtenção de dados sobre as actividades de protecção do ambiente realizadas por empresas, serviços municipalizados, sociedades, entidades empresariais municipais e associações. As actividades incidem essencialmente sobre a produção de bens e prestação de serviços com o fim de promover a protecção ambiental, isto é, reduzir o impacto poluente da actividade industrial que desenvolvem e/ou reduzir a depleção dos recursos naturais.

São recolhidos dados sobre a distribuição do VVN segundo os tipos de bens produzidos e/ou de serviços prestados classificados por domínios de ambiente, assim como segundo a natureza dos clientes da entidade. A recolha de informação incide igualmente sobre o número de pessoas ao serviço da entidade com funções de ambiente, segundo o sexo, grupos funcionais e regime de trabalho.

O questionário pretende seguir as orientações do Manual do Sector de Bens e Serviços do Eurostat quanto à caracterização do Sector tal como o VVN (peso por domínio de ambiente e actividade) e emprego (desagregação do género).

Unidades inquiridas

Entidades do Ficheiro de Unidades Estatísticas, APEMETA (Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais) e Directório Nacional de Ambiente e Recursos Naturais.

Taxa de resposta

Quadro 1 - Inquérito ao Sector de Bens e Serviços de Ambiente
Taxa de resposta em 2009

Unidades inquiridas		
Com resposta	%	Com actividade ambiental
2 909	80	2 094

A taxa de resposta foi de 79,5%, sendo que cerca de 57% das entidades desenvolveram actividades relativas à produção de bens, tecnologias e serviços relacionados com a gestão da poluição e/ou recursos.

Tratamento de não-respostas

Para as entidades em falta no ano n, que responderam e estavam activas em n-1, são estimados os valores de VVN e NPS.

Variável “Volume de Negócios” - VVN

Aplicação, a todas as variáveis de VVN do IBSA, da taxa média de variação do VVN (Informação Empresarial simplificada - IES), por estrato de cálculo, entre o ano n-1 e o ano n

$$vvn_a^n = vvn_a^{n-1} \times \frac{\overline{VVN_i^n}}{\overline{VVN_i^{n-1}}}$$

vna → variável calculada da entidade em falta

$n-1$ → período de referência anterior

n → período de referência actual

i → estrato de cálculo

VVN_i → vvn total do estrato i .

O VVN_i obtem-se a partir da IES.

Estratos de cálculo

Definiram-se os seguintes estratos de cálculo:

Actividades Centrais de Ambiente (CAE Core)

As respostas obtidas para 2009 foram analisadas para a criação de estratos homogêneos. Devido às grandes disparidades de nível de VVN entre os diferentes ramos de actividade optou-se pela criação de 57 escalões que se distribuem diferenciadamente pelas CAE a 5 dígitos, definidos a partir dos valores do 2º e 3º quartis:

Outras Actividades (CAE não Core)

Em 2009, 309 ocorrências distribuíram-se por 102 CAE “não core”, ou seja em média cerca de 3 empresas por CAE, havendo no entanto 52 CAE com apenas 1 empresa o que constitui forte constrangimento à criação de estratos viáveis, tal como ocorreu no ano anterior. A agregação de CAE não se revelou solução, constatando-se que não há homogeneidade dentro dos agregados assim constituídos.

Assim, optou-se pela definição de estratos com base apenas nos escalões de VVN obtidos a partir do 2 e 3º quartis:

Quadro 2 - Estratos de cálculo para o VVN das Actividades Centrais de Ambiente

2009	Unidade: Euro		
CAE-Rev3	escalação1	escalação2	escalação3
22112	< 285 000	285 000 - 1 500 000	> 1 500 000
36001	< 650 000	650 000 - 5 000 000	> 5 000 000
36002	< 5 000 000	5 000 000 - 9 500 000	> 9 500 000
37001	< 100 000	100 000 - 400 000	> 400 000
37002	< 1 300 000	1 300 000 - 6 900 000	> 6 900 000
38111	< 190 000	190 000 - 560 000	> 560 000
38112	< 250 000	250 000 - 1 650 000	> 1 650 000
38120	< 3 900 000	3 900 000 - 6 300 000	> 6 300 000
38211	< 130 000	130 000 - 270 000	> 270 000
38212	< 3 900 000	3 900 000 - 8 700 000	> 8 700 000
38220	< 1 900 000	1 900 000 - 7 000 000	> 7 000 000
38311	< 313 000	313 000 - 343 000	> 343 000
38313	< 415 000	415 000 - 950 000	> 950 000
38321	< 800 000	800 000 - 3 850 000	> 3 850 000
38322	< 170 000	170 000 - 720 000	> 720 000
39000	< 170 000	170 000 - 300 000	> 300 000
46771	< 40 000	40 000 - 190 000	> 190 000
46772	< 70 000	70 000 - 260 000	> 260 000
46773	< 35 000	35 000 - 150 000	> 150 000

Quadro 3 - Estratos de cálculo para o VVN das Outras Actividades

2009	Unidade: Euro		
CAE-Rev3	escalação1	escalação2	escalação3
Não core	< 450 000	450 000 - 1 900 000	> 1 900 000

Actualização anual dos escalões de VVN

Os escalões de VVN são actualizados anualmente a partir do 2º e 3º quartis calculados sobre os dados obtidos em n-1.

Variável “Número de Pessoas ao Serviço” - NPS

Aplicação, a todas as variáveis de NPS do IBSA, da taxa média de variação do NPS (IES), por estrato de cálculo, entre o ano n-1 e o ano n

$$nps_a^n = nps_a^{n-1} \times \frac{NPS_i^n}{NPS_i^{n-1}}$$

npsa → variável calculada da entidade em falta

n-1 → período de referência anterior

n → período de referência actual

i → estrato de cálculo

NPSi → NPS total do estrato i.

O NPSi obtêm-se a partir da IES.

Estratos de cálculo

Definiram-se os seguintes estratos de cálculo:

Quadro 4 - Estratos de cálculo para o NPS

2009	Unidade: Nº	
CAE-Rev3	escalação 1	escalação 2
22112	<=5	>5
36001	<=10	>10
36002	<=50	>50
37001		
37002	<=15	>15
38111		
38112	<=5	>5
38120		
38211		
38212	<=35	>35
38220		
38311		
38313		
38321	<=5	>5
38322	<=5	>5
39000		
46771		
46772		
46773		
Não core	<=5	>5

3.1.1.3. Empresas com actividades de monitorização, prevenção, redução ou eliminação da poluição

O “Inquérito às Empresas - Gestão e Protecção do Ambiente” (IEGPA) é um inquérito anual efectuado por via electrónica e postal a uma amostra de empresas cuja actividade económica se inclua nos sectores económicos, correspondentes às seguintes secções da CAE Rev. 3: B -Indústrias extractivas; C - Indústrias transformadoras, D – Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio e da E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição, apenas a divisão Captação, tratamento e distribuição de água.

Para além de referências metodológicas do EUROSTAT, este inquérito decorre da aplicação do Regulamento CE Nº 295/2008 de 11 de Março de 2008, relativo às Estatísticas Estruturais das Empresas, em particular no que se refere às variáveis de ambiente – 21 11 0 investimento em equipamentos e instalações fim-de-linha destinados ao controlo e redução da poluição; 21 12 0 investimentos em equipamentos limpos integrados e reconversão para processos limpos; 21 14 0 despesas correntes em actividades de controlo e redução da poluição. Desta forma, o inquérito incide sobre as actividades económicas industriais consideradas mais “agressivas” para o ambiente e, como tal, susceptíveis de gerar a maior parte e os mais significativos investimentos em actividades de protecção ambiental, no que se refere à esfera da iniciativa empresarial.

Com base na amostra obtida, os dados estimados são representativos para o conjunto dos sectores de actividade abrangidos, no que se refere ao esforço financeiro suportado na luta que desenvolvem contra a poluição. Para selecção do universo das unidades estatísticas a inquirir foi utilizado o Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas do INE; o processo de selecção obedeceu à seguinte metodologia:

Base de amostragem: Empresas do Universo de referência do Informação Empresarial Simplificada 2009 (IES).

Todas as empresas com 1 ou mais pessoas ao serviço e classificadas nas Secções B, C, D e na Divisão 36 da CAE Rev.3.

Estratificação: O universo foi estratificado de acordo com as variáveis actividade económica, região e dimensão, medida pelo número de pessoas ao serviço, atendendo aos seguintes critérios:

CAE: Classificação das Actividades Económicas – Revisão 3 a dois dígitos (nível Divisão).

NUTS: Nível II da nomenclatura, representando as sete regiões do país - Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

EPS: Consideraram-se os seguintes escalões:

- (1) 1 a 19 pessoas ao serviço;
- (2) 20 a 49 pessoas ao serviço;
- (3) 50 a 99 pessoas ao serviço;
- (4) 100 a 249 pessoas ao serviço;
- (5) 250 a 499 pessoas ao serviço;
- (6) 500 a 999 pessoas ao serviço;
- (7) 1000 ou mais pessoas ao serviço.

Foram inquiridos exaustivamente os estratos constituídos por empresas com 50 ou mais pessoas ao serviço.

Repartição da amostra: O número de empresas a inquirir por estrato, foi calculado com base na variável volume de negócios, utilizando a seguinte fórmula:

$$n_h = \frac{N_h S_h \sqrt{X_h}}{\sum_{i=1}^H N_i S_i \sqrt{X_i}} \times n, \quad h = 1, 2, \dots, H$$

em que:

h índice de estrato;

nh dimensão da amostra, no estrato h;

Nh dimensão do universo, no estrato h;

S_h desvio padrão da variável volume de negócios, no estrato h ;

X_h total da variável volume de negócios, no estrato h ;

n dimensão total da amostra;

H número total de estratos, no universo.

Seleção da amostra: Depois de constituir o universo do inquérito e concluído o estudo e dimensionamento da amostra respectiva, em cada estrato definido para o efeito, a amostra foi seleccionada por ordem crescente de carga estatística acumulada e número aleatório associado à empresa, em que a carga estatística representa o número de operações estatísticas para as quais a empresa já foi seleccionada.

A fiabilidade das estimativas obtidas no inquérito, foi estimada através dos coeficientes de variação *à posteriori*, calculados a partir das respostas obtidas conjuntamente com as respostas imputadas.

Estimadores: O estimador do total da variável X , para cada estrato, é dado por:

$$\hat{X}_h = \frac{N_h}{n_h} \sum_{i=1}^{n_h} x_{ih}, \quad \text{com } i=1, 2, \dots, n_h \text{ onde:}$$

h índice de estrato;

N_h dimensão do universo no estrato h ;

n_h número de empresas da amostra que responderam ao inquérito;

x_{ih} valor da variável X , da empresa i , no estrato h ;

$\frac{N_h}{n_h}$ coeficiente de extrapolação.

O estimador do total da variável X , para uma agregação de estratos, é a soma dos estimadores dos totais em cada estrato, dado por:

$$\hat{X} = \sum_h \hat{X}_h$$

onde representa o estimador da variável X , nos estratos h , que se agregaram.

O estimador da variância do total, é dado por:

$$\hat{Var}(\hat{X}) = \sum_{h=1}^H \frac{N_h}{n_h} (N_h - n_h) s_h^2$$

sendo,

$$s_h^2 = \frac{1}{n_h - 1} \cdot \sum_{i=1}^{n_h} (x_{hi} - \bar{x}_h)^2$$

a variância calculada a partir dos valores da amostra, para cada um dos estratos.

Coeficiente de variação: O coeficiente de variação (C.V.) de um estimador é medido em termos relativos e é dado pelo quociente entre o desvio padrão do estimador e o valor do parâmetro a estimar. No caso do estimador do total, o C.V. (em %) é dado por:

$$C.V.(\hat{X}) = \frac{\sqrt{\hat{Var}(\hat{X})}}{\hat{X}} \cdot 100\%$$

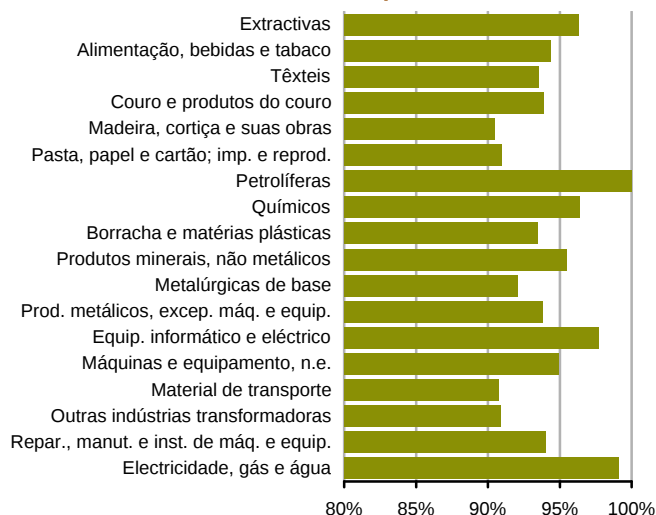
Ao calcular o coeficiente de variação de uma estimativa pode construir-se um intervalo de valores que apresenta uma certa confiança, medida em termos de probabilidade, de conter o verdadeiro valor que se pretende estimar. Segundo a teoria da amostragem, os limites do intervalo de confiança são:

$$[\hat{X} \pm C.V.(\hat{X}) \cdot \hat{X}] \quad , \text{ para um nível de confiança de 68\%;}$$

$$[\hat{X} \pm 1,96 \times C.V.(\hat{X}) \cdot \hat{X}] \quad , \text{ para um nível de confiança de 95\%.}$$

O preenchimento dos campos de natureza contabilística foi feito com base nas indicações contidas no Plano Oficial de Contabilidade (POC).

Gráfico 1 - Inquérito ao Ambiente - Gestão e Protecção do Ambiente - Taxa de resposta em 2009



A taxa de resposta global situou-se nos 94%. Ao nível das regiões NUTS II, a Região Autónoma da Madeira e a região do Alentejo registaram as taxas de resposta mais baixas, respectivamente, 83% e 90%.

Tratamento de não resposta: Para contornar o problema das não respostas foi efectuada imputação. Para a imputação do IEGPA 2009, assumiu-se que a distribuição das não respostas era idêntica à das respostas no que respeita ao desenvolvimento de actividades de Gestão e Protecção do Ambiente (GPA), bem como a repartição pelos domínios de ambiente inquiridos. O número de empresas a imputar, com valores de GPA, foi calculado por agrupamento CAE_ESTR e EPS_ESTR a partir da percentagem detectada nas respostas, mediante a expressão seguinte, com arredondamento para o inteiro imediatamente superior:

Imputações com GPA = Não resposta (Respostas com actividade/Respostas obtidas)

A cada empresa não respondente, cujo quesito deve ser imputado, os valores a imputar são dados pelo produto do respectivo quesito *per capita* do agrupamento considerado a que a mesma pertence, pelo seu pessoal ao serviço, ou seja, *quesito a imputar = quesito por capita x NPS inicial*

sendo,

$$\text{quesito per capita} = \frac{\sum_{\text{resp}} \text{quesito}}{\sum_{\text{resp}} \text{NPS}}$$

em que,

$\sum_{\text{resp}} \text{quesito}$ é a soma do quesito em causa referente às respostas obtidas, por agrupamento CAE_ESTR e EPS_ESTR

$\sum_{\text{resp}} \text{NPS}$ representa o número de pessoas ao serviço das empresas que responderam, por agrupamento CAE_ESTR e EPS_ESTR

A distribuição das imputações pelos 7 domínios de GPA considerados para apuramento, foi calculada através da expressão, arredondada por excesso:

Imputações por domínio D = Imputações com GPA (Resp. domínio D/Resp. com actividade)

Para o efeito, foram gerados 7 números aleatórios, tendo a selecção das empresas sido feita por de forma independente para cada um dos 7 domínios. O modo de selecção das empresas foi efectuada em moldes idênticos aos referidos no ponto 3.

Nas agregações em que o número de empresas a imputar era superior ao número máximo das imputações por domínio, introduziu-se uma variante para garantir que fosse seleccionado exactamente o número calculado de empresas a imputar, com actividade de GPA. Nestes casos, foram gerados apenas 6 números aleatórios, tendo-se optado por coordenar negativamente a selecção dos dois domínios com maior número de imputações a efectuar. O primeiro aleatório gerado $u1$ foi atribuído para a selecção das empresas às quais seria imputado o domínio mais frequente nas respostas obtidas, e para seleccionar as empresas a imputar com o domínio de frequência imediatamente a seguir utilizou-se o aleatório $u2 = 1 - u1$.

No final, obteve-se em cada agrupamento por CAE_ESTR e EPS_ESTR a distribuição pretendida pelos 7 domínios.

As respostas obtidas conjuntamente com as respostas imputadas foram extrapoladas em cada um dos 619 estratos, definidos inicialmente pelo cruzamento das variáveis CAE_ESTR, EPS_ESTR e NUT2_ESTR, utilizando como coeficiente de extrapolação o quociente entre a dimensão do universo e a dimensão da amostra seleccionada.

Foi criada uma variável para identificar na base de dados os registos que foram imputados.

3.1.1.4. Entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de águas residuais

À semelhança da edição do ano anterior, o INE continua a utilizar fontes administrativas no que respeita a dados económico-financeiros e de caracterização física e de funcionamento sobre os sistemas urbanos de abastecimento público de água e de drenagem e tratamento de águas residuais. Neste capítulo divulgam-se os dados definitivos de 2008 e os dados provisórios de 2009 do Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais (INSAAR). Dado o número de entidades gestoras participantes no INSAAR ser variável de ano para ano não se apresentam quadros com dados de evolução temporal.

3.1.1.4.1. Dados de caracterização económica e financeira

A Campanha INSAAR 2010, dados de 2009, obteve uma taxa de participação por parte das entidades gestoras de 82%, o que se traduz numa subida de 4 pontos percentuais em relação a 2009. Em termos globais, a taxa de preenchimento das entidades participantes foi de 77%. Estes resultados reflectem uma maior adesão por parte das entidades gestoras, e consequentemente um maior universo de entidades com dados para a presente campanha. Persiste, contudo a dificuldade por parte das entidades em desagregar e afectar a informação disponível pelos diferentes serviços, sectores e rubricas. Esta situação reflecte o facto de 49% das entidades que preencheram o campo relativo a contabilização de custos, afirmarem que esta ainda não é aplicada.

A informação apresentada está repartida, de acordo com a natureza do serviço prestado pelas entidades gestoras: abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais. Para evitar duplicação de dados, não foram considerados os custos nem os proveitos com a compra/venda de água a outras entidades gestoras, na medida em que já foram indirectamente incluídos nos custos/proveitos das entidades que vendem/compram água a outras entidades gestoras. O mesmo critério foi aplicado para a recepção e descarga de águas residuais.

O tratamento de não resposta foi aplicado às variáveis “Custos” e “Proveitos” e correspondeu à imputação dos dados do ano anterior aos não respondentes da presente edição. No que se refere à variável “Investimentos”, não foi aplicada qualquer tratamento de não resposta, dado à natureza inconstante desta variável.

Para mais informações e detalhes consulte a área do website do INAG que disponibiliza toda a informação sobre a operação INSAAR [<http://insaar.inag.pt/>].

No quadro 2 apresenta-se o número de entidades gestoras contactadas e a contagem dos participantes na edição do INSAAR 2010.

Quadro 5 - Participação das entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e águas residuais no que respeita a elementos de caracterização económico-financeira em 2009

Unidade: Número de entidades gestoras

Tipo de serviço	Abastecimento de água		Drenagem e tratamento de águas residuais	
	Entidades gestoras existentes	Entidades gestoras que remeteram ou preencheram dados	Entidades gestoras existentes	Entidades gestoras que remeteram ou preencheram dados
Natureza da entidade gestora				
Total	327	267	324	261
Associação de municípios	3	3	1	1
Associação de utilizadores	0	0	1	1
Empresa intermunicipal	2	2	2	2
Empresa municipal (a)	18	17	18	17
Empresa privada (b)	23	22	21	20
Empresa pública ou de capitais públicos (c)	20	19	18	17
Entidade empresarial municipal	4	4	3	3
Município (d)	231	175	238	179
Serviços municipalizados (e)	26	25	22	21

Entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água que não participaram no INSAAR 2009:

(a) Praia Ambiente, E.M.

(b) Águas de Alenquer, S.A.

(c) IGA - Investimentos e Gestão da Água, S.A.

(d) Municípios: Aljezur, Almeida, Almeirim, Alpiarça, Armamar, Arouca, Arruda dos Vinhos, Avis, Baião, Bombarral, Bragança, Cabeceiras de Basto, Calheta (Açores), Campo Maior, Castanheira de Pêra, Estremoz, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Freixo de Espada-à-Cinta, Fronteira, Golegã, Lourinhã, Macedo de Cavaleiros, Marvão, Melgaço, Miranda do Corvo, Moimenta da Beira, Montalegre, Moura, Murça, Nelas, Olhão, Oliveira de Frades, Penacova, Penela, Peso da Régua, Ponte de Sôr, Povoação, Redondo, Resende, Ribeira Brava, Sabrosa, Santa Cruz das Flores, Serpa, Sertã, Silves, Sousel, Tabuaço, Terras de Bouro, Vagos, Valpaços, Velas, Viana do Alentejo, Vila Nova de Paiva, Vimioso e Vinhais.

(e) Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Albergaria-a-Velha.

Entidades gestoras de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais que não participaram no INSAAR 2009:

(a) Praia Ambiente, E.M.

(b) Águas de Alenquer, S.A.

(c) IGA - Investimentos e Gestão da Água, S.A.

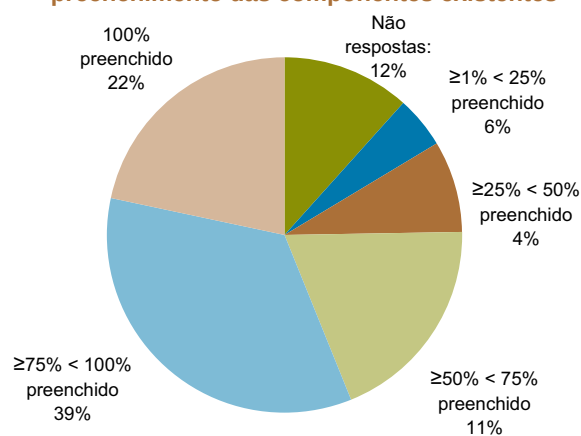
(d) Municípios: Aljezur, Almeida, Almeirim, Alpiarça, Armamar, Arouca, Arruda dos Vinhos, Avis, Baião, Bombarral, Bragança, Cabeceiras de Basto, Calheta (Açores), Campo Maior, Castanheira de Pêra, Estremoz, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Freixo de Espada-à-Cinta, Fronteira, Golegã, Lisboa, Lourinhã, Macedo de Cavaleiros, Marvão, Melgaço, Miranda do Corvo, Mirandela, Moimenta da Beira, Montalegre, Moura, Murça, Nelas, Olhão, Oliveira de Frades, Ourém, Penacova, Penela, Peso da Régua, Ponte de Sôr, Povoação, Redondo, Resende, Ribeira Brava, Sabrosa, Santa Cruz das Flores, Serpa, Sertã, Silves, Sousel, Tabuaço, Terras de Bouro, Vagos, Valpaços, Velas, Viana do Alentejo, Vila Nova de Paiva, Vimioso e Vinhais.

(e) Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Albergaria-a-Velha.

3.1.1.4.2. Dados de caracterização física e de funcionamento

A informação disponibilizada na presente publicação inclui dados definitivos e revistos de 2008 e dados provisórios de 2009, e dizem respeito às principais componentes dos sistemas públicos urbanos de Abastecimento de Água e de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais.

Gráfico 2 - INSAAR - Vertente Física e de Funcionamento
Taxa de não respostas e respostas por níveis de preenchimento das componentes existentes



No gráfico adiante apresenta-se a proporção de respostas e de nível de preenchimento das componentes existentes e associadas às respectivas entidades gestoras que no âmbito da vertente física e de funcionamento, foram alvo de inquirição, expressando o nível de participação. Salientando-se uma taxa de não resposta de 12%, que corresponde a entidades que não participaram (não preenchendo qualquer elemento correspondendo a não respostas) e outras entidades que embora participando não procederam ao preenchimento exaustivo das componentes sob gestão e operação das mesmas. Não obstante, verifica-se que mais 60% das entidades gestoras atingiu níveis de preenchimento muito satisfatórios, verificando-se que procederam ao preenchimento completo de dados sobre mais de 75% das componentes respectivas.

À semelhança do sucedido para o ano de 2008, cerca de 1/5 das entidades preencheu na totalidade as respectivas componentes.

Quadro 6 - Número de empresas e respostas obtidas por sectores de actividade

Actividades económicas (CAE Rev. 2.1)	Número total de empresas (a)			Número de respostas (b)			Taxa de resposta por sector (%)		
	2009	2008	2007	2009	2008	2007	2009	2008	2007
Total	67 577	64 089	55 100	20 383	19 536	17 077	30	30	31
Agricultura e Florestas	1 163	1 084	1 080	308	310	303	26	29	28
Pesca e Aquicultura	363	349	350	18	24	23	7	7	7
Indústrias Extractivas	338	342	354	261	259	247	77	76	70
Alimentares, Bebidas e Tabaco	2 350	2 240	2 180	1 009	1 019	908	43	45	42
Têxteis e Peles	4 881	4 803	4 940	1 951	1 996	1 780	40	42	36
Madeira e Cortiça	861	872	883	511	549	519	59	63	59
Pasta, Papel, Cartão e Impressão	718	707	708	621	612	580	86	87	82
Petróíferas	2	1	3	1	1	2	50	100	67
Químicas, Borracha e Plásticos	786	795	791	662	660	646	84	83	82
Minerais Não Metálicos	1 069	1 103	1 127	763	740	695	71	67	62
Metalúrgicas de Base e Outros Produtos Metálicos	2 162	2 098	2 064	1 770	1 720	1 565	82	82	76
Equipamento Eléctrico, Electrónico e de Transporte	1 085	1 148	1 143	832	901	830	77	78	73
Mobiliário e Outras Indústrias, Instalação e Manutenção de Equipamentos	1 644	1 539	1 541	956	872	777	58	57	50
Energia	56	54	52	38	37	28	68	69	54
Distribuição de Água e Saneamento	135	125	113	103	104	81	76	83	72
Gestão de Resíduos	951	713	742	377	337	251	40	47	34
Construção	10 709	10 023	9 958	1 977	1 836	1 527	18	18	15
Comércio e Serviços	36 773	34 727	25 454	7 936	7 353	6 138	22	21	24
Comércio por Grosso de Desperdícios e Sucatas	1 531	1 366	1 617	289	206	177	19	15	11

(a) Origem de dados: Número total de empresas activas registadas no FUE do INE pertencentes ao universo considerado.

(b) Origem de dados: Inclui respostas imputadas e respostas reais segundo entidades que registaram dados no SIRAPA.

Para mais informações e detalhes consulte a área do website do INAG que disponibiliza toda a informação sobre a operação INSAAR [<http://insaar.inag.pt/>].

3.1.1.5. Instituições Sem Fins Lucrativos

As ISFL da Administração Central e Local são constituídas por organismos dotados de personalidade jurídica, que exercem actividades não mercantis e cujos recursos provêm, na sua maioria, dos financiamentos do Estado, dos órgãos regionais ou dos municípios.

As instituições que desempenham papel activo na gestão e protecção do ambiente, foram classificadas em “Associações e outras Entidades de Bombeiros” e em “Organizações Não Governamentais de Ambiente”.

Associações e outras Entidades de Bombeiros

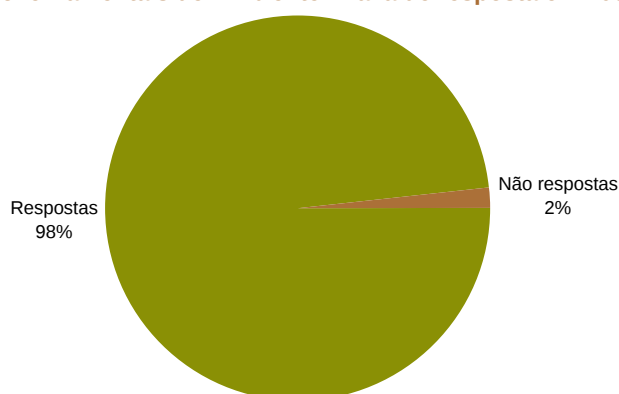
Dadas as actividades desenvolvidas por estas instituições na gestão e protecção do ambiente, cujo papel de combate aos fogos florestais é de importância vital para a conservação e protecção da natureza e das espécies, afigurou-se indispensável recolher directamente informação sobre as mesmas. À semelhança da edição anterior, o INE continua a utilizar dados de fonte administrativa proveniente da Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), entidade responsável pela criação e manutenção do Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses. Uma vez que as atribuições da ANPC se restringem às associações humanitárias de bombeiros e respectivos corpos de bombeiros do território continental, o INE realizou, em simultâneo, um inquérito junto dos corpos de bombeiros municipais e privativos do Continente com base no ficheiro cedido pela ANPC, e das regiões autónomas, para recolha de dados físicos e financeiros relativos às actividades desenvolvidas.

A taxa de resposta obtida na edição de 2009 por via postal foi de 100%, valor idêntico à componente física da via administrativa enquanto a da componente financeira situou-se nos 76%.

Para os dados financeiros o tratamento de não resposta correspondeu à imputação do índice de preços no consumidor de 2009 aos não respondentes da presente edição face aos respondentes do ano de 2008.

Organizações Não Governamentais de Ambiente

Gráfico 3 - Inquérito às Organizações Não Governamentais de Ambiente - Taxa de resposta em 2009



Tendo em conta as actividades desenvolvidas pelas Organizações Não Governamentais de Ambiente, através de acções de sensibilização e de esclarecimento junto das populações, tornou-se necessário recolher directamente essa informação. Assim, com base no ficheiro cedido pela Agência Portuguesa do Ambiente, responsável pela organização do Registo Nacional das ONGA, realizou-se, um inquérito junto a estas organizações.

A taxa de resposta obtida na edição de 2009 foi de 98%.

Tratamento de não resposta: para colmatar a ausência de resposta das organizações inquiridas foi efectuada imputação. À partida o número de pessoas ao serviço (NPS) nas organizações tem influência no desenvolvimento de actividades ambientais. Tendo em consideração esta situação procedeu-se à estratificação dos dados por NPS. A variável NPS foi analisada para a criação de escalões, dando origem a 6 estratos homogéneos.

A imputação de não respostas é feita apenas para as organizações não respondentes do ano n (ano de referência) e é feita variável a variável, apenas quando existe informação recolhida para o ano $(n-1)$.

Tratamento de não respostas para os dados físicos, com excepção das actividades desenvolvidas:

- Os dados do ano n são imputados pelos valores recolhidos para o ano $(n-1)$.

Tratamento de não respostas para os dados financeiros e dados físicos referentes às actividades desenvolvidas:

- Inicialmente é feita uma organização dos dados pelos 6 escalões do NPS que constituem os estratos para efeitos de imputação:

- (1) 0 a 4 pessoas ao serviço;
- (2) 5 a 9 pessoas ao serviço;
- (3) 10 a 14 pessoas ao serviço;
- (4) 15 a 19 pessoas ao serviço;
- (5) 20 a 49 pessoas ao serviço;
- (6) 50 ou mais pessoas ao serviço.

- Havendo informação do valor médio do estrato nos anos $(n-1)$ e n e do valor recolhido para o ano $(n-1)$, aplica-se a tendência do estrato. Com efeito,

$$v_{ij}^n = v_{ij}^{n-1} \times \frac{\overline{v_{jk}^n}}{\overline{v_{jk}^{n-1}}},$$

onde,

v_{ij}^n - valor a ser imputado da variável de ordem j na organização i no ano n ;

v_{ij}^{n-1} - valor da variável de ordem j na organização i no ano $(n-1)$;

$\overline{v_{jk}^n}$ - valor médio da variável de ordem j no estrato k no ano n ;

$\overline{v_{jk}^{n-1}}$ - valor médio da variável de ordem j no estrato k no ano $(n-1)$;

n - ano de referência dos dados;

$n-1$ - ano anterior ao ano de referência dos dados.

- Se o valor médio do estrato não existir ou for nulo, para pelo menos um dos anos, opta-se por considerar o rácio da tendência calculado para a totalidade das organizações (sem divisão por estrato). Com efeito,

$$\frac{v_{ij}^n}{\overline{v_{jk}^{n-1}}} = v_{ij}^{n-1} \times \frac{\overline{v_j^n}}{\overline{v_j^{n-1}}},$$

onde,

v_{ij}^n - valor a ser imputado da variável de ordem j na organização i no ano n ;

v_{ij}^{n-1} - valor da variável de ordem j na organização i no ano $(n-1)$;

$\overline{v_{jk}^n}$ - valor médio da variável de ordem j no estrato k no ano n ;

$\overline{v_{jk}^{n-1}}$ - valor médio da variável de ordem j no estrato k no ano $(n-1)$;

n - ano de referência dos dados;

$n-1$ - ano anterior ao ano de referência dos dados.

Este tipo de tratamento de não respostas não se aplica para o primeiro ano de inquirição.

3.1.3. Estatísticas dos Resíduos Urbanos

Os dados reportados foram disponibilizados pela APA e resultam da informação reportada pelas entidades gestoras de sistemas de gestão de resíduos urbanos no sistema SIRAPA. A informação de resíduos remetidos para aterro não inclui dados de resíduos recolhidos selectivamente em circuitos especiais que tiveram tal equipamento como destino. Os resíduos urbanos contabilizados como submetidos a valorização orgânica inclui dados de recolha indiferenciada e de recolha selectiva.

3.1.4. Estatísticas dos Resíduos Sectoriais

A informação disponibilizada obedece aos termos definidos pelo regulamento das estatísticas dos resíduos (Regulamento (CE) 2150/2002 do Parlamento Europeu e do CONSELHO) recorrendo para o efeito à informação de natureza administrativa recolhida pela APA, através do SIRAPA, sobre as unidades produtoras de resíduos.

O actual sistema SIRAPA traduz-se na migração para a plataforma internet, da recolha de dados que era efectuada por correio convencional e em suporte de papel pelo antigo Mapa de Registo de Resíduos Industriais instituído no final da década de 90 (Portaria n.º 792/98, de 22 de Setembro). Este MRRI consistia num instrumento de recolha de dados sobre resíduos que visava segundo, as autoridades políticas com competências no domínio da gestão de resíduos:

“O conhecimento da origem, das características e das operações a que são submetidos os resíduos constitui uma condição necessária para efectuar o diagnóstico dos actuais sistemas de gestão. Com base neste diagnóstico será possível planificar as alterações a efectuar e a criação de novos sistemas, atendendo sempre, prioritariamente, às potencialidades de prevenção da produção e da nocividade dos resíduos”.

A informação utilizada refere-se apenas às unidades que reportaram dados no SIRAPA e que reuniam características para inclusão no universo de referência, de definição de âmbito das estatísticas dos resíduos.

As unidades do universo foram estratificadas de acordo com a natureza da actividade económica, a situação geográfica da sede (NUT I) e a dimensão segundo o número de pessoas ao serviço.

Considerou-se em universo e de modo exaustivo, os seguintes agrupamentos de unidades legais activas do Ficheiro de Unidades Estatísticas do INE, segundo a dimensão por pessoas ao serviço e pertencendo aos sectores económicos da CAE Rev. 3, enumerados adiante:

Agrupamento (1): Conjunto de unidades com 0 ou mais pessoas ao serviço (abrangendo essencialmente operadores de gestão de resíduos) pertencendo aos seguintes sectores económicos:

Divisão 38	Recolha, tratamento e eliminação de resíduos; valorização de materiais;
Divisão 39	Descontaminação e actividades similares;
Classe 4677	Comércio por grosso de desperdícios e sucata;

Agrupamento (2): Conjunto de unidades com 10 ou mais pessoas ao serviço (abrangendo essencialmente produtores de resíduos com actividade industrial e produtores de resíduos hospitalares) pertencendo aos seguintes sectores económicos:

Secção B	Indústria extractiva;
Secção C	Indústria transformadora;
Secção D	Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio;
Secção E	Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e actividades de despoluição (excepto Divisão 38 e 39);
Grupo 562	Actividades de catering;
Subclasse 84121	Administração Pública Actividades de saúde;
Divisão 86	Actividades de saúde humana;
Grupo 871	Cuidados continuados integrados com alojamento;
Grupo 872	Cuidados para pessoas com doenças do foro mental e abuso de drogas com alojamento;

Agrupamento (3): Conjunto de unidades com 10 ou mais pessoas ao serviço (abrangendo essencialmente produtores de resíduos de actividades agrícolas, pescas, comércio e serviços) pertencendo aos seguintes sectores económicos:

Secção A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca;
Secção F	Construção;
Secção G	Comércio por grosso e a retalho (excepto Classe 4677 Comércio por grosso de desperdícios e sucata);
Secção H	Transportes e armazenagem;
Secção I	Alojamento, restauração e similares (excepto Grupo 562 Actividades de catering)
Secção J	Actividades de informação e de comunicação
Secção K	Actividades financeiras e de seguros
Secção L	Actividades imobiliárias
Secção M	Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (Divisão 75 actividades veterinárias)
Secção N	Actividades administrativas e dos serviços de apoio
Secção O	Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória (excepto Subclasse 84121 administração pública - actividades de saúde)
Secção P	Educação

Divisão 87	Actividades de apoio social com alojamento (excepto Grupo 871 cuidados continuados integrados e Grupo 872 estabelecimentos para doenças do foro mental e do abuso de drogas)
Divisão 88	Actividades de apoio social sem alojamento
Secção R	Actividades artísticas e de espectáculo, desportivas e recreativas
Secção S	Outras actividades de serviços
Secção T	Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e actividades de produção das famílias para uso próprio
Secção U	Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais

Após imputação de não respostas segundo o método de **Vizinho Mais Próximo**, o estimador para cada variável x_i no estrato h será obtido através da fórmula seguinte:

$$\hat{X}_i = \frac{N_h}{n_h} \times \sum x_{i,h}$$

onde N_h corresponde ao número de unidades no universo do estrato h e n_h ao número de unidades estatísticas na amostra para o mesmo estrato.

O estimador do total da variável x_i , no conjunto dos estratos, é obtido por:

$$\hat{X}_i = \sum_h \hat{X}_{i,h}$$

$$\hat{X}_i$$

onde corresponde ao estimador da variável x_i nos estratos h agregados.

A estimação é realizada em software SAS.

Nos estratos exaustivos as estimativas dos totais obtêm-se por agregação dos valores de produção de resíduos individuais.

3.1.5. Estatísticas do Movimento Transfronteiriço de Resíduos

Os quantitativos apresentados são dados administrativos registados, resultantes dos procedimentos legais e administrativos de notificação para controlo de transferências de resíduos, podendo não reflectir a quantidade real das transferências de resíduos.

As transferências de resíduos da lista verde não estão contabilizadas para os anos de 2007 e 2009, uma vez que, de acordo com o Regulamento (CEE) n.º 259/93 do Conselho, de 1 de Fevereiro, não era obrigatória a apresentação do Anexo VII da Convenção de Basileia para as transferências desses resíduos. Só com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 45/2008, transpondo a jurisprudência do Regulamento (CE) n.º 1013/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Junho, começou a ser obrigatória a apresentação do Anexo VII da Convenção de Basileia nas transferências de resíduos da lista verde.

O termo “exportação” utiliza-se apenas para facilidade de interpretação global, tratando-se na realidade de transferências de resíduos para países comunitários e exportação para países terceiros, conforme definido na legislação de referência (Regulamento (CE) n.º 1013/2006). Nos anos 2007, 2008 e 2009 não houve “importação” de resíduos para Portugal.

3.2. CONCEITOS

Abastecimento de água: um sistema de abastecimento de água é um conjunto coerente de órgãos interligados que, no seu todo, tem como função fornecer água para consumo humano, em quantidade e qualidade adequadas. Considera-se “quantidade e qualidade adequadas” aquelas que satisfazem as exigências quantitativas e qualitativas que são estabelecidas na normativa local e na legislação nacional aplicável. Na sua forma completa, um sistema de abastecimento de água é composto pelos seguintes órgãos: captação, estação elevatória, adutora, reservatório, rede de distribuição.

Actividade característica: considera-se qualquer actividade, principal ou secundária, das unidades de produção especializadas na gestão e protecção do ambiente, ou actividade auxiliar de actividades consideradas principais ou secundárias, não ligadas à protecção do ambiente. Compreende as modificações integradas empreendidas, cujo principal objectivo é a gestão e protecção do ambiente. Os produtos das actividades características, são chamados “serviços característicos”. Segundo a “Classificação Estatística de Actividades e de Despesas de Protecção do Ambiente”, repartem-se por nove domínios.

Actividades de gestão e protecção do ambiente: qualquer actividade que vise manter ou restabelecer, pela prevenção, a limpeza do meio ambiente. Incluem-se, igualmente, as actividades visando a conservação das espécies selvagens e do seu “habitat”, a conservação dos “sítios”, assim como as actividades de investigação e desenvolvimento, de controle e análise das condições ecológicas.

Actividade principal: entende-se por actividade principal a de maior importância, medida pelo valor a preços de venda dos produtos vendidos ou produzidos ou dos serviços prestados no período de referência. Na impossibilidade da determinação do maior volume de vendas das actividades exercidas, considera-se como principal a que ocupa com carácter de permanência o maior número de pessoas ao serviço.

Actividade secundária: actividade exercida pela empresa ou estabelecimento para além da actividade principal.

Adequabilidade do tratamento face à qualidade da água bruta: consoante a sua qualidade, as águas superficiais destinadas à produção de água para consumo humano, são classificadas nas categorias A1, A2 e A3, de acordo com as normas de qualidade fixadas no Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de Agosto. A cada categoria corresponde um esquema de tratamento distinto, de forma a tornar as águas superficiais aptas para consumo humano (Classe A1 – tratamento físico e desinfecção; Classe A2 – tratamento físico, químico e desinfecção; Classe A3 – tratamento físico, químico de afinação e desinfecção)

Águas residuais: são águas usadas e que podem conter quantidades importantes de produtos em suspensão ou dissolvidos, com acção perniciosa para o ambiente. Não são consideradas as águas de arrefecimento.

Águas residuais tratadas: apenas se considera águas residuais tratadas aquelas cujo tratamento é efectuado nas ETAR e nas fossas sépticas municipais.

Aterro: instalação de eliminação para a deposição de resíduos acima ou abaixo da superfície natural (isto é, deposição subterrânea), incluindo: - as instalações de eliminação internas (isto é, os aterros onde o produtor de resíduos efectua a sua própria eliminação de resíduos no local da produção), - uma instalação permanente (isto é, por um período superior a um ano) usada para armazenagem temporária, mas excluindo:

- instalações onde são descarregados resíduos com o objectivo de os preparar para serem transportados para outro local de valorização, tratamento ou eliminação;
- a armazenagem de resíduos previamente à sua valorização ou de tratamento por um período geralmente inferior a três anos;
- a armazenagem de resíduos previamente à sua eliminação por um período inferior a um ano.

Bacharelato: curso de 3 anos, comprovativo de uma formação científica, académica e cultural adequada ao exercício de determinadas actividades profissionais, conducente ao grau de bacharel.

Caudais captados: quantidade de água obtida através dos pontos de captação de águas superficiais ou subterrâneas efectivamente utilizados. O caudal de exploração considerado deve ser o caudal máximo que em cada momento garanta as boas condições de funcionamento dos equipamentos e a disponibilidade continuada dos recursos hídricos onde se processa a captação.

Compostagem: processo de reciclagem onde se dá a degradação biológica, aeróbica ou anaeróbica, de resíduos orgânicos, de modo a proceder à sua estabilização, produzindo uma substância húmida, utilizável em algumas circunstâncias como um condicionador do solo.

Custos directos de exploração e gestão: custos com a operação e manutenção das infra-estruturas associadas aos serviços de abastecimento de água ou de drenagem e tratamento de águas residuais, incluindo ainda custos com facturação, leitura de contadores, atendimento ao cliente, contribuições e taxas, entre outros. Não se incluem nos custos directos de exploração e gestão custos com amortizações e reintegrações de infra-estruturas ou custos com a aquisição de água a outras entidades gestoras/descarga de águas residuais em outras entidades gestoras.

Custos gerais: custos não imputáveis directamente aos serviços de abastecimento de água ou de drenagem e tratamento de águas residuais associados, nomeadamente, a órgãos de gestão ou departamentos administrativos e financeiros, incluindo custos com telefones, gastos de secretaria, pessoal, limpeza, amortizações de equipamentos, edifícios ou automóveis, entre outros.

Despesa consolidada: despesa efectuada no sector, sendo eliminados os fluxos entre as diversas unidades componentes do mesmo sector institucional.

Destino final dos resíduos: fase última da sequência de operações (meios e/ou processos) de eliminação e/ou valorização dos resíduos, pela qual se considera que os resíduos sujeitos a um dado tratamento atingiram um grau de nocividade o mais reduzido possível, ou mesmo nulo. Nos casos em que um resíduo é sujeito a operações de eliminação e valorização em simultâneo, deve ser especificado em termos relativos, as quantidades submetidas a cada tipo de operação.

Doutoramento: processo conducente ao grau de doutor realizado numa instituição de ensino superior universitário no âmbito de um ramo do conhecimento. Consiste na elaboração de uma tese de investigação inovadora e original, contribuindo para o progresso do conhecimento, podendo envolver a prestação de provas complementares quando a regulamentação aplicável o impuser.

Drenagem de águas residuais: entende-se por sistema de drenagem de águas residuais um sistema constituído por um conjunto de órgãos cuja função é a colecta das águas residuais e o seu encaminhamento e, por vezes, tratamento em dispositivo adequado, de forma a que a sua deposição no meio receptor (solo ou água), não altere as condições ambientais existentes para além dos valores estabelecidos como admissíveis na normativa local e na legislação nacional aplicável. Deste modo, na sua forma completa, um sistema de drenagem de águas residuais é constituído pelos seguintes órgãos principais: rede de drenagem, emissário, estação elevatória, interceptor, estação de tratamento e emissário final.

Eliminação de resíduos: qualquer operação que visa dar um destino final adequado aos resíduos nos termos previstos na legislação em vigor (ver em nomenclaturas listagem de operações de eliminação conforme consta no Decreto-Lei 178/2006 de 5 de Setembro D.R. Série I N.º 171 de 5 de Setembro).

Empresa: entidade jurídica (pessoa singular e colectiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afectação dos seus recursos correntes. Uma empresa exerce uma ou várias actividades, num ou vários locais.

Ensino básico: nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, com a duração de nove anos, cujo programa visa assegurar uma preparação geral comum a todos os indivíduos, permitindo o prosseguimento posterior de estudos ou a inserção do aluno em esquemas orientados para a vida activa. Compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1º de quatro anos, o 2º de dois anos e o 3º de três anos. É universal, obrigatório e gratuito.

Ensino secundário: nível de educação escolar que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos predominantemente orientados para a vida activa – Cursos tecnológicos. Ambos os tipos de cursos têm a duração de três anos, correspondentes ao 10, 11º e 12º anos de escolaridade.

Ensino Superior: ensino que compreende as universidades, as escolas universitárias não integradas, os institutos politécnicos e as escolas superiores politécnicas não integradas. Nível de ensino que compreende o ensino universitário e o ensino politécnico ao qual têm acesso indivíduos habilitados com um curso do ensino secundário, ou equivalente, que, façam prova de capacidade para a sua frequência, bem como os indivíduos maiores de 25 anos que, não estando habilitados com um curso do ensino secundário ou equivalente, e não sendo titulares de um curso do ensino superior, façam prova, especialmente adequada, para a sua frequência.

Entidade gestora: entidade responsável pela exploração e funcionamento, e eventualmente também pela concepção, construção e manutenção, dos sistemas de abastecimento público de água, dos sistemas de águas residuais e/ou dos sistemas de resíduos urbanos, ou de parte destes sistemas (Decreto-Lei nº 236/98, de 1 de Agosto).

Equipamento e instalações fim-de-linha: instalações específicas e/ou equipamentos, ou partes distintas de maquinaria, funcionando no término do processo de produção, destinadas a tratar, prevenir (evitar), reduzir ou medir a poluição.

Estação de tratamento de água (ETA): conjunto de equipamentos que garante à água condições de qualidade que permita a sua utilização para abastecimento público (água potável).

Estação de tratamento de águas residuais (ETAR): instalação que permita a reciclagem e a reutilização das águas residuais de acordo com parâmetros ambientais aplicáveis ou outras normas de qualidade. São os locais onde se sujeita as águas residuais a processos que as tornam aptas, de acordo com as normas de qualidade em vigor ou outras aplicáveis, para fins de reciclagem ou reutilização.

Fossa séptica: bacia de sedimentação primária de esgotos que, em áreas onde não existem sistemas de drenagem e estações de tratamento das águas residuais, evitam a contaminação das fontes de abastecimento de água e salvaguardam a higiene pública.

Gestão da Poluição: Actividades de prevenção, medição, redução, eliminação, correcção dos efeitos da poluição e de qualquer outro dano ao ambiente, nomeadamente à atmosfera, solos, rios assim como problemas associados à gestão dos resíduos, poluição sonora e ameaças aos ecossistemas. Notas: Excluem-se medidas tomadas por razões de higiene e segurança dos locais de trabalho ou as que visam o aumento da eficiência (por exemplo a redução de matérias-primas) ou rentabilidade da produção e melhoria da qualidade dos produtos e/ou serviços.

Gestão dos Recursos: Gestão de recursos de modo sustentável como a conservação de recursos naturais que estão sujeitos a esgotamento pelo consumo humano, visando a limitação ou minimização do seu uso. Notas: Refere-se ao aproveitamento da energia renovável, poupança de energia, gestão da água potável, entre outras actividades.

Fabricação de bens de equipamento: Compreende o fabrico de bens de equipamento, que se destinam em regra, a uma utilização prolongada no tempo, e que constituem imobilizados corpóreos adquiridos por outras empresas, organismos públicos, famílias, etc. São equipamentos que no decurso da sua utilização concorrem para um fim de protecção do ambiente, como por exemplo filtros para o tratamento de emissões para a atmosfera, estações de tratamento de águas residuais, equipamentos para triagem e redução de resíduos sólidos, etc.

Fabricação de produtos: Considera-se o fabrico de produtos que sejam utilizados e consumidos no decurso de actividades de protecção ambiental, como por exemplo, agentes químicos e biológicos aplicados no tratamento de águas residuais e/ou de resíduos sólidos.

Incineração: tratamento térmico de resíduos no qual a energia de matérias combustadas é transformada em energia térmica. Os compostos combustíveis são transformados em gases de combustão que se libertam na forma de gases de chaminé. A matéria inorgânica não combustível mantém-se na forma de escórias ou cinzas volantes.

Inquérito exaustivo: são inquiridas a totalidade das unidades estatísticas de um dado universo.

Instalação, montagem e/ou comércio de equipamentos ou produtos concebidos para acções de protecção ambiental: Compreende as actividades de construção e instalação de equipamentos aplicados em actividades de protecção ambiental, designadamente: construção e instalação de estações de tratamento de águas residuais, estações de transferência de resíduos e aterros, centrais para aproveitamento de energias renováveis, etc. Compreende ainda actividades de comércio de equipamentos e produtos aplicados em acções de protecção do ambiente, como por exemplo, agentes químicos e biológicos para o tratamento de águas residuais, emissões atmosféricas ou resíduos sólidos.

Investimentos: inclui as aquisições de imobilizado, assim como os trabalhos para a própria empresa que se traduzam num aumento efectivo do valor imobilizado (à excepção do IVA dedutível). Incluem-se os bens corpóreos, tais como terrenos, edifícios e novas construções, transformações e grandes reparações, aquisição de maquinaria, veículos, assim como os bens incorpóreos (software, patentes, etc.). Não são deduzidas as ajudas ao investimento. No caso das empresas, os investimentos classificam-se em equipamentos e instalações "Fim de linha" e "Tecnologias integradas".

Licenciatura: curso de 4 a 6 anos, comprovativo de uma sólida formação científica, técnica e cultural que permita o aprofundamento de conhecimentos numa determinada área do saber e de um adequado desempenho profissional, conducente ao grau de licenciado.

Mestrado: curso com a duração máxima de 4 semestres, compreendendo a frequência do curso de especialização e a apresentação de uma dissertação original, comprovativo de um nível aprofundado de conhecimentos numa área científica específica e a capacidade para a prática de investigação. Podem candidatar-se ao grau de mestre os indivíduos detentores do grau de licenciado com a classificação mínima de 14 valores ou, excepcionalmente, após apreciação curricular, licenciados com classificação inferior.

Número médio de pessoas ao serviço: somatório do pessoal ao serviço na última semana completa de cada mês de actividade, a dividir pelo número de meses de actividade da instituição.

Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA): são as associações dotadas de personalidade jurídica e constituídas nos termos da lei geral que não prossigam fins lucrativos, para si ou para os seus associados, e visem, exclusivamente, a defesa e valorização do ambiente ou do património natural e construído, bem como a conservação da Natureza.

Origem subterrânea: são as águas obtidas em nascentes, galerias de minas, poços ou furos, ou seja, águas retidas, e que podem ser recuperadas, através de uma formação geológica. Todos os depósitos de água permanentes e temporários recarregados natural ou artificialmente no subsolo, tendo qualidade suficiente para garantir pelo menos uma utilização sazonal. Esta categoria inclui as camadas freáticas, bem como as camadas profundas sob pressão ou não, contidas em solos porosos ou fracturados. A água subterrânea inclui água injectada, nascentes, concentradas ou difusas, que podem estar submersas. Excluem-se os bancos de filtração (cobertos por águas de superfície).

Origem superficial: são as águas obtidas da água que escorre, ou estagna, à superfície do solo: em cursos de água naturais, tais como rios, ribeiros, regatos, etc., e cursos de água artificiais tais como canais para rega, uso industrial, navegação, sistemas de drenagem, aluviões (águas sub-superficiais) e reservatórios naturais e artificiais. Exclui-se a água do mar, massas de águas estagnadas permanentes, naturais e artificiais e, as águas das zonas de transição, tais como pântanos salobros, lagoas e estuários.

Outros custos e perdas: do total dos custos e perdas, inclui apenas os que estão directa ou indirectamente ligados aos investimentos, cujo principal objectivo seja a gestão e protecção do ambiente. Inclui: custos com o pessoal, fornecimentos e serviços externos (energia, materiais, manutenção, transporte, informação, seguros, etc., à excepção dos trabalhos especializados), produtos “verdes” e impostos (à excepção do IVA dedutível). Estão excluídas as amortizações e provisões do exercício, assim como, os custos e perdas financeiros.

Outros proveitos: proveitos resultantes da prestação de serviços associados ao abastecimento de água e à drenagem e tratamento de águas residuais não considerados nos proveitos do tarifário do serviço a sectores e nos proveitos resultantes do serviço entre entidades gestoras. Os serviços considerados são, nomeadamente, colocação, transferência e reaferição de medidores de caudal, vistorias e ensaios, limpeza de fossas sépticas individuais, juros de mora, entre outros.

Outros proveitos e ganhos: proveitos e ganhos não contabilizados nas outras rubricas e que resultam directamente das actividades de gestão e protecção do ambiente, nomeadamente os que decorrem da reutilização dos produtos resultantes do processo de produção. Os proveitos e ganhos devem ser estimados pelo valor da economia de custos, devido à utilização destes produtos. São incluídas, igualmente, as ajudas ao investimento concedidas pelo Estado e outros entes públicos ou outras entidades, no âmbito da implementação de medidas de gestão e protecção do ambiente.

Pessoal ao serviço: pessoas que no período de referência efectuaram qualquer trabalho remunerado de pelo menos uma hora para a instituição, independentemente do vínculo que tinham.

Pessoal não remunerado: indivíduos que exercem uma actividade na empresa/instituição e que, por não estarem vinculadas por um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, não recebem uma remuneração regular, em dinheiro e/ou géneros pelo tempo trabalhado ou trabalho fornecido.

Pessoal remunerado: indivíduos que exercem uma actividade na empresa/instituição nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, que lhes confere o direito a uma remuneração regular em dinheiro e/ou géneros. Inclui os trabalhadores de outras empresas que se encontram a trabalhar na empresa/instituição observada sendo por esta directamente remunerados, mas mantendo o vínculo à empresa/instituição de origem. Exclui os trabalhadores de outras empresas que se encontram a trabalhar na empresa/instituição observada, sendo remunerados pela empresa/instituição de origem e mantendo com ela o vínculo laboral.

Pessoas maioritariamente ocupadas com funções de ambiente: pessoas que se avalia em 50% ou mais do seu tempo de trabalho, estar ocupadas com a execução de actividades de gestão e protecção do ambiente.

Pessoas minoritária ou ocasionalmente ocupadas com funções de ambiente: pessoas que se avaliam em menos de 50% do seu tempo de trabalho, estar ocupadas com actividades de gestão e protecção do ambiente.

Prestação de serviços de protecção ambiental: refere-se apenas a serviços executados para outras empresas, no âmbito das actividades de gestão, redução e controlo de poluição (ex.: tratamento dos resíduos industriais produzidos por terceiros, tratados na própria empresa).

Produto adaptado: produtos adaptados a medidas de protecção ambiental, e que obedecem às duas premissas seguintes:

- por um lado, sejam produtos com um impacto menos poluente no decurso do seu consumo ou utilização, face a outros produtos de propósito equivalente, mas mais prejudiciais ao ambiente ou cujo efeito sobre o ambiente não é desprezável;
- por outro lado, o seu custo seja mais elevado do que o dos produtos normais equivalentes.

Produto conexo: são todos aqueles, que por natureza, servem um objectivo de protecção ambiental (exemplo: conversores catalíticos, fossas sépticas, produtos biológicos para fossas sépticas, contentores de desperdícios, condutas de escape, janelas redutoras de ruído, etc.).

Produtores especializados: unidades económicas que desenvolvem acções de protecção do ambiente como principal actividade.

Produtos “verdes”: produtos que, em fase de consumo corrente ou final, são menos poluentes, comparativamente a outros existentes no mercado, e que verifiquem um objectivo de protecção do ambiente (exemplo: gasolina s/chumbo, detergentes sem fosfatos, fuel com baixo teor de sulfurosos, óleo lubrificante biodegradável, etc.).

Proveitos do tarifário: proveitos resultantes da aplicação das componentes variável e fixa da estrutura tarifária.

Qualificação funcional dos recursos humanos: recursos humanos ao serviço da entidade gestora em 31 de Dezembro, segundo a hierarquia funcional utilizada no Balanço Social do Ministério do Trabalho e Solidariedade e em função do vínculo à entidade patronal. Para o enquadramento dos efectivos nos níveis de qualificação, foi utilizada a classificação estabelecida nos diplomas legais aplicáveis a cada entidade gestora. A imputação do número de funcionários por tipo de serviço é feita segundo os seguintes critérios:

- os funcionários que se dedicam a tarefas apenas sobre um tipo de sistema são imputados nesse tipo;
- os funcionários que executam tarefas sobre mais que um tipo de sistema ou contribuem para a gestão global da entidade gestora, quando ela tem responsabilidade de exploração de mais de um tipo de sistema, são imputados proporcionalmente ao tempo dedicado a cada um.

Inclui todos os trabalhadores ligados à empresa por um contrato de trabalho no período de referência e que auferem do estabelecimento uma remuneração base. Inclui os trabalhadores temporariamente ausentes no período de referência por férias, maternidade, conflito de trabalho, formação profissional, assim como doença e acidentes de trabalho de duração igual ou inferior a 1 mês. Exclui os trabalhadores a cumprir serviço militar, em regime de licença sem vencimento, em desempenho de funções públicas, ausentes por doença ou acidentes de trabalho de duração superior a 1 mês, pagos exclusivamente à comissão, colocados por empresas de trabalho temporário e ao abrigo de um contrato de aprendizagem.

Resíduo sectorial: resíduo produzido no exercício de actividades económicas com processos produtivos que geram resíduos diferentes dos resíduos gerados pelas famílias nas suas habitações. Compreende todos os resíduos não abrangidos pelo conceito de resíduo urbano tais como resíduos agrícolas, de construção e demolição, de actividades extractivas e mineiras, hospitalares e industriais.

Resíduo urbano: resíduo proveniente de habitações bem como outro resíduo que, pela sua natureza ou composição, é semelhante ao proveniente de habitações.

Sistema de gestão de resíduos urbanos: conjunto de equipamentos e operações associadas que são implementados com o objectivo de garantir um destino final adequado aos resíduos produzidos pela população de um ou mais aglomerados populacionais.

Em geral e na sua forma mais extensa, incluem-se as seguintes fases e componentes associadas: colocação de resíduos pelas famílias em contentores colocados nos arruamentos ou vias públicas, circuito de remoção e recolha (indiferenciada e/ou selectiva) dos resíduos, transporte em instalações de tratamento e/ou destino final.

Taxas: taxas pagas a entidades públicas ou instituições diversas, para recolha, transporte e tratamento das águas residuais e/ou resíduos sólidos, ou relativamente a outra actividade de protecção do ambiente (exemplo: taxa de saneamento).

Tecnologias integradas: equipamentos e/ou instalações ou partes de equipamento e/ou instalações, tendo sofrido modificações no sentido da diminuição da poluição. Contrariamente ao equipamento e instalações “Fim de linha”, estes encontram-se integrados no processo de produção. É contabilizado apenas o custo adicional decorrente das especificidades do equipamento ou construção. O valor é estimado, por exemplo, comparando com outras soluções alternativas existentes no mercado, mas que não verifiquem as normas de protecção do ambiente existentes, ou a implementar.

Tecnologias limpas ou menos poluentes: equipamentos e/ou instalações, onde se tenha operado modificações no sentido da diminuição da poluição. Incluem-se igualmente, os equipamentos que permitem uma racionalização de consumo dos recursos naturais, nomeadamente, o recurso água.

Trabalhos especializados: valor total dos custos em trabalhos especializados relacionados com a gestão e protecção do ambiente pago a organismos públicos ou a entidades privadas (exemplo: despesas de recolha, eliminação ou tratamento de resíduos produzidos, pagas seja a uma empresa especializada, seja a um serviço municipal/público de transporte ou de tratamento de resíduos)..

Transporte de resíduos: qualquer operação que vise transferir fisicamente os resíduos do local onde é gerado para outro local de destino final (incluindo locais de transferência onde se efectua a triagem ou reacondicionamento dos resíduos). Habitualmente, quando se trata de sistemas urbanos de recolha de resíduos, considera-se que o transporte se inicia após a recolha do último contentor e termina com a descarga dos resíduos na instalação de valorização ou eliminação.

Tratamento de água para abastecimento: processo que torna apta a ser utilizada para consumo humano, a água captada de qualquer fonte.

Tratamento de águas residuais: o tratamento de águas residuais consiste em processos que as tornam aptas, de acordo com as normas de qualidade em vigor ou outras aplicáveis, para fins de reciclagem ou reutilização. A definição do tipo de tratamento consta do anexo XI do Regulamento Geral de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais (LNEC/CSPOT versão de 1991), parcialmente reproduzido no quadro seguinte. O sistema de lagunagem é considerado tratamento primário, secundário ou terciário, conforme permita tratamentos sucessivamente mais afinados.

Valorização de resíduos: qualquer operação de reaproveitamento de resíduos prevista na legislação em vigor (ver em nomenclaturas listagem de operações de valorização conforme consta no Decreto-Lei 178/2006 de 5 de Setembro D.R. Série I N.º 171 de 5 de Setembro).

Venda de resíduos e/ou materiais reciclados: proveitos e ganhos resultantes de uma actividade de gestão e protecção do ambiente.

Volume de negócios: quantia líquida das vendas e prestações de serviços (abrangendo as indemnizações compensatórias) respeitantes às actividades normais das entidades, consequentemente após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado nem outros impostos directamente relacionados com as vendas e prestações de serviços. Na prática, corresponde ao somatório das contas 71 e 72 do Plano Oficial de Contabilidade.

3.3. NOMENCLATURAS

3.3.1. Classificação Estatística de Actividades e de Despesas de Protecção do Ambiente

Domínio 1 – Protecção da Qualidade do Ar e Clima

Compreende todas as actividades referentes aos processos de produção, às actividades ligadas à construção, manutenção e reparação de instalações, cujo principal objectivo é o de reduzir a poluição atmosférica, assim como, às actividades de medição e controle das emissões de gases que afectam a camada do ozono. Inclui-se igualmente, os equipamentos para eliminar/reduzir partículas ou substâncias, que poluem a atmosfera provenientes da combustão do fuel, tais como: filtros, material de despoejamento e outras técnicas, assim como, as actividades que aumentem a dispersão dos gases, por forma a reduzir a concentração de poluentes atmosféricos.

Domínio 2 – Gestão de Águas Residuais

Compreende as modificações nos processos de produção, adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição da água. Inclui-se, igualmente, os sistemas de colectores, canalizações, condutas e bombas destinadas a evacuar as águas residuais desde o seu ponto de produção até à estação de tratamento, ou até ao ponto onde são evacuadas, assim como o tratamento das águas de arrefecimento.

Domínio 3 – Gestão de Resíduos

Compreende as modificações nos processos de produção, adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição do ambiente através dos resíduos. Inclui-se igualmente, as actividades de recolha dos resíduos pelos serviços municipais ou organismos similares, seja por empresas do sector público ou privado, empresas especializadas ou pela administração pública, assim como, o transporte de resíduos para os centros de tratamento ou de eliminação. A recolha dos resíduos municipais pode ser selectiva (efectuada de uma maneira específica, para um dado produto), ou indiferenciada (cobrindo todos os resíduos), não incluindo os serviços de limpeza (desentulho) no período de Inverno. São também consideradas as actividades de eliminação de resíduos tóxicos (físico-químicos, térmicos, biológicos, radioactivos), assim como de resíduos não tóxicos (tratamento físico-químicos, incineração, tratamento biológico ou qualquer outro tipo de tratamento).

Domínio 4 – Protecção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais

Compreende as actividades de protecção do ambiente, implicando a construção, manutenção e exploração de instalações de descontaminação de solos poluídos, purificação de águas subterrâneas, assim como a protecção contra infiltrações poluentes nas águas subterrâneas. Inclui-se igualmente, as actividades directamente ligadas à estanquicidade dos solos de fábricas, instalação de captações de derramamento de poluentes, de fugas, e reforço das instalações de armazenamento e transporte de produtos poluentes, assim como o tratamento das lamas resultantes de dragagem. São também consideradas as actividades de protecção dos solos contra a erosão e outras degradações físicas e prevenção e correcção da salinidade dos solos.

Domínio 5 – Protecção contra Ruídos e Vibrações (excepto protecção dos locais de trabalho)

Compreende medidas e actividades de controlo e redução de ruído ou vibrações, gerados por actividades industriais ou transportes. Actividades para controlo e redução de ruído em zonas habitacionais (isolamento sonoro de discotecas, etc.) bem como medidas e acções aplicadas em instalações públicas (piscinas, etc.), escolas, etc., são incluídas. Exclui-se, medidas de redução de ruído e vibrações nos locais de trabalho por razões de higiene e segurança no trabalho. Inclui-se as actividades relativas às instalações anti-ruído: écrans, terraplenagens, tapumes, janelas anti-ruído, revestimentos das auto-estradas ou dos caminhos-de-ferro urbanos.

Domínio 6 – Protecção da Biodiversidade e Paisagem

Compreende as actividades relativas à protecção dos ecossistemas e do “habitat”, essenciais ao bem-estar da fauna e da flora, a protecção das paisagens pelo seu valor estético, assim como a preservação dos sítios naturais protegidos por lei. Inclui-se igualmente, as actividades de protecção visando a conservação das espécies ameaçadas da fauna e da flora, assim como as actividades de protecção e gestão da floresta, actividades visando introduzir espécies da fauna e flora em vias de extinção ou renovação de espécies ameaçadas de extinção, remodelação de paisagens afectadas para reforçar as suas funções naturais ou acrescentar o seu valor estético. São, igualmente, compreendidas as despesas de reabilitação de minas ou de carreiros abandonados, actividades de restauração e limpeza dos sítios aquáticos, eliminação de ácidos artificiais e de agentes de eutrofização e limpeza da poluição em sítios aquáticos.

Domínio 7 – Protecção contra Radiações

Compreende as actividades que visam reduzir ou eliminar os efeitos nefastos das radiações emitidas por um qualquer emissor, à excepção das centrais nucleares e das instalações militares. Exclui-se as medidas tomadas em locais de trabalho.

Domínio 8 – Investigação e Desenvolvimento

Compreende as actividades de investigação e desenvolvimento correspondentes a trabalhos criativos, empreendidos sistematicamente com o objectivo de aumentar o stock de conhecimentos humanos, visando a implementação de novas aplicações na área do ambiente.

Domínio 9 – Outras Actividades de Protecção do Ambiente

Compreende as actividades de administração geral e orientação virada para o suporte das decisões tomadas no quadro das actividades de protecção do ambiente, quer seja por unidades públicas ou privadas. Inclui-se igualmente, as actividades cujo principal objectivo é assegurar, formar ou divulgar, no quadro de organismos especializados, informação em gestão e protecção do ambiente. São excluídas as actividades do sistema educativo geral.

3.3.2. Domínios de Ambiente

A. Gestão da Poluição

Idem *Classificação de Actividades e de Despesas de Protecção do Ambiente* (3.3.1).

B. Gestão de Recursos

B1 – Gestão da água

Domínio da “Gestão de Recursos” referente a actividades de concepção, construção e instalação de sistemas, bem como de serviços vocacionados para a recolha, purificação e distribuição de água potável para consumo humano, para actividades industriais, comerciais entre outras. Notas: Incluem-se actividades de conservação, redução, consumo e melhoria da reutilização da água.

B2 – Materiais e produtos reciclados

Domínio da “Gestão de Recursos” que diz respeito à produção de equipamentos, tecnologias, materiais específicos e/ou à concepção, construção, instalação e a prestação de outros serviços relacionados com a produção de novos materiais ou produtos diferenciáveis como reciclados, a partir de resíduos e desperdícios, ou a preparação destes materiais ou produtos para posterior consumo. Notas: Incluem-se o papel reciclado e outros produtos reciclados. Exclui-se a recuperação de energia que se considera no domínio da Gestão e Optimização de Energia.

B3 - Gestão e optimização de energia

Domínio da “Gestão de Recursos” que inclui quaisquer actividades de programação, construção e instalação de sistemas, gestão ou prestação de serviços para produção, recolha e/ou transmissão de energia a partir de fontes renováveis, assim como para reduzir o consumo de calor e de energia (redução do uso de vapor) e/ou minimizar as perdas de calor e de energia (co-geração). Notas: A energia renovável tem origem em processos naturais que são constantemente reabastecidos. Existem várias formas de energia renovável com origem directa ou indirecta do sol ou do calor gerado nas camadas mais profundas da Terra. Inclui a energia gerada a partir do sol, vento, marés, ondas, geotermia, biogás, biodiesel entre outras fontes.

B4 - Gestão dos recursos florestais

Domínio da “Gestão de Recursos” que considera quaisquer actividades relacionadas com programas e projectos de reflorestação e gestão da floresta numa base de sustentação a longo prazo. Notas: Incluem-se a administração e uso da floresta de modo a manter a sua biodiversidade, produtividade, capacidade de regeneração bem como o potencial para preencher funções ecológicas, económicas e sociais não provocando danos aos ecossistemas. Inclui-se a floresta que tenha certificação.

B5 - Outras actividades de gestão de recursos

Domínio da “Gestão de Recursos” que se refere a serviços que envolvam a protecção e gestão de património natural e cultural, ou a educação e interpretação do ambiente natural que não represente uma ameaça ou degradação do mesmo. Notas: Incluem-se actividades relacionadas com a gestão de recursos naturais não incluída em nenhum dos domínios anteriores.

3.3.3. Operações de Eliminação:

- i) Deposição sobre o solo ou no seu interior, por exemplo em aterro sanitário;
- ii) Tratamento no solo, por exemplo biodegradação de efluentes líquidos ou de lamas de depuração nos solos;
- iii) Injecção em profundidade, por exemplo injecção de resíduos por bombagem em poços, cúpulas salinas ou depósitos naturais;
- iv) Lagunagem, por exemplo descarga de resíduos líquidos ou de lamas de depuração em poços, lagos naturais ou artificiais;
- v) Depósitos subterrâneos especialmente concebidos, por exemplo deposição em alinhamentos de células que são seladas e isoladas umas das outras e do ambiente;
- vi) Descarga em massas de águas, com excepção dos mares e dos oceanos;
- vii) Descarga para os mares e ou oceanos, incluindo inserção nos fundos marinhos;
- viii) Tratamento biológico não especificado em qualquer outra parte do presente decreto-lei que produz compostos ou misturas finais que são rejeitados por meio de qualquer das operações enumeradas de i) a xii);
- ix) Tratamento físico-químico não especificado em qualquer outra parte do presente decreto-lei que produz compostos ou misturas finais rejeitados por meio de qualquer das operações enumeradas de i) a xii), por exemplo evaporação, secagem ou calcinação;
- x) Incineração em terra;
- xi) Incineração no mar;
- xii) Armazenagem permanente, por exemplo armazenagem de contentores numa mina;
- xiii) Mistura anterior à execução de uma das operações enumeradas de i) a xii);
- xiv) Reembalagem anterior a uma das operações enumeradas de i) a xiii);
- xv) Armazenagem enquanto se aguarda a execução de uma das operações enumeradas de i) a xiv), com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efectuada;

Operações de Valorização:

- i) Utilização principal como combustível ou outros meios de produção de energia;
- ii) Recuperação ou regeneração de solventes;
- iii) Reciclagem ou recuperação de compostos orgânicos que não são utilizados como solventes, incluindo as operações de compostagem e outras transformações biológicas;
- iv) Reciclagem ou recuperação de metais e de ligas;
- v) Reciclagem ou recuperação de outras matérias inorgânicas;
- vi) Regeneração de ácidos ou de bases;
- vii) Recuperação de produtos utilizados na luta contra a poluição;
- viii) Recuperação de componentes de catalisadores;
- ix) Refinação de óleos e outras reutilizações de óleos;
- x) Tratamento no solo em benefício da agricultura ou para melhorar o ambiente;

- xi) Utilização de resíduos obtidos em virtude das operações enumeradas de i) a x);
- xii) Troca de resíduos com vista a submetê-los a uma das operações enumeradas de i) a xi);
- xiii) Acumulação de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de i) a xii), com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efectuada.



Anexos

1 Identifique com um X o(s) Domínio(s) de Ambiente, referentes à(s) acção(ões) desenvolvida(s) pela Câmara Municipal

	Cod	
1.1 Protecção do Ar e Clima	1030	☐ → Preencha o Quadro 2.
1.2 Gestão de Resíduos	1035	☐ → Preencha o Quadro 3.
1.3 Protecção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais	1040	☐ → Preencha o Quadro 4.
1.4 Redução de Ruídos e Vibrações	1045	☐ → Preencha o Quadro 5.
1.5 Protecção da Biodiversidade e Paisagem	1050	☐ → Preencha o Quadro 6.
1.6 Investigação e Desenvolvimento	1055	☐ → Preencha o Quadro 7.
1.7 Outras Actividades de Protecção do Ambiente	1060	☐ → Preencha o Quadro 8.

Instruções

Domínio "Protecção do Ar e Clima" - Compreende todas as actividades referentes aos processos de produção, às actividades ligadas à construção, manutenção e reparação de instalações, cujo principal objectivo é o de reduzir a poluição atmosférica. Inclui ainda as actividades de medição e controle das emissões de gases que afectam a camada do ozono, assim como, as actividades que aumentem a dispersão dos gases, de forma a reduzir a concentração de poluentes atmosféricos. Compreende igualmente os equipamentos para eliminar/reduzir partículas ou substâncias que poluem a atmosfera provenientes da combustão do fuel, tais como: filtros, material de despoejamento e outras técnicas.

2 Protecção do Ar e Clima	Cod	EUROS
2.1 Receitas Correntes (2.1.1 + ... + 2.1.7)	2005	
2.1.1 Taxas de poluição do ar (04.01.23.99)	2010	
2.1.2 Multas por poluição do ar (04.02.04)	2015	
2.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	2020	
2.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (06.03.06)	2025	
2.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	2030	
2.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	2035	
2.1.7 Outras receitas correntes	2040	
2.2 Receitas de Capital (2.2.1 + ... + 2.2.6)	2045	
2.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	2050	
2.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (10.03.07)	2055	
2.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	2060	
2.2.4 Activos financeiros (11)	2065	
2.2.5 Passivos financeiros (12)	2070	
2.2.6 Outras receitas de capital	2075	
2.3 Total das Receitas (2.1 + 2.2)	2080	
2.4 Despesas Correntes (2.4.1 + ... + 2.4.5)	2085	
2.4.1 Despesas com o pessoal (01)	2090	
2.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	2095	
2.4.3 Transferências correntes (04)	2100	
2.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	2105	
2.4.5 Outras despesas correntes	2110	
2.5 Despesas de Capital (2.5.1 + ... + 2.5.5)	2115	
2.5.1 Investimentos (07.01)	2120	
2.5.2 Transferências de capital (08)	2125	
2.5.3 Activos financeiros (09)	2130	
2.5.4 Passivos financeiros (10)	2135	
2.5.5 Outras despesas de capital	2140	
2.6 Total das Despesas (2.4 + 2.5)	2145	

2150 2.7 Observações: _____

Instruções

Domínio "Gestão de Resíduos" - Compreende as modificações nos processos de produção, a adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição do ambiente através de resíduos. Incluem-se igualmente, as actividades de recolha de resíduos pelos serviços municipais, o transporte de resíduos para os centros de tratamento, estações de triagem, empresas de valorização ou de eliminação. Inclui a varredura e limpeza urbana. A recolha de resíduos municipais pode ser selectiva (efectuada de uma maneira específica, para um dado produto) ou indiferenciada (cobrindo todos os resíduos). São também consideradas as actividades de tratamento e eliminação de resíduos tóxicos (físico-químicos, térmicos, biológicos, radioactivos), assim como de resíduos não tóxicos (tratamentos físico-químicos, incineração, tratamento biológico, colocação em aterro ou qualquer outro tipo de tratamento).

► **3.6.3 Transferências correntes e 3.7.4 Transferências de capital** - devem ser incluídas as verbas que a Câmara Municipal transfere para os serviços municipalizados no âmbito deste domínio.

3 Gestão de Resíduos		Cod	EUROS
Identifique com um X a(s) actividade(s) desenvolvida(s) pela Câmara Municipal:			
	Sim Não Se respondeu Não , indique a entidade gestora:		
3.1 Recolha indiferenciada e selectiva	3005 ☐ ☐		
3.2 Tratamento de resíduos	3010 ☐ ☐		
3.3 Receitas Correntes (3.3.1 + ... + 3.3.7)		3015	
3.3.1 Taxas de resíduos sólidos (04.01.23.99)		3020	
3.3.2 Multas por despejos ilegais de resíduos (04.02.04)		3025	
3.3.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)		3030	
3.3.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (06.03.06)		3035	
3.3.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)		3040	
3.3.6 Venda de bens e serviços correntes - tarifas de resíduos sólidos (07.02.09.02)		3045	
3.3.7 Outras receitas correntes		3050	
3.4 Receitas de Capital (3.4.1 + ... + 3.4.6)		3055	
3.4.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)		3060	
3.4.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (10.03.07)		3065	
3.4.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)		3070	
3.4.4 Activos financeiros (11)		3075	
3.4.5 Passivos financeiros (12)		3080	
3.4.6 Outras receitas de capital		3085	
3.5 Total das Receitas (3.3 + 3.4)		3090	
3.6 Despesas Correntes (3.6.1 + ... + 3.6.5)		3095	
3.6.1 Despesas com o pessoal (01)		3100	
3.6.2 Aquisição de bens e serviços (02)		3105	
3.6.3 Transferências correntes (04)		3110	
3.6.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)		3115	
3.6.5 Outras despesas correntes		3120	
3.7 Despesas de Capital (3.7.1 + ... + 3.7.7)		3125	
3.7.1 Investimentos - Infra-estruturas para tratamento de resíduos sólidos (07.01.04.11)		3130	
3.7.2 Investimentos - Material de transporte para a recolha de resíduos (07.01.06.01)		3135	
3.7.3 Investimentos - Equipamento básico de recolha de resíduos (07.01.10.01)		3140	
3.7.4 Transferências de capital (08)		3145	
3.7.5 Activos financeiros (09)		3150	
3.7.6 Passivos financeiros (10)		3155	
3.7.7 Outras despesas de capital		3160	
3.8 Total das Despesas (3.6 + 3.7)		3165	
3.9 Observações:	3170		

Instruções

Domínio "Protecção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais" - Compreende as actividades de protecção do ambiente, implicando a construção, a manutenção e exploração de instalações de descontaminação de solos poluídos, a purificação de águas subterrâneas, assim como, a protecção contra infiltrações poluentes nas águas subterrâneas. Incluem-se igualmente as actividades directamente ligadas à estanquicidade dos solos de fábricas, à instalação de captações de derramento de poluentes, de fugas e reforço das instalações de armazenamento, e ao transporte de produtos poluentes, assim como, o tratamento das lamas resultantes de dragagem. São também consideradas as actividades de protecção dos solos contra a erosão e outras degradações físicas e de prevenção e correcção da salinidade dos solos.

Nota: Excluem-se as actividades de abastecimento de água, de gestão de águas residuais e de protecção da biodiversidade e paisagens.

4 Prot. e Recup. dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais	Cod	EUROS
4.1 Receitas Correntes (4.1.1 + ... + 4.1.7)	4005	
4.1.1 Taxas de poluição dos solos, de águas subterrâneas e superficiais (04.01.23.99)	4010	
4.1.2 Multas por poluição dos solos, de águas subterrâneas e superficiais (04.02.04)	4015	
4.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	4020	
4.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (06.03.06)	4025	
4.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	4030	
4.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	4035	
4.1.7 Outras receitas correntes	4040	
4.2 Receitas de Capital (4.2.1 + ... + 4.2.6)	4045	
4.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	4050	
4.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (10.03.07)	4055	
4.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	4060	
4.2.4 Activos financeiros (11)	4065	
4.2.5 Passivos financeiros (12)	4070	
4.2.6 Outras receitas de capital	4075	
4.3 Total das Receitas (4.1 + 4.2)	4080	
4.4 Despesas Correntes (4.4.1 + ... + 4.4.5)	4085	
4.4.1 Despesas com o pessoal (01)	4090	
4.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	4095	
4.4.3 Transferências correntes (04)	4100	
4.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	4105	
4.4.5 Outras despesas correntes	4110	
4.5 Despesas de Capital (4.5.1 + ... + 4.5.5)	4115	
4.5.1 Investimentos (07.01)	4120	
4.5.2 Transferências de capital (08)	4125	
4.5.3 Activos financeiros (09)	4130	
4.5.4 Passivos financeiros (10)	4135	
4.5.5 Outras despesas de capital	4140	
4.6 Total das Despesas (4.4 + 4.5)	4145	
4.7 Observações:	4150	

Instruções

Domínio "Redução de Ruídos e Vibrações" - Compreende as medidas e as actividades de controlo e redução de ruído ou vibrações gerados por actividades industriais ou transportes. São incluídas as actividades para controlo e redução de ruído em zonas habitacionais (isolamento sonoro de discotecas, etc.), bem como medidas e acções, desenvolvidas com o mesmo objectivo, e aplicadas em instalações públicas (piscinas, escolas, etc.). Incluem-se as actividades relativas às instalações anti-ruído (ecrãs, terraplanagens, tapumes, janelas anti-ruído, revestimentos das auto-estradas, dos caminhos-de-ferro urbanos e aeroportos), bem como, as verbas relacionadas com a elaboração e monitorização das cartas de ruído. Excluem-se as medidas de redução de ruído e vibrações nos locais de trabalho por razões de higiene e segurança no trabalho.

5 Redução de Ruídos e Vibrações	Cod	EUROS
5.1 Receitas Correntes (5.1.1 + ... + 5.1.7)	5005	
5.1.1 Taxas de poluição sonora (04.01.23.99)	5010	
5.1.2 Multas por poluição sonora (04.02.04)	5015	
5.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	5020	
5.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (06.03.06)	5025	
5.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	5030	
5.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	5035	
5.1.7 Outras receitas correntes	5040	
5.2 Receitas de Capital (5.2.1 + ... + 5.2.6)	5045	
5.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	5050	
5.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (10.03.07)	5055	
5.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	5060	
5.2.4 Activos financeiros (11)	5065	
5.2.5 Passivos financeiros (12)	5070	
5.2.6 Outras receitas de capital	5075	
5.3 Total das Receitas (5.1 + 5.2)	5080	
5.4 Despesas Correntes (5.4.1 + ... + 5.4.5)	5085	
5.4.1 Despesas com o pessoal (01)	5090	
5.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	5095	
5.4.3 Transferências correntes (04)	5100	
5.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	5105	
5.4.5 Outras despesas correntes	5110	
5.5 Despesas de Capital (5.5.1 + ... + 5.5.5)	5115	
5.5.1 Investimentos (07.01)	5120	
5.5.2 Transferências de capital (08)	5125	
5.5.3 Activos financeiros (09)	5130	
5.5.4 Passivos financeiros (10)	5135	
5.5.5 Outras despesas de capital	5140	
5.6 Total das Despesas (5.4 + 5.5)	5145	
5.7 Observações:	5150	

Instruções

Domínio "Protecção da Biodiversidade e Paisagem" – Compreende as actividades relativas à protecção dos ecossistemas e do habitat, essenciais ao bem-estar da fauna e da flora, a protecção das paisagens pelo seu valor estético, assim como, a preservação dos sítios naturais protegidos por lei. Incluem-se igualmente as actividades de protecção que visam a conservação das espécies ameaçadas da fauna e da flora, assim como, as actividades de protecção e gestão da floresta, (as actividades que visam introduzir espécies da fauna e da flora em vias de extinção ou renovação de espécies ameaçadas de extinção), a remodelação de paisagens afectadas para reforçar as suas funções naturais ou acrescentar o seu valor estético. São igualmente, compreendidas as despesas de reabilitação de minas ou de carreiros abandonados, as actividades de restauração e limpeza dos sítios aquáticos, de eliminação de ácidos artificiais e de agentes de eutrofização, de limpeza de poluição em sítios aquáticos, bem como, de limpeza do litoral e praias.

Excluem-se as actividades relacionadas com a gestão de jardins e parques urbanos.

► Para as Câmaras Municipais que possuem Corpos de Bombeiros de natureza municipal (Sapadores e não Sapadores), são consideradas todas as receitas e despesas relacionadas com a sua actividade, o mais desagregado possível.

► **6.1.2 Multas por danos causados à fauna e à flora** - Exemplos: fogo posto nas florestas, destruição de habitats e espécies da fauna e da flora em vias de extinção, danos nos sítios naturais protegidos por lei, etc.

► **6.4.3 Transferências correntes e 6.5.4 Transferências de capital** - incluem-se as transferências efectuadas pela Câmara Municipal para Corpos de Bombeiros Voluntários (valores registados nas contas 04.07.01 - Transferências correntes para Instituições sem fins lucrativos e 08.07.01 - Transferências de capital para Instituições sem fins lucrativos).

6 Protecção da Biodiversidade e Paisagem	Cod	EUROS
6.1 Receitas Correntes (6.1.1 + ... + 6.1.7)	6005	
6.1.1 Taxas de protecção/conservação da biodiversidade e paisagens (04.01.23.99)	6010	
6.1.2 Multas por danos causados à fauna e à flora (04.02.04)	6015	
6.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	6020	
6.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (06.03.06)	6025	
6.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	6030	
6.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	6035	
6.1.7 Outras receitas correntes	6040	
6.2 Receitas de Capital (6.2.1 + ... + 6.2.6)	6045	
6.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	6050	
6.2.2 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (10.03.07)	6055	
6.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	6060	
6.2.4 Activos financeiros (11)	6065	
6.2.5 Passivos financeiros (12)	6070	
6.2.6 Outras receitas de capital	6075	
6.3 Total das Receitas (6.1 + 6.2)	6080	
6.4 Despesas Correntes (6.4.1 + ... + 6.4.5)	6085	
6.4.1 Despesas com o pessoal (01)	6090	
6.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	6095	
6.4.3 Transferências correntes (04)	6100	
6.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	6105	
6.4.5 Outras despesas correntes	6110	
6.5 Despesas de Capital (6.5.1 + ... + 6.5.7)	6115	
6.5.1 Investimentos - Prevenção e combate a incêndios florestais (07.01)	6120	
6.5.2 Investimentos - Prot. das espécies e habitats, áreas protegidas e reservas naturais (07.01)	6125	
6.5.3 Investimentos - Outros (07.01)	6130	
6.5.4 Transferências de capital (08)	6135	
6.5.5 Activos financeiros (09)	6140	
6.5.6 Passivos financeiros (10)	6145	
6.5.7 Outras despesas de capital	6150	
6.6 Total das Despesas (6.4 + 6.5)	6155	

6160 6.7 Observações:

Instruções

Domínio "Investigação e Desenvolvimento" - Compreende as actividades de investigação e desenvolvimento correspondentes a trabalhos criativos, empreendidos sistematicamente com o objectivo de aumentar o capital de conhecimentos humanos, que visam a implementação de novas aplicações na área do ambiente.

7 Investigação e Desenvolvimento	Cod	EUROS
7.1 Receitas Correntes (7.1.3 + ... + 7.1.7)	7005	
7.1.1 Taxas		
7.1.2 Multas		
7.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	7010	
7.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (06.03.06)	7015	
7.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	7020	
7.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	7025	
7.1.7 Outras receitas correntes	7030	
7.2 Receitas de Capital (7.2.1 + ... + 7.2.6)	7035	
7.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	7040	
7.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (10.03.07)	7045	
7.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	7050	
7.2.4 Activos financeiros (11)	7055	
7.2.5 Passivos financeiros (12)	7060	
7.2.6 Outras receitas de capital	7065	
7.3 Total das Receitas (7.1 + 7.2)	7070	
7.4 Despesas Correntes (7.4.1 + ... + 7.4.5)	7075	
7.4.1 Despesas com o pessoal (01)	7080	
7.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	7085	
7.4.3 Transferências correntes (04)	7090	
7.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	7095	
7.4.5 Outras despesas correntes	7100	
7.5 Despesas de Capital (7.5.1+ ... + 7.5.5)	7105	
7.5.1 Investimentos (07.01)	7110	
7.5.2 Transferências de capital (08)	7115	
7.5.3 Activos financeiros (09)	7120	
7.5.4 Passivos financeiros (10)	7125	
7.5.5 Outras despesas de capital	7130	
7.6 Total das Despesas (7.4 + 7.5)	7135	
7.7 Observações:		

Instruções

Domínio "Outras Actividades de Protecção do Ambiente" - Compreende as actividades de administração geral e orientação/regulamentação que visam o suporte das decisões tomadas no quadro das actividades de protecção do ambiente, quer as mesmas sejam tomadas por unidades públicas ou por unidades privadas. Incluem-se igualmente as actividades cujo principal objectivo é assegurar, formar ou divulgar, no quadro de organismos especializados, informação relativa à gestão e protecção do ambiente, nomeadamente nas campanhas de sensibilização e de educação ambiental, junto da população escolar, e nas campanhas de publicação, de divulgação e formação profissional relativa à temática ambiental (excepto formação relativa à saúde no trabalho).

Excluem-se as actividades relacionadas com a gestão de jardins e parques urbanos.

8 Outras Actividades de Protecção do Ambiente	Cod	EUROS
8.1 Receitas Correntes (8.1.1 + ... + 8.1.7)	8005	
8.1.1 Taxas (04.01.23.99)	8010	
8.1.2 Multas (04.02.99)	8015	
8.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	8020	
8.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Particip. comunitária em projectos co-financiados (06.03.06)	8025	
8.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	8030	
8.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	8035	
8.1.7 Outras receitas correntes	8040	
8.2 Receitas de Capital (8.2.1 + ... + 8.2.6)	8045	
8.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	8050	
8.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Particip. comunitária em projectos co-financiados (10.03.07)	8055	
8.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	8060	
8.2.4 Activos financeiros (11)	8065	
8.2.5 Passivos financeiros (12)	8070	
8.2.6 Outras receitas de capital	8075	
8.3 Total das Receitas (8.1 + 8.2)	8080	
8.4 Despesas Correntes (8.4.1 + ... + 8.4.5)	8085	
8.4.1 Despesas com o pessoal (01)	8090	
8.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	8095	
8.4.3 Transferências correntes (04)	8100	
8.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	8105	
8.4.5 Outras despesas correntes	8110	
8.5 Despesas de Capital (8.5.1 + ... + 8.5.5)	8115	
8.5.1 Investimentos (07.01)	8120	
8.5.2 Transferências de capital (08)	8125	
8.5.3 Activos financeiros (09)	8130	
8.5.4 Passivos financeiros (10)	8135	
8.5.5 Outras despesas de capital	8140	
8.6 Total das Despesas (8.4 + 8.5)	8145	
8150 8.7 Observações:		



INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
(LEI Nº 22/2008 DE 13 DE MAIO) DE RESPOSTA OBRIGATÓRIA,
REGISTADO NO INE SOB O Nº 9846 VÁLIDO ATÉ 2010/12/31

IBSA - Inquérito ao Sector de Bens e Serviços de Ambiente**Referência dos dados:**

2009

(espaço reservado para identificação do NIF da empresa)

INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
Serviço de Inquéritos por Auto-Preenchimento
Av. António José de Almeida 1000-043 LISBOA

Resposta eletrónica: <https://webinq.ine.pt/aderentes>

DRI.IAP.L4-[cga]

A CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS É GARANTIDA NOS TERMOS DA LEI Nº 22/2008 DE 13 DE MAIO

Para esclarecimento de dúvidas contacte:
Telf: 808 201 600 (rede fixa nacional) / 218 426 307 (outras redes)
Fax: 218 426 358 / E-mail: ambiente@ine.pt

DEVOLUÇÃO OBRIGATÓRIA: Por favor devolva este questionário no prazo máximo de **15 dias** após a recepção, devidamente preenchido de acordo com as instruções.

I Identificação da unidade inquirida (preencher apenas para corrigir ou completar os dados)

Número de Identificação Fiscal (NIF) | | | | | | | | | | Homepage: www.

Designação social

Distrito/Ilha Município Freguesia

Endereço

Localidade _____ Código Postal | | | | - | | |

Telephone Fax e-mail

II Situação da unidade inquirida no período de referência dos dados

Situação na actividade	BC005		
------------------------	-------	--	--

Aguarda início de actividade

Em actividade

BC010	Actividade suspensa em	/	/
-------	------------------------	---	---

Actividade cessada em / /

Nº meses de actividade no período de referência				BC007
---	--	--	--	-------

Actividade Económica Principal (CAE Rev. 3)							BC001
---	--	--	--	--	--	--	-------

--

Ocorreu algum facto relevante (fusão, cisão ou outro) durante o período de referência dos dados?	Sim	☐
	Não	☐

BC025 Indique qual: BC020 Data / /

--

III Observações

Utilize este espaço para incluir sugestões, justificações referentes à sua resposta ou outras observações que julgue convenientes

[illegible]

IV Responsável pelo preenchimento

Nome contacto BC040

Endereço

Localidade _____ Código Postal | | | | - | | | |

Telephone _____ Fax _____ e-mail _____

Cargo

* NIF | | | | | | | | |

*NIF da entidade responsável pelo preenchimento, se diferente da unidade inquirida

1 Volume de Negócios (VVN) por domínios de ambiente e tipo de actividade da entidade

Por favor assinala a **percentagem do VVN da(s) actividade(s) desenvolvidas** e sua distribuição pelos **vários domínios de ambiente**
(Ver conceitos e exemplos de actividades dos Domínios abaixo mencionados nas instruções de preenchimento)

Domínios	Actividades desenvolvidas pela entidade				Total da formação do VVN por domínios de ambiente (%)
	Fabricação de produtos (%)	Fabricação de bens de equipamento (%)	Instalação, montagem e/ou comércio de equipamentos ou produtos (%)	Prestação de serviços (%)	
1	2	3	4	5	6
A. Gestão da Poluição					
A 1 · Protecção da Qualidade do Ar e Clima	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
A 2 · Gestão de Águas Residuais	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
A 3 · Gestão de Resíduos	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
A 4 · Protecção dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
A 5 · Redução de Ruídos e Vibrações	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
A 6 · Protecção da Biodiversidade e Paisagem	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
A 7 · Investigação e Desenvolvimento	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
A 8 · Protecção Contra as Radiações	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
A 9 · Outras actividades de Gestão da Poluição	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
B. Gestão dos Recursos					
B 1 · Gestão da Água	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
B 2 · Materiais e Produtos Reciclados	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
B 3 · Gestão e optimização de Energia	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
B 4 · Gestão dos Recursos Florestais	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
B 5 · Outras actividades de Gestão de Recursos	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
C. Outra(s) actividade(s) não associada(s) ao ambiente					
D. Total da formação do VVN em percentagem, por tipo de actividade					
	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	100,0

ATENÇÃO: CASO TENHA INSCRITO 100 % NO QUESITO C DO QUADRO 1, "Outra(s) actividade(s) não associada(s) ao ambiente", TERMINE AQUI O PREENCHIMENTO DO INQUÉRITO.

2

Por favor assinala a percentagem do VVN, resultante das actividades desenvolvidas na área do ambiente, associada à representatividade dos mercados

Mercados	Peso dos mercados na formação do VVN (%)
1	2

1 . Economía Nacional | | | | | %

1.1. Empresas □□□□□ %

1.2. Administrações Públicas (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3) _____ %

1.2.1. Administração Central %

1.2.2. Administração Regional □□□□□ %

1.2.3. Administração Local _____

1.3. Outros |_|_|_|_|%

Total 100% (1.1+1.2+1.3)

2 . Resto do Mundo %

2.1. União Europeia □□□□ %

2.2 Países terceiros

Total 100% (2.1+2.2)

3. Total 100% (1+2)

3

[illegible]

INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
(LEI Nº 22/2008 DE 13 DE MAIO) DE RESPOSTA OBRIGATÓRIA,
REGISTADO NO INE SOB O Nº 9772 VÁLIDO ATÉ 2010/12/31



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA DOS DADOS

ANO DE 2009

primeira linha da etiqueta

INQUÉRITO ÀS EMPRESAS - GESTÃO E
PROTECÇÃO DO AMBIENTE

PREENCHA ESTE QUESTIONÁRIO DE ACORDO COM AS
INSTRUÇÕES

PARA ESCLARECIMENTO DE EVENTUAIS DÚVIDAS CONTACTE:

INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO

Serviço de Inquéritos por Auto-Preenchimento

Av. António José de Almeida 1000-043 Lisboa

Telf: 808 201 600 (rede fixa nacional) / 218 426 307 (outras redes)

Fax: 218 426 358 / E-mail: iegpa@ine.pt

ATENÇÃO

DEVOLUÇÃO OBRIGATÓRIA

ATÉ 15 DIAS ÚTEIS

APÓS A DATA DE RECEPÇÃO

DRI.IAP.L5-490

Poderá responder por via electrónica em:
<http://webinq.ine.pt/aderentes>

1 Identificação e caracterização da empresa

Número de Identificação Fiscal (NIF) _____ Homepage w w w. _____

Designação social _____

Distrito/Ilha _____ Município _____ Freguesia _____ (1)

Endereço _____

Localidade _____

Código Postal _____ - _____

Telefone _____ Fax _____ E-mail _____

Actividade Económica Principal (CAE-Rev.3) _____ (1)

2 Situação da empresa

2.1 (Assinale com x a quadrícula correspondente) _____ (1)

2.2 Aguarda início de actividade _____

2.3 Em actividade _____

2.4 Actividade suspensa em _____ / _____ / _____ (dd) (mm) (aaa)

2.5 Dissolvida em _____ / _____ / _____ (dd) (mm) (aaa)

2.6 Número de meses de actividade no exercício de 2009 _____

3 Contrapartidas financeiras para gestão de resíduos:

A empresa efectuou no ano, o pagamento de contrapartidas financeiras para efeitos de gestão de resíduos, a entidades gestoras de resíduos? (Identifique com X)

Exemplos: **Sociedade Ponto Verde** (Embalagens), **Valormed** (Embalagens Medicamentos), **Valorcar** (Veículos em Fim de Vida), **Valorpneu** (Pneus Usados), **Ecopilhas** (Pilhas e Acumuladores), **Sogilub** (Óleos Usados), **AMB3E** (Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos), **ERP Portugal** (Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos), **Valorfito/Sigeru** (Embalagens de Resíduos Fitosanitários)

3.1 Sim ☐

3.2 Não ☐

4 Atitude da empresa face ao ambiente, por imposição da legislação ou voluntariamente no ano de 2009 (Identifique com X)

	Sim	Não
4.1 No ano de 2009 executou actividades ou contratou serviços de terceiros, com o objectivo de reduzir ou minimizar efeitos nocivos ao ambiente inerentes à actividade da empresa.	☐	☐
4.2 No ano de 2009 realizou investimentos em Tecnologias e/ou Equipamentos, (Fim-de-linha e/ou Integrados) com o fim de reduzir ou minimizar eventuais impactos ambientais.	☐	☐

CASO TENHA ASSINALADO "NÃO" EM TODOS OS QUESITOS DO QUADRO 3 e 4, TERMINOU O PREENCHIMENTO.
REMETA O INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO PARA OS SERVIÇOS DO INE, PARA A MORADA INDICADA.
TENDO ASSINALADO "SIM" EM ALGUM DOS QUESITOS DO QUADRO 3 e 4, PROSSIGA PARA O QUADRO 5.

5 Identifique com X o(s) Domínio(s) de Gestão e Protecção do Ambiente, referentes à(s) acção(ões) desenvolvida(s)

(Ver conceitos e exemplos de actividades dos Domínios abaixo mencionados nas instruções de preenchimento)

5.1 Protecção do Ar e Clima	☐	→ (preencha o quadro 6)
5.2 Gestão de Águas Residuais	☐	→ (preencha o quadro 7)
5.3 Gestão de Resíduos	☐	→ (preencha o quadro 8)
5.4 Redução de Ruídos e Vibrações	☐	→ (preencha o quadro 9)
5.5 Prot. e Rec. dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais	☐	→ (preencha o quadro 10)
5.6 Protecção da Biodiversidade e Paisagem	☐	→ (preencha o quadro 11)
5.7 Outros Domínios de Protecção do Ambiente	☐	→ (preencha o quadro 12)

6 Domínio Protecção do Ar e Clima		Unidade: euros
6.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento) (6.1.1+6.1.2)		
6.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento)		
6.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento)		
6.2 Custos e perdas (6.2.1+6.2.2+6.2.3)		
6.2.1 Contratação de trabalhos especializados (6.2.1.1+6.2.1.2)		
6.2.1.1 Administração Pública		
6.2.1.2 Sector Privado		
6.2.2 Taxas		
das quais:		
6.2.2.1 Administração Local		
6.2.3 Outros custos e perdas		
dos quais:		
6.2.3.1 Custos com o pessoal afecto a actividades de protecção ambienta		
6.3 Proveitos e ganhos (6.3.1+6.3.2)		
6.3.1 Prestação de Serviços		
6.3.2 Outros Proveitos e Ganhos		
7 Domínio Gestão de Águas Residuais		Unidade: euros
7.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento) (7.1.1+7.1.2)		
7.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento)		
7.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento)		
7.2 Custos e perdas(7.2.1+7.2.2+7.2.3)		
7.2.1 Contratação de trabalhos especializados (7.2.1.1+7.2.1.2)		
7.2.1.1 Administração Pública		
7.2.1.2 Sector Privado		
7.2.2 Taxas		
das quais:		
7.2.2.1 Administração Local		
7.2.3 Outros custos e perdas		
dos quais:		
7.2.3.1 Custos com o pessoal afecto a actividades de protecção ambienta		
7.3 Proveitos e ganhos (7.3.1+7.3.2)		
7.3.1 Prestação de Serviços		
7.3.2 Outros Proveitos e Ganhos		
8 Domínio Gestão de Resíduos		Unidade: euros
8.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento) (8.1.1+8.1.2)		
8.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento)		
8.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento)		
8.2 Custos e perdas (8.2.1+8.2.2+8.2.3)		
8.2.1 Contratação de trabalhos especializados (8.2.1.1+8.2.1.2)		
8.2.1.1 Administração Pública		
8.2.1.2 Sector Privado		
dos quais:		
8.2.1.2.1 Contrapartidas financeiras para gestão de resíduos, a entidades gestoras de resíduos*		
8.2.2 Taxas		
das quais:		
8.2.2.1 Administração Local		
8.2.3 Outros custos e perdas		
dos quais:		
8.2.3.1 Custos com o pessoal afecto a actividades de protecção ambienta		
8.3 Proveitos e ganhos (8.3.1+8.3.2+8.3.3)		
8.3.1 Venda de resíduos e/ou materiais reciclados		
8.3.2 Prestação de serviços		
8.3.3 Outros proveitos e ganhos		

*Nota: Exemplos de sociedades gestoras de resíduos: Soc. Ponto Verde, Valormed, Valorcar, Valorpneu, Ecopilhas, AMB3E, ERP Portugal, Valorfito/Sigeru.

9 Domínio Redução de Ruídos e Vibrações		Unidade: euros
9.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento) (9.1.1+9.1.2)		
9.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento)		
9.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento)		
9.2 Custos e perdas (9.2.1+9.2.2+9.2.3)		
9.2.1 Contratação de trabalhos especializados (9.2.1.1+9.2.1.2)		
9.2.1.1 Administração Pública		
9.2.1.2 Sector Privado		
9.2.2 Taxas		
das quais:		
9.2.2.1 Administração Local		
9.2.3 Outros custos e perdas		
dos quais:		
9.2.3.1 Custos com o pessoal afecto a actividades de protecção ambiental		
9.3 Proveitos e ganhos (9.3.1+9.3.2)		
9.3.1 Prestação de Serviços		
9.3.2 Outros Proveitos e Ganhos		
10 Domínio Protecção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais		Unidade: euros
10.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento) (10.1.1+10.1.2)		
10.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento)		
10.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento)		
10.2 Custos e perdas (10.2.1+10.2.2+10.2.3)		
10.2.1 Contratação de trabalhos especializados (10.2.1.1+10.2.1.2)		
10.2.1.1 Administração Pública		
10.2.1.2 Sector Privado		
10.2.2 Taxas		
das quais:		
10.2.2.1 Administração Local		
10.2.3 Outros custos e perdas		
dos quais:		
10.2.3.1 Custos com o pessoal afecto a actividades de protecção ambiental		
10.3 Proveitos e ganhos (10.3.1+10.3.2)		
10.3.1 Prestação de Serviços		
10.3.2 Outros Proveitos e Ganhos		
11 Domínio Protecção da Biodiversidade e Paisagem		Unidade: euros
11.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento) (11.1.1+11.1.2)		
11.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento)		
11.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento)		
11.2 Custos e perdas (11.2.1+11.2.2+11.2.3)		
11.2.1 Contratação de trabalhos especializados (11.2.1.1+11.2.1.2)		
11.2.1.1 Administração Pública		
11.2.1.2 Sector Privado		
11.2.2 Taxas		
das quais:		
11.2.2.1 Administração Local		
11.2.3 Outros custos e perdas		
dos quais:		
11.2.3.1 Custos com o pessoal afecto a actividades de protecção ambiental		
11.3 Proveitos e ganhos (11.3.1+11.3.2)		
11.3.1 Prestação de Serviços		
11.3.2 Outros Proveitos e Ganhos		

12 Domínio Outros Domínios de Protecção do Ambiente		Unidade: euros
12.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento) (12.1.1 + 12.1.2)		<table border="1" style="width: 100px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>
12.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento)		<table border="1" style="width: 100px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>
12.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento)		<table border="1" style="width: 100px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>
12.2 Custos e perdas (12.2.1 + 12.2.2 + 12.2.3)		<table border="1" style="width: 100px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>
12.2.1 Contratação de trabalhos especializados (12.2.1.1 + 12.2.1.2)		<table border="1" style="width: 100px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>
12.2.1.1 Administração Pública		<table border="1" style="width: 100px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>
12.2.1.2 Sector Privado		<table border="1" style="width: 100px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>
12.2.2 Taxas		<table border="1" style="width: 100px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>
das quais:		
12.2.2.1 Administração Local		<table border="1" style="width: 100px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>
12.2.3 Outros custos e perdas		<table border="1" style="width: 100px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>
dos quais:		
12.2.3.1 Custos com o pessoal afecto a actividades de protecção ambiental		<table border="1" style="width: 100px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>
12.3 Proveitos e ganhos (12.3.1 + 12.3.2)		<table border="1" style="width: 100px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>
12.3.1 Prestação de Serviços		<table border="1" style="width: 100px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>
12.3.2 Outros Proveitos e Ganhos		<table border="1" style="width: 100px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>
Domínios em que a empresa desenvolveu actividades		
(Assinale com x a quadrícula correspondente)		
A. Investigação & Desenvolvimento		<table border="1" style="width: 20px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>
B. Protecção contra as Radiações		<table border="1" style="width: 20px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>
C. Outras Actividades de Gestão e Protecção do Ambiente		<table border="1" style="width: 20px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>

13 Número de Pessoas ao Serviço com Funções na Área do Ambiente			
Categorias Funcionais	Número Médio de Pessoas ao Serviço com Funções na Área do Ambiente		Total de pessoas ocupadas com funções de ambiente em "Equivalentes a Tempo Completo"
	Maioritariamente ocupadas	Minoritaria ou ocasionalmente ocupadas	
13.1 Dirigentes	<table border="1" style="width: 50px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>	<table border="1" style="width: 50px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>	<table border="1" style="width: 100px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>
13.2 Quadros, Técnicos Médios e Superiores	<table border="1" style="width: 50px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>	<table border="1" style="width: 50px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>	<table border="1" style="width: 100px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>
13.3 Encarregados, Contramestres, Mestres e Chefes de Equipa	<table border="1" style="width: 50px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>	<table border="1" style="width: 50px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>	<table border="1" style="width: 100px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>
13.4 Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços	<table border="1" style="width: 50px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>	<table border="1" style="width: 50px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>	<table border="1" style="width: 100px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>
13.5 Operários, Aprendizes e Praticantes	<table border="1" style="width: 50px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>	<table border="1" style="width: 50px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>	<table border="1" style="width: 100px; height: 20px; border-collapse: collapse;"></table>

14. Observações:	
.....	
.....	
.....	
Responsável pelo Preenchimento:	
Nome (LEGÍVEL)	Telefone:
Serviço	Fax:
Assinatura	E-mail: Data: ____ / ____ / ____



INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
(LEI Nº 22/2008, DE 13 DE MAIO), DE RESPOSTA OBRIGATÓRIA,
REGISTADO NO INE SOB O Nº 9641 VÁLIDO ATÉ 31/12/2010.

INQUÉRITO AO AMBIENTE ACÇÃO DOS CORPOS DE BOMBEIROS

Referência dos Dados:

Ano 2009

primeira linha da etiqueta

INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
Serviço de Inquéritos por Auto-Preenchimento
Av. António José de Almeida 1000-043 Lisboa

DRI.IAP.L5-485

Contactos para resposta e esclarecimentos de dúvidas:
Telf: 808 201 600 (rede fixa nacional) / 218 426 307 (outras redes)
Fax: 218 426 358 / E-mail: ambiente@ine.pt

A CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS É GARANTIDA NOS TERMOS DA LEI Nº 22/08, DE 13 DE MAIO

DEVOLUÇÃO OBRIGATÓRIA: Por favor devolva este questionário no prazo máximo de **15 dias** após a recepção, devidamente preenchido de acordo com as instruções.

1 DADOS GERAIS																												
1.1 IDENTIFICAÇÃO																												
Número de Identificação Fiscal (NIF)																												
Designação																												
Distrito/Ilha	Município Freguesia																											
Endereço																												
Localidade																												
Código Postal																												
Homepage: www.	Fax E-mail																											
1.2 CARACTERIZAÇÃO																												
(assinalar com um x a quadrícula correspondente)																												
NATUREZA (1)	1010																											
. Municipal	☐ 01																											
. Bombeiros Sapadores	☐ 02																											
. Não Sapadores	☐ 03																											
. Associativa	☐ 04																											
. Privativa	☐ 04																											
1.3 TIPO DE INTERVENÇÃO																												
(assinalar com um x a quadrícula correspondente)																												
ÁREA GEOGRÁFICA DE INTERVENÇÃO (2)	1025																											
. Municipal	☐ 01																											
. Área de acção restrita	☐ 02																											
1.4 ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>SERVIÇO</th> <th>Código</th> <th>N.º DE ACÇÕES DESENVOLVIDAS (5)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1</td> <td></td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>TOTAL (1+2+3+4)</td> <td>1030</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>1. INCÊNDIOS (1.1+1.2)</td> <td>1035</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>1.1. Florestais</td> <td>1045</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>1.2. Outros (3)</td> <td>1050</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>2. SAÚDE</td> <td>1065</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>3. SOCORROS A NÁUFRAGOS</td> <td>1070</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>4. OUTROS SERVIÇOS (4)</td> <td>1075</td> <td> </td> </tr> </tbody> </table>	SERVIÇO	Código	N.º DE ACÇÕES DESENVOLVIDAS (5)	1		2	TOTAL (1+2+3+4)	1030		1. INCÊNDIOS (1.1+1.2)	1035		1.1. Florestais	1045		1.2. Outros (3)	1050		2. SAÚDE	1065		3. SOCORROS A NÁUFRAGOS	1070		4. OUTROS SERVIÇOS (4)	1075		N.º DE HORAS CONSAGRADAS AO COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS (6) 1045 02
SERVIÇO	Código	N.º DE ACÇÕES DESENVOLVIDAS (5)																										
1		2																										
TOTAL (1+2+3+4)	1030																											
1. INCÊNDIOS (1.1+1.2)	1035																											
1.1. Florestais	1045																											
1.2. Outros (3)	1050																											
2. SAÚDE	1065																											
3. SOCORROS A NÁUFRAGOS	1070																											
4. OUTROS SERVIÇOS (4)	1075																											
2 RECURSOS HUMANOS (7)																												
N.º de pessoas que estavam no quadro de comando e no quadro activo no Corpo de Bombeiros																												
Natureza das Associações e Outras Entidades de Bombeiros	Código	Total	Homens		Mulheres																							
			Remunerados	Não remunerados	Remuneradas	Não remuneradas																						
1		2	3	4	5	6																						
1. Municipal																												
1.1 Bombeiros Sapadores	2020																											
1.2 Não Sapadores	2005																											
2. Associativa	2010																											
3. Privativa	2015																											

Nota: Os quadros ou rubricas assinaladas com um índice numérico contêm notas explicativas.

3	RECEITAS E DESPESAS (8)																																																																								
3.1	RECEITAS																																																																								
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>RUBRICAS</th> <th>Código</th> <th>Valor (Euros)</th> </tr> <tr> <th>1</th> <th></th> <th>2</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1. RECEITAS CORRENTES (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4 + 1.5 + 1.6)</td> <td>4005</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>1.1 Contribuições Directas dos Associados</td> <td>4010</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>1.2 Rendimentos de Propriedade</td> <td>4015</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>1.3 Transferências Correntes (1.3.1 + 1.3.2 + ... + 1.3.5)</td> <td>4020</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>1.3.1 da Administração Central</td> <td>4025</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>1.3.2 da Administração Regional e Local</td> <td>4030</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>1.3.3 das Empresas</td> <td>4235</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>1.3.4 dos Particulares</td> <td>4240</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>1.3.5 do Exterior</td> <td>4040</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>1.4 Venda de Bens</td> <td>4245</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>1.5 Venda de Serviços</td> <td>4250</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>1.6 Outras Receitas Correntes</td> <td>4060</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1 + 2.2 + 2.3)</td> <td>4065</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>2.1 Venda de Bens de Investimento</td> <td>4070</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>2.2 Transferências de Capital (2.2.1 + 2.2.2 + ... + 2.2.5)</td> <td>4075</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>2.2.1 da Administração Central</td> <td>4080</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>2.2.2 da Administração Regional e Local</td> <td>4085</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>2.2.3 das Empresas</td> <td>4255</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>2.2.4 dos Particulares</td> <td>4260</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>2.2.5 do Exterior</td> <td>4095</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>2.3 Outras Receitas de Capital</td> <td>4100</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL (1 + 2)</td> <td>4105</td> <td> </td> </tr> </tbody> </table>	RUBRICAS	Código	Valor (Euros)	1		2	1. RECEITAS CORRENTES (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4 + 1.5 + 1.6)	4005		1.1 Contribuições Directas dos Associados	4010		1.2 Rendimentos de Propriedade	4015		1.3 Transferências Correntes (1.3.1 + 1.3.2 + ... + 1.3.5)	4020		1.3.1 da Administração Central	4025		1.3.2 da Administração Regional e Local	4030		1.3.3 das Empresas	4235		1.3.4 dos Particulares	4240		1.3.5 do Exterior	4040		1.4 Venda de Bens	4245		1.5 Venda de Serviços	4250		1.6 Outras Receitas Correntes	4060		2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1 + 2.2 + 2.3)	4065		2.1 Venda de Bens de Investimento	4070		2.2 Transferências de Capital (2.2.1 + 2.2.2 + ... + 2.2.5)	4075		2.2.1 da Administração Central	4080		2.2.2 da Administração Regional e Local	4085		2.2.3 das Empresas	4255		2.2.4 dos Particulares	4260		2.2.5 do Exterior	4095		2.3 Outras Receitas de Capital	4100		TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL (1 + 2)	4105	
RUBRICAS	Código	Valor (Euros)																																																																							
1		2																																																																							
1. RECEITAS CORRENTES (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4 + 1.5 + 1.6)	4005																																																																								
1.1 Contribuições Directas dos Associados	4010																																																																								
1.2 Rendimentos de Propriedade	4015																																																																								
1.3 Transferências Correntes (1.3.1 + 1.3.2 + ... + 1.3.5)	4020																																																																								
1.3.1 da Administração Central	4025																																																																								
1.3.2 da Administração Regional e Local	4030																																																																								
1.3.3 das Empresas	4235																																																																								
1.3.4 dos Particulares	4240																																																																								
1.3.5 do Exterior	4040																																																																								
1.4 Venda de Bens	4245																																																																								
1.5 Venda de Serviços	4250																																																																								
1.6 Outras Receitas Correntes	4060																																																																								
2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1 + 2.2 + 2.3)	4065																																																																								
2.1 Venda de Bens de Investimento	4070																																																																								
2.2 Transferências de Capital (2.2.1 + 2.2.2 + ... + 2.2.5)	4075																																																																								
2.2.1 da Administração Central	4080																																																																								
2.2.2 da Administração Regional e Local	4085																																																																								
2.2.3 das Empresas	4255																																																																								
2.2.4 dos Particulares	4260																																																																								
2.2.5 do Exterior	4095																																																																								
2.3 Outras Receitas de Capital	4100																																																																								
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL (1 + 2)	4105																																																																								
3.2	DESPESAS																																																																								
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>RUBRICAS</th> <th>Código</th> <th>Valor (Euros)</th> </tr> <tr> <th>1</th> <th></th> <th>2</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1. DESPESAS CORRENTES (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4 + 1.5)</td> <td>4110</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>1.1 Despesas com o pessoal</td> <td>4115</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>1.2 Aquisição de Bens</td> <td>4265</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>1.3 Aquisição de Serviços</td> <td>4270</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>1.4 Transferências Correntes</td> <td>4150</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>1.5 Outras Despesas Correntes</td> <td>4170</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>2. DESPESAS DE CAPITAL (2.1 + 2.2 + 2.3)</td> <td>4175</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>2.1 Investimentos (2.1.1 + 2.1.2)</td> <td>4180</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>2.1.1 Instalação de Serviços, Material de Transporte, Aparelhos, Máquinas e Equipamentos, para Combate a Incêndios</td> <td>4275</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>2.1.2 Outros Investimentos</td> <td>4200</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>2.2 Transferências de Capital</td> <td>4205</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>2.3 Outras Despesas de Capital</td> <td>4225</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL (1 + 2)</td> <td>4230</td> <td> </td> </tr> </tbody> </table>	RUBRICAS	Código	Valor (Euros)	1		2	1. DESPESAS CORRENTES (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4 + 1.5)	4110		1.1 Despesas com o pessoal	4115		1.2 Aquisição de Bens	4265		1.3 Aquisição de Serviços	4270		1.4 Transferências Correntes	4150		1.5 Outras Despesas Correntes	4170		2. DESPESAS DE CAPITAL (2.1 + 2.2 + 2.3)	4175		2.1 Investimentos (2.1.1 + 2.1.2)	4180		2.1.1 Instalação de Serviços, Material de Transporte, Aparelhos, Máquinas e Equipamentos, para Combate a Incêndios	4275		2.1.2 Outros Investimentos	4200		2.2 Transferências de Capital	4205		2.3 Outras Despesas de Capital	4225		TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL (1 + 2)	4230																												
RUBRICAS	Código	Valor (Euros)																																																																							
1		2																																																																							
1. DESPESAS CORRENTES (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4 + 1.5)	4110																																																																								
1.1 Despesas com o pessoal	4115																																																																								
1.2 Aquisição de Bens	4265																																																																								
1.3 Aquisição de Serviços	4270																																																																								
1.4 Transferências Correntes	4150																																																																								
1.5 Outras Despesas Correntes	4170																																																																								
2. DESPESAS DE CAPITAL (2.1 + 2.2 + 2.3)	4175																																																																								
2.1 Investimentos (2.1.1 + 2.1.2)	4180																																																																								
2.1.1 Instalação de Serviços, Material de Transporte, Aparelhos, Máquinas e Equipamentos, para Combate a Incêndios	4275																																																																								
2.1.2 Outros Investimentos	4200																																																																								
2.2 Transferências de Capital	4205																																																																								
2.3 Outras Despesas de Capital	4225																																																																								
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL (1 + 2)	4230																																																																								

Nota: Os quadros ou rubricas assinaladas com um índice numérico contêm notas explicativas.

OBSERVAÇÕES:

DADOS RELATIVOS AO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTONOME (Legível):

SERVIÇO:

 TEL.:

LOCALIDADE:

 FAX:

ASSINATURA:

 E-MAIL:

**Envie, em anexo ao questionário preenchido para resposta,
uma cópia da "Conta de Gerência / POC - Balancete Analítico".**

3 Número de Pessoas ao Serviço (✓)

Unidade: Nº

Grupos Profissionais				
Cod				
3.1 Total (3.2 + 3.3)				
3.2 Pessoal Remunerado (3.2.1 + ... + 3.2.3)				
3.2.1 Dirigentes				
3.2.2 Quadros e Técnicos Médios e Superiores				
3.2.3 Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços				
3.3 Pessoal não Remunerado (3.3.1 + 3.3.2)				
3.3.1 Dirigentes				
3.3.2 Outros colaboradores				

Número Médio de Pessoas ao Serviço			Total de Horas de Trabalho Efectuadas Durante o Ano	
Total	A Tempo Completo	A Tempo Parcial	Trabalhador a Tempo Completo	Trabalhador a Tempo Parcial
1	2	3	4	5
3005				
3010				
3015				
3020				
3025				
3030				
3035				
3040				

4 Número de Pessoas ao Serviço por Sexo/Escalação Etária/Nível de Escolaridade

Unidade: Nº

Nível de Escolaridade		Cod	Sexo	Total geral	Pessoal Remunerado										Pessoal não Remunerado											
					Total		Dirigentes			Quadros e Técnicos Médios e Superiores			Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços			Total		Dirigentes			Outros colaboradores					
				1	2		3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		13	14	15	16	17	18			
4.1 Total geral (H + M)		4005	HM	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
4.2		4010	H	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Total		4015	M	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
4.2.1 Nenhum nível de instrução		4020	H	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
		4025	M	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
4.2.2 Ensino Básico		4030	H	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
		4035	M	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
4.2.3 Ensino Secundário		4040	H	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
		4045	M	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
4.2.4 Ensino Superior (Bacharelato e Licenciatura)		4050	H	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
		4055	M	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
4.2.5 Ensino Superior (Mestrado e Doutoramento)		4060	H	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
		4065	M	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

► Atenção: Os valores que registou em 3.1 - Total de pessoas ao serviço e em 4.1 - Total geral (H+M) têm de ser iguais

5 Actividades Desenvolvidas (✓)										Unidade: N°
Tipo de Actividades Desenvolvidas	Cod	DOMÍNIOS DE PROTECÇÃO DO AMBIENTE								
		Protecção do Ar e Clima	Gestão de Águas Residuais	Gestão de Resíduos	Protecção dos Solos, Águas Subterâneas e Superficiais	Redução de Ruídos e Vibrações	Protecção da Biodiversidade e Paisagem	Protecção Contra Radiações	Investigação e Desenvolvimento	Outras Actividades de Protecção do Ambiente
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
5.1 Total (5.2 + ... + 5.8)	5005									
5.2 Publicações, Estudos Técnicos e Pareceres	5010									
5.3 Acções junto dos Media	5015									
5.4 Acções de Formação	5020									
5.5 Educação Ambiental/Ateliers/Oficinas	5025									
5.6 Congressos, Seminários	5030									
5.7 Ecoturismo/ Passateiros de Natureza	5035									
5.8 Outras Actividades	5040									
Especifique:	5045									

6 Activo Bruto (Imobilizações)						Unidade: Euro	
Rubricas	Cod	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
6.1 Total de Imobilizações (6.2 + 6.3 + 6.4)	6005						
6.2 Imobilizações Incorpóreas	6010						
das quais:	6015						
6.2.1 Despesas de Investigação e Desenvolvimento	6020						
6.3 Imobilizações Corpóreas (6.3.1 + ... + 6.3.6)	6025						
6.3.1 Terrenos e Recursos Naturais	6030						
6.3.2 Edifícios e Outras Construções	6035						
6.3.3 Equipamento Básico	6040						
6.3.4 Equipamento de Transporte	6045						
6.3.5 Equipamento Administrativo	6050						
6.3.6 Outras	6055						
6.4 Investimentos Financeiros							

7 Demonstração de Resultados (✓)

Designação	Código de Contas POC	Cod	Euros
Custos e Perdas			
7.1 Total dos Custos e Perdas (7.2 + ... + 7.8)		7005	
7.2 Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas 61		7010	
7.3 Fornecimentos e Serviços Externos 62		7015	
Dos quais:			
7.3.1 Custos com a Recolha e Tratamento de Águas Residuais 7020		7020	
7.3.2 Custos com a Recolha e Tratamento de Resíduos 7025		7025	
7.4 Impostos 63		7030	
Dos quais:			
7.4.1 Taxas de Conservação de Esgotos 7035		7035	
7.5 Custos com o Pessoal (7.5.1 + 7.5.2) 64		7040	
7.5.1 Remunerações 641 + 642		7045	
7.5.2 Outros Custos com o Pessoal 643 a 649		7050	
7.6 Outros Custos e Perdas 65/66/67		7055	
7.7 Outros Custos e Perdas Financeiras 68		7060	
7.8 Custos e Perdas Extraordinários 69		7065	
Proveitos e Ganhos			
7.9 Total dos Proveitos e Ganhos (7.10 + ... + 7.17)		7070	
7.10 Vendas 71		7075	
7.11 Prestações de Serviços 72		7080	
7.12 Proveitos Suplementares 73		7085	
7.13 Subsídios à Exploração (7.13.1 + ... + 7.13.5) 74		7090	
7.13.1 Estado e outros entes públicos 7095		7095	
7.13.2 Empresas 7100		7100	
7.13.3 Instituições sem fins lucrativos 7105		7105	
7.13.4 Particulares 7110		7110	
7.13.5 Exterior 7115		7115	
7.14 Trabalhos para a Própria Empresa 75		7120	
7.15 Outros Proveitos e Ganhos Operacionais 76		7125	
7.16 Proveitos e Ganhos Financeiros 78		7130	
7.17 Proveitos e Ganhos Extraordinários 79		7135	
Dos quais:			
7.17.1 Subsídios para investimentos (7.17.1.1 + ... + 7.17.1.5) 7983		7140	
7.17.1.1 Estado e outros entes públicos 7145		7145	
7.17.1.2 Empresas 7150		7150	
7.17.1.3 Instituições sem fins lucrativos 7155		7155	
7.17.1.4 Particulares 7160		7160	
7.17.1.5 Exterior 7165		7165	

► **7.13.1 e 7.17.1.1 Estado e outras entes públicos** - incluir as verbas recebidas da Agência Portuguesa do Ambiente, dos Governos Cívicos, dos Municípios, das Juntas de Freguesia, entre outras entidades públicas.